

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Tendências Demográficas

Uma análise dos indígenas com base
nos resultados da amostra dos
Censos Demográficos 1991 e 2000

Rio de Janeiro
2005

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 85-240-3839-X

© IBGE. 2005

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato J. Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Tendências demográficas : uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2005.

144 p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socio-econômica, ISSN 1516-3296 ; n. 16)

Acompanha um CD-ROM, em bolso.

Inclui bibliografia.

ISBN 85-240-3839-X

1. Brasil – População – Estatística. 2. Brasil – Censo demográfico, 2000.
3. Índios da América do Sul – Brasil - Censo. I. IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. II. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

CDU 312(81)

RJ/2005-26

EST

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Apresentação	7
Introdução	9
Tendências demográficas uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000	
Investigação dos indígenas nos censos demográficos	11
Povos indígenas no Brasil	12
Crerios utilizados nas análises dos resultados	15
Tendências demográficas no período 1991/2000	19
Distribuição espacial e crescimento	19
Cor ou raça	32
Estrutura por sexo e idade	36
Religião	47
Deficiência física ou mental	52
Educação	55
Migração	62
Deslocamento	69
Nupcialidade	70
Fecundidade	77
Mortalidade infantil	83
Trabalho e rendimento	87
Famílias	91
Domicílios	95

Tabelas de resultados

1 Brasil

1.1 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil	103
1.2 - População residente autodeclarada indígena, por situação do domicílio, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil	105
1.3 - População residente autodeclarada indígena, por situação do domicílio, segundo o sexo e a religião - Brasil	106
1.4 - População residente autodeclarada indígena, por tipo de deficiência, segundo a situação do domicílio e sexo - Brasil	107
1.5 - População residente autodeclarada indígena, por tipo de deficiência, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil	108
1.6 - População autodeclarada indígena por condição de alfabetização e sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil	110
1.7 - Pessoas autodeclaradas indígenas de 5 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil	112
1.8 - Pessoas autodeclaradas indígenas que freqüentavam creche ou escola, por sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil	115
1.9 - População residente autodeclarada indígena, por sexo e situação do domicílio, segundo o lugar de nascimento - Brasil	116
1.10 - População residente autodeclarada indígena, por lugar de nascimento, segundo as Grandes Regiões - Brasil	117
1.11 - Pessoas autodeclaradas indígenas de 5 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo as Grandes Regiões de residência em 31 de julho de 1995 - Brasil	117
1.12 - Pessoas não naturais da Unidade da Federação, por tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões - Brasil	118
1.13 - População residente autodeclarada indígena, por deslocamento para trabalho ou estudo, segundo a situação do domicílio e o sexo - Brasil	118
1.14 - Pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por estado conjugal e sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil	119
1.15 - Mulheres de 10 anos ou mais de idade, total, que tiveram filhos, que tiveram filhos nascidos vivos no período de referência de 12 meses anteriores ao censo, filhos tidos, filhos tidos nascidos vivos e nascidos mortos e filhos vivos em 31 julho de 2000, segundo a cor ou raça e os grupos de idade das mulheres - Brasil	121

1.16 - Mulheres autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, total, que tiveram filhos nascidos vivos no período de referência de 12 meses anteriores ao censo, filhos tidos, filhos tidos nascidos vivos e nascidos mortos e filhos vivos em 31 julho de 2000, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade das mulheres - Brasil	123
1.17 - Pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência e sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil	124
1.18 - Pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência e sexo, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento nominal mensal - Brasil	125
1.19 - Famílias e pessoas residentes em domicílios particulares com pelo menos um indígena como morador, por situação do domicílio, com distinção dos indígenas, segundo o sexo da pessoa responsável pela família e o número de componentes da família - Brasil	126
1.20 - Pessoas residentes em domicílios particulares com pelo menos um indígena como morador, com distinção dos indígenas, por situação do domicílio, segundo a relação de parentesco com a pessoa responsável pela família e algumas características das pessoas responsáveis pelas famílias - Brasil	127
1.21 - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes com pelo menos um indígena como morador, com distinção dos indígenas, por situação do domicílio, segundo número de cômodos e dormitórios - Brasil	128
1.22 - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes com pelo menos um indígena como morador, com distinção dos indígenas, por situação do domicílio, segundo algumas características dos domicílios - Brasil	129
1.23 - Moradores em domicílios particulares permanentes total e indígenas, por situação do domicílio, segundo a densidade de moradores por cômodo - Brasil	130
1.24 - Moradores em domicílios particulares permanentes total e indígenas, por situação do domicílio, segundo a densidade de moradores por dormitório - Brasil	130
1.25 - Domicílios particulares permanentes com pelo menos um indígena como morador, por situação do domicílio, segundo classes de rendimento nominal mensal domiciliar - Brasil	131
1.26 - População residente autodeclarada indígena, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil	132
1.27 - População residente autodeclarada indígena, por grupos de idade e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - Brasil	133
Referências	135

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apresenta o estudo *Tendências Demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000*. O eixo central é a análise comparativa e de tendência da população que se autodeclarou como indígena nos questionários da amostra dos respectivos censos.

Este trabalho objetiva contribuir como referencial para a inclusão dos indígenas nas estatísticas sociodemográficas oficiais e para a conseqüente definição de políticas públicas destinadas a promover a melhoria das condições de vida desta população, como também para o aperfeiçoamento das pesquisas censitárias deste segmento populacional.

Os aspectos levantados neste estudo estão relacionados às características espaciais, demográficas e socioeconômicas da população indígena, a partir da introdução da categoria no quesito Cor ou Raça nos questionários da amostra do Censo Demográfico 1991.

Em face da carência de estudos e análises utilizando a informação censitária, este trabalho vem preencher, ao menos, parte da lacuna existente quanto à pesquisa da população indígena nos censos nacionais.

Wasmália Bivar
Diretora de Pesquisas

Introdução

Esta publicação foi concebida com a intenção de se promover uma leitura das informações coletadas nos questionários da amostra dos censos, no que se refere à categoria indígena, que vem sendo pesquisada a partir do Censo Demográfico 1991, com a finalidade de entender o comportamento das diversas variáveis investigadas, tais como: sexo, idade, religião, nupcialidade, componentes da dinâmica demográfica (migração, fecundidade, mortalidade infantil), educação, trabalho e rendimento, famílias e domicílios.

A forma como os Censos Demográficos 1991 e 2000 captaram a informação nos permite traçar um perfil sociodemográfico da população que se declarou indígena, entretanto, vale frisar que, no âmbito desses censos, não foram coletadas informações sobre filiação lingüística ou étnica, dentre outros aspectos, que são de extrema importância para a caracterização da realidade indígena de qualquer país. Mesmo com essas limitações, a inclusão da categoria indígena no censo, inquestionavelmente, reveste-se de grande valor, sobretudo considerando a escassez de dados socioeconômicos, demográficos e sanitários para os indígenas no Brasil (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005; SANTOS ; COIMBRA, 2003).

De maneira geral, para que se tenham dados demográficos e socioeconômico capazes de retratar a realidade de um segmento populacional específico, é importante que os censos sejam confiáveis e oportunos. Somente assim as informações estatísticas derivadas poderão fornecer elementos para subsidiar políticas públicas mais eficientes e efetivas. Na obtenção destas estatísticas existe uma complexidade muito grande porque os censos requerem padrões de medidas comuns que permitem agregar e comparar a população como

um todo e, também, porque as variáveis utilizadas e os fenômenos que se pretendem mensurar e caracterizar são dinâmicos. Outra consideração diz respeito à formulação e à interpretação dos indicadores, que comumente estão, em parte, baseados em valores e padrões de um determinado grupo social ou em valores social e culturalmente hegemônicos.

Levando-se em consideração esses aspectos, um grupo de técnicos e pesquisadores¹ (que incluiu antropólogos, demógrafos, epidemiologistas e sociólogos), estudiosos das questões indígenas e que tinham um ponto em comum que era a demografia, aceitou o desafio de analisar as informações censitárias de 1991 e de 2000 referentes aos indígenas. Um aspecto presente nas discussões desse grupo pautou-se na busca de caracterizações e explicações quanto ao perfil sociodemográfico dos indígenas, atentando para a existência de uma notável sociodiversidade indígena no Brasil, traduzida também pela presença de especificidades socioculturais que devem ser levadas em consideração na interpretação dos resultados censitários.

Conforme bem caracterizado nessa publicação, um dos pontos que mais chamou a atenção a partir da análise comparativa dos Censos Demográficos 1991 e 2000 foi o expressivo crescimento populacional no período 1991/2000. Vale a pena mencionar que o crescimento demográfico de significativa parcela dos mais de 200 povos indígenas é um importantíssimo aspecto na recente história indigenista no Brasil (GOMES, 2002; PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005). Nos últimos anos, registra-se uma recuperação dos contingentes populacionais dos povos indígenas, com taxas que variam de 3% a 5% ao ano, mesmo considerada a heterogeneidade das sociedades indígenas. Ainda que haja evidências de que os povos indígenas no Brasil estão, em seu conjunto, experimentando acelerado crescimento (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005), a magnitude do incremento observado a partir dos dados censitários supera todas as expectativas.

Buscar compreender os fatores envolvidos nesse crescimento é a tônica ao longo de toda a publicação. Inclusive com vistas a aprimorar as atividades de coleta de dados do censo, é relevante considerar as críticas de que os recenseadores não dominam as línguas indígenas, não entendem a organização social nem as dinâmicas espacial e sazonal das sociedades indígenas (RICARDO, 2000a, p.45). Não obstante, mesmo frente a essas dificuldades, vale ressaltar que os dados censitários constituem o mais atualizado e abrangente conjunto de informações qualificadas, disponível para o País como um todo. Para o conhecimento detalhado de todos os processos que envolveram a realização do Censo Demográfico 2000, desde as etapas de planejamento e organização da operação, passando pelas novas tecnologias e sistemas desenvolvidos especificamente para a pesquisa, chegando até às diversas formas de disseminação e divulgação dos resultados, foi divulgada a publicação *Metodologia do Censo Demográfico 2000*, volume 25 da Série Relatórios Metodológicos. Nesse volume, são descritas as técnicas utilizadas para a expansão dos dados coletados pelos questionários da amostra do Censo Demográfico 2000, detalhando a ponderação das unidades da amostra, a definição das áreas de ponderação, análise da qualidade da calibração, avaliação da precisão das estimativas, dentre outras.

¹ O IBGE agradece à Fundação FORD e à Fundação Oswaldo Cruz que, através de apoio financeiro no âmbito de projeto sediado na Escola Nacional de Saúde Pública (em parceria com a Universidade Federal de Rondônia), propiciaram as condições para a realização de uma reunião no Rio de Janeiro. Dessa reunião, realizada em setembro de 2005 e durante a qual foram discutidos os dados censitários sobre os indígenas, participaram pesquisadores de outros estados, em sua maioria ligados ao Grupo de Trabalho em Saúde Indígena da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – ABRASCO e ao Comitê de Demografia da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP.

Tendências demográficas

uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000

Investigação dos indígenas nos censos demográficos

Neste estudo, a informação sobre os indígenas é oriunda dos Censos Demográficos 1991 e 2000, a partir do quesito Cor ou Raça investigado no questionário da amostra. A metodologia para captação² das respostas foi a auto-identificação. Foram recenseados os indígenas que viviam em terras indígenas, os que residiam em áreas rurais fora de terras indígenas e os localizados em situação de domicílio urbano.

Muito embora se disponha de informações bastante ricas para o estudo sociodemográfico da população indígena, inegavelmente, a formulação do quesito sobre cor ou raça deve ser aperfeiçoada nos censos demográficos brasileiros. No contexto latino-americano, além da auto-identificação, outros critérios são utilizados, por alguns países, para a classificação da população indígena, tais como: o idioma ou língua falada; a localização geográfica e outras características.

A experiência brasileira na investigação da cor data do primeiro levantamento censitário realizado no País em 1872, ainda no tempo da escravidão. O recenseado livre podia se autot classificar dentre as

² Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT (Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais, 1989), adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989. Art. 1º.

opções: branco, preto, pardo ou caboclo, e era de sua competência a classificação dos seus escravos entre duas categorias: preto e pardo.

Não foi realizado Censo de 1880, e o de 1890, o primeiro levantamento realizado após a abolição da escravatura (que aconteceu em 1888), baseou-se nas seguintes categorias: branco, preto, mestiço ou caboclo³.

Nos Censos de 1900 e de 1920, a informação sobre cor não foi objeto de pesquisa, sendo reintroduzida no Censo Demográfico 1940, com a classificação da população em três grandes grupos (pretos, brancos e amarelos). Sob a designação de pardos foram reunidos, no âmbito da divulgação, os que registraram outra declaração (índio, caboclo, mulato, moreno, etc.) ou lançaram um traço no lugar reservado à resposta. A inclusão da categoria amarela foi em função da forte imigração japonesa para o País. A população brasileira, segundo o Censo Demográfico 1950, foi distribuída em quatro grupos: branco, preto, amarelo e pardo.

Em 1960, foram utilizadas as mesmas categorias do censo anterior, com a inovação de estarem pré-codificadas para captação. Já no censo seguinte, o de 1970, a categoria não foi investigada. No Censo Demográfico 1980, a informação foi novamente reintroduzida, ainda com as quatro categorias: branco, preto, amarelo e pardo.

A classificação utilizada pelo IBGE, no Censo Demográfico 1991, incorporou a categoria indígena. As categorias investigadas foram nesta ordem: branco, preto, amarelo, pardo e indígena. O Censo Demográfico 2000 manteve as mesmas categorias, assim como a mesma conceituação.

Povos indígenas no Brasil

Para o período que marca o início do processo de colonização portuguesa, por ocasião da chegada dos europeus, há estimativas que sugerem que habitavam essa parte do mundo um significativo contingente populacional indígena, organizado em várias centenas de grupos sociais distintos. Cinco séculos depois, vivem no território que hoje está definido como brasileiro, em torno de 220 povos indígenas, falantes de aproximadamente 170 línguas, ou seja, os remanescentes de hoje constituem uma fração do que já foi uma sociodiversidade indígena bastante expressiva⁴. Cada povo indígena apresenta uma configuração particular de costumes, crenças e língua, uma modalidade específica de adaptação a diferentes ecossistemas, uma história distinta de relacionamento com o empreendimento colonial português e com o processo de constituição do Estado nacional brasileiro. E, desse modo, inserem-se de distintas maneiras numa sociedade que se pretende nacional. O reconhecimento étnico se pauta na conjugação de critérios definidos pela consciência da identidade indígena e de pertencimento a um grupo diferenciado dos demais segmentos populacionais brasileiros e pelo reconhecimento por parte dos membros do próprio grupo⁵.

³Ver Oliveira (1999, p. 136): "Não existe uma conceituação explícita dessas categorias, que, no entanto, no Censo 1890 são traduzidas para o idioma francês. Os 'pardos' são caracterizados como mestiços (métis), enquanto os 'caboclos' seriam indígenas (indiens)".

⁴As estimativas quanto ao número de indígenas que habitavam o que é realmente o território brasileiro em 1500 variam amplamente, não havendo um consenso. Cunha (1992, p. 14) apresenta uma revisão dessas estimativas, algumas das quais superam a cifra de 1 milhão de pessoas.

⁵Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio); Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988; e Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT (Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais, 1989), adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989.

A posse, o usufruto e o controle efetivo da terra pelos índios têm sido reconhecidos como condição *sine qua non* para a sobrevivência dos povos indígenas. A terra é a natureza culturalizada dentro da qual uma etnia realiza suas virtudes e potencialidades. Um povo indígena sem terras suficientes para exercer seu modo de ser, se vê forçado a mudar, a deixar de lado muitas características sociais e culturais que constituem sua etnicidade. No limite, a etnia pode se desagregar em grupos familiares ou indivíduos desconectados que passam a buscar sua sobrevivência por conta própria. Havendo a perda da convivência étnica, eventualmente os indivíduos desagregados perderão as principais condições de manutenção de sua indianidade.

A garantia do acesso à terra constitui, atualmente, um elemento central da política indigenista do Estado brasileiro. O processo de demarcação é o meio administrativo para explicitar os limites do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas, buscando, assim, resgatar uma dívida histórica com esse segmento da população brasileira, propiciar as condições fundamentais para as sobrevivências física e cultural, e preservar a diversidade cultural do País. A ação demarcatória é, portanto, o ato governamental de reconhecimento, visando a precisar a real extensão da posse indígena a fim de assegurar a proteção dos limites demarcados e permitir o encaminhamento da questão fundiária nacional. A demarcação significa, também, a garantia da preservação de um significativo patrimônio biológico do conhecimento milenar detido pelas populações indígenas a respeito desse patrimônio.

O processo administrativo de regularização fundiária, composto pelas etapas de identificação e delimitação, demarcação física, homologação e registro das terras indígenas, está definido na Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), e no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

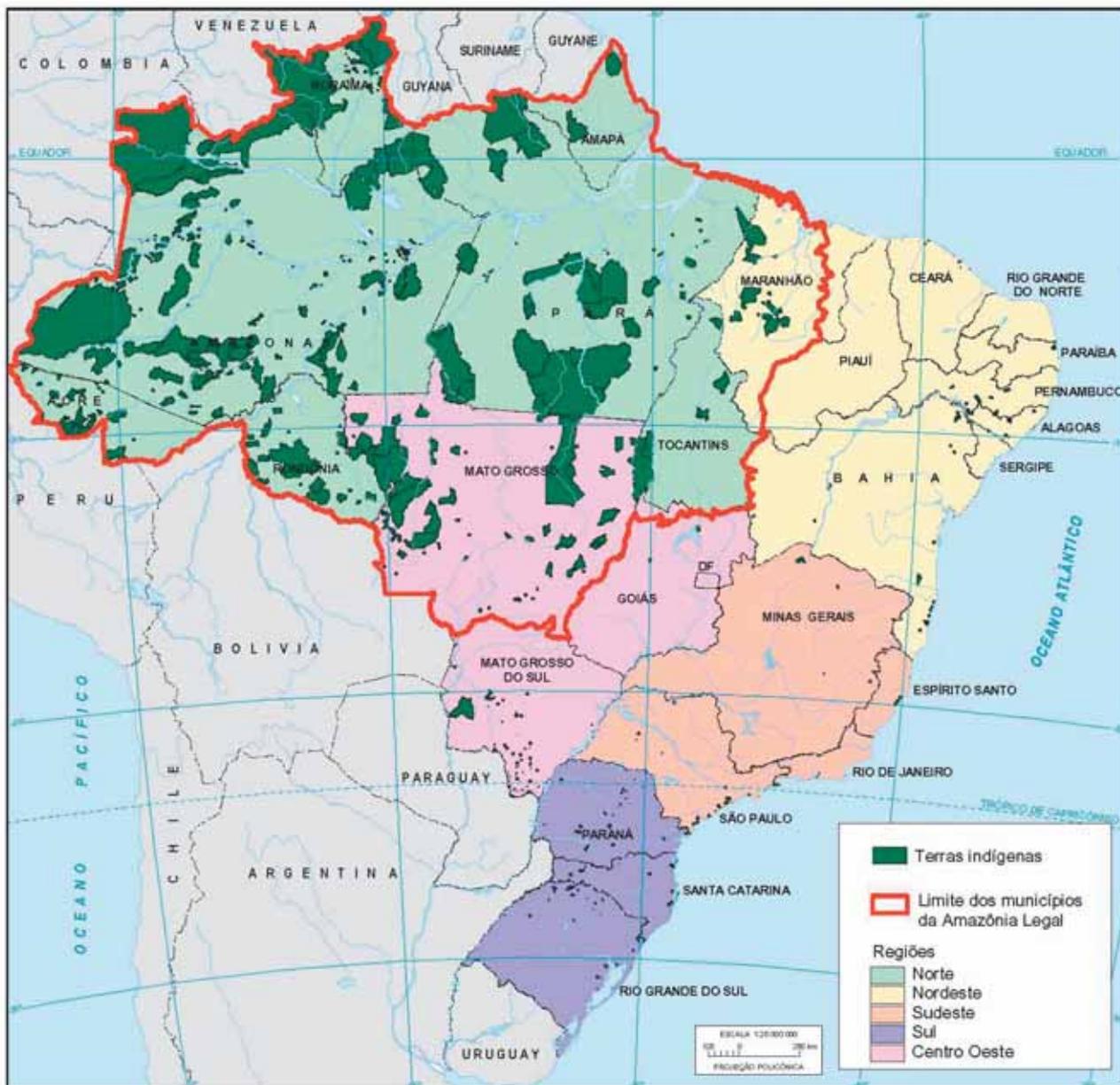
As 604 terras indígenas reconhecidas compreendem 12,5% do território brasileiro (106 359 281 ha), com significativa concentração na Amazônia Legal. Esse processo de demarcação encontra-se ainda em curso, com 70% das terras indígenas regularizadas (demarcadas e homologadas).

Tabela 1 - Número de terras indígenas e superfície, segundo a situação fundiária Brasil - 2005

Situação fundiária	Terras indígenas	
	Número	Superfície (ha)
Total	604	106 359 281
Confirmada	123	926
Delimitada	28	1 527 518
Declarada	32	8 734 035
Homologada	32	4 980 521
Regularizada	389	90 191 203

Fonte: Fundação Nacional do Índio, Diretoria de Assuntos Fundiários.

Mapa 1 - Terras indígenas - 2005



Fontes: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Coordenação de Cartografia, Malha Municipal do Brasil, Situação em 2001; Fundação Nacional do Índio, Diretoria de Assuntos Fundiários.

A análise dos aspectos demográficos dos municípios que possuem terras indígenas deve privilegiar a Amazônia brasileira, uma vez que a região concentra 76% do total das terras indígenas, o que representa, aproximadamente, 99% da área das terras indígenas do Brasil. A observação do mapa de distribuição dos municípios com terras indígenas ressalta a representatividade dos municípios da Amazônia Legal, que compreende todos os estados da Região Norte, além de Mato Grosso e parte do Maranhão e, onde, diferentemente do restante do País, grande parte de seus municípios possuem terras indígenas em seus limites.

A pressão exercida pelas frentes de expansão que tencionam o espaço amazônico obedece a dois tipos de movimentos ou frentes. A primeira, que pode ser

denominada de "frente externa", constitui-se numa nova interpretação da fronteira enquanto zona de integração econômica e de interpenetração de culturas, na qual a implantação da infra-estrutura continental é crucial. A segunda, a "frente interna", é representada pelo Arco do Desmatamento, isto é, pela área de expansão da rede física que acompanha a frente de crescimento horizontal da fronteira agropecuária. A presença de significativos interesses econômicos em áreas nas quais a expansão da fronteira econômico-produtiva está se processando é muitas vezes uma ameaça à integridade das terras indígenas existentes e dos grupos que habitam nelas.

Um aspecto que deve ser ressaltado quando se analisa a questão da distribuição espacial dos municípios com terras indígenas refere-se à pressão exercida pelos grandes eixos de penetração recente, principalmente na região da Amazônia Legal. A malha viária, constituída, basicamente, pelas rodovias federal e estadual, assume um papel preponderante, que antes era exercido pelas vias fluviais. A presença de vários núcleos pioneiros que apresentam grande aporte de população migrante, ligados à expansão da agropecuária, extração mineral e atividades madeireiras, pode ser observada em municípios com áreas reservadas aos grupos indígenas. Na porção sudoeste da Amazônia, o eixo da BR 364, nos Estados de Mato Grosso e Rondônia é exemplo desse processo. Na Amazônia Oriental, alguns municípios do leste do Pará e oeste do Maranhão, no eixo da Estrada de Ferro Carajás, podem também ser citados. Finalmente, na extremidade norte da Amazônia brasileira, o Eixo da BR 174, é uma área na qual o aporte de migrantes é mais recente e bastante intenso em municípios com terras indígenas, principalmente naqueles situados no Estado de Roraima.

Outro vetor de penetração e potencial causador de interferências com populações que vivem em terras indígenas são as obras de infra-estrutura energética já concluídas ou em processo de implantação. Um exemplo dessa questão é a Hidrelétrica de Balbina, que inundou terras dos Waimiri Atroari no Estado do Amazonas. Em relação aos projetos em fase de estudo ou implantação, pode ser citada a construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho, com 522 km de extensão, ligando a área de produção de gás de Urucu, no Estado do Amazonas, à capital de Rondônia, Porto Velho, num trajeto que também atravessará algumas terras indígenas nos Estados do Amazonas e de Rondônia.

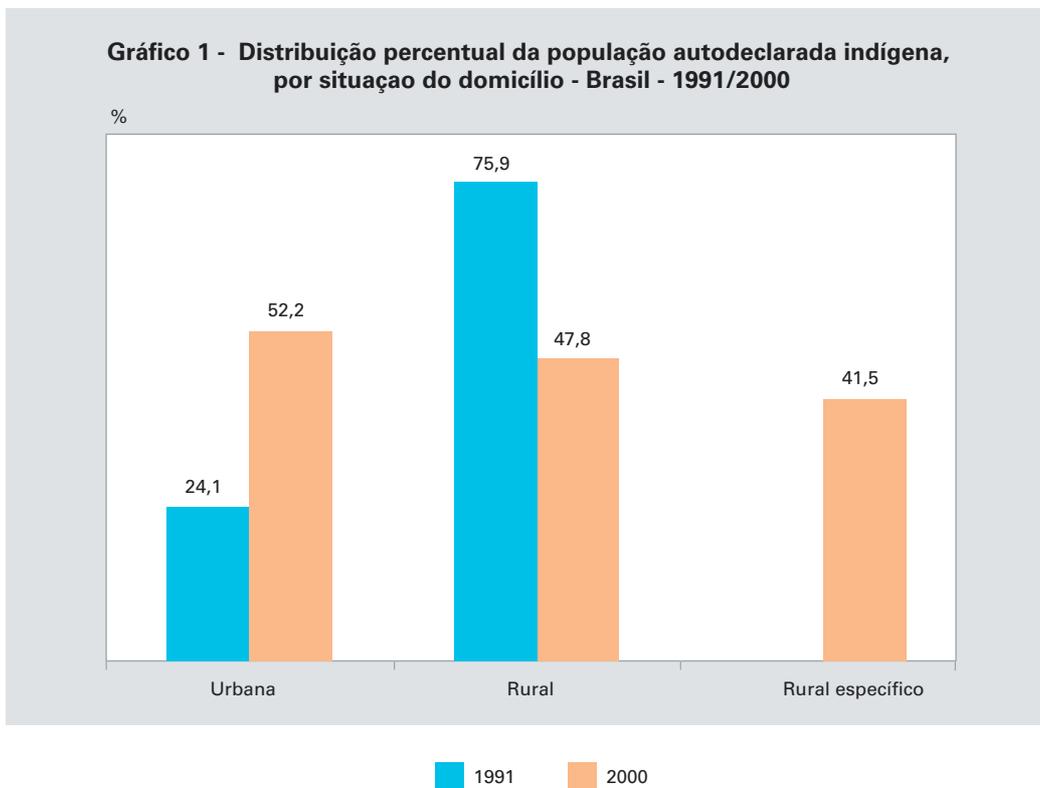
A investigação das características demográficas da população indígena que vive nas áreas segundo as respectivas categorias (registradas, demarcadas e homologadas) constitui-se numa importante linha de pesquisa para análises futuras sobre o tema.

Critérios utilizados nas análises dos resultados

No âmbito desta publicação, as definições das linhas de análise obedeceram à divisão do País nas regiões geográficas (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e, dentro destas, a localização do domicílio, onde a situação podia ser urbana ou rural, definida por Lei Municipal em vigor em 1^a de agosto de 2000.

Como situação urbana, consideram-se as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos e outros aglomerados.

Um importante desafio na análise das informações censitárias dos autodeclarados indígenas, em particular na ausência de dados sobre etnia, língua falada e outras características, é retratar, da maneira mais próxima possível, os indígenas residentes em terras indígenas. Para tanto, a partir de informações fornecidas pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, foram identificados os municípios (um total de 437) nos quais há terras indígenas. Utilizando as informações censitárias do Censo Demográfico 2000, contabilizou-se que, do total de 350 mil pessoas que se autodeclararam indígenas vivendo em situação de domicílio rural, 304 mil viviam nesses municípios (86,7%). Dessa forma, nas análises nessa publicação, e especificamente para os resultados relativos ao Censo Demográfico 2000, foi denominado de "Rural específico"⁶ ao conjunto de pessoas indígenas residentes nas áreas rurais dos municípios com terras indígenas, em função da estreita relação existente com os povos indígenas residentes nas terras indígenas.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

⁶ Segundo dados da Fundação Nacional de Saúde para 2002, havia 374 123 indivíduos residentes em terras indígenas, distribuídos em 3 225 aldeias.

A população brasileira urbana cresceu de um modo geral, e este crescimento foi basicamente em função de três fatores: do próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas, da migração, sobretudo dentro do próprio estado, com destino urbano, e, em pequena escala, da incorporação de áreas que em censos anteriores eram consideradas rurais. Enquanto, em 2000, a população autodeclarada indígena praticamente estava dividida entre as áreas urbana e rural, no Censo Demográfico 1991, 75,9% habitavam a área rural.

A Região Norte concentra o maior número de municípios com terras indígenas, enquanto a Sudeste, apresenta o menor número, e grande parte de sua população indígena está concentrada nas áreas urbanas dos respectivos municípios.

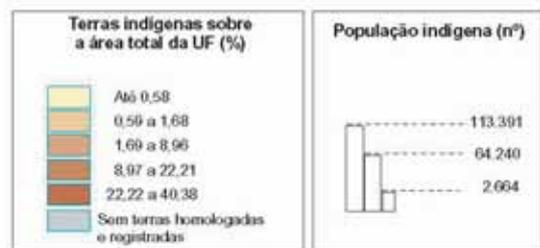
Tabela 2 - Número de municípios e população residente autodeclarada indígena nos municípios com terras indígenas e participação relativa, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1991/2000

Grandes Regiões	Número de municípios	População residente autodeclarada indígena nos municípios com terras indígenas e participação relativa (%)		
		Situação do domicílio		
		Total	Urbana	Rural (1)
Brasil	437	395 122	90 808	304 314
Norte	166	194 878	32 827	162 051
Nordeste	79	58 210	15 374	42 836
Sudeste	25	33 172	22 700	10 472
Sul	80	38 495	12 095	26 400
Centro-Oeste	87	70 367	7 812	62 555
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	38,0	49,3	36,1	53,3
Nordeste	18,1	14,7	16,9	14,1
Sudeste	5,7	8,4	25,0	3,4
Sul	18,3	9,7	13,3	8,7
Centro-Oeste	19,9	17,8	8,6	20,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(1) Para efeito de análise será denominado de "Rural específico".

Mapa 2 - População indígena e terras indígenas - 2000



Fontes: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia; IBGE, Censo Demográfico 2000; Fundação Nacional do Índio, Diretoria de Assuntos Fundiários.

Tendências demográficas no período 1991/2000

Distribuição espacial e crescimento

Os resultados do Censo Demográfico 2000 revelaram uma distribuição espacial da população que se autodeclarou indígena distinta da observada em 1991, segundo as Grandes Regiões do Brasil. Na Região Norte do País residiam, em 2000, 29,1% desta população, enquanto em 1991, esta proporção era de 42,4%. Historicamente, esta região sempre concentrou a maior proporção de população indígena no total de indígenas do País, mas com estes resultados a hegemonia do Norte foi reduzida devido aos aumentos nas participações relativas das Regiões Nordeste e Sudeste. As alterações nas composições absoluta e relativa verificadas entre 1991 e 2000 são reflexo do crescimento do número de pessoas que, em 1991, se identificaram como de outras categorias e que, no Censo 2000, passaram a se identificar como indígenas. Na Região Sudeste, em 1991, 30,5 mil pessoas se autotransformaram como indígenas e, em 2000, esta população cresceu mais de cinco vezes. De forma análoga, na Região Nordeste as pessoas identificadas como indígenas passaram de 55,8 mil, em 1991, para 170 mil, em 2000.

Tabela 3 - População residente autodeclarada indígena e participação relativa, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1991/2000

Grandes Regiões	População residente autodeclarada indígena e participação relativa, por situação do domicílio (%)						
	Total		Urbana		Rural		
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	
						Total	Específico
Brasil	294 131	734 127	71 026	383 298	223 105	350 829	304 324
Norte	124 615	213 443	11 960	46 304	112 655	167 140	162 056
Nordeste	55 853	170 389	15 988	105 728	39 865	64 661	42 838
Sudeste	30 589	161 189	25 110	140 644	5 479	20 544	10 471
Sul	30 334	84 747	10 167	52 247	20 166	32 500	26 402
Centro-Oeste	52 740	104 360	7 800	38 375	44 940	65 985	62 557
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	42,4	29,1	16,8	12,1	50,5	47,6	53,3
Nordeste	19,0	23,2	22,5	27,6	17,9	18,4	14,1
Sudeste	10,4	22,0	35,4	36,7	2,5	5,9	3,4
Sul	10,3	11,5	14,3	13,6	9,0	9,3	8,7
Centro-Oeste	17,9	14,2	11,0	10,0	20,1	18,8	20,6

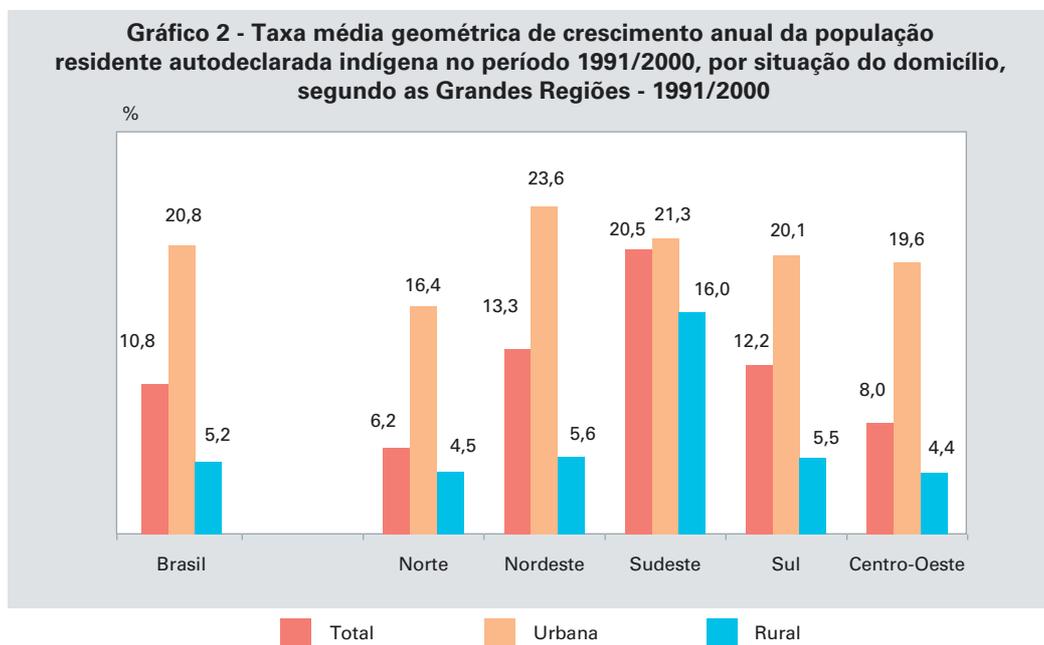
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

De acordo com o Censo Demográfico 1991, o percentual de indígenas em relação à população total brasileira era de 0,2%, totalizando, assim, 294 mil indígenas no País. No Censo Demográfico 2000, foram 734 mil pessoas auto-identificadas⁷ como

⁷ Pagliaro, Azevedo e Santos (2005) e Pereira, Azevedo e Santos (2005) indicam que são, ainda, bastante preliminares as discussões quanto às razões que explicariam o significativo aumento no número de pessoas que se declararam indígenas entre os Censos de 1991 e 2000.

indígenas no País, atingindo, portanto, um crescimento absoluto, na década de 1990, de 440 mil indígenas. Com este resultado, o ritmo de crescimento anual, no período 1991/2000, foi da ordem de 10,8%, que incorpora muito mais a mudança na auto-identificação de um contingente de pessoas anteriormente identificadas em outras categorias, que um efeito demográfico.

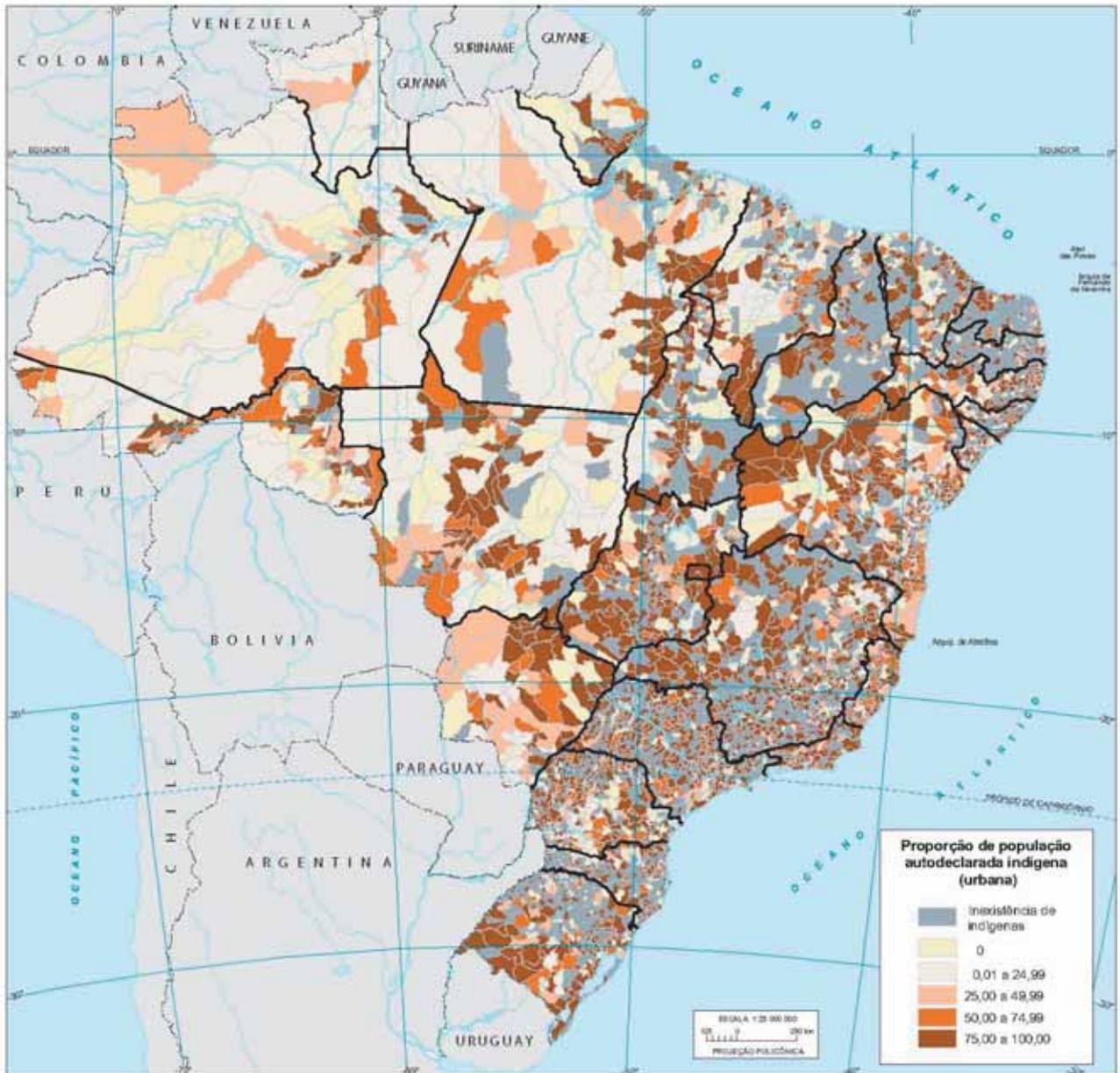
A distribuição deste crescimento foi desigual entre as regiões brasileiras. A Região Norte, detentora da maior participação de indígenas do País, apresentou o menor ritmo de crescimento anual. Por sua vez, a Região Sudeste que, em 1991, possuía a menor participação de indígenas no total de indígenas do País, dobrou a sua participação em 2000, passando de 10,4% para 22,0%. Isto correspondeu a um ritmo de crescimento anual da ordem de 20,5%. O recorte pela situação do domicílio urbana/rural, dentro das Grandes Regiões, revelou que as áreas urbanas de todas as regiões brasileiras apresentaram significativos incrementos absolutos, fenômeno também observado nos contextos rurais, porém em menor escala. Destaca-se, contudo, que o segmento populacional indígena identificado no rural da Região Sudeste quase que quadruplicou entre 1991 e 2000. É possível que, para fins da captação dos dados censitários, haja alguma perda de indígenas residentes nas cidades, para os quais situações de preconceito e discriminação podem desfavorecer a autodeclaração na categoria, como será visto, mais adiante, com as informações para as 27 capitais brasileiras.



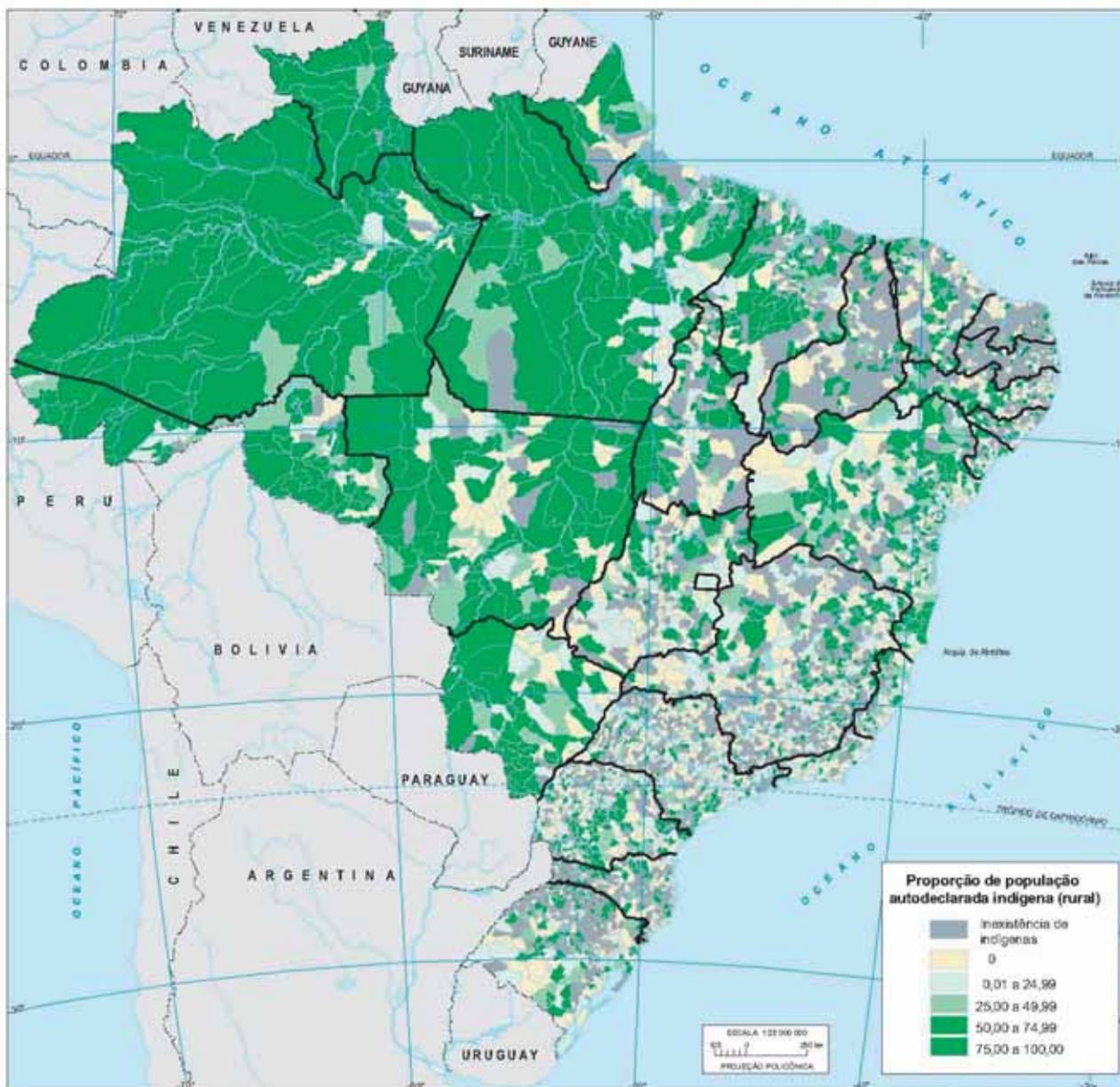
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

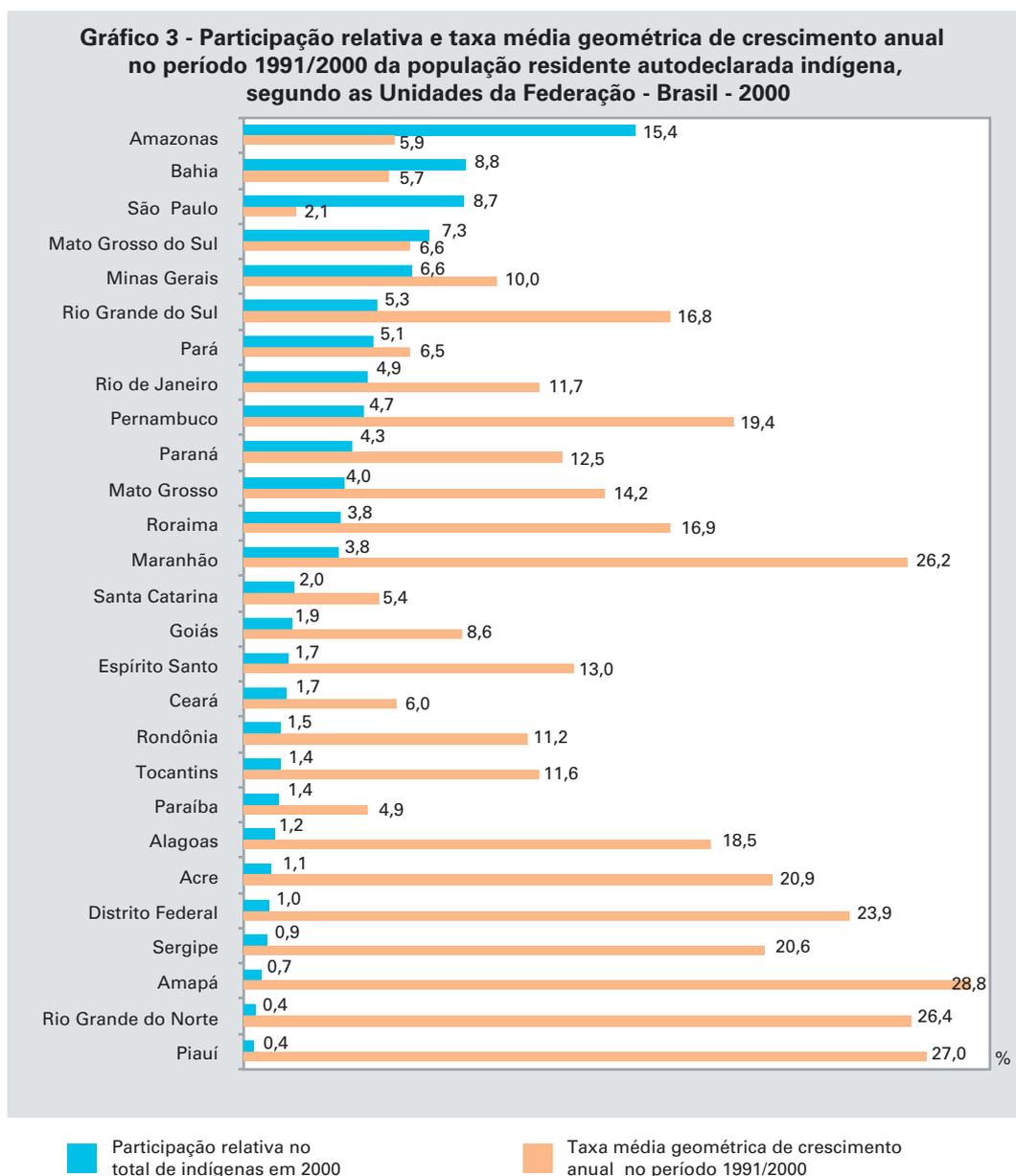
O crescimento e a distribuição espacial, no âmbito estadual, caracteriza-se por um aumento da população auto-identificada como indígena nos estados onde a participação relativa deste contingente é menor. Entretanto, deve-se atentar para o fato de que alterações em termos de volume populacional em populações rarefeitas podem alterar substancialmente o seu incremento relativo.

Mapa 3 - Proporção de população indígena urbana no total de indígenas do município - 2000



Mapa 4 - Proporção de população indígena rural no total de indígenas do município - 2000





Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

No conjunto das capitais brasileiras, 18,1% dos indígenas residiam nestes contextos em 2000, enquanto em 1991 este percentual era de 12,0%, resultando em um crescimento de 50,5% na década. O crescimento nas capitais das Regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste foi acentuado. Por outro lado, a Região Norte manteve em 2000 a mesma participação de 1991, e a Região Sudeste apresentou maior concentração de indígenas no interior⁸, embora as taxas de crescimento, tanto das capitais quanto as do interior, tenham experimentado aumentos em seus contingentes. Algumas capitais da Região Norte (Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista); do Nordeste (Fortaleza) e as

⁸ Considerou-se como interior o conjunto de municípios que não possuíam o *status* de capital.

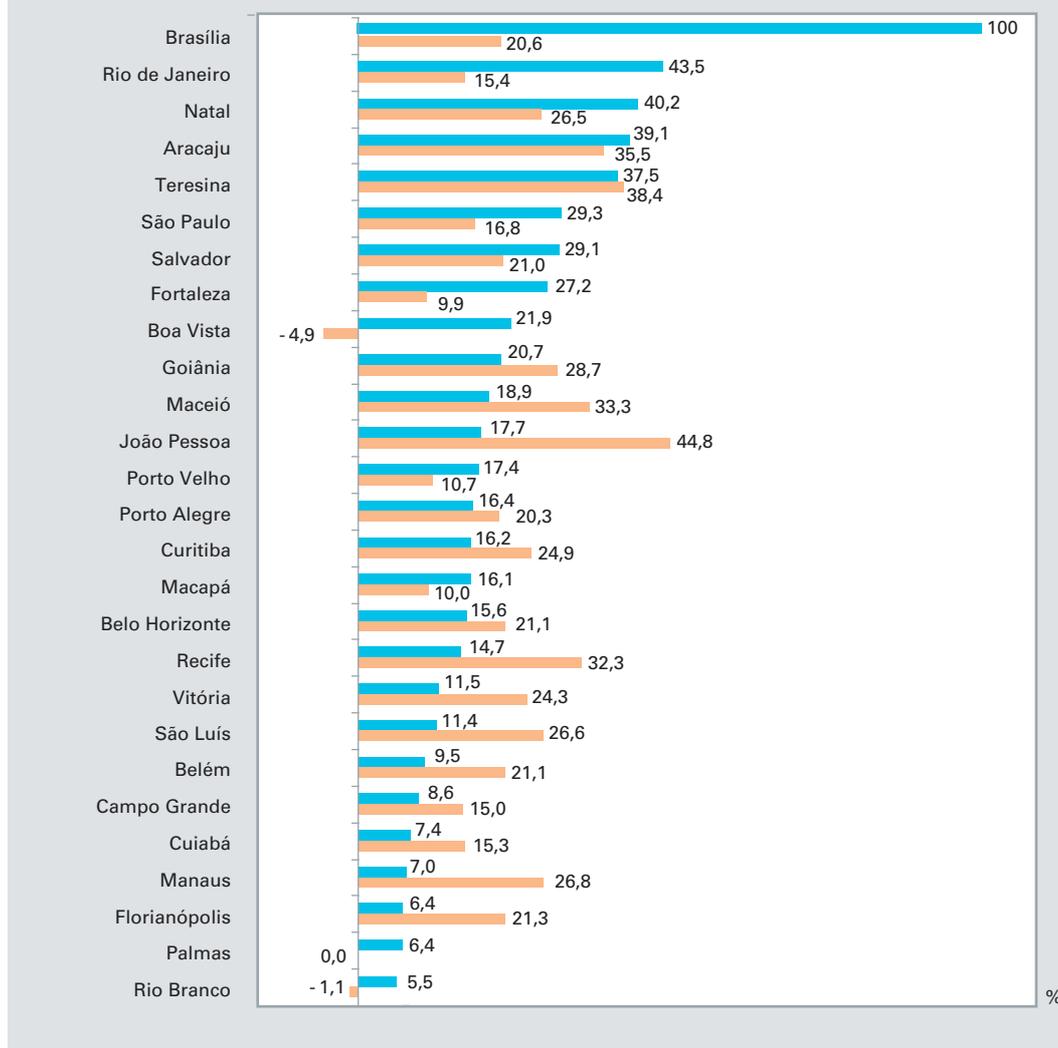
da Região Sudeste, excetuando Vitória, revelaram, inclusive, redução na proporção de pessoas autodeclaradas indígenas com relação ao total de indígenas do estado, de 1991 para 2000. Com isso, Boa Vista e Rio Branco apresentaram até uma perda populacional no período 1991/2000.

Tabela 4 - População residente autodeclarada indígena, total e distribuição relativa e taxa média geométrica de crescimento anual, segundo as Grandes Regiões, municípios das capitais e interior - Brasil - 1991/2000

Grandes Regiões, municípios das capitais e interior	População residente autodeclarada indígena				
	Total		Distribuição relativa (%)		Taxa média geométrica de crescimento anual 1991/2000 (%)
	1991	2000	1991	2000	
Brasil	294 131	734 127	100,0	100,0	10,8
Capitais	35 341	132 706	12,0	18,1	16,0
Interior	258 790	601 421	88,0	81,9	9,9
Norte	124 615	213 443	100,0	100,0	6,2
Capitais	12 785	21 399	10,3	10,0	5,9
Interior	111 830	192 044	89,7	90,0	6,3
Nordeste	55 853	170 389	100,0	100,0	13,3
Capitais	6 229	38 655	11,2	22,7	22,7
Interior	49 624	131 734	88,8	77,3	11,6
Sudeste	30 589	161 189	100,0	100,0	20,5
Capitais	10 631	43 367	34,8	26,9	17,1
Interior	19 958	117 822	65,2	73,1	22,0
Sul	30 334	84 747	100,0	100,0	12,2
Capitais	2 094	12 395	6,9	14,6	22,1
Interior	28 240	72 352	93,1	85,4	11,1
Centro-Oeste	52 740	104 360	100,0	100,0	8,0
Capitais	3 602	16 890	6,8	16,2	18,9
Interior	49 138	87 470	93,2	83,8	6,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Gráfico 4 - Proporção da população residente autodeclarada indígena no total de indígenas do estado e taxa média geométrica de crescimento anual no período 1991/2000, segundo os municípios das capitais - Brasil - 2000



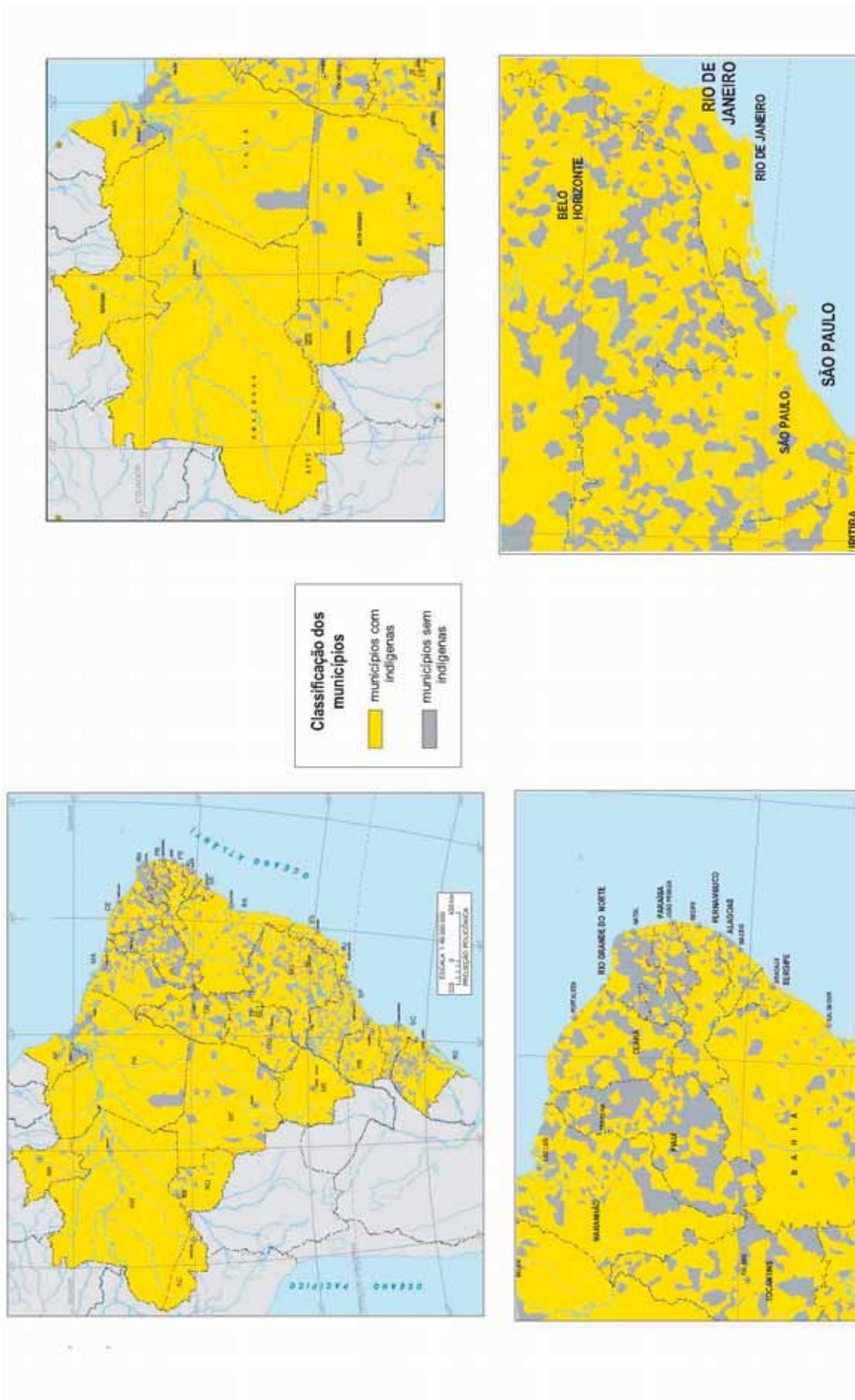
■ Proporção da população residente que se declarou indígena no total de indígenas do estado em 2000

■ Taxa média geométrica de crescimento anual no período 1991/2000

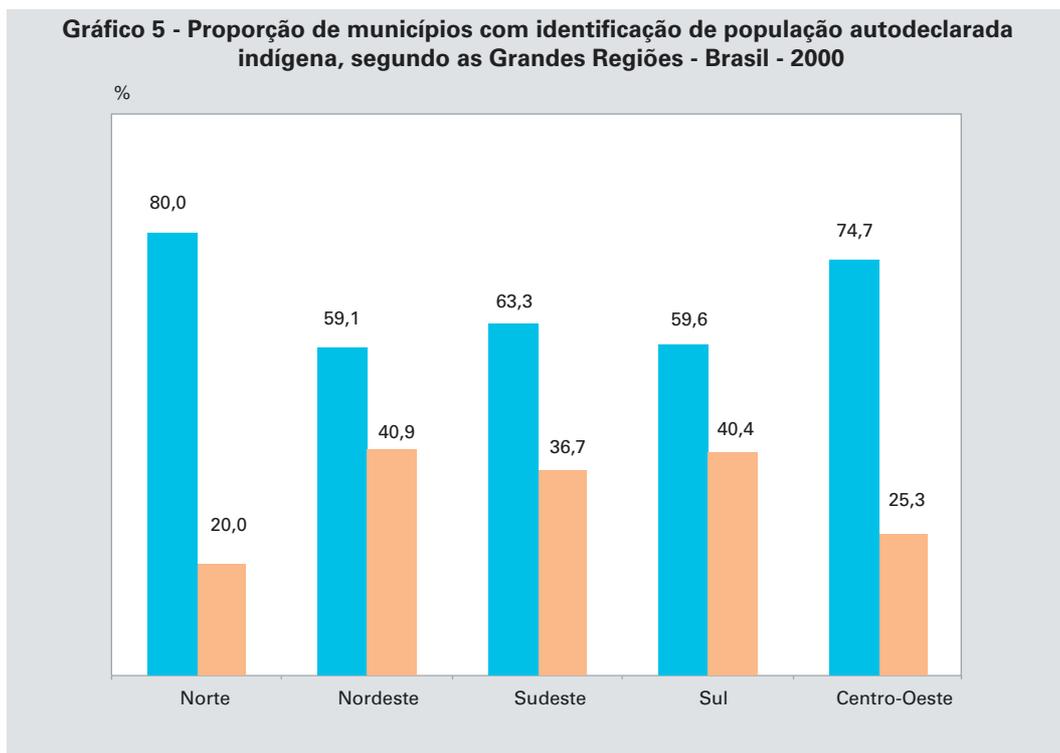
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

A distribuição espacial da população autodeclarada indígena no Censo Demográfico 2000 mostra claramente a dimensão da dispersão de indígenas nos 5 507 municípios existentes à época do último censo. Do conjunto de municípios, 3 495 municípios (63,5%) possuíam indivíduos que se autodeclararam indígenas na sua composição populacional. Na distribuição regional, a Região Norte (80,0%) detém a maior proporção de municípios com pelo menos um indígena declarado, seguida da Região Centro-Oeste, com 74,7%. É importante destacar que nas demais regiões os percentuais de municípios com pelo menos um indígena declarado estiveram acima de 50%, o que equivale a um total de 2 803 municípios nas três regiões. Na distribuição relativa de municípios, por classes de proporção de população indígena no total da população residente no município, observa-se que 28,6% dos municípios apresentaram proporção acima da média nacional (0,4%), representando exatamente a 1 000 municípios.

Mapa 5 - Número de municípios com população indígena autodeclarada - 2000

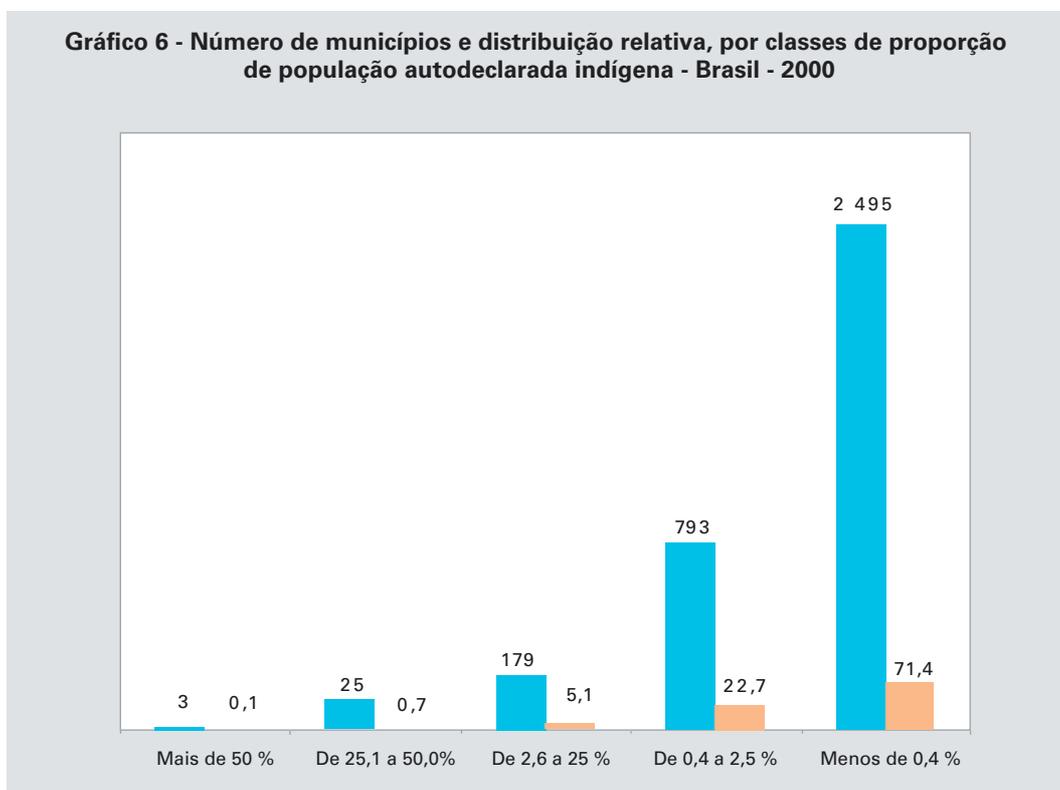


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.



■ Com população indígena declarada ■ Sem declaração de população indígena

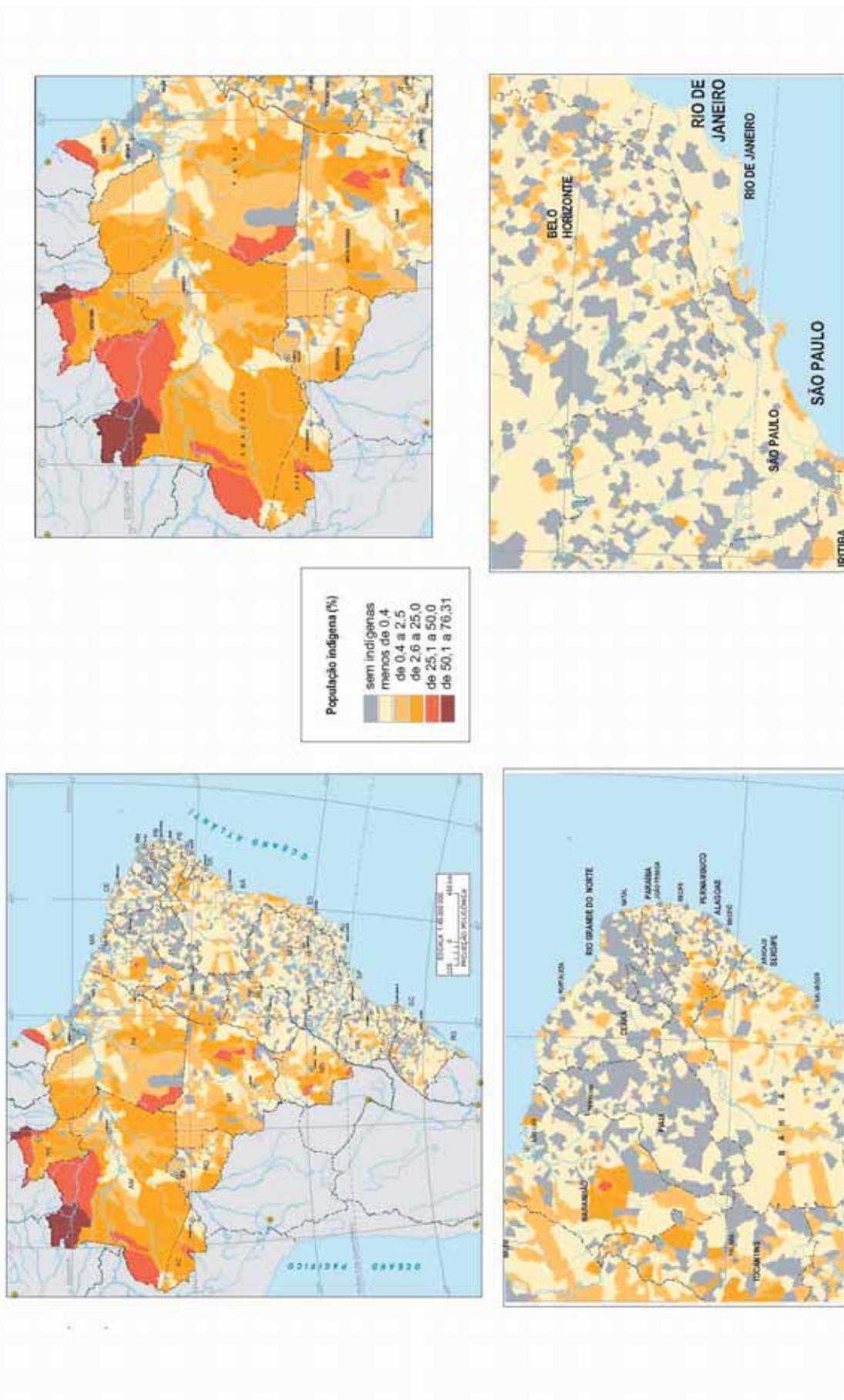
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.



■ Número de municípios ■ %

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Mapa 6 - Proporção de indígenas no total da população do município - 2000



A distribuição da população autodeclarada indígena segundo as classes de tamanho de população dos municípios é mais concentrada nos municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes, quase 28%. O conjunto de municípios com população acima de 500 mil habitantes, somava, em 2000, 31 municípios e apresentava a segunda maior concentração de população indígena, ou seja, 18,8%.

Tabela 5 - População residente total e autodeclarada indígena e participação relativa, segundo as classes de tamanho de população dos municípios - Brasil - 2000

Classes de tamanho de população dos municípios	População residente		Participação relativa da população residente (%)	
	Total	Autodeclarada indígena	Total	Autodeclarada indígena
Total	169 799 170	734 155	100,0	100,0
Até 5 000	4 482 160	20 939	2,6	2,9
De 5 001 a 10 000	9 351 732	66 052	5,5	9,0
De 10 001 a 20 000	19 603 512	114 984	11,5	15,7
De 20 001 a 50 000	28 832 600	203 056	17,0	27,7
De 50 001 a 100 000	20 928 128	69 640	12,3	9,5
De 100 001 a 500 000	39 628 005	121 823	23,3	16,6
Mais de 500 000	46 973 033	137 661	27,7	18,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Na estratificação dos municípios, segundo as classes de taxa de crescimento populacional dos municípios brasileiros, no período 1991/2000, observa-se que, para aqueles municípios com perda populacional (taxa de crescimento anual da população negativa), a concentração de indígenas é um pouco superior à da população brasileira. Já para aqueles com crescimento acelerado (mais de 3,0% ao ano) a proporção de indígenas corresponde ao dobro daquela verificada para a população brasileira como um todo.

Tabela 6 - Número de municípios e população residente total e autodeclarada indígena e participação relativa, segundo as classes de taxa média geométrica de crescimento anual da população dos municípios - Brasil - 2000

Taxa média geométrica de crescimento anual da população dos municípios	Número de municípios		População residente	
	Total	Com autodeclarados indígenas	Total	Autodeclarada indígena
Total				
Total	5 507	3 495	169 799 170	734 155
Menos de 0	1 496	800	14 654 530	80 175
De 0 a 1,5	2 193	1 356	66 071 001	214 763
Mais de 1,5 a 3,0	1 164	804	63 507 943	237 066
Mais de 3,0	654	535	25 565 696	202 151
Participação relativa (%)				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 0	27,2	22,9	8,6	10,9
De 0 a 1,5	39,8	38,8	38,9	29,3
Mais de 1,5 a 3,0	21,1	23,0	37,4	32,3
Mais de 3,0	11,9	15,3	15,1	27,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

O Município de São Gabriel da Cachoeira (Amazonas) detém a maior proporção de indígenas no País, seguido do Município de Uiramutã (Roraima). Ambos apresentam praticamente dois terços de sua população autodeclarada indígena, conforme se observa na relação dos municípios com proporção de população indígena acima de um terço da população. Dos 15 municípios com maiores proporções de indígenas, nove estão situados na Região Norte, um na Nordeste, um na Sudeste, três na Sul, e um na Centro-Oeste.

Mapa 7 - Taxa média geométrica de crescimento anual dos municípios com terras indígenas no período 1991/2000

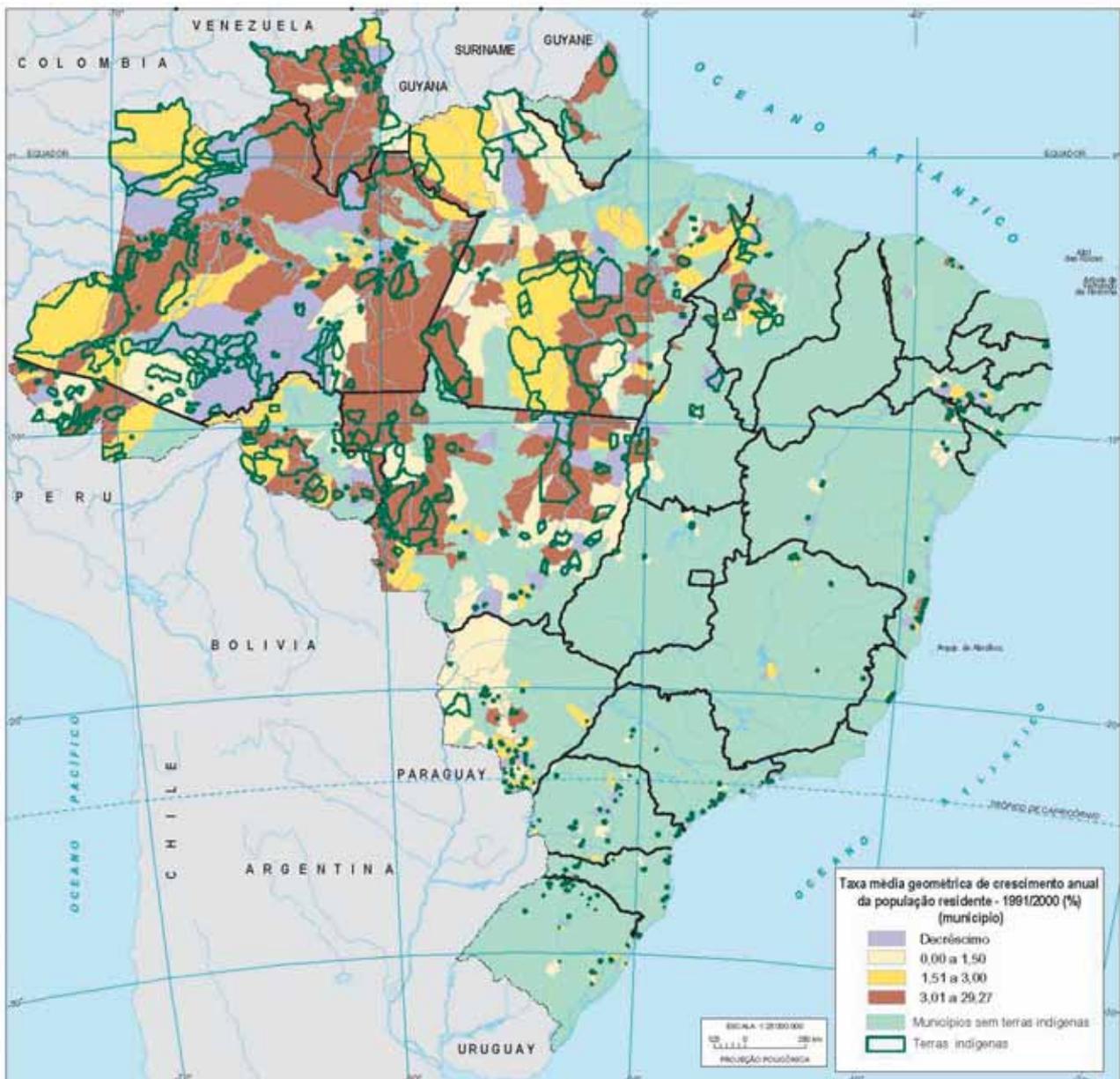


Tabela 7 - Relação dos municípios com as maiores proporções de autodeclarados indígenas, com indicação das Unidades da Federação de referência, população total dos municípios e de indígenas - Brasil - 2000

Municípios e Unidades da Federação de referência	População residente		Proporção de indígenas no total da população do município (%)
	Total	Autodeclarada indígena	
São Gabriel da Cachoeira/AM	29 947	22 853	76,3
Uiramutã/RR	5 802	4 317	74,4
Normandia/RR	6 138	3 511	57,2
Santa Rosa do Purus/AC	2 246	1 085	48,3
Ipuaçu/SC	6 122	2 930	47,9
Baía da Traição/PB	6 483	3 093	47,7
Pacaraima/RR	6 990	3 310	47,4
Benjamin Constant do Sul/RS	2 727	1 111	40,7
São João das Missões/MG	10 230	4 211	40,2
Japorã/MS	6 140	2 409	39,2
Jacareacanga/PA	24 024	8 488	38,4
Amajari/RR	5 294	1 975	37,3
Bonfim/RR	9 326	3 455	37,0
Charrua/RS	3 783	1 339	35,4
Santa Isabel do Rio Negro/AM	10 561	3 670	34,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Quanto ao volume populacional, o Município de São Gabriel da Cachoeira (Amazonas), também, assume a primeira colocação com o maior contingente populacional de indígenas. Verifica-se, ainda, que dentre os 20 municípios com maior contingente de indígenas no País, dez são capitais. Alguns municípios das capitais, como Salvador (Bahia), São Paulo (São Paulo) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), assumem posições destacadas na relação dos municípios com maior volume populacional. Não obstante, em termos relativos aos indígenas no total da população nesses municípios, os percentuais de indígenas situam-se abaixo da média nacional (0,4%).

Tabela 8 - Relação dos municípios com as maiores populações de autodeclarados indígenas e proporção em relação à população total dos municípios, com indicação das Unidades da Federação de referência - Brasil - 2000

Municípios e Unidades da Federação de referência	População residente		Proporção de indígenas no total da população do município (%)
	Total	Autodeclarada indígena	
São Gabriel da Cachoeira/AM	29 947	22 853	76,3
Salvador/BA	2 443 107	18 712	0,8
São Paulo/SP	10 434 252	18 692	0,2
Rio de Janeiro/RJ	5 857 904	15 622	0,3
Jacareacanga/PA	24 024	8 488	38,4
Manaus/AM	1 405 835	7 894	0,6
Belo Horizonte/MG	2 238 526	7 588	0,3
Tabatinga/AM	37 919	7 255	19,1
Brasília/DF	2 051 146	7 154	0,3
Santo Antônio do Itá/AM	28 213	6 673	23,7
São Paulo de Olivença/AM	23 113	6 634	28,7
Porto Alegre/RS	1 360 590	6 356	0,5
Barcelos/AM	24 197	6 187	25,6
Boa Vista/RR	200 568	6 150	3,1
Aquidauana/MS	43 440	6 011	13,8
Miranda/MS	23 007	5 938	25,8
Amambaí/MS	29 484	5 396	18,3
Dourados/MS	164 949	5 189	3,1
Curitiba/PR	1 587 315	5 107	0,3
Recife/PE	1 422 905	5 094	0,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Cor ou raça

A classificação de cor ou raça utilizada pelo IBGE nos Censos Demográficos 1991 e 2000 inclui as seguintes categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena, sendo esta última categoria introduzida no Censo Demográfico 1991, conforme mencionado anteriormente.

Comparando os Censos Demográficos 1991 e 2000, observa-se que houve um expressivo aumento no número de pessoas que se autodeclararam indígenas, de 294 131 para 734 131, o que equivale a uma taxa média geométrica de crescimento anual no período de 10,8 %. Trata-se de taxa muito elevada, uma vez que o total do País apresentou no mesmo período um ritmo de crescimento anual de 1,6%. Este fato apresenta uma dificuldade de ordem metodológica, uma vez que qualquer estudo comparativo entre os dois censos no tocante aos indígenas deverá necessariamente levar em conta esta diferença.

Dentre todas as categorias de cor ou raça, a indígena apresentou a maior taxa de crescimento entre 1991 e 2000. Nas demais categorias, a preta revelou o segundo maior crescimento e as pessoas que se declararam pardas o menor ritmo de crescimento anual, sendo que a Região Nordeste revelou perda populacional no período 1991/2000.

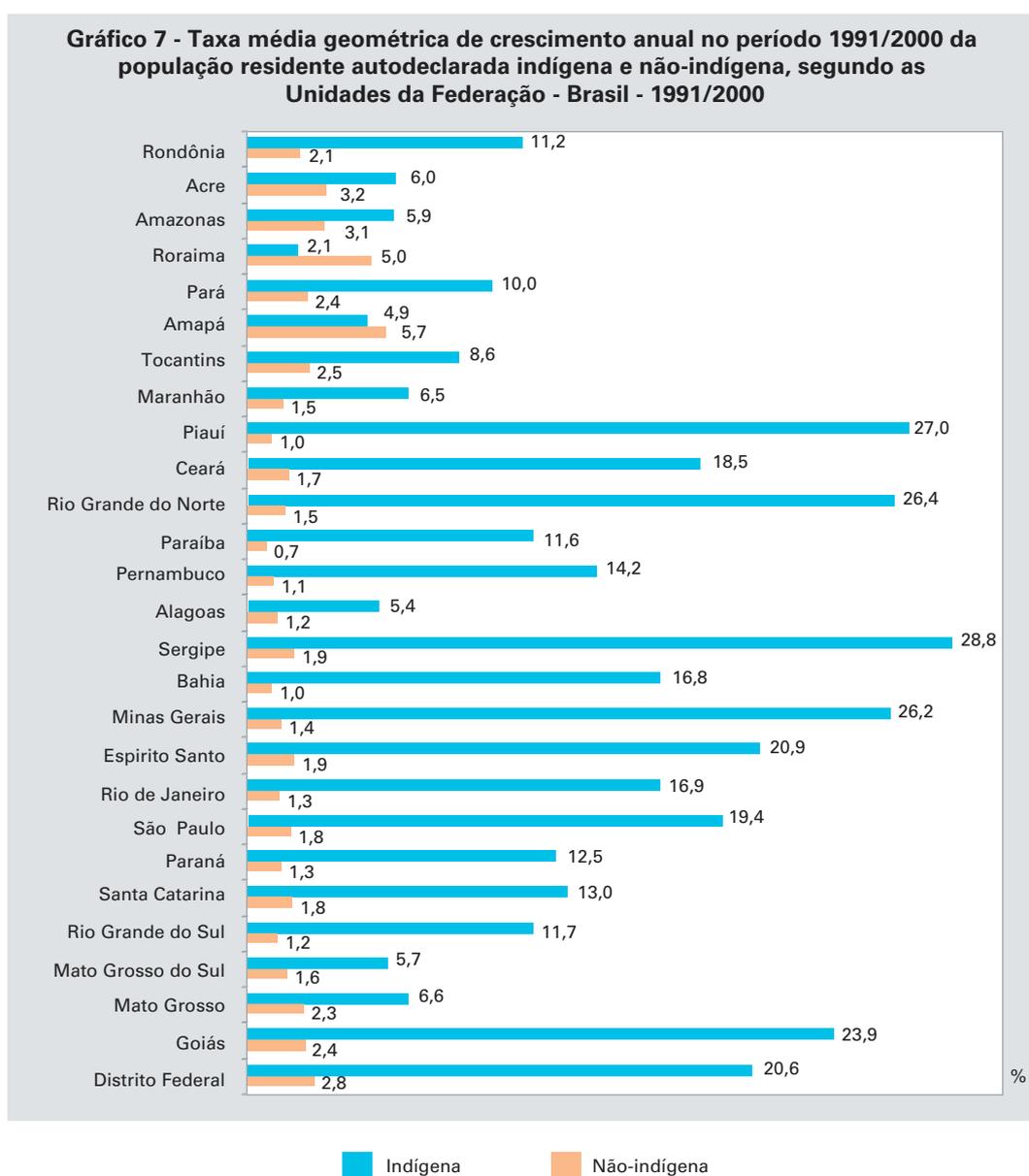
O número de pessoas que se autodeclararam indígenas aumentou expressivamente em todas as Grandes Regiões do País, entre 1991 e 2000. A menor taxa de crescimento ocorreu na Região Norte e a maior na Sudeste. Nas outras regiões, o crescimento foi também bastante significativo.

Tabela 9 - População residente e taxa média geométrica de crescimento anual, por Grandes Regiões, segundo a cor ou raça - Brasil - 1991/2000

Cor ou raça	População residente e taxa média geométrica de crescimento anual					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
População residente						
Branca						
1991	75 704 923	2 279 167	11 317 734	39 261 010	18 428 437	4 418 575
2000	91 298 043	3 616 840	15 738 698	45 163 259	20 991 862	5 787 384
Preta						
1991	7 335 139	329 267	2 368 209	3 662 787	681 930	292 946
2000	10 554 336	641 207	3 681 118	4 752 920	941 222	537 869
Amarela						
1991	630 659	13 994	27 363	471 735	86 878	30 690
2000	761 583	29 247	67 240	514 563	104 238	46 295
Parda						
1991	62 316 060	7 230 653	28 611 068	18 985 392	2 873 704	4 615 242
2000	65 318 092	8 259 486	27 722 133	21 367 768	2 884 741	5 083 964
Indígena						
1991	294 131	124 615	55 853	30 589	30 334	52 740
2000	734 131	213 445	170 389	161 189	84 748	104 360
Taxa média geométrica de crescimento anual (período 1991/2000) (%)						
Branca	2,1	5,3	3,8	1,6	1,5	3,1
Preta	4,2	7,8	5,1	3,0	3,7	7,1
Amarela	2,1	8,6	10,6	1,0	2,1	4,7
Parda	0,5	1,5	-0,4	1,3	0,0	1,1
Indígena	10,8	6,2	13,3	20,5	12,2	8,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Verificou-se crescimento no número de pessoas que se autodeclararam indígenas em todas as Unidades da Federação do País. As taxas de crescimento foram extremamente elevadas, variando de 2,1% (Roraima) a 28,8% (Sergipe), e alcançando valores acima de 5,0% ao ano, em 25 das 27 Unidades da Federação. Dentre os cinco estados que apresentaram maior crescimento (Sergipe, 28,8%; Piauí, 27,0%; Rio Grande do Norte, 26,4%; Minas Gerais, 26,2%; e Goiás, 23,9%), três estão localizados na Região Nordeste. Já dentre aqueles cinco que apresentaram as menores taxas (Amazonas, 5,9%; Mato Grosso do Sul, 5,7%; Alagoas, 5,4%; Amapá, 4,9%; e Roraima, 2,1%), três deles estão situados na Região Norte.

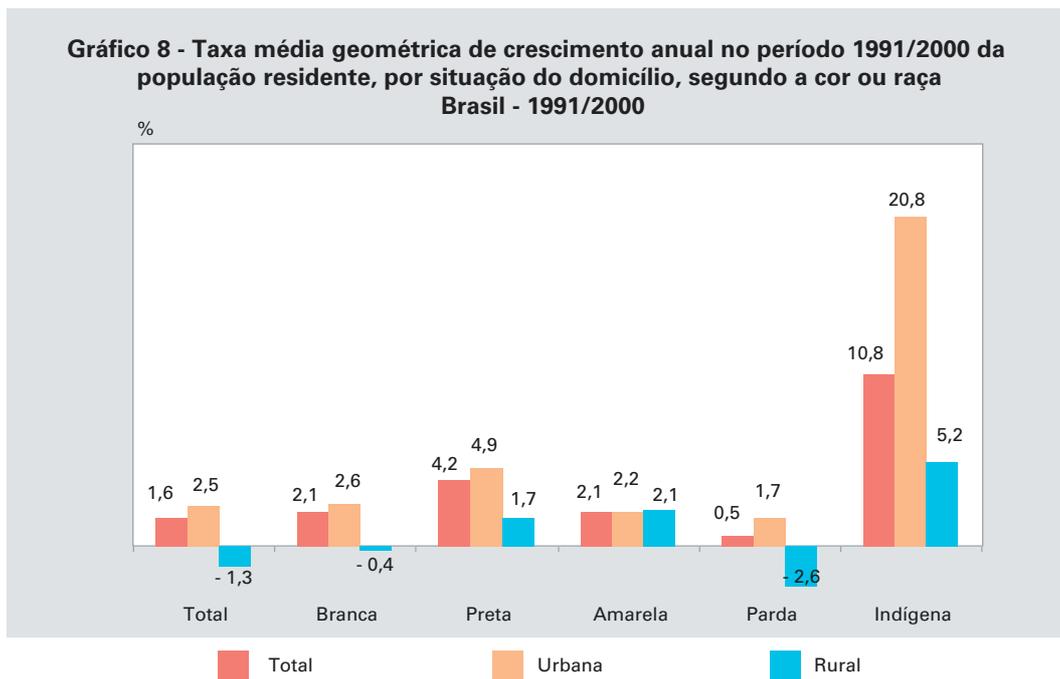


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

O crescimento dos indígenas entre, 1991 e 2000, apresentou diferenças importantes, segundo a situação do domicílio. O crescimento foi mais expressivo na área urbana (20,8%) que na rural (5,8%). Segundo as Grandes Regiões, para a área urbana, em todos os casos o crescimento é significativamente alto. O menor valor

foi registrado na Região Norte (16,4%) e o maior na Nordeste (23,6%). Quanto à área rural, as taxas foram mais diversificadas. Assim, o menor crescimento foi verificado na Região Norte (4,5%) e o maior na Sudeste (16,0%).

Tanto na área urbana como na rural, considerando todas as regiões do País, os indígenas apresentaram o maior crescimento dentre as diversas categorias de cor ou raça entre 1991 e 2000. A categoria que apresentou o segundo maior crescimento na área urbana entre os dois censos foi a preta (4,9%) e a menor foi a parda (1,7%). Na área rural, o segundo maior crescimento foi verificado para a categoria amarela (2,2%) e o menor para a categoria parda, com perda populacional (-2,6%).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Tabela 10 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente autodeclarada indígena, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões Brasil - período 1991/2000

Grandes Regiões	Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente autodeclarada indígena, por situação do domicílio (%)		
	Total	Urbana	Rural
Brasil	10,8	20,8	5,2
Norte	6,2	16,4	4,5
Nordeste	13,3	23,6	5,6
Sudeste	20,5	21,3	16,0
Sul	12,2	20,1	5,5
Centro-Oeste	8,0	19,6	4,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Mesmo com as maiores taxas de crescimento entre os Censos Demográficos 1991 e 2000, a categoria indígena permanece como aquela com menor porcentagem da população total do País (0,2% e 0,4%, respectivamente). Em 1991, os indígenas correspondiam a 0,1% da população residente em área urbana e a 0,6% daquela residente em área rural. Em 2000, representavam 0,3% dos residentes em área urbana e 1,1% daqueles moradores de área rural.

Ao se considerar a participação relativa da categoria indígena na população total segundo as Grandes Regiões, observa-se que, em 2000, a maior participação foi verificada na Região Centro-Oeste (0,9%), acima do dobro da média nacional (0,4%). Há importantes diferenças entre as áreas urbana e rural. Para a área urbana em 1991, as porcentagens não ultrapassam 0,2% (Norte); em 2000, variaram de 0,2% (Sudeste) a 0,5% (Norte). Já para a área rural em 1991, as porcentagens variaram de 0,1% (Sudeste) a 2,8% (Norte); em 2000, de 0,3% (Sudeste) a 4,3% (Norte).

As causas relacionadas ao expressivo aumento no número de pessoas que se autodeclararam indígenas ao se comparar os Censos Demográficos 1991 e 2000 ainda não são claras e constituem importantes aspectos a serem pesquisados. O aumento neste grupo populacional foi excepcionalmente elevado, e para tal contribuiu, particularmente, a população autodeclarada indígena das áreas urbanas de todas as Grandes Regiões. Algumas possibilidades, não excludentes, que explicariam este aumento na população são as seguintes:

a) crescimento vegetativo dos indígenas, ou seja, aumento da população devido ao maior número de nascimentos do que de mortes. Por certo, o crescimento vegetativo apresenta uma contribuição no aumento verificado, mas possivelmente em uma magnitude insuficiente para explicar o expressivo aumento observado. Mesmo nos casos extremos de natalidade muito alta e mortalidade muito baixa – o que não é o caso da população indígena – a taxa de crescimento não se aproximaria do valor constatado entre os Censos de 1991 e de 2000;

b) imigração internacional originária dos países limítrofes que têm alto contingente de população indígena, como Bolívia, Equador, Paraguai e Peru, com destino às áreas fronteiriças ou às grandes metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo. Como no caso anterior, se este foi o caso, a contribuição para o crescimento verificado teria relativamente pouca importância devido à magnitude do aumento observado; e

c) aumento da proporção de indígenas urbanizados que optaram pela categoria indígena no Censo Demográfico 2000 e que, anteriormente, se classificavam em outras categorias. Esta é uma das hipóteses mais plausíveis. Nesse aumento, estariam incluídos tanto os indígenas urbanizados com pertencimento étnico a povos indígenas específicos como pessoas que se classificaram genericamente como indígenas ainda que não se identificando com etnias específicas (PEREIRA; AZEVEDO; SANTOS, 2005).

A substancial diferença populacional referente aos indígenas encontrada entre os dois censos demográficos, deve ser levada em consideração ao se realizar qualquer estudo comparativo que considere essas fontes. Há evidências de que não se trata do mesmo universo. Desse modo, para avançar no conhecimento da realidade indígena do País, utilizando os censos como fonte, embora não seja tarefa fácil, é preciso realizar estudos detalhados, que identifiquem as múltiplas especificidades dos autodeclarados indígenas, nas dimensões socioculturais, demográficas e econômicas.

Estrutura por sexo e idade

A razão de sexo⁹ da população autodeclarada indígena no Censo Demográfico 2000 revela um certo equilíbrio entre homens e mulheres; em 1991, existia um excedente masculino da ordem de 4,2%. Na análise da razão de sexo pela situação do domicílio, observa-se que esta população segue o padrão da população brasileira como um todo, ou seja, predomínio feminino nas áreas urbanas e excedente masculino nas áreas rurais.

Tabela 11 - Razão de sexo da população residente autodeclarada indígena, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1991/2000

Grandes Regiões	Razão de sexo da população residente autodeclarada indígena, por situação do domicílio (%)						
	Total		Urbana		Rural		
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	
						Total	Específico
Brasil	104,2	99,0	90,2	91,5	109,2	108,0	107,0
Norte	110,7	106,1	89,4	93,5	113,2	109,8	109,6
Nordeste	100,9	95,3	94,7	88,7	103,5	107,1	103,2
Sudeste	90,0	93,2	84,9	91,5	117,5	106,0	102,0
Sul	99,6	102,0	97,8	100,3	100,5	104,9	100,0
Centro-Oeste	104,6	98,4	90,2	86,0	107,4	106,3	106,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Numa população pouco afetada pela migração, a razão de sexo adquire valores ligeiramente acima de 1 ou 100%, nas primeiras idades, tendendo a declinar na medida em que se avança ao longo das idades. Este comportamento é resultante da sobre-mortalidade masculina. Observa-se que, para o conjunto da população autodeclarada indígena, mesmo com algumas irregularidades na razão e os possíveis erros de declaração da idade, houve, no período, uma diminuição sistemática do indicador. Apontar as razões para o surgimento de tal fenômeno constitui uma tarefa problemática, uma vez que os conjuntos dos que se autodeclararam indígenas são muito diferenciados em termos de volume entre um censo e outro. O fato é que, em 2000, observa-se na média nacional um discreto favorecimento ao sexo feminino, que também é verificado, com maior intensidade, nas Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste.

Ao analisar as razões para as populações urbana e rural, observa-se um comportamento por idade não esperado nas áreas urbanas. Particularmente, no grupo de 0 a 4 anos de idade, a razão de sexo é favorável ao sexo feminino, configurando um desequilíbrio pouco provável, mas não impossível de ocorrência. A omissão de crianças de 0 a 4 anos de idade do sexo masculino, neste caso, pode ter sido mais elevada, bem como a mortalidade, nos primeiros anos de vida, pode atuar com maior intensidade sobre as crianças do sexo masculino, estabelecendo, com isso, um diferencial de óbitos por sexo mais amplo que na população em geral.

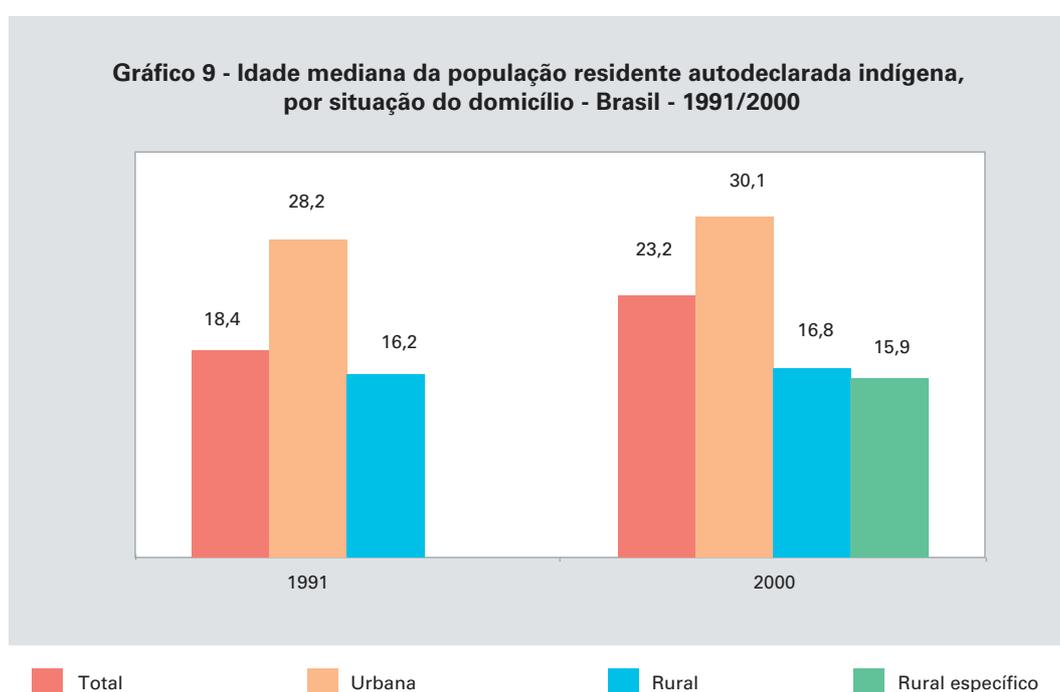
Se, por um lado, a razão de sexos declina muito mais rapidamente na área urbana, com passar da idade, na área rural, este índice tende claramente a aumentar. Se

⁹ Razões de sexo = Relação entre homens e mulheres de uma população, expressada pelo quociente (Homens/Mulheres) * 100, onde a razão > 100 significa um número maior de homens e a razão < 100 significa um número de mulheres. Admite-se equilíbrio entre 98 e 102.

isto é consequência dos movimentos migratórios e se o fluxo tende a ser do rural para o urbano, pode-se inferir que a migração é altamente seletiva por sexo. Se, por outro lado, é causado, em parte, pela mortalidade, deve-se pesquisar se esta, que costuma ser diferenciada por lugar de residência, não estaria afetando muito mais à população rural. Sabe-se que, em presença de altos níveis de mortalidade, tanto homens como mulheres estão expostos a altos e muito similares riscos de mortalidade.

O comportamento das razões de sexo no contexto urbano nas idades adultas segue um padrão esperado, refletindo uma maior mortalidade entre os homens indígenas, além de uma possível migração rural-urbana feminina. Já nas áreas rurais, o excedente masculino verificado nestas idades pode estar associado a uma sobremortalidade feminina, associada à saída de mulheres adultas por migração.

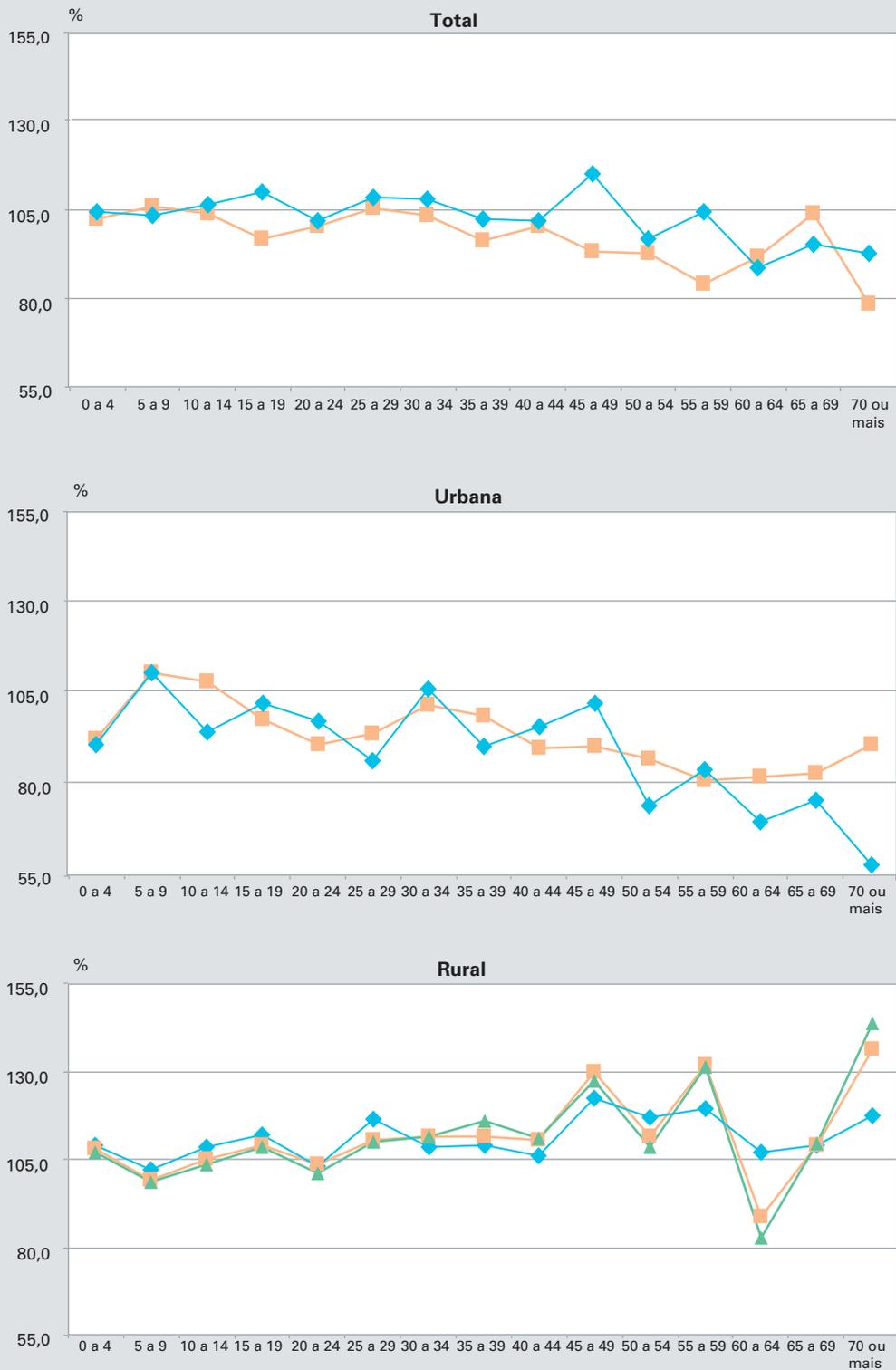
Gráfico 9 - Idade mediana da população residente autodeclarada indígena, por situação do domicílio - Brasil - 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Os diferenciais são nítidos na observação da estrutura por sexo e idade da população autodeclarada indígena quando se analisa a situação do domicílio. Os indígenas urbanos acompanham o padrão da composição por sexo e idade da população brasileira, que apresentaram como característica uma moderadamente baixa fecundidade e mortalidade, e, também, uma razão de dependência baixa e com idade mediana alta. Por outro lado, para aqueles indígenas residentes na área rural do País, o comportamento piramidal ainda é fruto de uma alta natalidade e mortalidade, que é um padrão geralmente observado entre populações indígenas. A idade mediana da população indígena do Brasil, de acordo com o Censo Demográfico 2000, foi de 23,2 anos de idade, 22,9 anos de idade para os homens e 23,5 anos de idade para as mulheres. A idade mediana calculada segundo a situação do domicílio apresenta um diferencial extremamente significativo, isto é, a idade mediana dos indígenas da área urbana era quase o dobro da área rural (30,1 anos e 16,8 anos de idade mediana, respectivamente). Para o rural específico, a população é ainda mais jovem, com uma idade mediana de 15,9 anos de idade. A tendência revelada pelo Censo Demográfico 1991 foi a mesma.

Gráfico 10 - Razão de sexo da população autodeclarada indígena, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio Brasil - 1991/2000



◆ 1991 ■ 2000 ▲ Rural específico - 2000

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Quanto ao comportamento regional da idade mediana, a Região Norte revela a menor idade no contexto nacional, com 17,2 anos; e a Região Sudeste a população mais envelhecida, com uma idade mediana de 31,8 anos de idade. Em 2000, as áreas urbanas das Regiões Sul e Sudeste apresentam uma idade mediana acima de 30 anos de idade, já a área rural da Região Norte detém a idade mediana mais baixa dentre todas as regiões.

Tabela 12 - Idade mediana da população residente autodeclarada indígena, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1991/2000

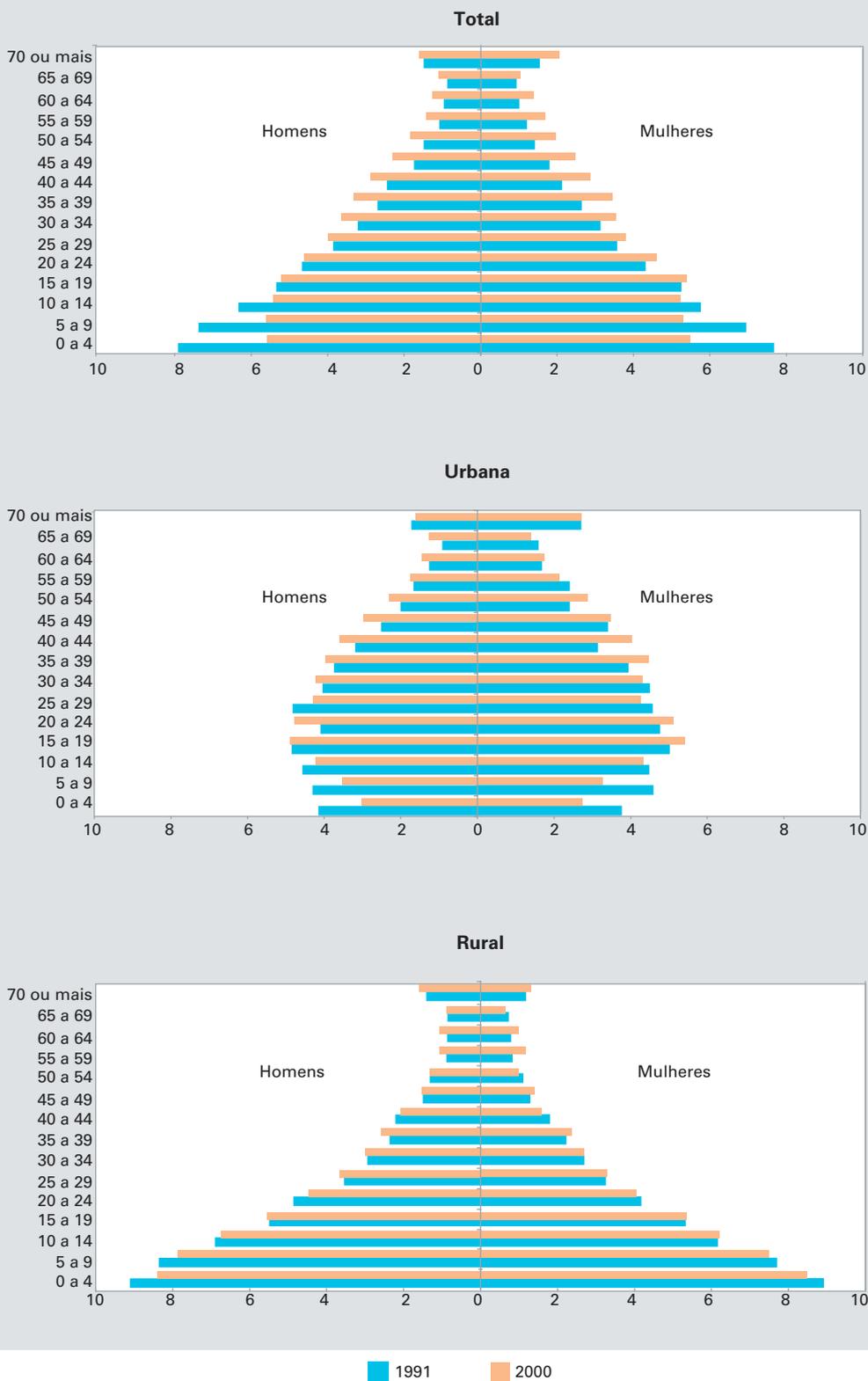
Grandes Regiões	Idade mediana da população residente autodeclarada indígena, por situação do domicílio						
	Total		Urbana		Rural		
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	
						Total	Específico
Brasil	18,4	23,2	28,2	30,1	16,2	16,8	15,9
Norte	16,6	17,2	20,9	23,7	16,2	15,8	15,6
Nordeste	17,6	23,8	22,9	27,3	16,0	18,1	16,5
Sudeste	30,1	31,8	32,1	33,0	18,1	16,5	16,3
Sul	21,4	27,4	32,6	33,3	15,9	18,1	16,0
Centro-Oeste	17,2	20,7	23,6	28,7	16,0	16,3	15,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

A composição por sexo e idade da população que se declarou indígena, em 2000, apresenta um significativo estreitamento de sua base, representando declínio da fecundidade, contudo, com persistência de alta razão de dependência em função da grande contribuição do contingente de jovens.

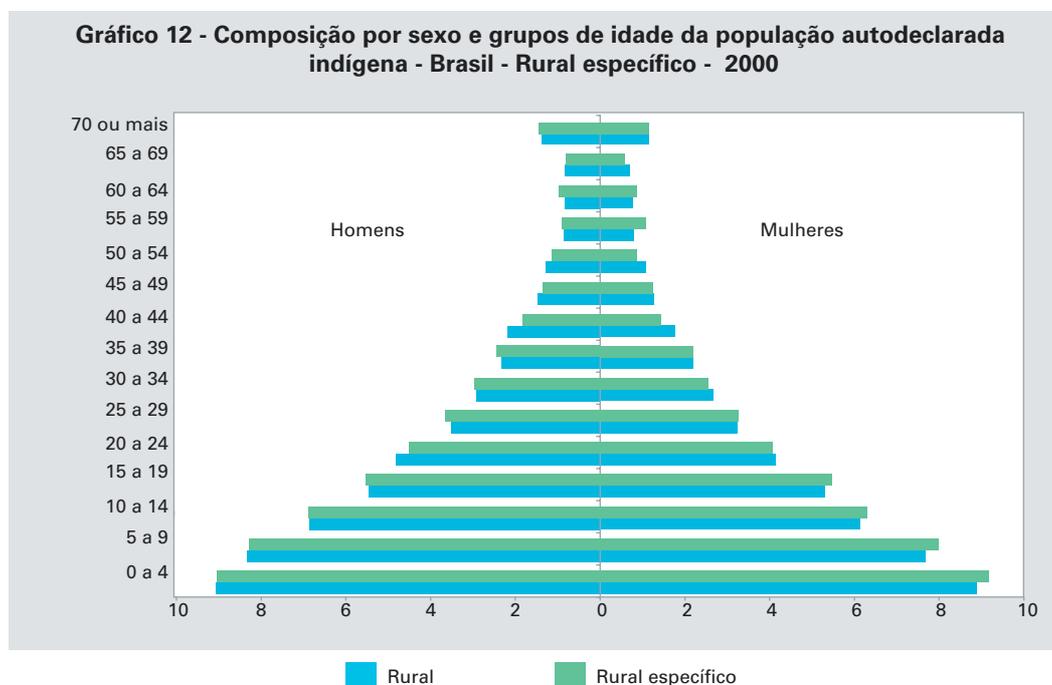
Para a área urbana, a redução do peso relativo do contingente de jovens na população total indígena intensificou o processo de estreitamento da base. Já entre a população que se autodeclarou indígena na área rural, a mesma apresentou características de uma população jovem com uma base alargada, fruto da persistência de altos níveis de fecundidade, a qual vai se estreitando proeminentemente na medida em que a idade aumenta, com a diminuição do peso relativo das populações adulta e idosa. Isto provavelmente é devido ao fato de que a maioria dos povos residentes nas terras indígenas tem passado, nos últimos anos, por um processo de recuperação populacional, apresentando altas taxas de fecundidade e uma mortalidade decrescente (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005).

Gráfico 11 - Composição por sexo e grupos de idade da população autodeclarada indígena, por situação do domicílio - Brasil - 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

A estrutura por sexo e idade das pessoas autodeclaradas indígenas residentes no rural específico é ainda mais jovem que a do rural total. No rural específico, o contingente de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos praticamente se iguala ao grupo de 15 a 64 anos, como será visto mais adiante.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

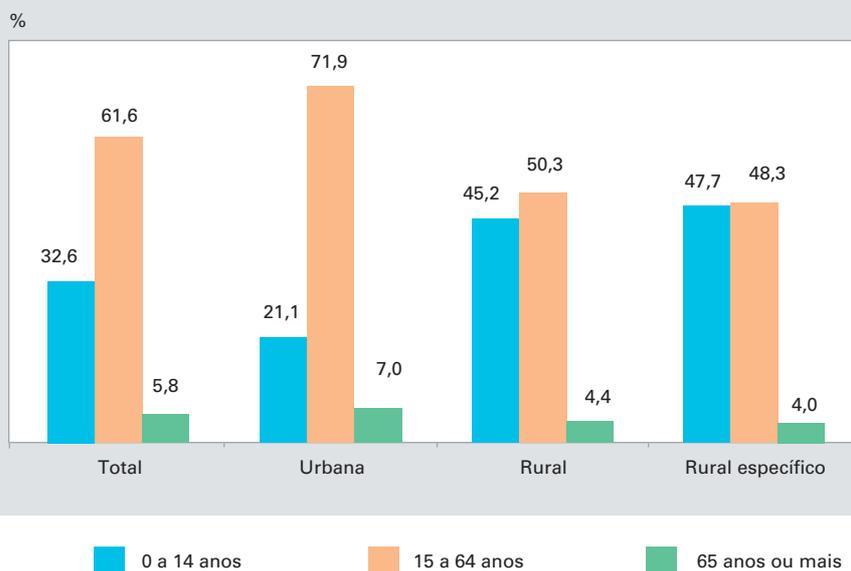
Em 1991, a população indígena praticamente era dividida entre a proporção de crianças e adolescentes (0 a 14 anos de idade) e a proporção de adultos (15 a 64 anos de idade), enquanto os idosos (65 anos ou mais) representavam 4,7% da população total de indígenas. Em 2000, a participação relativa do contingente de crianças e adolescentes declinou em 22,1%, ao passo que a contribuição dos adultos aumentou em 15,3%. A distribuição percentual da população pelos grandes grupos populacionais, fazendo-se a distinção do urbano e rural, revela uma proporção de crianças e adolescentes na área rural duas vezes maior do que na área urbana. Neste caso, a proporção de crianças, adolescentes e jovens indígenas até 24 anos de idade, em 2000, concentra 52% da população total indígena, enquanto na área urbana este percentual atinge 41% e na área rural é de 65%.

Tabela 13 - Distribuição relativa da população residente autodeclarada indígena, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1991/2000

Grandes Regiões	Distribuição relativa da população residente autodeclarada indígena, por grupos de idade (%)							
	Total		0 a 14 anos		15 a 64 anos		65 anos ou mais	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	100,0	100,0	41,8	32,6	53,4	61,6	4,7	5,8
Norte	100,0	100,0	45,9	44,1	50,9	52,6	3,2	3,4
Nordeste	100,0	100,0	42,8	29,9	51,9	63,6	5,3	6,4
Sudeste	100,0	100,0	23,1	19,8	70,4	72,6	6,5	7,6
Sul	100,0	100,0	37,5	27,3	55,3	65,3	7,2	7,3
Centro-Oeste	100,0	100,0	44,6	37,6	50,0	56,8	5,4	5,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

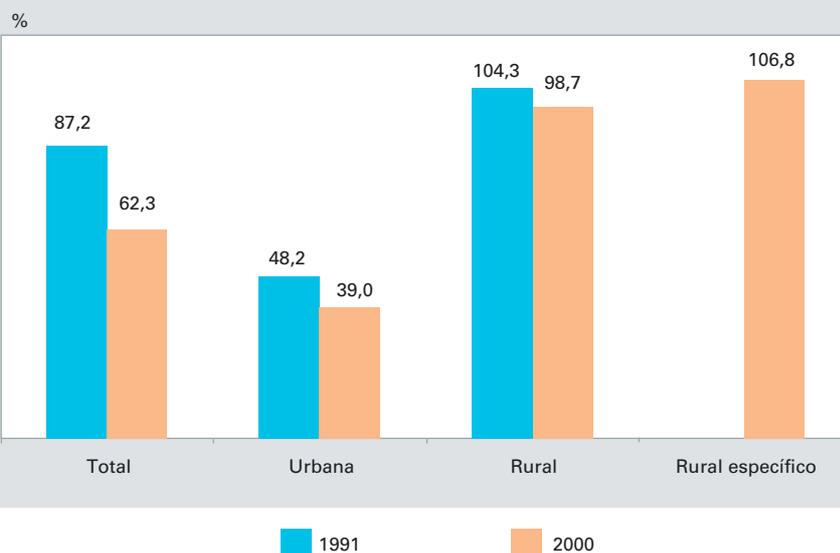
Gráfico 13 - Distribuição relativa da população residente autodeclarada indígena, por grupos de idade - Brasil - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

O indicador razão de dependência, que permite estabelecer o peso dos potencialmente inativos (crianças e idosos) sobre o segmento populacional que, em princípio, poderia estar exercendo alguma atividade produtiva, revela que, na área urbana, os inativos correspondem a um pouco mais de um terço dos potencialmente ativos, enquanto na área rural a relação é de praticamente um inativo para cada ativo.

Gráfico 14 - Razão de dependência da população residente autodeclarada indígena, por situação do domicílio - Brasil - 1991/2000



nte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

No País como um todo, a contribuição do segmento de crianças e adolescentes indígenas de 0 a 14 anos de idade no total da população indígena declinou de 41,8%, em 1991, para 32,6%, em 2000, ao passo que o grupo de idosos de 65 anos ou mais de idade, no mesmo período, aumentou em 23,4% (4,7%, em 1991, e 5,8%, em 2000).

As diferenças observadas nas razões de dependência referentes às regiões foram bastante significativas. Enquanto o peso dos jovens e dos idosos sobre o segmento de 15 a 64 anos de idade residente na Região Norte correspondia a 90,2%, este indicador para a Região Sudeste alcançou 37,7%. Os estados brasileiros que formam a Região Sudeste, acrescidos de Goiás e o Distrito Federal, apresentaram as mais reduzidas razões de dependência. A estrutura por idade da população que se autodeclarou indígena permite a derivação do índice de envelhecimento populacional, o qual está em elevação em praticamente todas as regiões, demonstrando que o envelhecimento observado na população como um todo também ocorre no grupo de indígenas. Os níveis mais elevados foram encontrados nos estados pertencentes à Região Sudeste, destacando-se o comportamento do Rio de Janeiro, com uma relação idoso/criança de 49,9%.

Regionalmente, as pirâmides etárias são bem distintas para os respectivos conjuntos de indígenas. Na Região Norte, em 2000, a composição por sexo e idade da população que se declarou indígena é típica de uma população onde prevalecem altas natalidade e mortalidade, com idade mediana baixa e elevada razão de dependência, em função do grande peso do contingente de crianças.

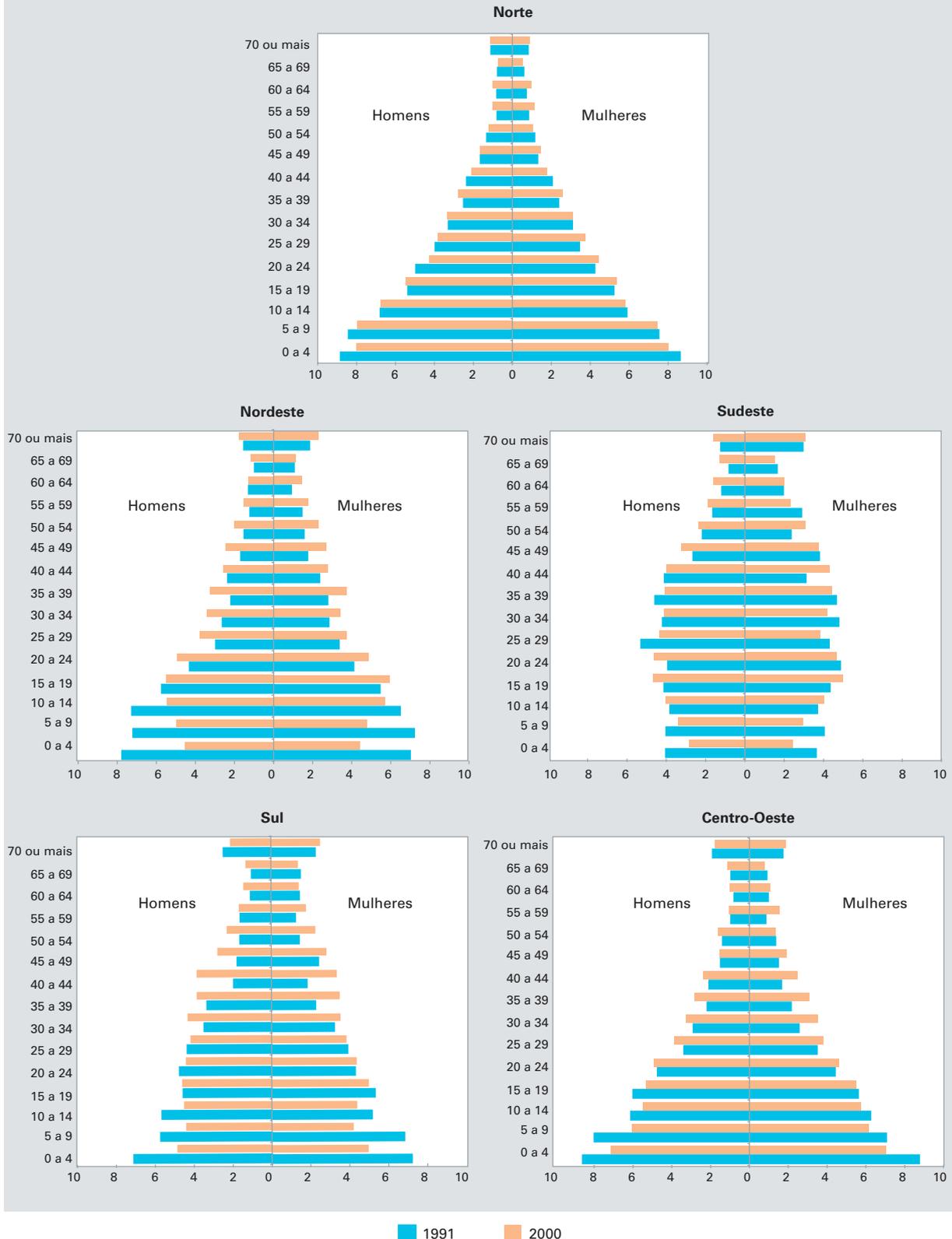
A composição por sexo e idade da população que se autodeclarou indígena na Região Nordeste apresenta características semelhantes à do Brasil como um todo. O contingente de crianças e adolescentes (0 a 14 anos de idade) que em 1991 era de 42,8% declinou para 29,9%, tendo os Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia revelado reduções que contribuíram muito para este comportamento. A proporção de idosos (pessoas de 65 anos ou mais de idade) atinge, em 2000, 6,4% na região, com destaque para o Estado do Piauí, com 7,2% de idosos indígenas.

As características da pirâmide etária dos autodeclarados indígenas da Região Sudeste são correspondentes ao padrão etário da população urbana brasileira, caracterizando-se por uma pequena proporção no grupo de crianças e adolescentes (0 a 14 anos ou mais de idade), refletindo uma fecundidade e mortalidade em níveis mais baixos, com a menor razão de dependência e a maior proporção de idosos dentre as regiões do País. A proporção de pessoas indígenas de 15 a 64 anos de idade desta região atingiu 72,6% do total de indígenas da região. O declínio da fecundidade conjugada à redução da mortalidade contribuiu para as mudanças processadas na composição por idade desta população.

A base da pirâmide etária da Região Sul apresentou comportamento distinto das demais para o grupo de crianças e adolescentes, sendo o grupo de 5 a 9 anos de idade inferior tanto ao grupo de 0 a 4 anos de idade quanto ao de 10 a 14 anos de idade.

A Região Centro-Oeste apresenta, na composição por sexo e idade, formato piramidal semelhante ao da Região Norte, isto é, com uma base ainda larga e que se estreita rapidamente, representando alta natalidade e mortalidade, com grande contribuição do contingente de crianças.

Gráfico 15 - Composição por sexo e grupos de idade da população autodeclarada indígena, por Grandes Regiões - Brasil - 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Os resultados dos Censos Demográficos 1991 e 2000 revelam características estruturais bem distintas para a população que se autodeclarou indígena segundo as regiões brasileiras, e observa-se que a dicotomia urbano/rural é acentuada na análise deste grupo populacional.

Para todas as regiões do País, as pirâmides para os indígenas residentes nas áreas rural e rural específico apresentam uma base larga e um estreitamento nas faixas etárias mais elevadas. Esse padrão é bastante consistente com aquele descrito para a estrutura etária de povos indígenas no Brasil, caracterizados por alta natalidade (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005). Vale lembrar que 86,7% dos residentes na situação de domicílio rural específico estão em municípios onde há terras indígenas, o que é uma forte evidência de que são indígenas com filiação étnica a povos específicos.

Já a distribuição por sexo e idade dos indígenas residentes em áreas urbanas, seja qual for a região, não se aproxima do formato piramidal. Observa-se pouca representatividade da população mais jovem, particularmente os menores de 15 anos. O formato é típico de populações com taxas de natalidade e mortalidade baixas, ou expostas a migrações altamente seletivas por idade. São duas situações que dificilmente se aplicariam ao universo dos indígenas no Brasil.

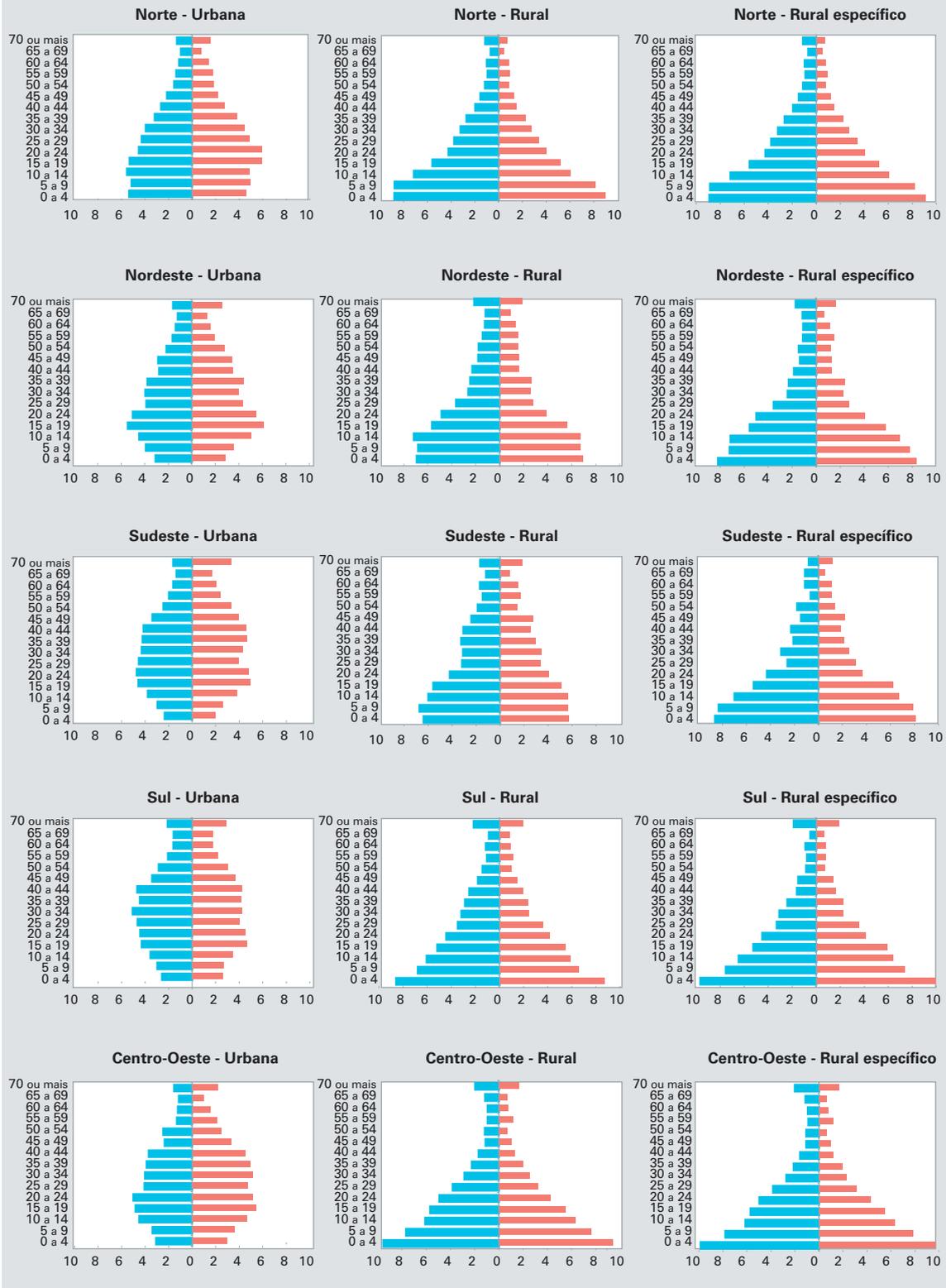
Poder-se-ia atribuir o formato observado na situação de domicílio urbana a diversos fatores, que não são exaustivos nem excludentes. Uma possibilidade é que seria resultante de um processo de migração para as cidades, principalmente de jovens e adultos jovens para fins de trabalho e educação. Outra possibilidade é que na população indígena urbana estariam pelo menos dois grupos de indivíduos, quais sejam, os já referidos migrantes (indivíduos oriundos de comunidades indígenas específicas, portanto, com pertencimento étnico específico) e também pessoas que se declararam indígenas, mas que não se identificam com comunidades específicas.

Outras hipóteses explicativas para o formato observado para a área urbana centram-se mais diretamente nas crianças. Assim, pode-se aventar a possibilidade de uma excessiva omissão de crianças. Esta explicação é pouco provável, pois o sub-registro deveria aparecer também, e, mais acentuadamente, entre a população rural, pois é neste tipo de população onde a confiabilidade costuma ser menor. É possível, por outro lado, pressupor que o perfil se deva ao auto-reconhecimento do indígena urbano como tal, sem, no entanto, estender este reconhecimento aos filhos. Este pressuposto, que parece mais provável, é um aspecto que, por sua enorme importância, merece ser estudado com muito mais profundidade e detalhe.

Portanto, a explicação acerca dos formatos das distribuições observadas, com notáveis diferenças entre indígenas urbano e rural, precisa ser conduzida com cuidado. As evidências são de que se está diante de um fenômeno socioantropológico e demográfico bastante complexo, particularmente para os indígenas urbanos. Já os residentes em áreas rurais apresentam uma distribuição afim àquela esperada para os povos indígenas anteriormente investigados, do ponto de vista demográfico.

A complexidade está presente, também, quando se considera que este *sui generis* perfil, diferenciado por áreas de residência, repete-se sistematicamente em todas as regiões geográficas.

Gráfico 16 - Composição por sexo e grupos de idade da população autodeclarada indígena, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2000



■ Homens ■ Mulheres

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Religião

A investigação da religião¹⁰ nos censos brasileiros consiste numa única pergunta “Qual é a sua religião ou culto?”, com a finalidade de conhecer a grande diversidade de religiões ou cultos declarados pela população do Brasil, como também o número de adeptos.

É importante frisar que a religião de muitos povos indígenas no Brasil não está estruturada em igrejas e/ou aparatos com autonomia institucional, o que constitui a informação mais usualmente captada pelos levantamentos censitários no País.

O que se entende por religião está associado, para os povos indígenas, aos mitos e crenças, isto é, às narrativas de acontecimentos que explicam o mundo em que vivem, a posição de seu povo diante dos demais, suas tradições e costumes. Os mitos, ao descrever e explicar o passado, procuram, como grande parte das práticas religiosas, refletir sobre o presente. Os mitos têm uma relação muito estreita com os ritos e com a estrutura social de cada povo. Nos mitos, são descritas as ações dos heróis míticos, seres transformadores, responsáveis pela criação dos acidentes geográficos, dos animais e plantas.

Nesse sentido, respostas como “sem religião” ou “sem declaração” dos auto-declarados indígenas podem sugerir uma não associação do que é entendido como religião formal. Isto se deve ao fato de que muitas iniciativas missionárias, ao longo de sua atuação junto aos povos indígenas, se opuseram à aceitação de que seus mitos e crenças tradicionais não constituíam uma religião, com o intuito de convertê-los.

Não obstante, o conhecimento e a contabilização da religião da população que se autodeclarou indígena é importante, uma vez que se trata de um dos aspectos caracterizadores dos processos de identidade e de transformação sociocultural. Neste sentido, a investigação da religião pode auxiliar na compreensão do papel desempenhado pela atuação dos missionários junto às comunidades indígenas, e também dos fluxos migratórios para áreas como Norte e Centro-Oeste do País, de grande concentração indígena, fazendo com que hábitos e costumes fossem sendo modificados em função do contato desta população com a sociedade nacional. As influências da crescente urbanização indígena em muitas regiões do País no tocante à religião também merecem ser investigadas a fundo.

Os resultados da pesquisa da religião nos Censos Demográficos 1991 e 2000 revelam, quanto aos auto-declarados indígenas, uma população predominantemente católica, acompanhando a população brasileira como um todo.

A proporção de indígenas católicos apostólicos romanos, em 2000, atinge 58,9%, contudo inferior àquela declarada em 1991, que é da ordem de 64,3%. Este comportamento de redução no percentual de católicos, apostólicos romanos segue o padrão nacional, o que indicaria que em décadas anteriores a presença das missões religiosas tenha influenciado em muito a cultura indígena tradicional. O restante, 41,1% das declarações, apresenta 20% de evangélicos como a segunda grande proporção e 14,4%

¹⁰ Pesquisou-se a religião professada pela pessoa. Aquela que não professava qualquer religião foi classificada como sem religião. A criança que não tinha condição de prestar a informação, foi considerada como tendo a religião da mãe. As religiões foram classificadas nos seguintes grupos: Católica Apostólica Romana, Evangélicas (de missão, de origem pentecostal, outras religiões evangélicas), Espírita, Espiritualista, Umbanda, Candomblé, Judaica, Budismo, Outras Religiões Orientais, Islâmica, Hinduísta, Tradições Esotéricas, Tradições Indígenas, Outras Religiosidades, Sem Religião e Não-determinadas.

que declararam “sem religião”; portanto, dentro dos 6,7% restantes, estariam, além de outras religiões (tais como: espíritas, umbanda, candomblé), as chamadas “tradições indígenas”, que representam somente 1,4%. Observa-se, também, na análise comparativa entre os dois censos o crescimento dos evangélicos, principalmente os de origem pentecostal (em 1991, 7,7%, e em 2000, 11,9%), e no conjunto das outras religiões o crescimento dos declarados espíritas, de 0,3%, em 1991 para 0,8% em 2000.

Tabela 14 - População residente autodeclarada indígena e participação relativa, por situação do domicílio, segundo a religião - Brasil - 1991/2000

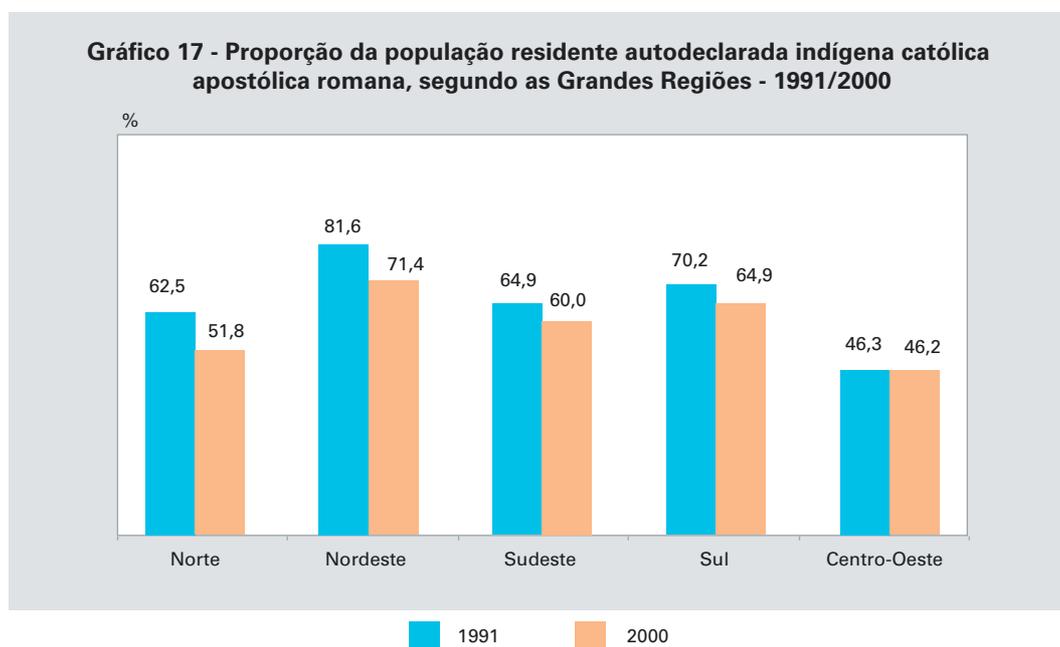
Religião	População residente autodeclarada indígena e participação relativa, por situação do domicílio (%)						
	Total		Urbana		Rural		
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	
						Total	Específico
População residente autodeclarada indígena							
Total	294 131	734 127	71 026	383 298	223 105	350 829	304 324
Católica apostólica romana	189 031	432 172	50 269	244 451	138 762	187 721	151 277
Evangélica de missão	14 127	45 644	2 660	18 755	11 467	26 889	25 884
Evangélica de origem pentecostal	22 517	87 668	5 483	54 657	17 034	33 011	28 564
Outros evangélicos	3 380	13 538	718	5 696	2 662	7 843	7 545
Espírita	1 021	6 033	918	5 790	103	243	93
Umbanda e Candomblé	1 586	4 008	870	3 498	716	510	397
Outras religiosidades	10 600	35 921	3 545	10 635	7 054	25 287	24 491
Sem religião	46 831	105 565	6 307	38 978	40 524	66 587	63 410
Sem declaração	5 039	3 578	256	838	4 782	2 740	2 665
Participação relativa (%)							
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Católica apostólica romana	64,3	58,9	70,8	63,8	62,2	53,5	49,7
Evangélica de missão	4,8	6,2	3,7	4,9	5,1	7,7	8,5
Evangélica de origem pentecostal	7,7	11,9	7,7	14,3	7,6	9,4	9,4
Outros evangélicos	1,1	1,8	1,0	1,5	1,2	2,2	2,5
Espírita	0,3	0,8	1,3	1,5	0,0	0,1	0,0
Umbanda e Candomblé	0,5	0,5	1,2	0,9	0,3	0,1	0,1
Outras religiosidades	3,6	4,9	5,0	2,8	3,2	7,2	8,0
Sem religião	15,9	14,4	8,9	10,2	18,2	19,0	20,8
Sem declaração	1,7	0,5	0,4	0,2	2,1	0,8	0,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Da mesma forma que a estrutura populacional indígena tem características tão distintas entre a situação urbana e rural do domicílio, a declaração da religião professada acompanha esta distinção.

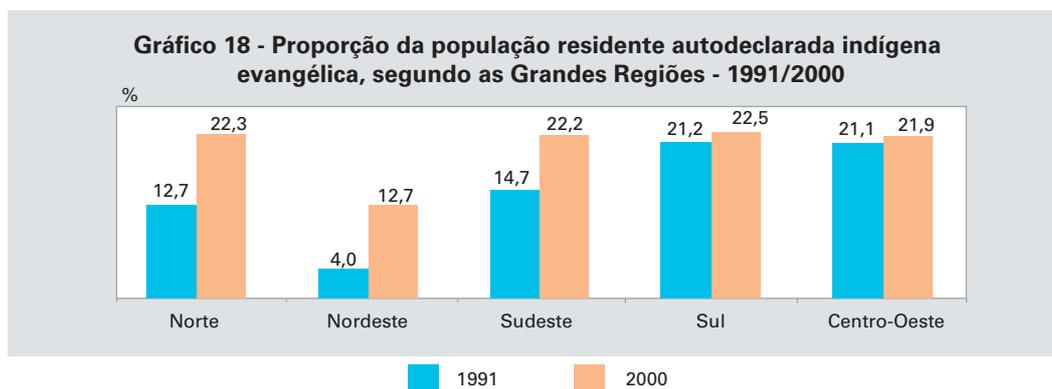
Quando se analisa a situação do domicílio, a estrutura das religiões tem características próprias. Na área urbana existe uma concentração mais elevada de católicos apostólicos romanos do que na área rural, e para os evangélicos as proporções são semelhantes. A diversidade de “outras religiões” na área rural é maior do que na área urbana. Neste grupo, estariam as religiões tipicamente de tradições indígenas. Pelas características da população indígena que habita a área rural, existiria dificuldade na captação das religiões dos povos indígenas, o que pode ser constatado pela proporção bem mais elevada de “sem religião” e de “sem declaração”. Estes dois grupos, somados à categoria “outras religiões”, totaliza quase 30%, o que certamente dificulta as análises.

No panorama regional das religiões, a menor proporção de católicos apostólicos romanos foi localizada na Região Centro-Oeste, vindo em seguida a Região Norte. Estas regiões sempre apresentaram contingentes mais elevados de indígenas, motivo pelo qual eram e são destinos certos para os missionários. A Região Norte sempre apresentou taxas de crescimento populacional elevadas e, conseqüentemente, fluxos migratórios atraídos por uma migração retardatária de fronteira agrícola, que ao longo das décadas trouxeram seus costumes, culturas e assim firmaram sua identidade; enquanto que a Região Nordeste apresenta a maior proporção de indígenas católicos apostólicos romanos, sendo esta região tradicionalmente mais católica apostólica romana.



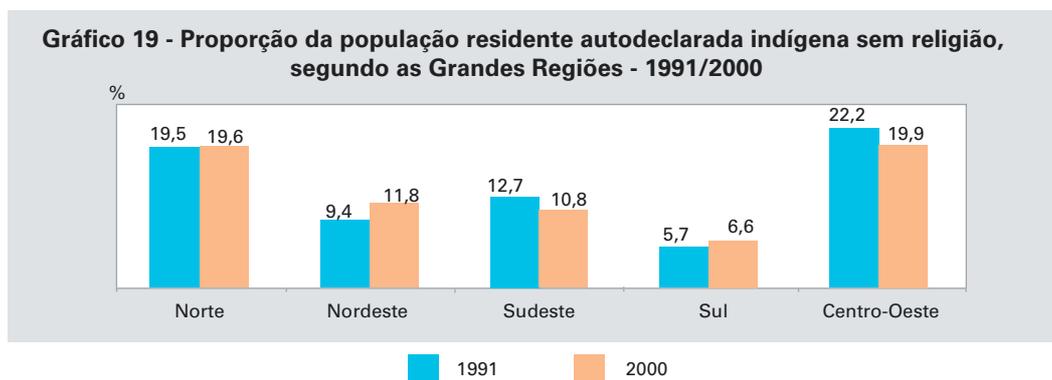
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

De um modo geral, as maiores concentrações de evangélicos para a população como um todo estão no extremo norte do País, e para os indígenas, excetuando a Região Nordeste, que apresenta proporção de evangélicos de 12,7%, as demais regiões oscilaram entre 21,9%, na Região Centro-Oeste, e 22,5%, na Região Sul.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Quanto à categoria “sem religião”, as maiores proporções foram verificadas nas Regiões Norte e Centro-Oeste do País, onde se concentram as maiores proporções de população indígena. As Regiões Nordeste e Sudeste apresentam proporções em torno de 11% e a Região Sul deteve a menor proporção de “sem religião” do País dentre os indígenas. Este comportamento segue a mesma estrutura observada no Censo Demográfico 1991.



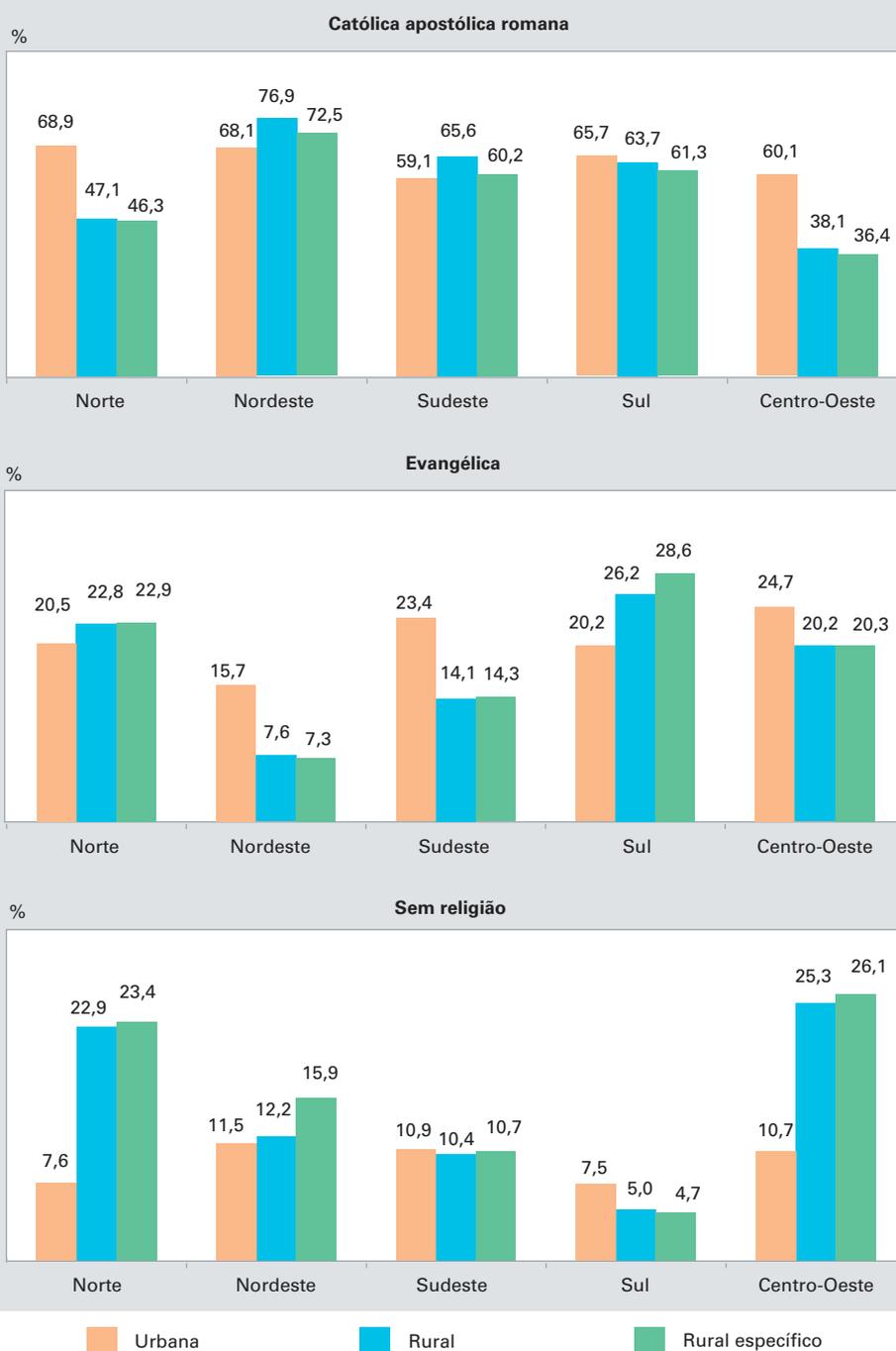
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

A distribuição das religiões dos indígenas por situação do domicílio nas regiões brasileiras revela características específicas, tais como: para os residentes nas áreas urbanas, de um modo geral, a distribuição percentual das religiões segue a mesma estrutura em todas as cinco regiões. A proporção de católicos apostólicos romanos não variou tanto, oscilando entre 59,1% na Região Sudeste e 68,9% na Região Norte. Já para a religião evangélica, excetuando a Região Norte, as demais mantiveram o padrão de variação, entre 20,2% na Região Sul e 24,7% na Região Centro-Oeste. Quanto às outras religiões, a Região Norte se destaca com a menor proporção, 2,7%, e para o grupo dos “sem religião” as Regiões Norte e Sul revelam proporções menores e as demais alcançaram 11%.

Para os residentes na área rural, as distribuições foram bem heterogêneas. As Regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram proporções de católicos apostólicos romanos abaixo de 50%, enquanto as proporções de evangélicos e sem religião de ambas

as regiões estavam em torno de 22%, caracterizando assim a grande dificuldade de compreensão do que seria religião nestas áreas de elevada proporção de indígenas. A Região Nordeste apresentou a maior proporção de católicos apostólicos romanos, e a Região Sul a maior proporção de evangélicos.

Gráfico 20 - Proporção da população residente autodeclarada indígena, por religião, segundo as Grandes Regiões - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Deficiência física ou mental

A investigação das pessoas portadoras de deficiências física ou mental nos Censos Demográficos do Brasil atende a Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989, que prevê a obrigatoriedade de se incluir nos censos nacionais questões específicas sobre as pessoas portadoras de deficiência. O Censo Demográfico 1991 pesquisou somente dados sobre as pessoas portadoras de deficiências graves (os cegos, os surdos ou os mudos). Já o Censo Demográfico 2000 foi mais abrangente, ampliando o conceito de limitação de atividades para identificar a incapacidade. O conceito utilizado segue recomendações internacionais, especialmente a *International Classification of Functioning, Disability and Health – ICF 2001*, divulgada pela Organização Mundial da Saúde - OMS, e permite distinguir os graus de incapacidade de enxergar, ouvir e locomover-se.

Devido às diferenças entre os Censos Demográficos 1991 e 2000 quanto ao registro de ocorrência de deficiência, comparações detalhadas entre os resultados dos dois censos não são possíveis. Em decorrência desta limitação, serão abordados, a seguir, somente os resultados do Censo 2000.

O contingente de autodeclarados indígenas identificados como portadores de deficiência atingiu 125 255 pessoas em 2000, o equivalente a 17,1% dos indígenas. Para a população em geral, 14,5% se declararam portadores de deficiência, segundo o Censo Demográfico 2000.

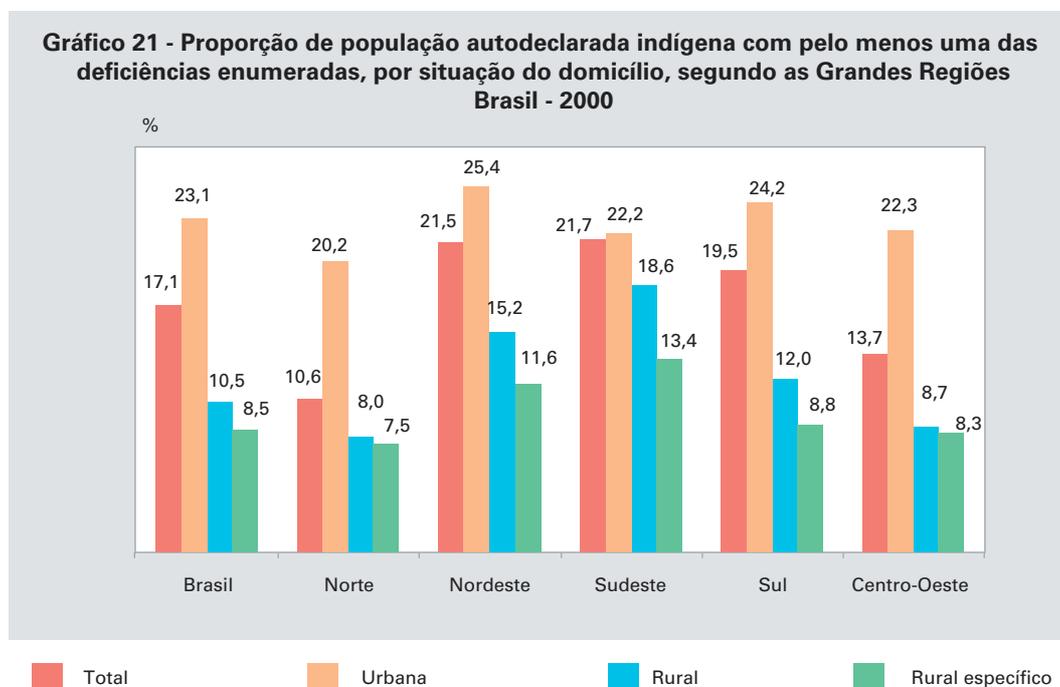
Tabela 15 - Proporção da população residente autodeclarada indígena, por tipo de deficiência, segundo a situação do domicílio e sexo - Brasil - 2000

Situação do domicílio e sexo	Proporção da população residente autodeclarada indígena (%)								
	Total (1) (2)	Pelo menos uma das deficiências enumeradas	Deficiência mental permanente	Deficiência física		Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar	Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir	Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas	Nenhuma destas deficiências (4)
				Tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente	Falta de membro ou de parte dele (3)				
Total	100,0	17,1	1,8	0,7	0,3	12,1	4,2	6,2	81,8
Homens	100,0	15,9	1,9	0,7	0,5	10,8	4,3	5,2	83,0
Mulheres	100,0	18,2	1,7	0,6	0,2	13,5	4,2	7,2	80,7
Urbana	100,0	23,1	2,2	0,9	0,4	16,4	5,5	8,7	76,0
Homens	100,0	20,7	2,3	1,0	0,6	13,8	5,5	6,8	78,4
Mulheres	100,0	25,3	2,1	0,8	0,2	18,7	5,5	10,4	73,8
Rural	100,0	10,5	1,4	0,4	0,3	7,5	2,8	3,5	88,2
Homens	100,0	11,1	1,5	0,4	0,4	7,7	3,1	3,5	87,6
Mulheres	100,0	9,8	1,2	0,4	0,2	7,3	2,6	3,4	88,9
Rural específico	100,0	8,5	1,2	0,3	0,2	6,0	2,5	2,8	90,1
Homens	100,0	9,2	1,2	0,3	0,3	6,3	2,7	2,8	89,5
Mulheres	100,0	7,9	1,2	0,3	0,1	5,7	2,2	2,8	90,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(1) As pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez. (2) Inclusive as pessoas sem declaração destas deficiências. (3) Falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar. (4) Inclusive a população sem qualquer tipo de deficiência.

A porcentagem de indígenas com alguma deficiência foi maior na situação de domicílio urbana (23,1%) que na rural (10,5%). Na situação de domicílio rural específico, foi de 8,5%. Essa diferença entre a proporção de pessoas com deficiência da área urbana e a rural foi observada em todas as Grandes Regiões do País.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Há uma estreita relação entre a ocorrência de deficiências e faixa etária. As deficiências aumentam progressivamente com a idade, com incrementos expressivos a partir dos 50 anos de idade.

A correlação entre deficiências e aumento da idade está nas tetraplegias, paraplegias ou hemiplegias permanentes, particularmente na área rural e no rural específico, onde as maiores proporções dessas deficiências ocorrem entre os 20 a 30 anos de idade. Já na situação de domicílio urbana, observa-se uma progressiva prevalência dessas deficiências com a idade. Uma possível explicação é a incidência de acidentes de trabalho, sobretudo agrícolas, mais comuns nessa faixa etária.

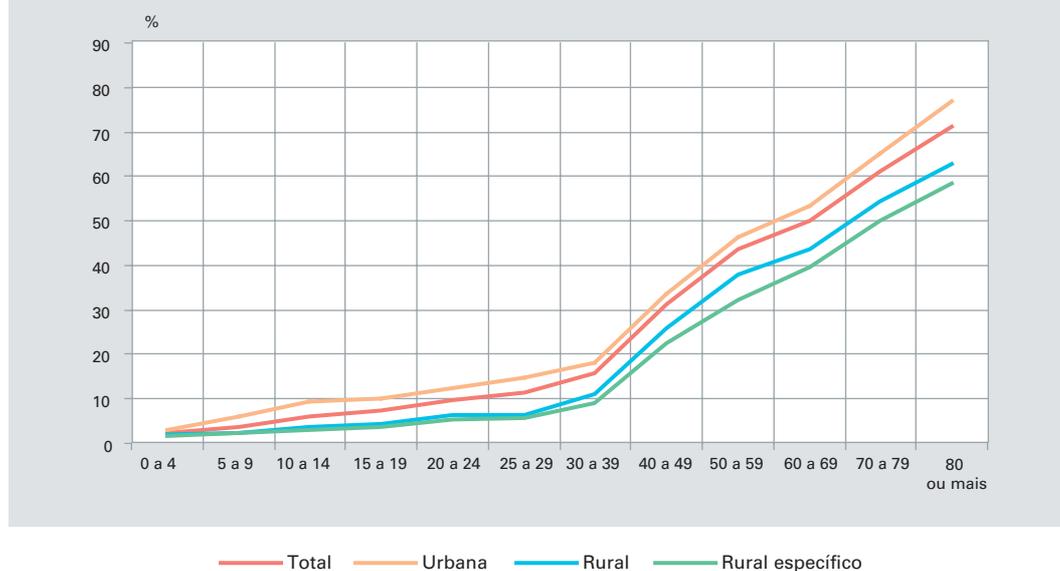
A análise dos dados sobre deficiência para os indígenas deve ser realizada com cautela por diversas razões, dentre elas as seguintes:

Primeiro, a percepção da deficiência, como por exemplo a dificuldade de enxergar ou ouvir, é influenciada pelo maior ou menor acesso das pessoas aos serviços de saúde. Desse modo, é possível que pessoas que tenham acesso a serviços de oftalmologia e otorrinolaringologia, mais comuns em áreas urbanas que em áreas rurais, tenderão a referir com maior frequência deficiências relacionadas aos aparelhos visual e auditivo.

Em segundo lugar, é preciso considerar as diferenças existentes na composição etária dos indígenas segundo a situação do domicílio, onde a idade média

daqueles vivendo na área urbana é significativamente mais elevada que na área rural (31,9 vs. 22,1, respectivamente). É de se esperar que o conjunto de deficiências investigadas nos censos demográficos, apresente-se mais freqüente em populações demograficamente mais velhas. Uma alternativa para a dificuldade mencionada acima é analisar a ocorrência de deficiência através da comparação de taxas padronizadas segundo a idade. Alternativamente, para fins ilustrativos, pode-se comparar os casos de deficiências em grupos etários específicos. Assim, ao se comparar a ocorrência de deficiência no segmento mais idoso da população que se autodeclarou indígena, observa-se que 56,2% daqueles com mais de 60 anos de idade referiram alguma incapacidade. A proporção para os que residem em áreas urbanas foi de 60,0%, para os que residem em áreas rurais de 49,7%, e para os que residem em áreas denominadas rural específico, 45,6%. Portanto, ainda que haja diferenças na ocorrência de deficiência ao se considerar somente o segmento da população acima de 60 anos de idade, as diferenças são menos acentuadas que ao se comparar todas as faixas etárias.

Gráfico 22 - Proporção de população autodeclarada indígena com pelo menos uma das deficiências enumeradas, por situação do domicílio, segundo os grupos de idade Brasil - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Terceiro, as perguntas sobre deficiência no censo demográfico apresentam especificidades socioculturais que devem ser levadas em consideração na interpretação dos resultados. Por exemplo, um dos itens questionados relaciona-se à dificuldade de caminhar ou subir escadas. Escadas e similares são equipamentos que não fazem parte do cotidiano de populações rurais, e particularmente de comunidades indígenas, na mesma intensidade que no caso de contextos urbanos. Deve-se atentar também para as dificuldades, devido a diferenças sociais e culturais, de se levantar dados sobre capacidade de enxergar e ouvir, bem como sobre deficiência mental permanente,

entre os indígenas. Os referenciais conceituais que definem doença/deficiência mental são, em larga medida, culturalmente influenciados e não necessariamente serão apreendidos na sua especificidade através de perguntas como aquelas realizadas pelo censo demográfico.

Assim, os resultados obtidos através da análise do censo demográfico quanto às deficiências física e mental em indígenas precisam ser analisados com cautela. Não obstante, é inegável que se dispõe, por primeira vez, de um ponto de referência importante para o estudo das deficiências desse segmento populacional, para o qual estudos mais pormenorizados e fontes de dados complementares são necessários.

Educação

A análise da situação educacional dos indígenas no Brasil é um tema de alta relevância social e política, não somente para os próprios indígenas como para a sociedade brasileira como um todo. Frise-se que as discussões sobre a educação indígena envolvem questões particulares, como o uso das línguas indígenas, a escolha de materiais adequados, currículos diferenciados, reconhecimento da importância de conhecimentos e saberes tradicionais, dentre outros. Portanto, aspectos associados à especificidade, diferença e interculturalidade são de grande relevância nas discussões sobre educação indígena.

Com objetivo de permitir a formulação e a implementação de políticas e projetos na área da educação, as análises das informações de escolaridade no que concerne aos indígenas a partir dos Censos Demográficos 1991 e 2000 se referem à alfabetização, frequência à escola e média de anos de estudos. Para a pesquisa censitária, considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece. É importante reconhecer que os procedimentos de captação de informação dos censos demográficos acerca da educação dos indígenas não permitem aprofundar análises sobre alguns aspectos fundamentais. Não obstante, os resultados oferecem subsídios importantes para se compreender aspectos específicos da problemática da educação indígena no País.

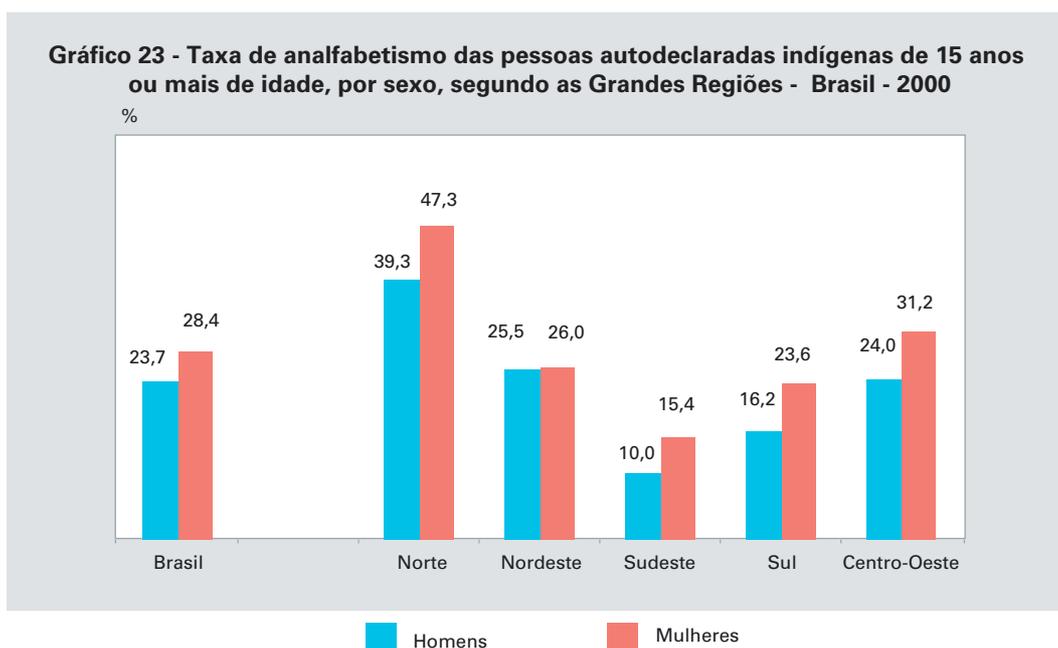
Constata-se que os indígenas apresentaram, a julgar pelos resultados censitários, grandes avanços nos níveis educacionais na década de 1990. O nível de alfabetização estava abaixo de 50% no Censo Demográfico 1991, mas a taxa de alfabetização calculada para 2000 revelou um crescimento de 50,2%, enquanto a população brasileira de 15 anos ou mais de idade apresenta no período 1991/2000 um crescimento na proporção de pessoas alfabetizadas de 8,1%, passando de 79,9% em 1991, para 86,4% em 2000. Entretanto, as condições educacionais, embora tenham melhorado muito, ainda refletem um alto índice de analfabetismo. Embora a dicotomia existente entre o urbano e o rural seja ainda muito grande, o avanço foi sensível na área rural quanto à redução dos níveis de analfabetismo, principalmente na Região Nordeste do País. Os níveis de alfabetização mais elevados estão nas Regiões Sudeste e Sul.

Tabela 16 - Taxa de alfabetização e de analfabetismo das pessoas autodeclaradas indígenas de 15 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1991/2000

Grandes Regiões	Taxa de alfabetização e de analfabetismo das pessoas autodeclaradas indígenas de 15 anos ou mais de idade, por situação do domicílio (%)						
	Total		Urbana		Rural		
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	
						Total	Específico
Taxa de alfabetização							
Brasil	49,2	73,9	75,2	86,2	37,6	54,5	51,6
Norte	39,0	56,8	67,3	83,6	35,4	46,9	46,1
Nordeste	40,6	74,3	68,0	83,7	26,3	54,0	48,1
Sudeste	79,5	87,2	82,9	89,2	57,4	69,6	62,4
Sul	60,8	80,1	74,9	85,8	49,7	67,0	65,0
Centro-Oeste	50,1	72,4	71,8	84,8	45,0	61,8	60,6
Taxa de analfabetismo							
Brasil	50,8	26,1	24,8	13,8	62,4	45,5	48,4
Norte	61,0	43,2	32,7	16,4	64,6	53,1	53,9
Nordeste	59,4	25,7	32,0	16,3	73,7	46,0	51,9
Sudeste	20,5	12,8	17,1	10,8	42,6	30,4	37,6
Sul	39,2	19,9	25,1	14,2	50,3	33,0	35,0
Centro-Oeste	49,9	27,6	28,2	15,2	55,0	38,2	39,4

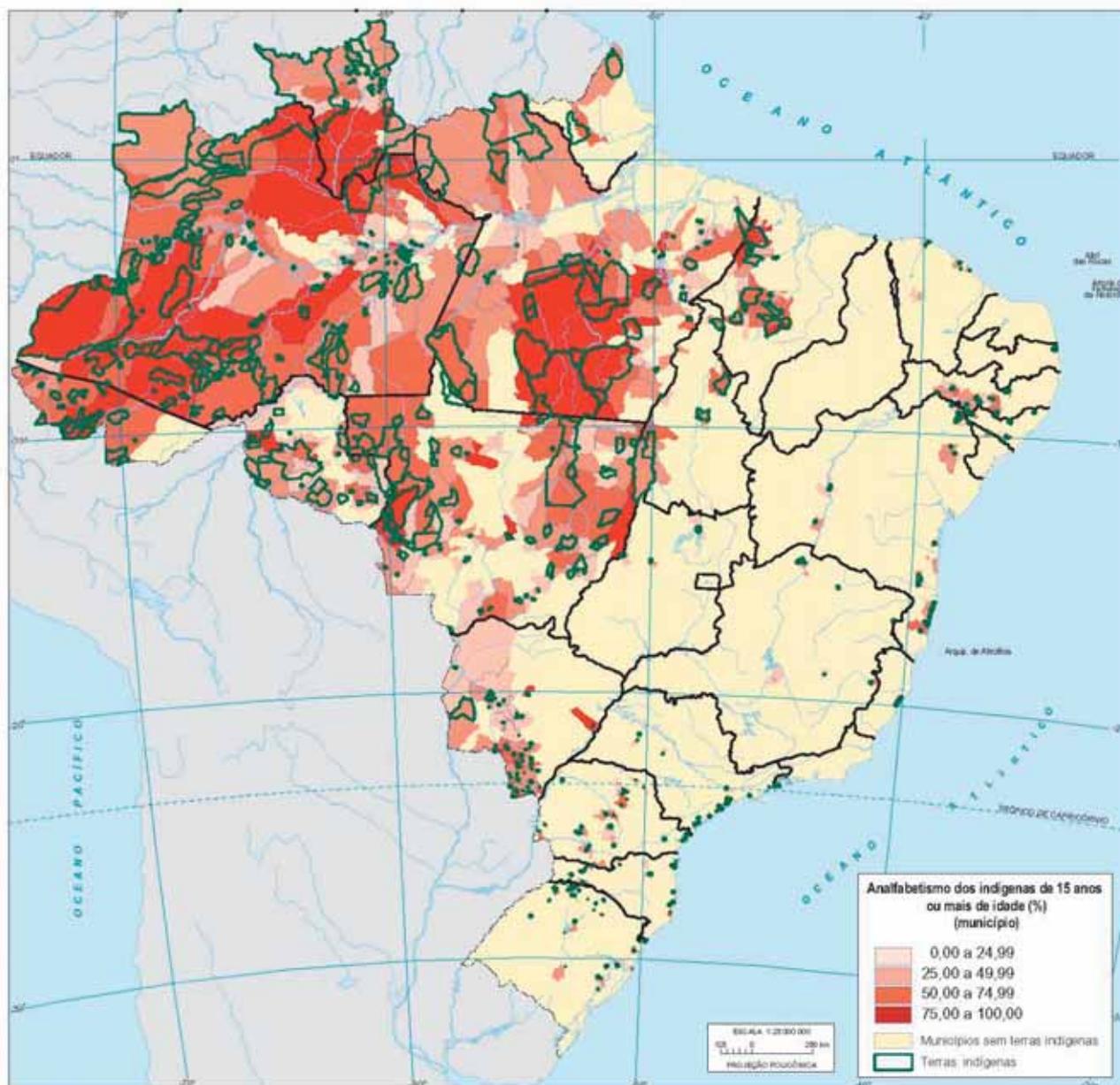
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991/2000.

O analfabetismo nos indígenas de 15 anos ou mais de idade afeta mais as mulheres, principalmente nas áreas rurais. Em praticamente todas as regiões, a população feminina de 15 anos ou mais de idade é a que registra altas taxas de analfabetismo em relação aos homens. Somente na Região Nordeste as taxas de homens e mulheres são iguais.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Mapa 8 - Taxa de analfabetismo dos indígenas de 15 anos ou mais de idade dos municípios com terras indígenas - 2000



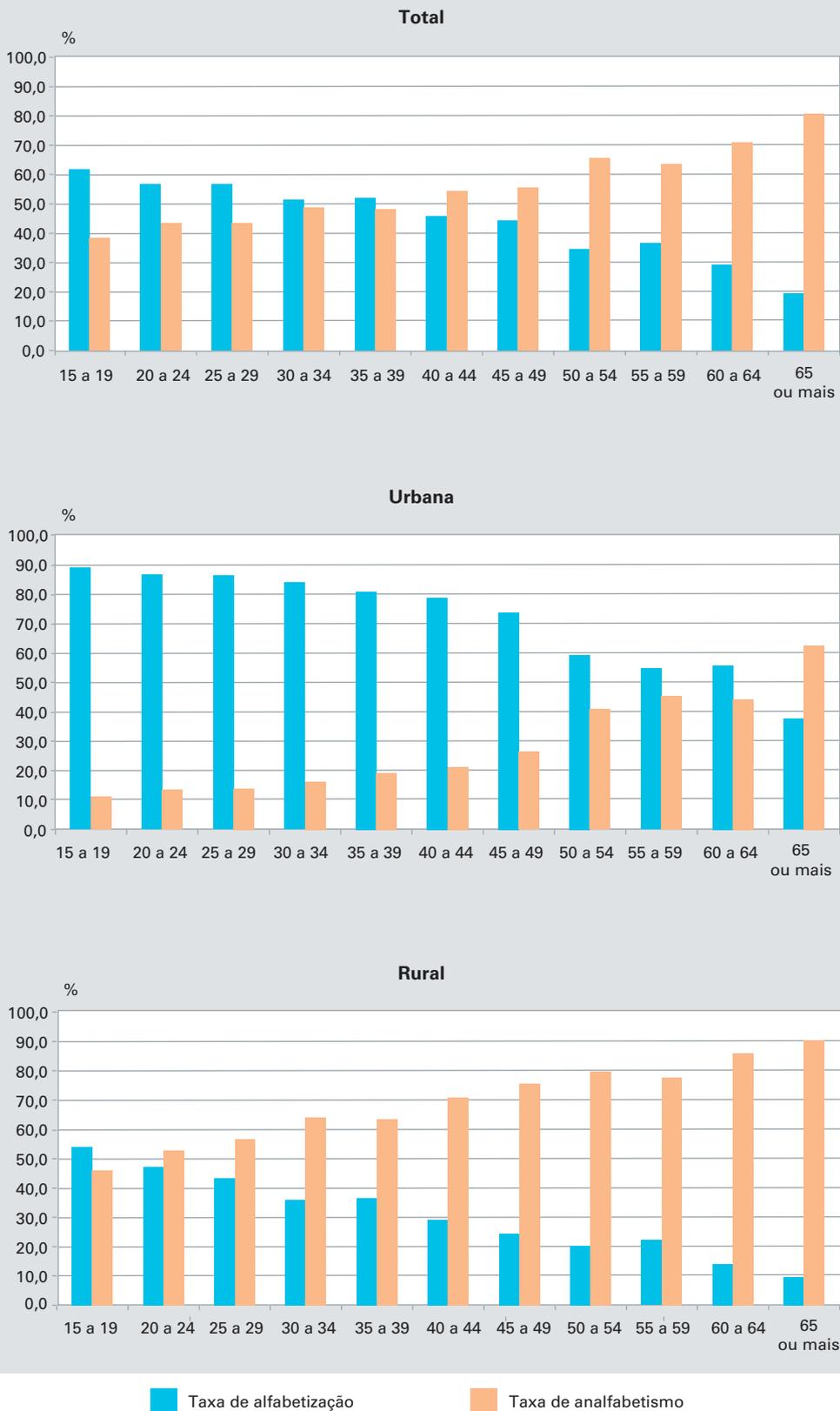
Fontes: IBGE, Censo Demográfico 2000; Fundação Nacional do Índio, Diretoria de Assuntos Fundiários.

As taxas de analfabetismo e alfabetização por grupos de idade evidenciam o menor nível de analfabetismo nas gerações mais jovens. A partir dos 40 anos de idade nota-se um crescimento expressivo no nível de analfabetismo.

As taxas de alfabetização das pessoas autodeclaradas indígenas de 15 anos ou mais de idade que residem na área urbana apresentam-se sensivelmente mais elevadas, sendo que o grupo de 65 anos ou mais de idade é o único a revelar o nível de analfabetismo superior. Este comportamento está normalmente associado às maiores oportunidades de alfabetização como também de escolarização que as gerações mais novas dispõem em comparação com aquelas oferecidas há algumas décadas atrás.

Quanto à distribuição das taxas de alfabetização e analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade residentes na área rural, somente o grupo de 15 a 19 anos revela taxa de alfabetização superior à taxa de analfabetismo.

Gráfico 24 - Taxa de alfabetização e analfabetismo das pessoas autodeclaradas indígenas de 15 anos ou mais de idade, por situação do domicílio - Brasil - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

A taxa de escolarização indica o grau de retenção das pessoas no sistema educativo. Os resultados da taxa de escolarização, segundo o Censo Demográfico 2000, para as pessoas de 5 a 24 anos de idade brasileiras, é de 68,3%, já para os indígenas atinge 56,2%, enquanto em 1991 era 29,6%. Analisando a frequência escolar por situação do domicílio, observa-se que a grande contribuição para o aumento significativo da taxa de escolarização foi dos residentes na área rural. Quando analisada por grupos de idade, observa-se que a escolarização para as crianças de 5 a 9 anos de idade, em 2000, atinge 60,4%, apresentando uma taxa de 83,6% para a área urbana e de apenas 49,2% para a área rural. Na comparação com o Censo Demográfico 1991, enfatiza-se que para este subgrupo a taxa de escolarização revelada em 2000 dobrou em relação àquela de 1991. Analisando a frequência escolar entre 10 e 14 anos de idade, observa-se que a categoria de indígenas já atinge proporções superiores aos 70% de alunos na escola, tanto para a área urbana quanto para a rural. Os demais grupos de idade (15 a 19 anos de idade e 20 a 24 anos de idade) apresentam as menores taxas.

Tabela 17 - Taxa de escolarização das pessoas autodeclaradas indígenas de 5 a 24 anos de idade, por sexo, segundo a situação do domicílio e grupos de idade Brasil - 1991/2000

Situação do domicílio e grupos de idade	Taxa de escolarização das pessoas autodeclaradas indígenas de 5 a 24 anos de idade, por sexo (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Total	29,6	56,2	29,8	57,3	29,3	55,1
5 a 9 anos	29,6	60,4	28,1	60,0	31,2	60,8
10 a 14 anos	49,1	82,2	48,9	82,0	49,4	82,4
15 a 19 anos	25,3	55,4	28,6	58,1	22,0	52,8
20 a 24 anos	8,2	22,2	8,0	24,0	8,5	20,5
Urbana	49,6	65,0	49,1	66,0	50,0	64,0
5 a 9 anos	59,2	83,6	57,9	83,1	60,5	84,1
10 a 14 anos	77,6	94,2	75,5	94,5	79,7	93,8
15 a 19 anos	47,8	66,2	48,5	67,9	47,1	64,6
20 a 24 anos	13,3	25,7	11,0	26,2	15,2	25,3
Rural	24,8	49,1	25,6	50,5	24,0	47,5
5 a 9 anos	24,4	49,2	23,3	48,7	25,7	49,7
10 a 14 anos	42,9	73,5	43,3	73,5	42,4	73,6
15 a 19 anos	18,8	44,3	23,1	48,7	14,5	39,7
20 a 24 anos	6,6	17,9	7,2	21,5	6,0	13,9
Rural específico	-	47,5	-	49,1	-	45,8
5 a 9 anos	-	46,9	-	46,5	-	47,3
10 a 14 anos	-	71,4	-	71,3	-	71,5
15 a 19 anos	-	42,9	-	47,7	-	37,9
20 a 24 anos	-	17,9	-	21,7	-	13,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991/2000.

Em nível regional, é notável o crescimento das taxas de escolarização da população indígena no período 1991/2000. A Região Nordeste registra a maior taxa de escolarização, 67,8% em 2000, enquanto, em 1991, era de 31,6%. Os maiores incrementos neste indicador são observados no contexto rural, com exceção da Região Sul, onde o incremento maior foi na área urbana.

Tabela 18 - Taxa de escolarização das pessoas autodeclaradas indígenas de 5 a 24 anos de idade, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões Brasil - 1991/2000

Grandes Regiões	Taxa de escolarização das pessoas autodeclaradas indígenas de 5 a 24 anos de idade, por situação do domicílio (%)						
	Total		Urbana		Rural		
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	
						Total	Específico
Brasil	29,6	56,2	49,6	65,0	24,8	49,1	47,5
Norte	24,7	46,6	50,4	65,8	22,2	42,0	41,7
Nordeste	31,6	67,8	54,8	71,0	23,7	63,6	60,6
Sudeste	47,0	61,5	50,4	62,3	37,0	57,3	59,2
Sul	35,9	56,0	37,0	58,1	35,6	53,6	54,7
Centro-Oeste	29,0	53,2	47,2	62,7	26,3	49,0	48,8

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991/2000.

Como esperado, em face dos incrementos na taxa de escolarização, os avanços na média de escolaridade da população indígena foram significativos na última década, com um aumento de 95,8%. Em 1991, as pessoas indígenas de 10 anos ou mais de idade detinham uma média de 2,0 anos de estudo, passando para 3,9 anos de estudo em 2000, enquanto para o conjunto das pessoas brasileiras é de 5,9 anos de estudo. O comportamento da média de anos de estudo dos indígenas na área urbana, no período 1991/2000, apresentou um crescimento de 30,4%, passando de 4,0 anos de estudo, em 1991, para 5,3 anos de estudo, em 2000. O grande aumento aconteceu exatamente na área rural, onde a média de anos de estudo atingiu, em 2000, 2,0 anos de estudo, tendo sido em 1991 apenas 1,2 anos de estudo. Quanto aos níveis educacionais das regiões brasileiras, a Região Nordeste apresenta o maior incremento na média de anos de estudo para este segmento populacional, com contribuição direta daqueles residentes na área rural da região. Na área urbana, a Região Norte destaca-se com maior crescimento entre 1991 e 2000.

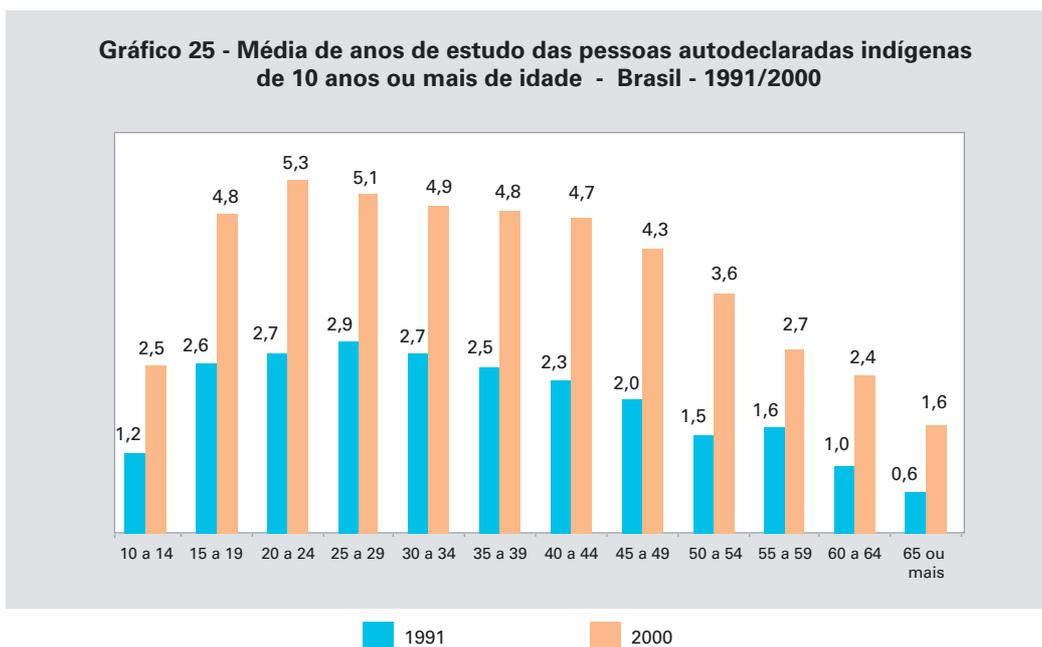
Tabela 19 - Média de anos de estudo das pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1991/2000

Grandes Regiões	Média de anos de estudo das pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio (%)						
	Total		Urbana		Rural		
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	
						Total	Específico
Brasil	2,0	3,9	4,0	5,3	1,2	2,0	1,9
Norte	1,3	2,5	3,2	5,1	1,1	1,6	1,6
Nordeste	1,9	4,4	3,9	5,4	0,9	2,2	1,9
Sudeste	4,6	5,5	5,1	5,8	2,1	3,2	2,7
Sul	2,8	4,4	4,1	5,1	1,9	3,0	2,9
Centro-Oeste	1,8	3,6	3,7	5,3	1,4	2,4	2,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

A média de anos de estudo quando calculada por grupos de idade para os Censos Demográficos 1991 e 2000 comprova melhoria no nível educacional da população auto-declarada indígena. As médias quase que dobram em praticamente toda distribuição. A partir do grupo 20 a 24 anos de idade, observa-se que vão diminuindo os anos de estudo registrados, significando que os níveis educacionais maiores são para os mais jovens.

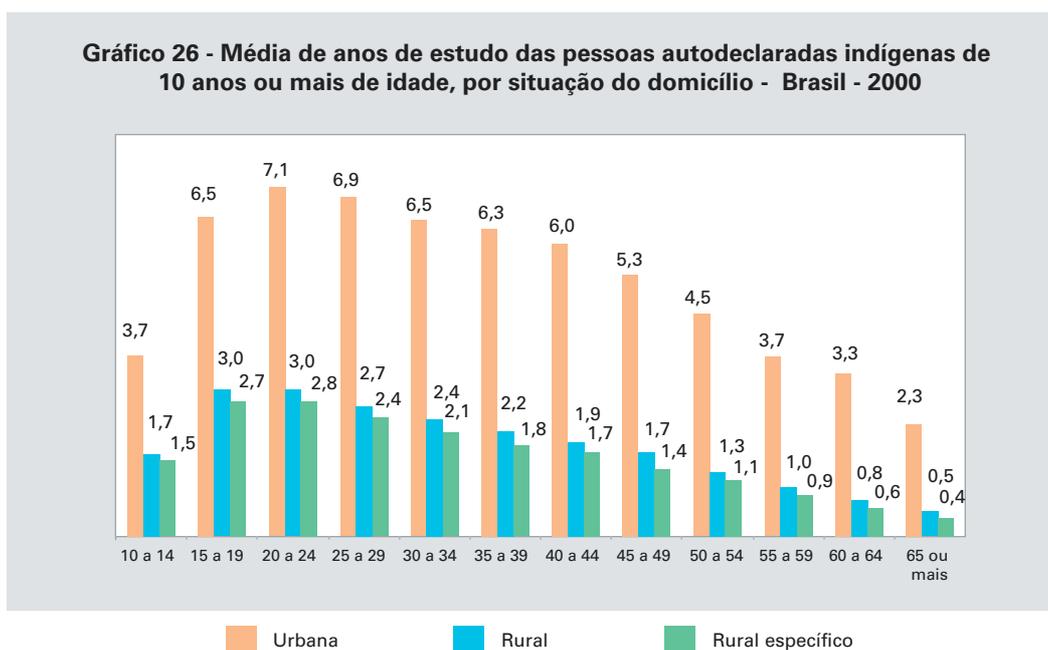
Gráfico 25 - Média de anos de estudo das pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade - Brasil - 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

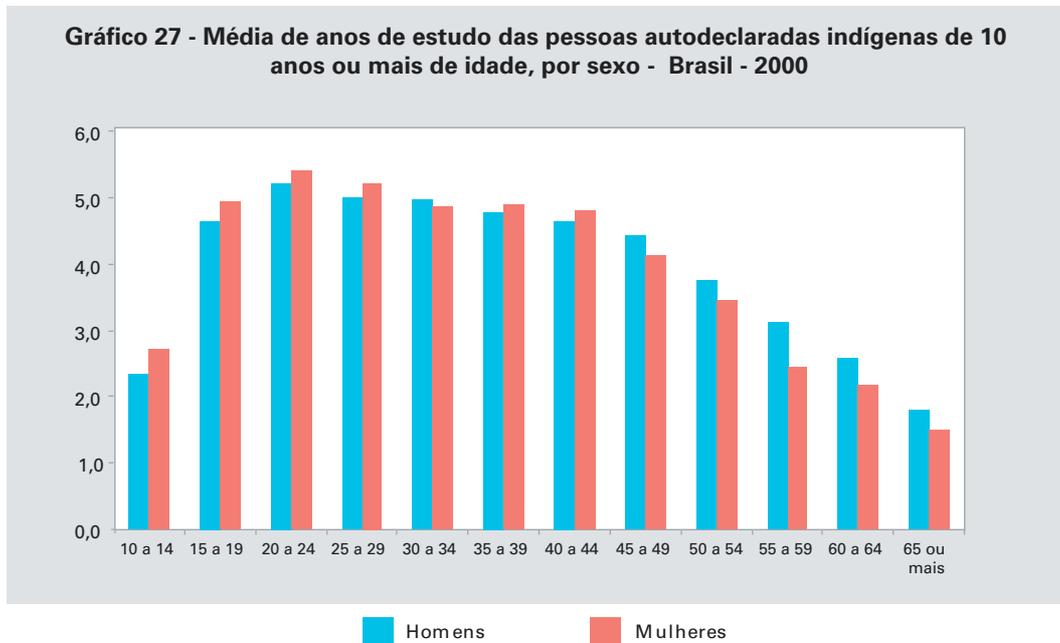
No recorte da população autodeclarada indígena, segundo a situação do domicílio, a área urbana registra as maiores médias de anos de estudo em todos os grupos de idade. Nota-se que as médias na situação de domicílio rural e rural específico são substancialmente inferiores. As pessoas indígenas de 20 a 24 anos são as que registram a maior média de anos de estudo, superior a 7 anos na área urbana. Já os indígenas da área rural, seja qual for o grupo etário, apresentam médias iguais ou inferiores a 3 anos.

Gráfico 26 - Média de anos de estudo das pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio - Brasil - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Na classificação da média de anos de estudo dos indígenas de 10 anos ou mais de idade por grupos de idade e sexo, são as mulheres que revelam as maiores médias até a idade de 44 anos, com exceção para o grupo de 30 a 34 anos. As mulheres registram o maior incremento no grupo de 10 a 14 anos de idade.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

A análise da média de anos de estudo segundo as Grandes Regiões e situação de domicílio apresenta aspectos importantes. Por um lado, para o ano 2000, não se verificam diferenças expressivas nas médias de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade na área urbana ao se comparar as Grandes Regiões. Seria esperado que as médias fossem substancialmente mais elevadas nas regiões socioeconomicamente mais desenvolvidas, como o Sudeste e o Sul. Já ao se comparar a situação de domicílio rural específico, que abrange os povos que vivem em terras indígenas, nota-se que as médias de anos de estudo são bastante baixas, inferiores inclusive àquelas da situação de domicílio rural.

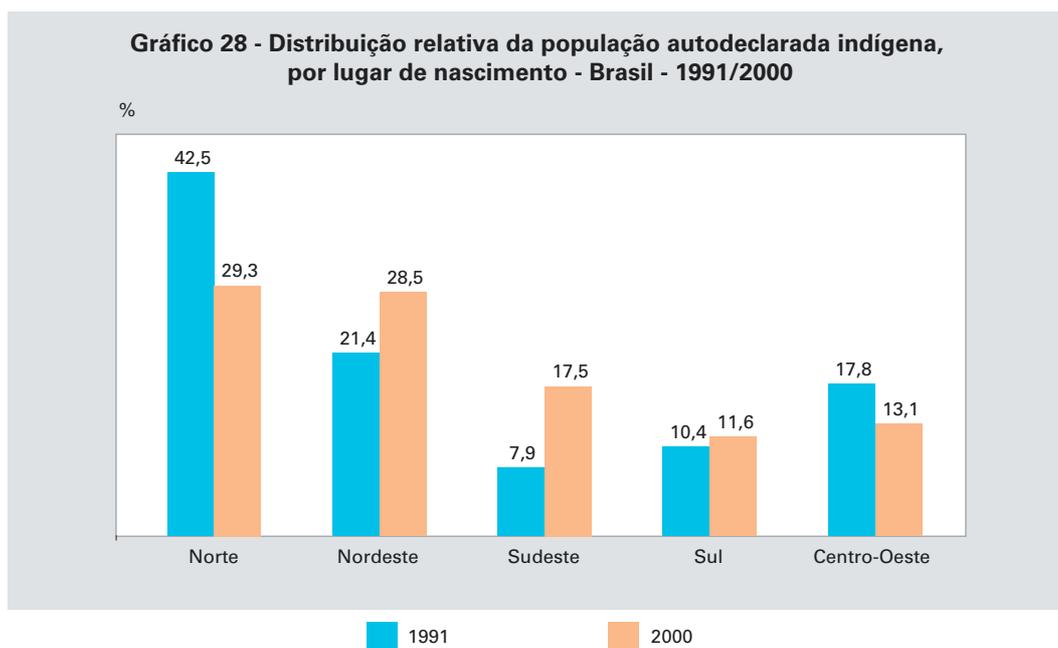
Os resultados sobre educação dos indígenas a partir dos resultados dos Censos Demográficos 1991 e 2000 confirmam as marcantes diferenças, também observadas para outros parâmetros demográficos, para os residentes em áreas urbana e rural. Contudo, indicam que houve aumento na escolarização e no número de anos de estudo ao longo da década.

Migração

A compreensão dos movimentos migratórios é essencial para ajudar a elucidar as características sociodemográficas das pessoas que se declararam indígenas nos levantamentos censitários realizados em 1991 e 2000. As informações utilizadas nesse estudo referem-se ao lugar de nascimento dos indígenas, bem como ao lugar

de residência nas datas de referência dos censos¹¹ e cinco anos antes dessa data (em 31.07.1986 e 31.07.1995).

A maioria dos moradores que se declararam indígenas nasceram no Norte e no Nordeste do país. Em 2000, o Sudeste passa a despontar com significativa participação entre a população de naturais, tornando-se a terceira mais importante do país ao superar o Centro-Oeste, que ocupa essa mesma posição em 1991.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

O número de migrantes interregionais residentes no Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste do país, tanto em 1991 como em 2000, é bastante reduzido. A situação é bastante diferenciada no Sudeste, onde cerca de 30% dos indígenas residente é composta de naturais de outras regiões brasileiras. Dentre estas, o Nordeste tem especial destaque.

Em 1991, quase 20% dos residentes indígenas do Sudeste provinham do Nordeste, mas não era desprezível a participação das demais regiões brasileiras na emigração de indígenas para o Sudeste. Delas, eram oriundos quase 10% dos indígenas daquela região. Assim, da mesma forma que para a população não-indígena, o Sudeste constituía-se na principal área receptora de migrantes indígenas, de acordo com o Censo de 1991.

Em 2000, a distribuição dos residentes com relação ao lugar de nascimento apresenta-se praticamente sem modificações. O Sudeste continua como a região com maior proporção de migrantes, com percentuais próximos aos encontrados em 1991. No entanto, o Centro-Oeste aumentou sua proporção de migrantes, especialmente

¹¹ A data de referência do Censo Demográfico 1991 é 1º de setembro de 1991, e a data do Censo Demográfico 2000 é 1º de agosto de 2000.

Tabela 20 - Distribuição relativa da população autodeclarada indígena, por lugar de nascimento, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1991

Grandes Regiões	Distribuição relativa da população autodeclarada indígena, lugar de nascimento (%)					
	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Brasil	100,0	42,5	21,4	7,9	10,4	17,8
Norte	100,0	98,7	0,8	0,1	0,2	0,3
Nordeste	100,0	0,6	98,7	0,6	0,1	0,0
Sudeste	100,0	3,2	18,3	72,3	3,0	3,3
Sul	100,0	0,2	0,8	1,9	96,5	0,6
Centro-Oeste	100,0	0,9	1,4	1,0	0,5	96,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991.

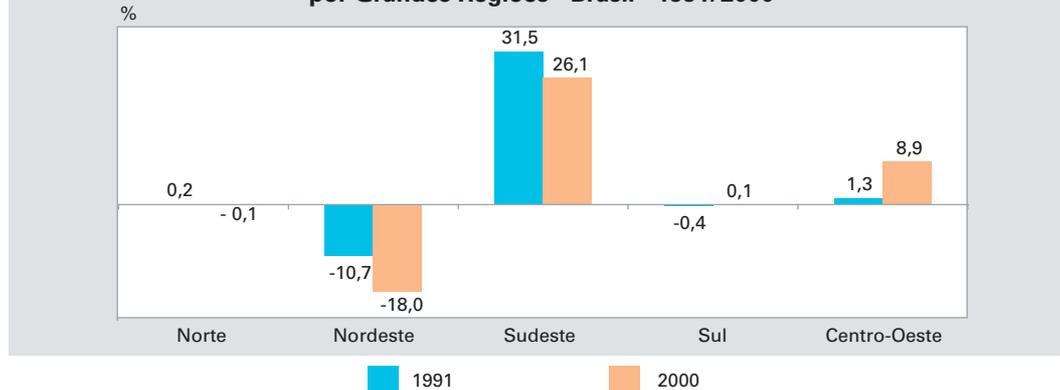
de origem nordestina. Se em 1991 havia, naquela região, apenas 3,8% de moradores indígenas originários de outras regiões, em 2000 essa proporção eleva-se a 12,4%, dos quais mais da metade provindos do Nordeste.

Tabela 21 - Distribuição relativa da população autodeclarada indígena, por lugar de nascimento, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2000

Grandes Regiões	Distribuição relativa da população autodeclarada indígena, por lugar de nascimento (%)					
	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Brasil	100,0	29,3	28,5	17,5	11,6	13,1
Norte	100,0	96,7	1,9	0,5	0,3	0,5
Nordeste	100,0	0,9	97,2	1,5	0,1	0,2
Sudeste	100,0	2,6	18,7	74,5	2,3	1,8
Sul	100,0	0,6	1,9	3,0	93,9	0,7
Centro-Oeste	100,0	2,1	6,5	2,8	1,0	87,5

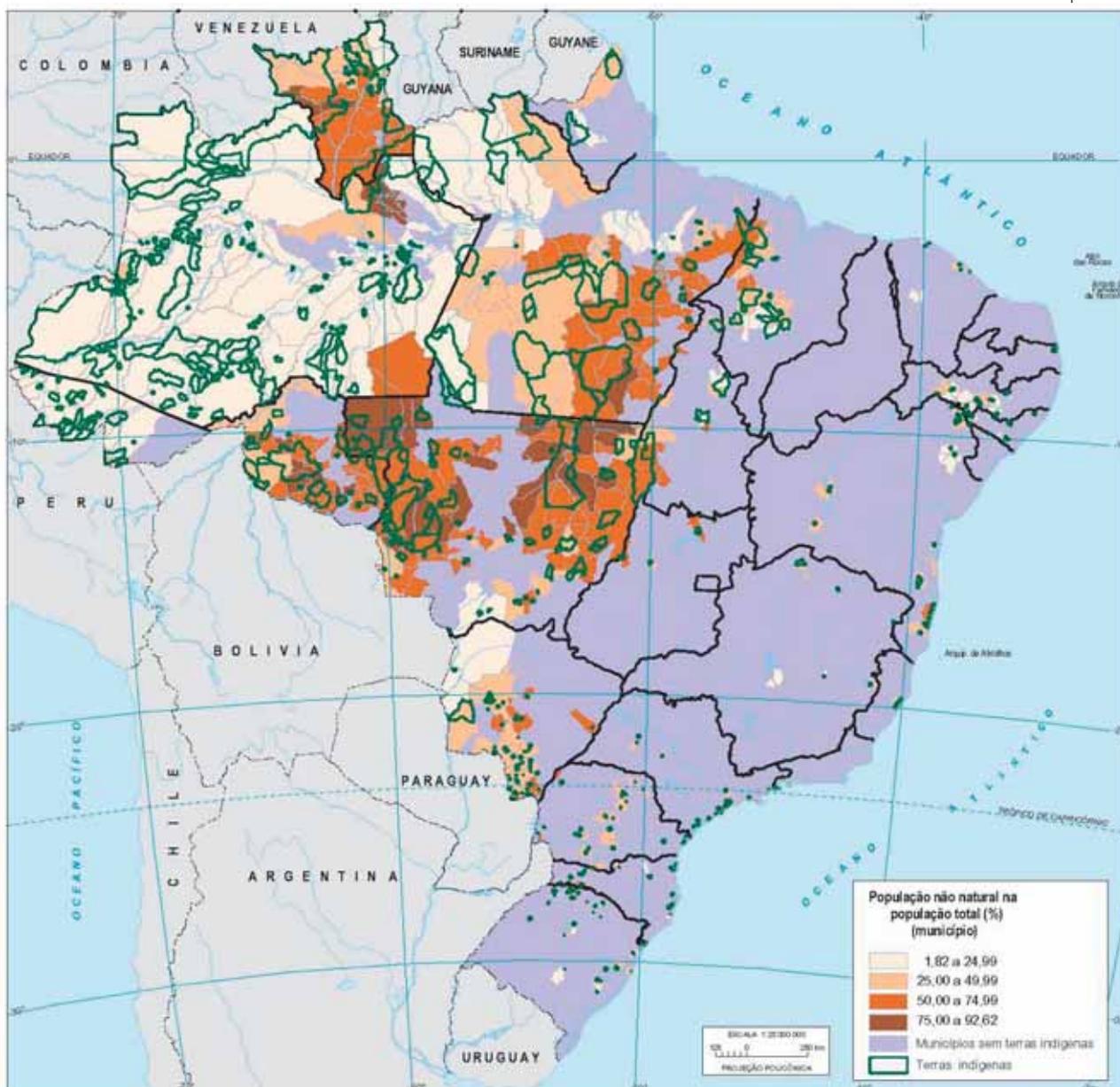
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Assim, conforme detectado nos Censos Demográficos 1991 e 2000, o Nordeste apresenta-se como a região com o maior número de emigrantes, e o Sudeste como a região com a maioria dos imigrantes indígenas do País. Esta configuração reflete o mesmo processo migratório observado durante grande parte dos últimos 50 anos para o conjunto da população do País, em que Nordeste e Sudeste apresentam-se, respectivamente, como os principais emissores e receptores de população. Desta forma, se comparados a outros segmentos da sociedade brasileira, os indígenas parecem ter experimentado os mesmos fatores de expulsão e atração exercidos por aquelas duas regiões.

Gráfico 29 - Razão entre população autodeclarada indígena migrante e natural, por Grandes Regiões - Brasil - 1991/2000

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Mapa 9 - População não-natural dos municípios com terras indígenas - 2000

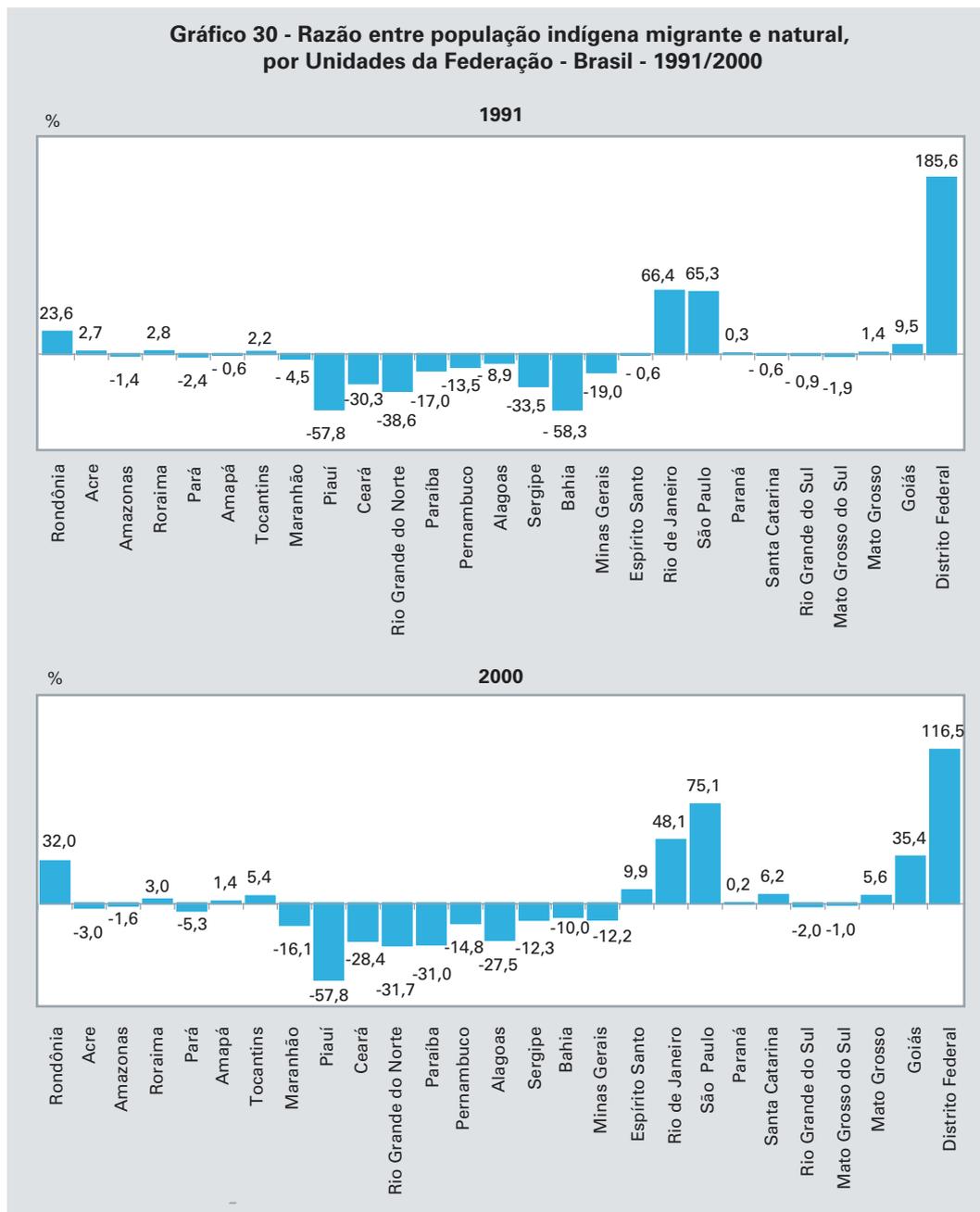


Fontes: IBGE, Censo Demográfico 2000; Fundação Nacional do Índio, Diretoria de Assuntos Fundiários.

Como visto anteriormente, a migração para outras regiões é evidenciada tanto nos dados de 1991 como nos de 2000. No entanto, vale ressaltar que não se pode afirmar se este processo foi intensificado nesta última década, com base na variável lugar de nascimento, devido à falta de informações sobre o tempo em que ocorreu a saída deste local, ou seja, a emigração. Tampouco se pode descartar uma tendência de declínio deste fluxo, como tem sido observado no restante da população brasileira. Com efeito, a partir das informações dos entrevistados pela ocasião do censo, a migração dos indígenas parece ter sido reduzida bastante nos cinco anos anteriores a 2000. Ao serem indagados sobre o local de residência em 31 de julho de 1995, apenas 2% dos indígenas de 5 anos ou mais de idade residentes em uma dada região declararam residir, naquela data, em outra região. A julgar por estes resultados, a migração inter-regional entre 1995 e 2000 teria sido pouco significativa. Para a Região Sudeste, maior receptora de migrantes, o valor correspondente é de apenas 1,8%.

A razão entre a população autodeclarada indígena migrante em cada Unidade da Federação sobre o total de indígenas naturais, nas respectivas Unidades, revela que o caráter de região receptora de migrantes não é uniforme em toda a Região Sudeste, a qual apresenta comportamento diferenciado de seus estados em relação ao fenômeno migratório. Enquanto São Paulo e Rio de Janeiro mostravam, nos dois períodos em estudo, proporções significativas de migrantes indígenas, Minas Gerais perdia indígenas para outras áreas. Muito embora o Estado do Rio de Janeiro apresente-se, na atualidade, como uma unidade espacial pouco dinâmica no que se refere às trocas migratórias de sua população total (indígenas mais não-indígenas) com o restante do País, chama a atenção o fato de ser um estado receptor de migrantes indígenas em grande proporção. Neste caso, o fato de apresentar baixo saldo migratório (positivo)

Gráfico 30 - Razão entre população indígena migrante e natural, por Unidades da Federação - Brasil - 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

para a sua população como um todo indicaria que as populações indígenas e total não apresentam os mesmos padrões migratórios, ao contrário do que ocorre com as migrações inter-regionais, como visto anteriormente.

Na Região Norte, não foi detectada emigração significativa de indígenas tanto em 1991, como em 2000. O Estado de Rondônia apresentou o maior volume de pessoas de outros estados até as datas dos respectivos censos. No caso do Nordeste, todos os estados, excluindo-se Alagoas e Bahia em 1991, apresentaram expressivas saídas de população nos dois censos. Todavia, é o Piauí o que apresenta, nos dois censos, as maiores perdas do Nordeste, em termos relativos, de população indígena para outros estados.

Na Região Centro-Oeste, destaca-se o Estado de Goiás como forte receptor de migrantes, proporcionalmente ao total de naturais indígenas, certamente provenientes de outras regiões, e também, o Distrito Federal, onde mais da metade dos indígenas residentes são migrantes.

Em 1991, o Brasil possuía 222 mil autodeclarados indígenas residentes nas zonas rurais (76,1% do total de indígenas). Em 2000, este panorama é alterado, de forma que 379 mil indígenas residiam em zonas urbanas, correspondendo a 52,0% da população total. Esta aparente urbanização dos indígenas deve-se a uma maior enumeração deste segmento populacional nas Regiões Sudeste e Nordeste, justamente as regiões com menor número de terras indígenas homologadas e que tiveram, nas últimas décadas, importantes movimentos de reemergência étnica indígena (que os antropólogos se referem como etnogênese). Por outro lado, nas regiões em que há maior número de terras indígenas demarcadas e homologadas, como no Norte e Centro-Oeste, a maioria dos indígenas encontra-se residindo na área rural, como esperado.

Tabela 22 - Distribuição relativa da população residente autodeclarada indígena, por situação de domicílio, segundo lugar de nascimento - Brasil - 1991/2000

Lugar de nascimento	Distribuição relativa da população residente autodeclarada indígena (%)						
	Situação do domicílio						
	1991			2000			
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Rural específico
Brasil	100,0	23,9	76,1	100,0	52,0	48,0	41,6
Norte	100,0	10,0	90,0	100,0	22,6	77,4	75,4
Nordeste	100,0	35,3	64,7	100,0	67,8	32,2	21,1
Sudeste	100,0	77,9	22,1	100,0	84,5	15,5	7,7
Sul	100,0	32,3	67,7	100,0	60,9	39,1	31,6
Centro-Oeste	100,0	14,3	85,7	100,0	32,2	67,8	64,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

O crescimento da população indígena residente em áreas urbanas foi expressivo em todas as regiões entre os Censos 1991 e 2000, tendo a taxa de urbanização praticamente dobrado em quatro delas (Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste). O fato do Sudeste ter mostrado crescimento urbano mais reduzido apenas reflete um elevado grau de urbanização, já evidenciado em 1991. Particularmente, nas Regiões Norte e Centro-Oeste, que detêm as maiores proporções de residentes em terras indígenas (rural específico), as taxas não indicam uma migração rural-urbana acentuada, suge-

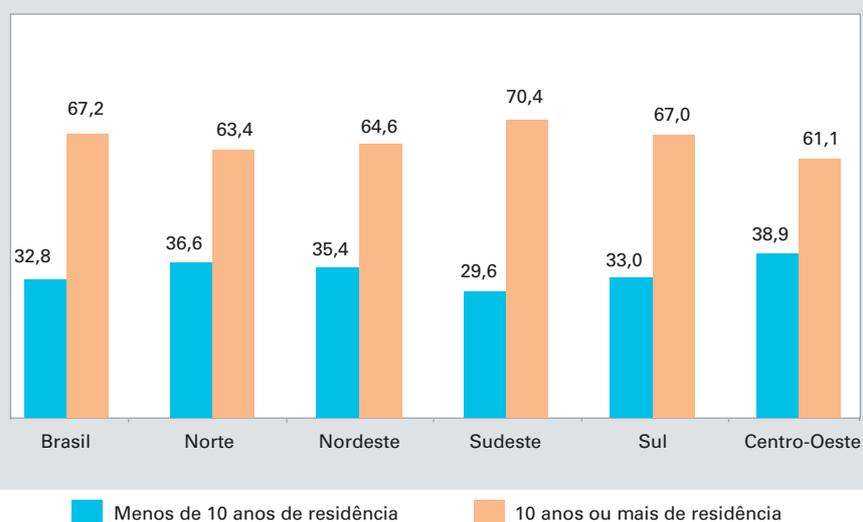
rindo a continuidade do processo de esvaziamento rural, ou do fluxo terra indígena, com todas as conseqüências sociais e culturais que esse fato pode acarretar às etnias indígenas.

Um fator deve ser levado em consideração, em relação ao crescimento urbano da população indígena brasileira, a influência da identificação dos entrevistados como indígenas ou de origem indígena, resultado da autodeclaração no Censo de 2000 estaria afetando positivamente aquele crescimento. Ademais, essa influência é tanto maior quanto mais urbanizada for a região.

No entanto, mesmo sendo evidente a influência da autodeclaração sobre os dados referentes à população indígena das cidades em 2000, deve-se apontar um incremento de 5,4% ao ano da população indígena residente em áreas rurais, incremento esse bastante superior ao crescimento natural dessa população, dadas as taxas de fecundidade citadas neste estudo. Isto significaria que o efeito da auto-identificação também faz-se sentir em relação à população daquelas áreas. Mesmo na Região Norte essa influência parece existir, dado um crescimento de 4,5% da população indígena, incompatível com a fecundidade observada.

Com um volume de 108 mil pessoas reveladas em 2000, através da investigação dos indígenas não-naturais da Unidade da Federação por tempo ininterrupto de residência e a situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões, verifica-se que 67,2% dos migrantes possuíam mais de 10 anos de residência nas Grandes Regiões onde foram recenseados. Portanto, realizaram esse movimento antes do Censo Demográfico 1991. Dentre as regiões, a Sudeste apresenta a maior proporção de migrantes indígenas residindo há mais de 10 anos na região (70,4%). A distribuição desses migrantes segundo a situação do domicílio segue o mesmo padrão do País como um todo.

Gráfico 31 - Proporção de pessoas autodeclaradas indígenas não-naturais, por tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Deslocamento

As informações sobre os fluxos de pessoas que se movimentam de um município para outro, seja para trabalhar seja para estudar, fornecem importantes subsídios com vistas ao estabelecimento de ações de políticas públicas que visem a incorporar as necessidades dos não-residentes, no dia-a-dia, das grandes cidades. Estas necessidades incluem um grande rol, como a melhoria da distribuição da malha viária e o transporte, abastecimento de água e energia elétrica, saneamento básico, atendimento à saúde, educação entre outras.

As pesquisas sobre movimento pendular - deslocamento diário de casa para o trabalho ou local de estudo - constituem informação de extrema relevância para o planejamento local e regional. No Censo Demográfico 2000, a pergunta sobre “em que município e Unidade da Federação ou país estrangeiro trabalha ou estuda?” foi dirigida a todas as pessoas, independentemente de idade, já que a idade não impede o deslocamento, no caso dos filhos estudarem ou freqüentarem creches em outros municípios.

O conjunto das pessoas que se autodeclararam indígenas e que trabalhavam ou estudavam no município de residência foi de 55,6%, em 2000, inferior ao observado para a população brasileira como um todo. Além disso, o conjunto de pessoas que não trabalhavam ou estudavam eram proporcionalmente maior naquele segmento populacional que o apresentado na média brasileira (41,3% contra 34,6%, respectivamente). Desta forma, a parcela dos indígenas que fazia algum deslocamento diário para trabalhar ou estudar era bastante reduzido (3,1%), posicionando-se relativamente abaixo do conjunto brasileiro (4,3%). Esta situação não é de se estranhar, uma vez que somente nas grandes áreas urbanas, especialmente nas regiões metropolitanas, onde há conurbação, este tipo de deslocamento é mais significativo. É o caso, por exemplo, das Regiões Metropolitanas de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, de Recife, dentre outras. Isto pode ser constatado pelo fato de que a Região Sudeste, que conta com o maior número de pessoas que se autodeclararam indígenas residindo nas áreas urbanas, e onde se localizam também as maiores regiões metropolitanas do País, apresentou, em 2000, a maior percentagem de pessoas que se deslocaram para outro

Tabela 23 - Distribuição relativa da população residente e da autodeclarada indígena, por situação do domicílio, segundo o tipo de deslocamento para trabalho ou estudo Brasil - 2000

Tipo de deslocamento para trabalho ou estudo	Distribuição relativa da população residente (%)				
	População total	População autodeclarada indígena			
		Total	Urbana	Rural	
				Total	Específico
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Trabalhavam ou estudavam no município de residência	61,1	55,6	59,4	51,4	50,0
Não trabalhavam nem estudavam	34,6	41,3	35,9	47,1	48,7
Trabalhavam ou estudavam em outro município da Unidade da Federação	3,9	2,8	4,2	1,3	1,1
Trabalhavam ou estudavam em outra Unidade da Federação	0,4	0,3	0,4	0,1	0,1
Trabalhavam ou estudavam em país estrangeiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

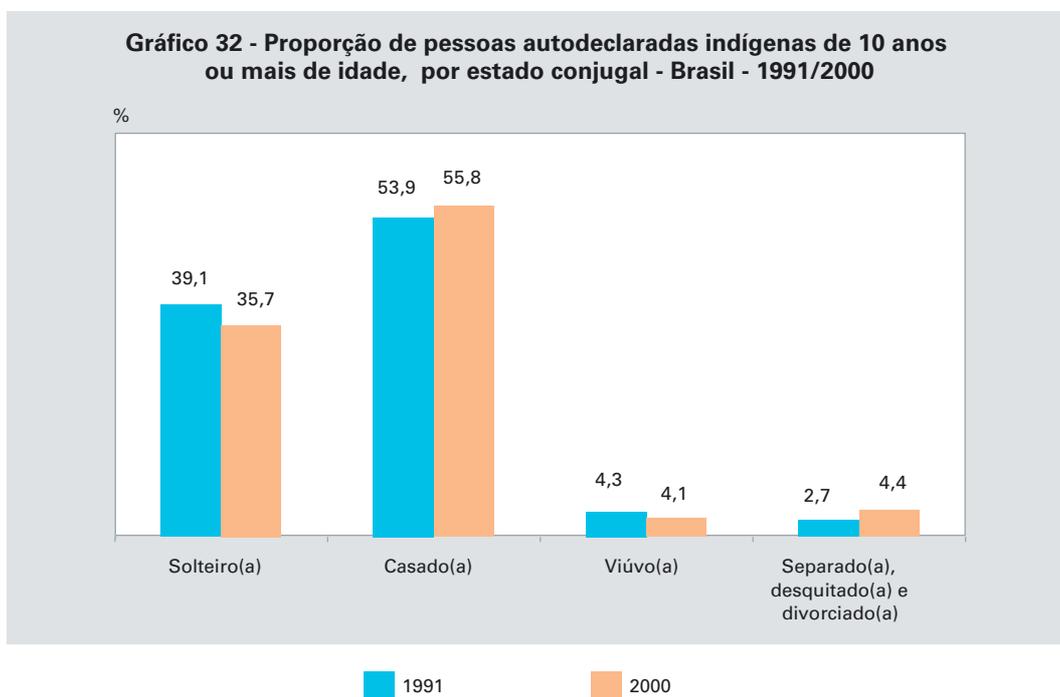
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

município, Unidade da Federação ou país estrangeiro para trabalhar ou estudar (6,8%), enquanto a Região Norte foi a que apresentou o menor percentual (1,2%), justamente a que contava com a maior população indígena residindo na zona rural.

Nupcialidade

O interesse pelo estudo da nupcialidade está relacionado à importância que este fenômeno demográfico representa em relação à fecundidade, uma vez que grande parte dos nascimentos ocorre a partir das uniões conjugais. O estado conjugal, os tipos de união e as idades de início das uniões conjugais são, por exemplo, informações de grande importância não somente para o conhecimento do perfil sociodemográfico das populações, mas, principalmente, para a melhor compreensão dos diferenciais de fecundidade.

A proporção de solteiros entre as pessoas que se declararam indígenas no Brasil, nos Censos Demográficos 1991 e 2000, equivale a aproximadamente um terço desta população, enquanto quase 60% correspondem às pessoas unidas. Deste modo, comparando-se os resultados dos dois recenseamentos, observa-se uma pequena diminuição da proporção de solteiros, de 39,1% para 35,7%, e o aumento da proporção de unidos, de 53,9% para 55,8%.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

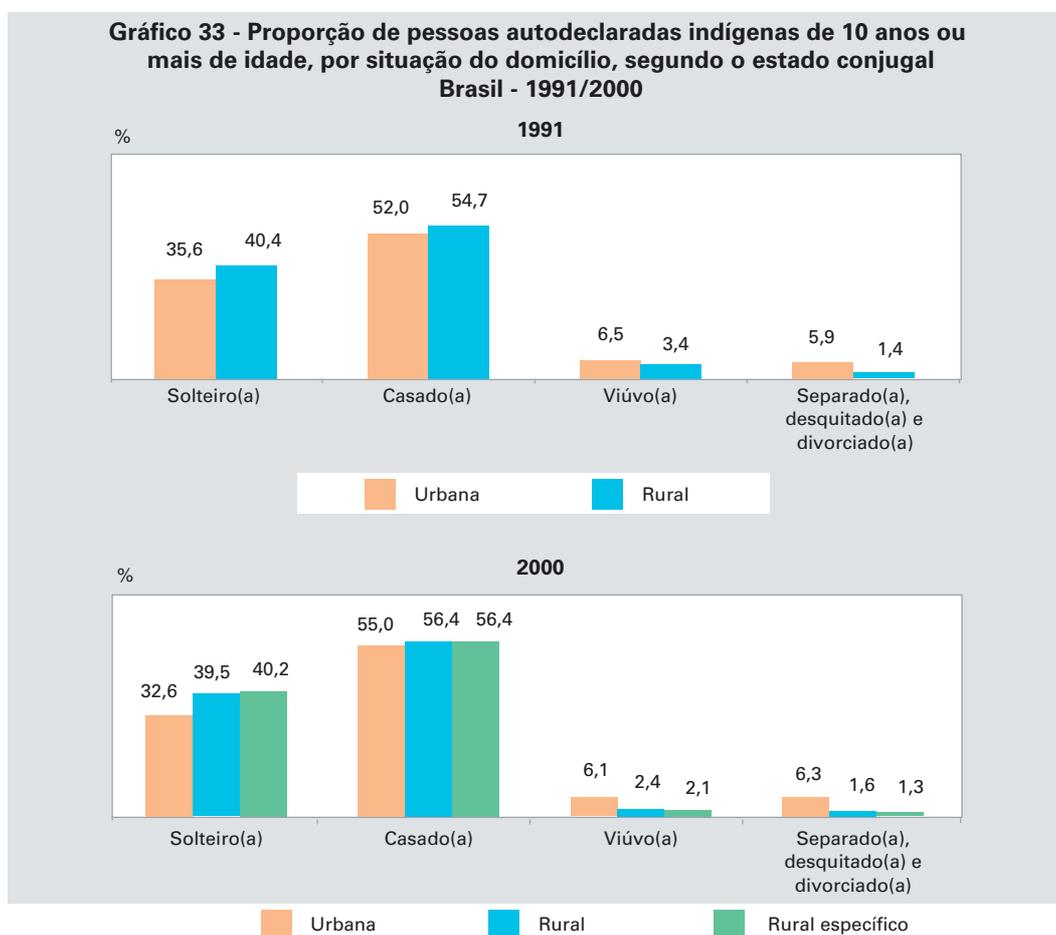
As proporções de autodeclarados indígenas viúvos mantêm-se constantes entre os dois censos, em torno de 4,0%, ao passo que as de separados, desquitados e divorciados crescem de 2,7% para 4,4%, acompanhando a tendência observada para o conjunto da população do País (TENDÊNCIAS..., 2004).

Tabela 24 - Proporção de pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo o estado conjugal - Brasil - 1991/2000

Estado conjugal	Proporção de pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio (%)						
	Total		Urbana		Rural		
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	
						Total	Específico
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Solteiro (a)	39,1	35,7	35,6	32,6	40,4	39,5	40,2
Casado (a)	53,9	55,8	52,0	55,0	54,7	56,4	56,4
Viúvo (a)	4,3	4,1	6,5	6,1	3,4	2,4	2,1
Separado (a), desquitado (a) e divorciado (a)	2,7	4,4	5,9	6,3	1,4	1,6	1,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

No tocante à situação do domicílio, nas áreas rurais do País, as proporções de solteiros e de unidos autodeclarados indígenas são mais elevadas do que as encontradas nas áreas urbanas, em ambos os censos demográficos. A diferença se deve ao menor percentual de viúvos, assim como de separados, desquitados e divorciados entre os indígenas moradores das áreas rurais. Na situação de domicílio rural específico, para o Censo Demográfico 2000, a proporção de solteiros (40,2%) e a de unidos (56,4%), são semelhantes às encontradas no conjunto das áreas rurais do País.

Gráfico 33 - Proporção de pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo o estado conjugal Brasil - 1991/2000

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

No que concerne ao estado conjugal, segundo as Grandes Regiões do País observa-se que na Região Sul são encontradas as maiores proporções de indígenas unidos (56,4%, em 1991, e 60,6%, em 2000). Já na Região Nordeste, são verificadas as menores (48,7%, em 1991 e 52,4%, em 2000). Esse padrão predomina, também, nas áreas urbanas e rurais das respectivas regiões. Vale destacar que as proporções das populações indígenas por estado conjugal no rural específico são muito próximas às encontradas nas áreas rurais de todas as Grandes Regiões do País, com destaque para as Regiões Norte e Centro Oeste, para as quais tais proporções chegam a ser quase idênticas.

Tabela 25 - Proporção de pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo o estado conjugal - Brasil - 1991/2000

Estado conjugal	Proporção de pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio (%)						
	Total		Urbana		Rural		
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	
						Total	Específico
Norte							
Solteiro (a)	41,1	39,7	41,2	37,1	41,0	40,6	40,8
Casado (a)	54,8	55,9	50,3	54,4	55,3	56,4	56,4
Viúvo (a)	3,0	2,6	4,1	4,1	2,9	2,1	2,0
Separado (a), desquitado (a) e divorciado (a)	1,2	1,8	4,4	4,4	0,8	0,9	0,8
Nordeste							
Solteiro (a)	43,8	38,8	42,6	37,0	44,3	42,1	42,7
Casado (a)	48,7	52,4	45,9	51,9	50,0	53,2	53,8
Viúvo (a)	4,5	4,1	6,0	5,0	3,8	2,6	2,0
Separado (a), desquitado (a) e divorciado (a)	3,0	4,7	5,5	6,1	1,9	2,1	1,5
Sudeste							
Solteiro (a)	30,8	31,5	30,3	30,7	33,9	38,1	46,0
Casado (a)	56,5	54,5	55,8	54,5	60,1	54,7	49,5
Viúvo (a)	6,9	7,1	7,5	7,6	3,3	3,7	1,8
Separado (a), desquitado (a) e divorciado (a)	5,8	6,8	6,4	7,2	2,7	3,5	2,7
Sul							
Solteiro (a)	33,7	28,7	29,8	26,0	36,3	34,1	36,5
Casado (a)	56,4	60,6	55,7	60,9	56,9	60,1	58,6
Viúvo (a)	5,6	5,5	7,2	6,7	4,5	3,0	2,6
Separado (a), desquitado (a) e divorciado (a)	4,3	5,2	7,3	6,5	2,3	2,8	2,3
Centro-Oeste							
Solteiro (a)	38,5	35,2	40,5	32,6	38,1	37,1	37,5
Casado (a)	54,5	58,1	48,0	57,2	55,8	58,8	58,5
Viúvo (a)	4,3	3,4	6,6	4,6	3,8	2,4	2,4
Separado (a), desquitado (a) e divorciado (a)	2,7	3,4	4,9	5,6	2,2	1,7	1,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

No tocante aos autodeclarados indígenas de 10 anos ou mais de idade unidos, a distribuição, segundo a natureza da união, mostrou para o conjunto do País, que quase a metade desta população vivia em união consensual, nos Censos de 1991 (50,6%) e de 2000 (46,9%). Essas proporções correspondem a quase o dobro do encontrado para o conjunto da população brasileira vivendo esse tipo de união (28,6%, em 2000), sendo compatível com os padrões tradicionais de casamento dos povos indígenas (TENDÊNCIAS..., 2004; PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005).

As proporções de unidos no civil e religioso aumentaram, de 17,5% para 25,0%, entre 1991 e 2000, e as de casados somente por união civil, de 13,7% para 17,9%, respectivamente. Contudo, as uniões só religiosas acompanharam a tendência de queda observada no conjunto da população do País, diminuindo de 18,3% para 10,2%, entre os dois recenseamentos.

No que concerne à natureza das uniões dos autodeclarados indígenas, segundo a situação do domicílio, observa-se que é nas áreas rurais que se encontram as maiores proporções de unidos consensualmente, 56,4%, em 1991, e 54,7%, em 2000. Nessa situação do domicílio também se nota a mesma tendência de aumento das uniões civis e religiosas, e só civis, e de redução das uniões realizadas somente no religioso, observada para o conjunto da população indígena.

Nas áreas urbanas, a maior proporção de indígenas unidos vivia em união civil e religiosa em 1991 (37,6%), e em união consensual em 2000 (41,0%). Nessa situação do domicílio, a tendência dos padrões de união foi inversa à observada nas áreas rurais, sendo de diminuição das proporções de casados no civil e religioso, só no civil, e, também, só no religioso, o que foi compensado pelo aumento da proporção de uniões consensuais, de 32,1%, em 1991, para 41,0% em 2000.

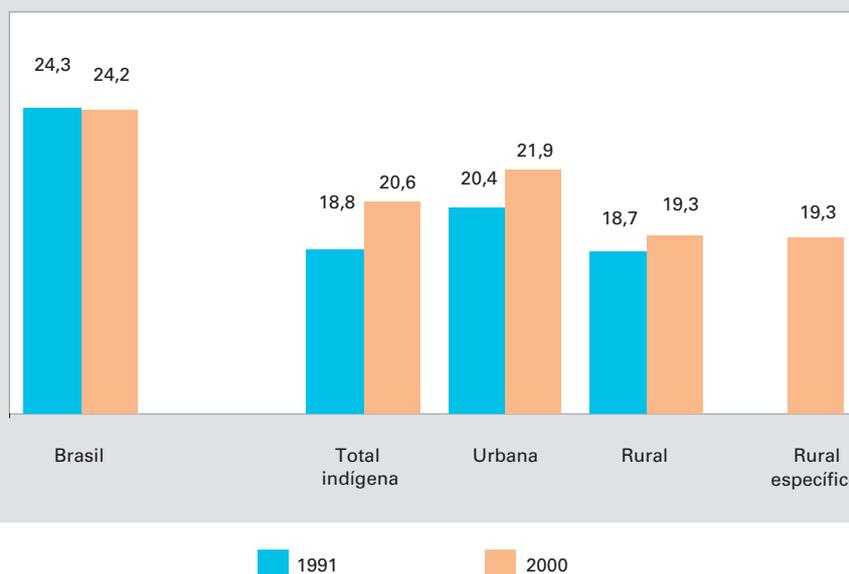
Tabela 26 - Proporção de pessoas unidas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo a natureza da união - Brasil - 1991/2000

Natureza da união	Proporção de pessoas unidas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio (%)						
	Total		Urbana		Rural		
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	
						Total	Específico
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Casamento civil e religioso	17,5	25,0	37,6	33,5	9,7	13,5	9,1
Só casamento civil	13,7	17,9	23,7	21,0	9,8	13,9	13,1
Só casamento religioso	18,3	10,2	6,6	4,5	22,8	17,9	19,1
União consensual	50,6	46,9	32,1	41,0	57,7	54,7	58,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Nas sociedades indígenas tradicionais, a idade de início das uniões conjugais é geralmente muito jovem entre as mulheres, sendo os casamentos realizados em grande frequência logo após a menarca. Nesse sentido, as idades médias ao casar do total das mulheres autodeclaradas indígenas, estimadas com base nos resultados dos Censos Demográficos 1991 e 2000, correspondem aos valores esperados, sendo significativamente menores do que as encontradas para o conjunto da população feminina do País. A idade média ao casar das mulheres indígenas resulta em 5,5 anos a menos do que a das mulheres do conjunto da população brasileira em 1991, e em 3,6 anos em 2000. Em 2000, a idade média ao casar das indígenas foi de 20,6 anos de idade, em razão de uma tendência de aumento na década, ao passo que, no País, este indicador, praticamente, não variou.

Gráfico 34 - Idade média ao casar da população total e das pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio - Brasil - 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

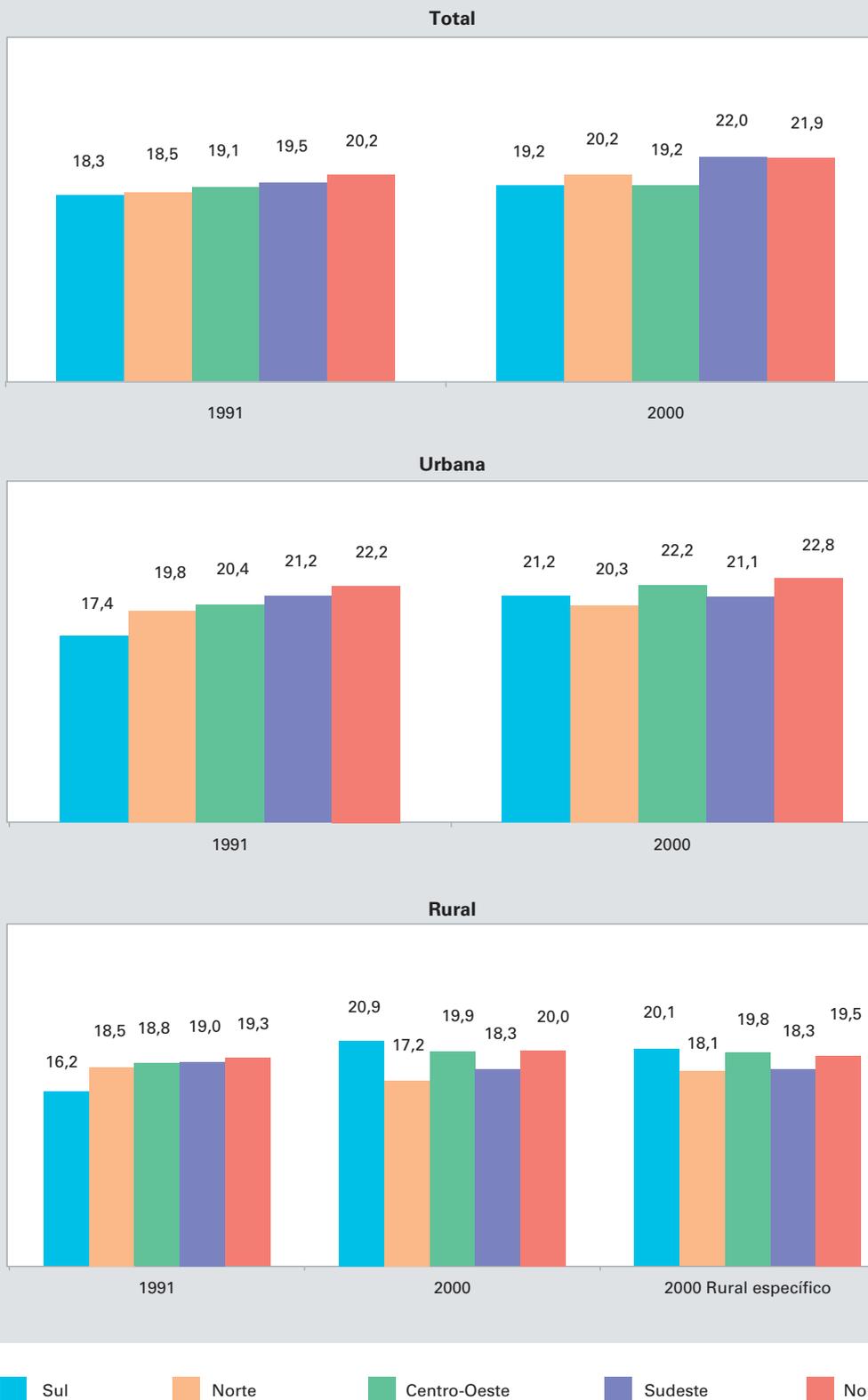
Para todas as regiões do País, o aumento na idade ao casar das mulheres indígenas no período 1991/2000, de 18,8 para 20,6 anos, foi muito mais acentuado na área urbana que, em 2000, apresenta uma idade média ao casar de quase 22 anos de idade.

Condizente com o padrão esperado em termos dos diferenciais de nupcialidade, segundo a situação do domicílio, a idade média ao casar das mulheres indígenas nas áreas rurais é menor do que nas áreas urbanas, não apresentando diferença com o denominado rural específico (19,3 anos de idade).

No caso das Grandes Regiões, nota-se, em primeiro lugar, que o aumento da idade ao casar durante a década está presente em todas as regiões. A intensidade do aumento, no entanto, não é a mesma nas cinco regiões. A seqüência das regiões em ordem de magnitude das idades ao casar, em 1991, mostra que as Regiões Nordeste e Sudeste apresentam os maiores valores (próximos de 20 anos) e as Regiões Norte e Sul, os menores valores (em torno de 18 anos de idade). Em 2000, esta ordem não se repete, embora o Nordeste e Sudeste continuem com as maiores idades médias. Nas Regiões Norte e Sul, observam-se aumentos proporcionais mais expressivos e no Centro-Oeste as mulheres com menores idades médias ao casar (19 anos de idade).

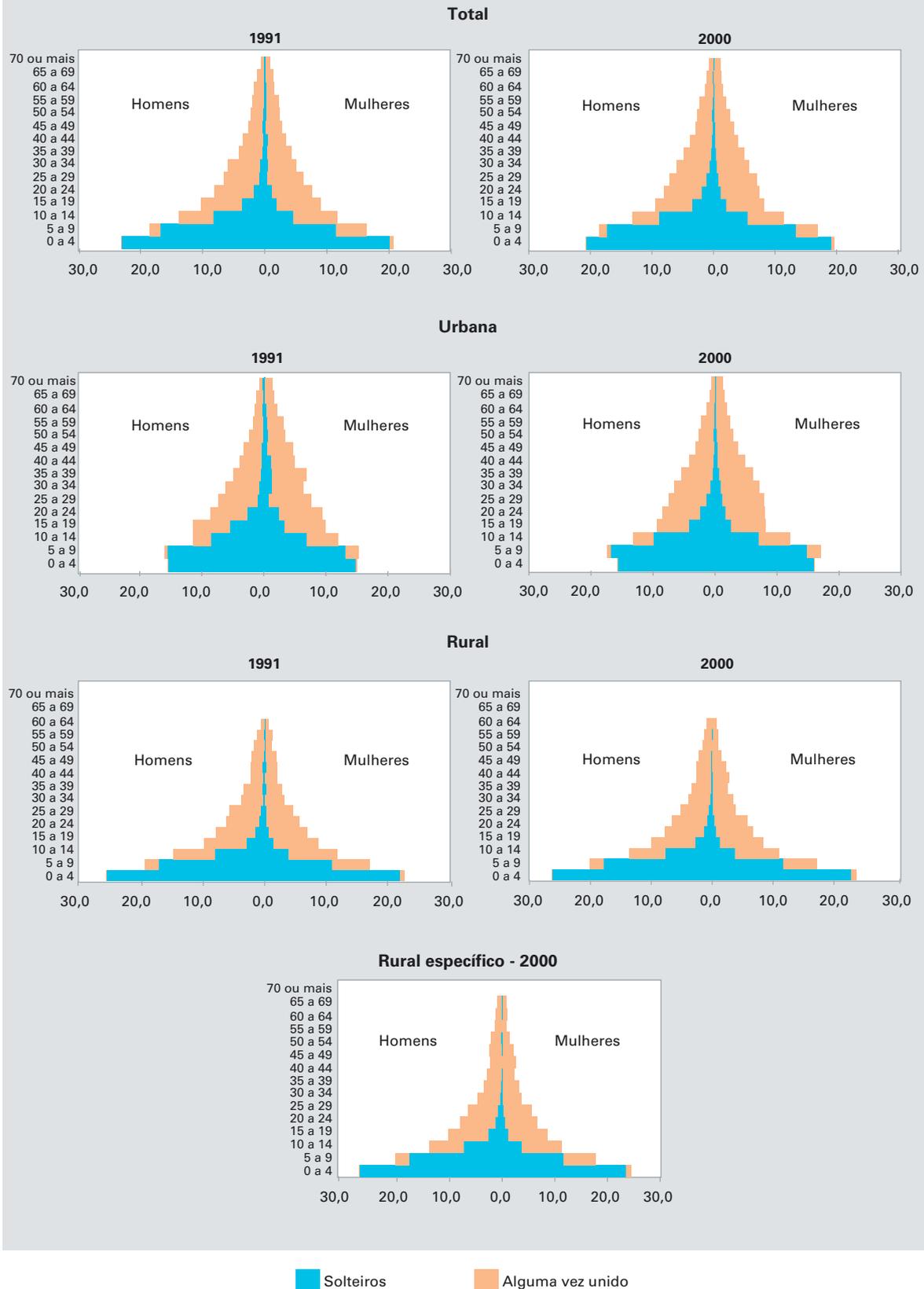
Ao considerar a situação do domicílio, constata-se, de forma coerente com os valores totais, que o aumento da idade ao casar observado na área urbana é sistemático e significativo em todas as regiões. Em 2000, as Regiões Nordeste e Sudeste, que apresentaram um contingente urbano importante de autodeclarados indígenas, apresentam também as maiores idades médias ao casar (acima de 22 anos de idade). Na área rural, a variação é menor e as idades são menores também. No rural específico, todas as idades médias ao casar estão abaixo de 20 anos de idade, sendo que nas Regiões Sul e Centro-Oeste as mulheres se casam, em média, em idades relativamente muito jovens, em torno de 18 anos de idade.

Gráfico 35 - Idade média ao casar da população total e das pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Gráfico 36 - Composição por sexo e grupos de idade das pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por estado conjugal, segundo a situação do domicílio - Brasil - 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Esse comportamento frente ao estado conjugal que implica na mudança da condição de solteira, para unida, dando início ao período de exposição ao risco de procriar, pode ser avaliado, também, através da composição por idade das proporções de mulheres solteiras, e de seu complemento em relação à população total, isto é a população “alguma vez unida”. Conforme pode ser observado na seqüência das pirâmides, independentemente do formato geral de cada uma delas, nota-se que o padrão da nupcialidade delineado pela composição por idade dos solteiros e não-solteiros não apresenta mudanças significativas no período. Entre as mulheres indígenas de 20 a 24 anos de idade, a grande maioria já não se encontrava no estado de solteira. Esta característica é mais acentuada nas áreas rurais. Para os homens, porém, a passagem do estado de solteiro para o unido é ligeiramente menos marcado com a idade. Em síntese, nota-se que a absoluta maioria de homens e mulheres já estava unida a partir dos 25 anos de idade.

Fecundidade

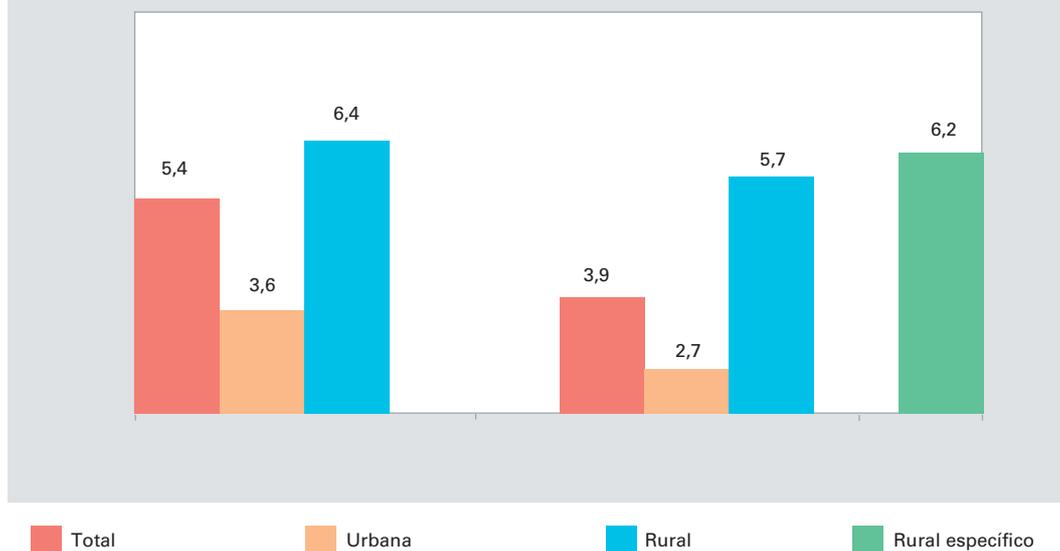
A fecundidade das mulheres indígenas é analisada através dos níveis e do comportamento por idade das taxas de fecundidade¹².

A Taxa de Fecundidade Total expressa o nível da fecundidade de uma população; num sentido amplo é o número médio de filhos que a mulher teria ao longo da sua vida reprodutiva em ausência de mortalidade. No presente caso, este indicador foi estimado indiretamente¹³.

Com relação às estimativas correspondentes ao total da população indígena por condição de residência, observa-se, em primeiro lugar, que, tal como está ocorrendo para o conjunto do País, a fecundidade das mulheres autodeclaradas indígenas também mostrou um marcado declínio. A queda teria sido de quase 30% na década, de forma tal que, no ano 2000, estas mulheres teriam, em média, pouco menos de 4 filhos. Ressalte-se que grande parte deste declínio se deve à população residente em áreas urbanas, pois nas áreas rurais a taxa situa-se próxima de 6 filhos por mulher. Com efeito, em 2000, no denominado rural específico, o nível permaneceu praticamente igual ao estimado para o rural de 1991.

¹² Deve mencionar-se, inicialmente, que a avaliação prévia da informação utilizada para obter estimativas de fecundidade mostrou-se bastante confiável. Por um lado, por exemplo, a declaração da idade das mulheres tem um perfil razoavelmente parecido ao da média nacional; em segundo lugar, a proporção de mães (mulheres com pelo menos um filho) é maior do que a média do País, tal como seria de esperar numa população que, normalmente, tem maiores níveis de fecundidade.

¹³ Foi utilizado o método de Brass (1973) que utiliza informação corrente e retrospectiva sobre o número de filhos nascidos vivos. As estimativas foram corrigidas em função da relação entre a fecundidade atual e a acumulada encontrada para o total das mulheres de idades de 20 a 29 anos em cada censo. Esta relação, indicativa de erros e/ou mudanças na fecundidade, foi semelhante nas áreas urbana e rural, o que reforça o pressuposto da existência de padrões de erro similares em toda a população indígena em cada período estudado. As razões médias entre fecundidade atual e passada $[(P2/F2 + P3/F3)/2]$ foram de 1,14 e 1,16, para 1991 e 2000, respectivamente.

Gráfico 37 - Taxa de fecundidade total das mulheres autodeclaradas indígenas de 15 a 49 anos de idade, por situação do domicílio - Brasil - 1991/2000

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

As taxas de fecundidade total desagregadas para as Grandes Regiões do País revelam, em todos os casos, que a tendência de queda está presente em maior ou menor medida. Neste sentido, as taxas de fecundidade total oscilavam em torno de 6,0 filhos em 1991, com a única exceção da Região Sudeste, cuja taxa era de 3,0, e se manteve neste patamar. Em 2000, os valores se localizam abaixo de 4,0 filhos por mulher, correspondendo, novamente, à população indígena do Sudeste o mais baixo nível (2,7 filhos por mulher).

Tabela 27 - Taxa de fecundidade total das mulheres autodeclaradas indígenas de 15 a 49 anos de idade, por Grandes Regiões, segundo a situação do domicílio - Brasil - 1991/2000

Situação do domicílio	Taxa de fecundidade total das mulheres autodeclaradas indígenas de 15 a 49 anos de idade					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total						
1991	5,4	5,6	5,6	3,0	5,8	6,9
2000	3,9	4,9	3,2	2,7	4,2	4,8
Variação percentual no período (1)	28,8	13,7	42,1	9,3	27,4	30,2
Urbana						
1991	3,7	4,0	4,0	2,8	4,4	5,2
2000	2,7	3,8	2,3	2,5	2,9	2,8
Variação percentual no período (1)	25,8	5,0	41,5	9,6	34,6	46,5
Rural						
1991	6,4	5,9	6,6	3,9	6,8	7,6
2000	5,8	5,4	5,6	4,3	7,2	6,9
Variação percentual no período (1)	9,1	9,0	15,1	(-) 12,4	(-) 5,0	8,7
Rural específico						
2000	6,2	5,4	6,7	5,3	8,0	7,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Nota: A variação total não corresponde necessariamente à média da variação do urbana e do rural por causa da diferente composição urbana e rural em cada período e do crescimento diferenciado que as mesmas tiveram

As Regiões Nordeste e Centro-Oeste manifestaram queda mais acentuada do nível da fecundidade e, nestas, foram especificamente as áreas urbanas que registraram declínios superiores a 40%. Além disso, ressalta-se que é justamente no meio urbano da Região Nordeste onde se observam os níveis mais baixos (2,3). Lembrando que esta região junto com o Sudeste registraram o maior aumento populacional urbano no período, não pode se dizer categoricamente que as mulheres indígenas das áreas urbanas tiveram queda tão acentuada da fecundidade, sendo possível, apenas, observar que as mulheres destas regiões, que em 2000 se classificam como indígenas, têm uma fecundidade sensivelmente menor do que as daquelas declaradas como tal em 1991.

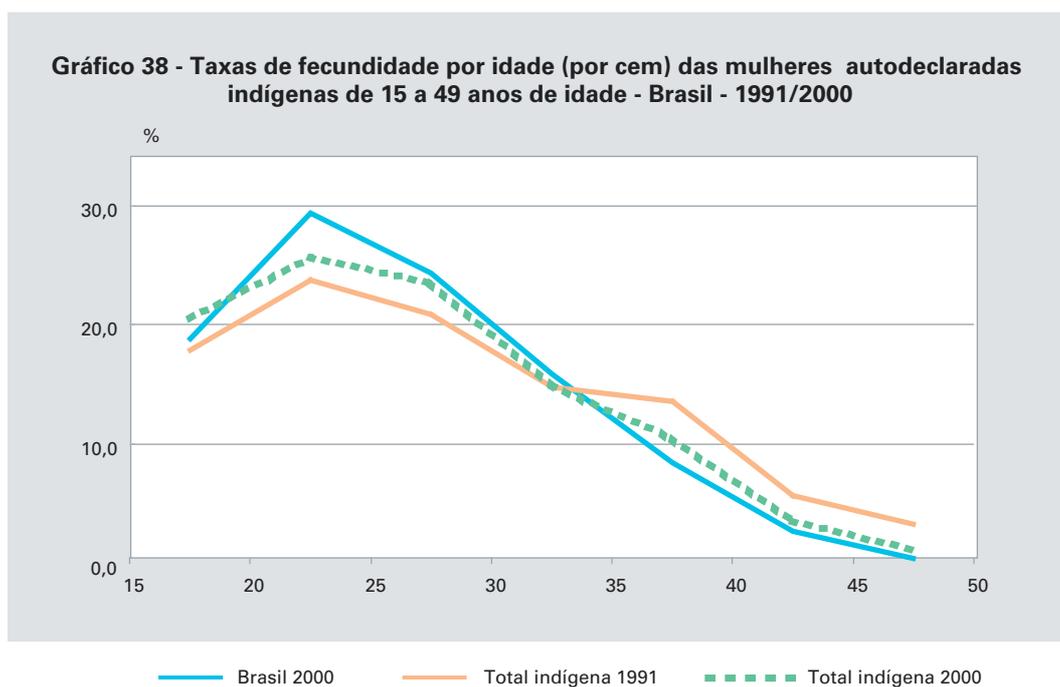
Os níveis de fecundidade das áreas rurais mostram um panorama diferente e a queda relativamente menor para o total da população indígena, abrigando tendências de estabilidade de níveis sempre altos, sendo que para algumas regiões haveria indicações de aumento dos mesmos.

Em relação ao denominado rural específico, os níveis encontrados são sempre maiores dos que os estimados para o total da correspondente área rural, devendo-se salientar os valores bastante altos (acima de 7,0) para as Regiões Sul e Centro-Oeste. Como referência, deve-se lembrar que o Brasil, como país, dificilmente teria atingido níveis tão altos no passado. Frias e Carvalho (1940), estimam que as taxas de fecundidade total máximas alcançadas no Brasil moderno teriam oscilado em torno de 7,5 no início do Século XX. Este achado, no entanto, é compatível com resultados de pesquisas recentes sobre o comportamento reprodutivo de alguns povos indígenas, como os Xavante (COIMBRA, 2002), e Kaiabi, com taxas superiores a 9 filhos na década de 1990 (PAGLIARO, 2005). Níveis constantes, em torno de 8 filhos por mulher, são encontrados para os povos Waurrá-Xingu (PAGLIARO et al., 2001).

Os níveis citados acima guardam correspondência com o comportamento por idade da fecundidade, no sentido de esperar uma distribuição da fecundidade concentrada em certas idades quando o nível está num patamar relativamente baixo, e uma maior dispersão, ao longo da vida reprodutiva, quando a taxa de fecundidade total é relativamente alta.

Com relação ao total da população indígena, junto à queda no período, registrou-se, coerentemente, a tendência de concentração da distribuição da fecundidade nas idades mais jovens, o que pode ser observado pela diferença nos padrões etários em ambos os momentos censitários. Para 2000, há uma concentração ligeiramente mais acentuada da fecundidade nos grupos etários mais jovens, tendendo a se aproximar do perfil nacional.

Esta concentração evidencia-se nos cálculos da idade média da distribuição da fecundidade que diminui em quase 1,5 ano na década, sendo em 2000, de 26,7 anos, valor bem próximo da média nacional. Este rejuvenescimento se dá, em parte, por um aumento relativo da participação de mulheres jovens. No total da população autodeclarada indígena, pouco mais de 20% da fecundidade ocorre em mulheres menores de 20 anos e quase 85 % do fenômeno é de responsabilidade de mulheres menores de 30 anos. Isto quer dizer que aproximadamente 65% da fecundidade concentra-se entre as mulheres com idades entre 20 e 29 anos.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Tabela 28 - Idade média e contribuição para o total da fecundidade até as idades 20 e 30 anos das mulheres autodeclaradas indígenas, segundo a situação do domicílio Brasil - 1991/2000

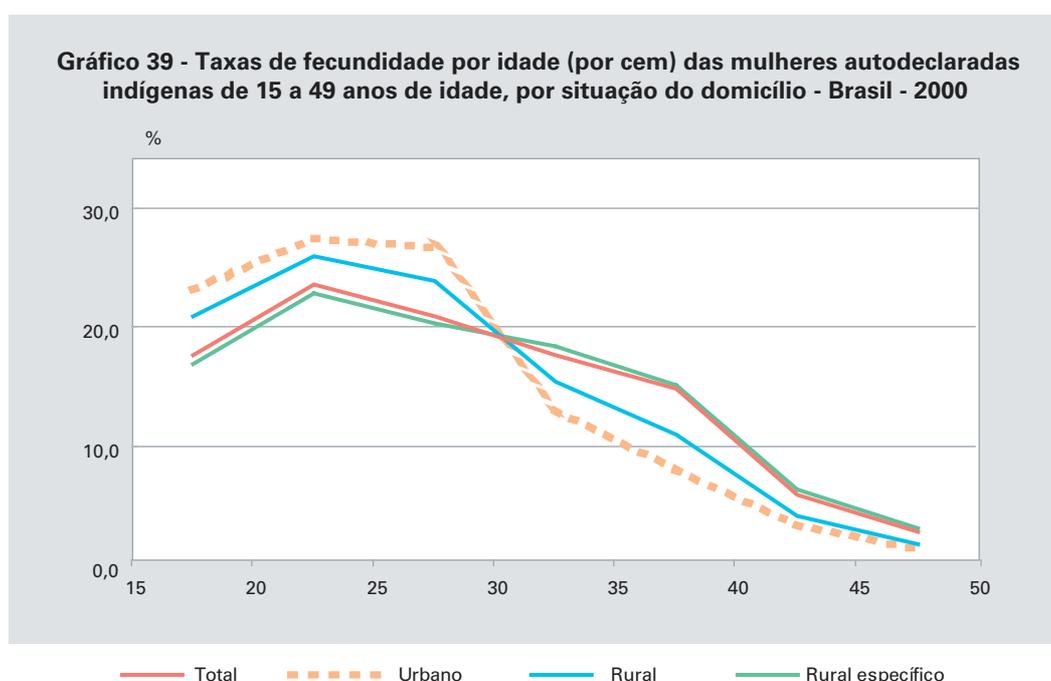
Situação do domicílio	Mulheres autodeclaradas indígenas		
	Idade média	Contribuição para o total da fecundidade até as idades 20 e 30 anos (%)	
		Idade 20	Idade 30
Total			
1991	28,1	18,0	77,3
2000	26,7	20,6	84,6
Urbana			
1991	26,6	21,5	83,1
2000	25,8	22,8	88,9
Rural			
1991	28,9	16,2	74,1
2000	28,1	17,6	78,0
Rural específico			
2000	28,4	16,5	76,9
Brasil (1) - 2000	26,3	18,8	88,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

(1) Mulheres de 15 a 49 anos de idade independentemente da cor ou raça declarada.

Tendo constatado níveis diferenciados por situação do domicílio, detalha-se, a seguir, o perfil por idade obtido nestas áreas. A concentração em determinadas idades é maior na área urbana, cujo perfil, em 2000, é muito semelhante ao apresentado para o total do País: perto de 90% do total da fecundidade das mulheres indígenas residentes nas áreas urbanas acontece entre mulheres com até 30 anos. Sendo este perfil, como se sabe, típico de populações com forte controle da fecundidade, logo, esta característica estaria marcadamente presente neste subgrupo de população indígena.

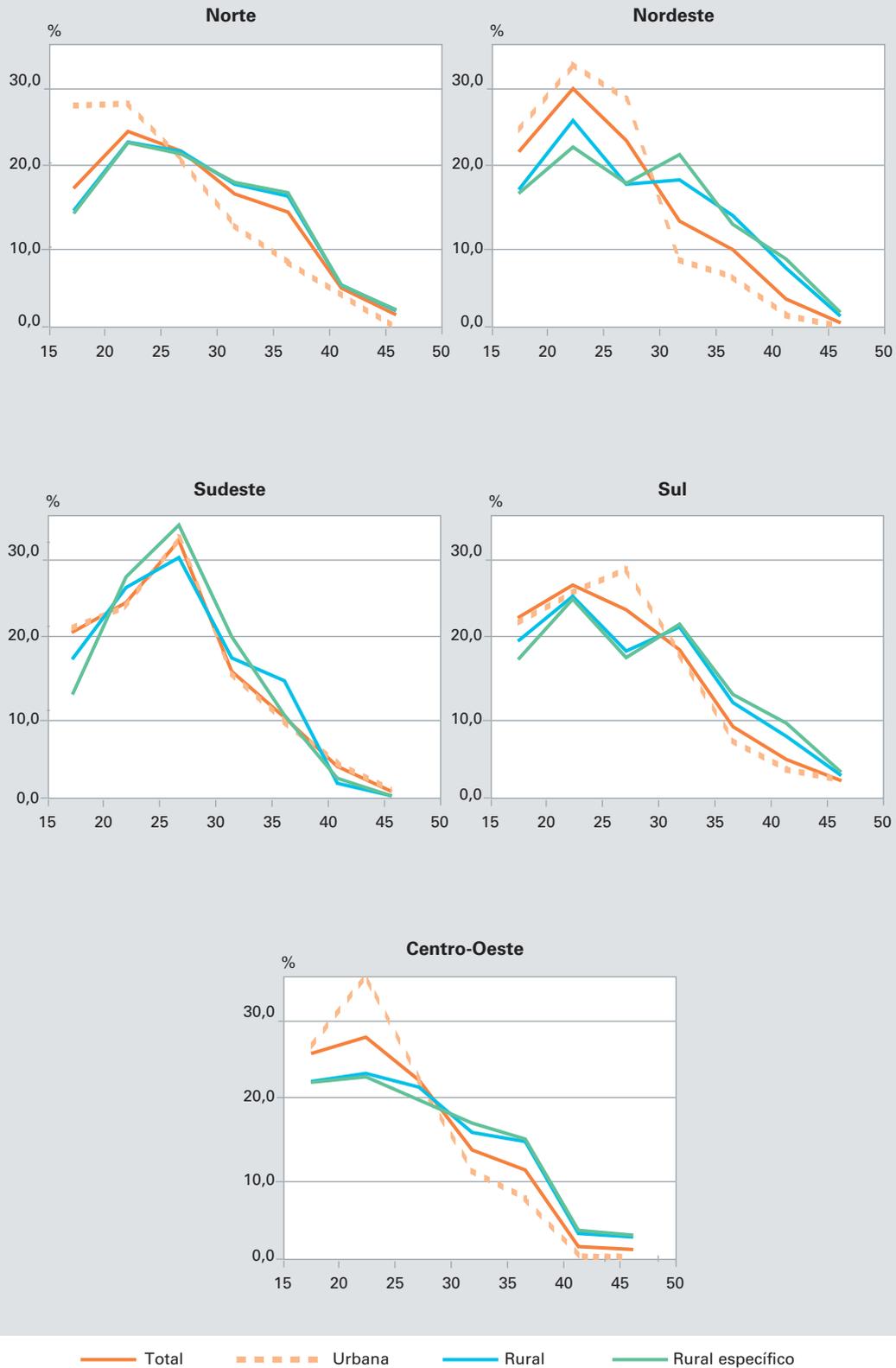
Já na área rural, a quase constância de níveis altos, traduz-se também em padrões praticamente constantes e em ausência de controle da fecundidade ou de métodos contraceptivos tradicionais. Novamente, há grande semelhança entre o rural de 1991 e o rural total, e o específico de 2000. Com relação à existência de controle da fecundidade por parte das mulheres autodeclaradas indígenas residentes nas áreas urbanas, vale a pena considerar que há um contraste bem marcado entre a acentuada concentração que as curvas por idade da fecundidade destas últimas apresentam, em relação com o formato mais disperso que corresponderia a um regime de fecundidade com baixo controle. Por outro lado, o perfil apresentado pelas mulheres de áreas urbanas contrasta com esta dispersão que se dá entre mulheres da área rural. Neste grupo, o formato se aproxima bastante ao de uma curva que se identifica com uma fecundidade tipicamente natural, isto é, em ausência de controle da fecundidade ou práticas contraceptivas tradicionais.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

É importante considerar o padrão por idade da fecundidade, segundo a situação do domicílio nas diferentes regiões do País. Na generalidade dos casos, as curvas que descrevem o padrão por idade das mulheres indígenas urbanas identificam maior concentração nas idades mais jovens. Esta característica é bastante mais acentuada na Região Nordeste. Como se afirmou anteriormente, baixos níveis de fecundidade associam-se a distribuições mais concentradas, o que é justamente o caso, indicando forte presença de controle da fecundidade, o que sugere novamente que, efetivamente, as mulheres indígenas do Nordeste estariam apresentando níveis relativamente baixos de fecundidade.

Gráfico 40 - Taxas de fecundidade por idade (por cem) das mulheres autodeclaradas indígenas de 15 a 49 anos de idade, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Em contraposição, nas áreas rural e rural específico, uma maior dispersão da curva indica ausência de controle da fecundidade por parte do casal, embora possa existir controle por parte da comunidade, independentemente do número de filhos que cada mulher tem. O fenômeno não é evidente, apenas no Sudeste, sendo bastante claro principalmente no Norte e no Centro-Oeste, onde há maior concentração de população indígena. Todavia, em que pese algumas irregularidades na distribuição, como no caso do Nordeste e Sul, o comportamento da fecundidade das mulheres nas idades mais avançadas do período reprodutivo confirmaria, indiretamente, os altos níveis encontrados, mencionados anteriormente.

Em síntese, seria possível afirmar que, embora as informações utilizadas não sejam estritamente comparáveis (Censos Demográficos 1991 e 2000), oferecem evidências robustas sobre a fecundidade. Em relação ao nível, o fenômeno da transição da fecundidade a níveis baixos, assim como no resto das mulheres brasileiras, está presente, se considerado o conjunto de mulheres indígenas. No entanto, isto não é válido se o lugar de residência é considerado. As mulheres autodeclaradas indígenas residentes nas áreas urbanas apresentam taxas de fecundidade total relativamente baixas, e este é o caso, particularmente, na Região Nordeste, onde, dependendo do ajuste dos dados, o nível poderia situar-se abaixo do nível de reposição. Em contraposição, nas áreas rural e rural específico predominam níveis altos de fecundidade, e em alguns casos extremamente altos. Em relação ao padrão por idade da fecundidade, nota-se uma tendência à concentração da fecundidade nas idades mais jovens do período reprodutivo, seguindo a tendência geral que o País tem apresentado. Todavia, as autodeclaradas indígenas residentes nas áreas urbanas, no geral, adquiriram, para 2000 um perfil extremamente parecido ao do País, o que indicaria a forte presença de controle da fecundidade entre estas mulheres. Complementarmente, o perfil por idade das mulheres residentes nas áreas rural e rural específico de 2000, evidenciaria ausência de controle da fecundidade ou controle por práticas tradicionais dessas populações.

Embora seja necessário aprofundar o estudo das medidas de fecundidade apresentadas, os achados sugerem que, independentemente da discussão sobre a composição da população autodeclarada indígena, haveria uma forte dicotomia entre a população residente nas áreas rural ou urbana. As respectivas taxas de fecundidade, muito altas e muito baixas, balizadas de uma certa forma pelo comportamento por idade, seriam uma realidade diferenciada de cada um desses dois contextos.

Mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil, definida como o número de óbitos de crianças menores de um ano de idade por mil nascidos vivos, é um importante indicador das condições de vida da população. De fato, a mortalidade infantil está estreitamente associada às condições socioeconômicas (incluindo educação, renda, etc.) e também ao saneamento e acesso a serviços de saúde, entre outras. De acordo com a classificação da Organização Mundial de Saúde, as taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em altas (50 por mil ou mais), médias (20 a 49 por mil) e baixas (menos de 20 por mil).

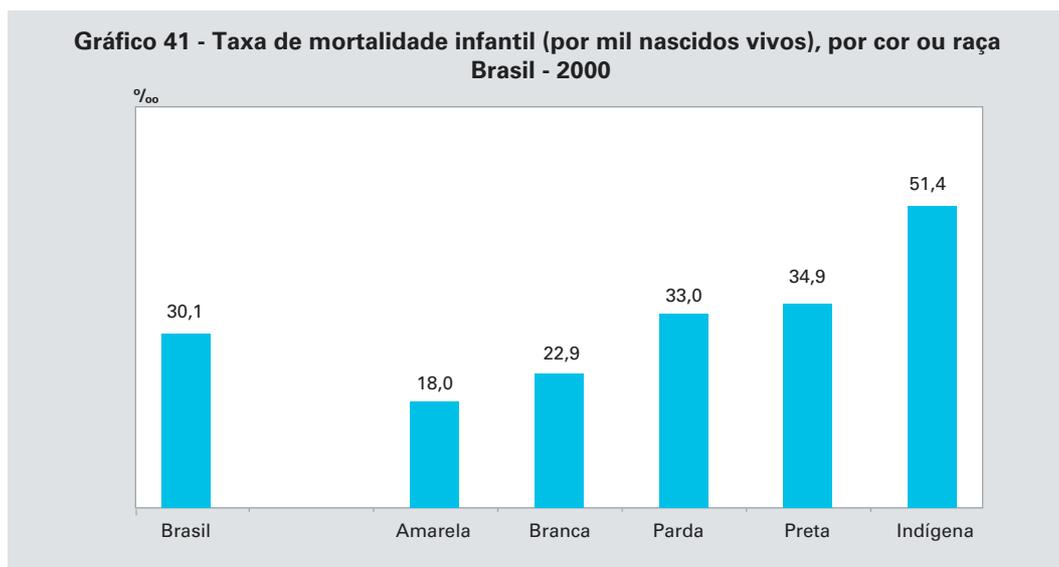
No Brasil, tem-se verificado uma tendência declinante na mortalidade infantil. Assim, em 1970 a taxa de mortalidade infantil do Brasil estava próxima de 100 por

mil nascidos vivos, caindo para 69,1 por mil em 1980, 45,1 por mil em 1991, e 30,1 por mil em 2000 (PROJEÇÃO..., 2005).

Refletindo as condições gerais de vida e de saúde da população brasileira, a mortalidade infantil varia segundo as Grandes Regiões. A taxa apresentou-se mais elevada na Região Nordeste (45,2 por mil em 2000). A Região Sul apresenta o menor valor (20,4 por mil em 2000 (ALBUQUERQUE; SENNA, 2005).

A partir dos resultados do Censo Demográfico 2000, constata-se que a mortalidade infantil dos indígenas (51,4 por mil) é mais elevada que aquela da população brasileira em geral (30,1 por mil).

Há importantes diferenças na mortalidade infantil segundo as categorias de cor ou raça no País. A partir do Censo Demográfico 2000, é perceptível a existência do que se pode considerar três conjuntos de valores da mortalidade infantil. O primeiro inclui as categorias amarela (18,0 por mil) e branca (22,9 por mil)¹⁴ o segundo, as categorias parda (33,0 por mil)¹⁴ e preta (34,9 por mil)¹⁴, e o terceiro, a categoria indígena (51,4 por mil). Em geral, para todas as categorias de cor ou raça, o nível da mortalidade infantil pode ser classificado como "médio", com exceção dos indígenas, cuja classificação seria "alta", segundo os mesmos critérios.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

A mortalidade infantil referida ao conjunto da população apresenta os menores valores nas regiões socioeconomicamente mais desenvolvidas, como o Sudeste e o Sul. Já a mortalidade infantil dos indígenas apresenta uma distribuição geográfica parcialmente distinta daquela observada para a população como um todo. De acordo com as estimativas indiretas, elaboradas com base nos resultados do Censo Demográfico 2000, a população classificada como indígena, na Região Nordeste, apresentou o valor mais elevado (71,7 por mil) e a da Norte a mais baixa (39,1 por mil). Os valores intermediários foram verificados nas Regiões Sudeste (42,3 por mil), Sul (48,3 por mil) e Centro-Oeste (52,9 por mil).

¹⁴ Ver Censo Demográfico 2000. Nupcialidade e fecundidade: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003, 217 p.

Tabela 29 - Taxas de mortalidade infantil indígena, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2000

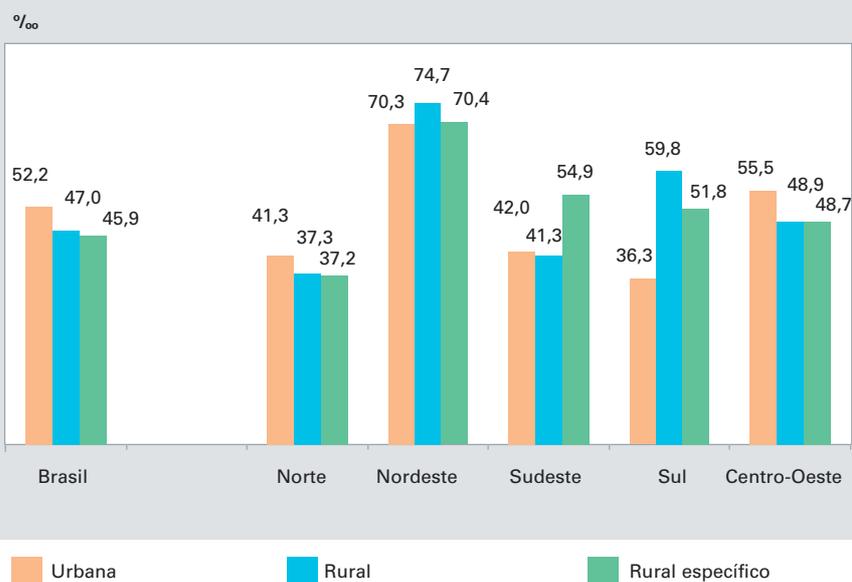
Grandes Regiões	Taxas de mortalidade infantil indígena (por mil nascidos vivos), por situação do domicílio			
	Total	Urbana	Rural	Rural específico
Brasil	51,4	52,2	47,0	45,9
Norte	39,1	41,3	37,3	37,2
Nordeste	71,7	70,3	74,7	70,4
Sudeste	42,3	42,0	41,3	54,9
Sul	48,3	36,3	59,8	51,8
Centro-Oeste	52,9	55,2	48,9	48,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Um aspecto que chama a atenção é que, para o País como um todo, a mortalidade infantil dos indígenas com situação do domicílio urbana (52,2 por mil) é mais elevada que a rural (47,0 por mil). Esse padrão também é observado nas Regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste. Por outro lado, no Nordeste e no Sul, a mortalidade infantil é mais elevada nas áreas rurais.

Nas Regiões Sudeste e Sul, a mortalidade infantil dos indígenas é mais elevada na situação do domicílio denominado rural específico do que na urbana. Já nas Regiões Norte e Centro-Oeste, o padrão é inverso, qual seja, a mortalidade infantil é mais elevada na área urbana. Essas diferenças entre as regiões podem ser resultantes de diversos fatores, muitos dos quais ainda pouco conhecidos devido à escassez de estudos específicos no campo da demografia dos povos indígenas. Considerando que os indígenas residentes na situação de domicílio rural específico devem guardar

Gráfico 42 - Taxa de mortalidade infantil indígena (por mil nascidos vivos), por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

proximidade sociodemográfica com os povos indígenas, vale lembrar que a extensão das terras indígenas é consideravelmente maior nas Regiões Norte e Centro-Oeste do País. Isto pode, de certa forma, proporcionar a este segmento mecanismos mais eficazes e facilitadores para que desfrutem de melhores condições de reprodução social (agroextrativismo de subsistência) nas terras indígenas se comparados àqueles residentes nos centros urbanos, onde a adaptação minimamente dependerá da superação das adversidades socioambientais, dos choques culturais e, sem dúvida alguma, da exclusão social a que estão submetidos.

E é neste sentido que estes resultados apontam: os indígenas da Região Norte apresentaram os menores níveis de mortalidade infantil dentre todas as regiões do País, enquanto a mortalidade infantil dos indígenas nas Regiões Sudeste e Sul, as mais desenvolvidas do ponto de vista socioeconômico, é bastante mais elevada que a observado para não-indígenas. A partir destas evidências, três aspectos podem ser destacados: o primeiro, é na Região Norte que se concentram as maiores extensões das terras indígenas, fato que pode estar associado às melhores condições de sustentabilidade socioeconômica dos indígenas em comparação com aqueles que vivem em outras regiões do País; o segundo, o fato da mortalidade infantil dos indígenas se apresentar como excessivamente alta no Sul do País, região que historicamente tem apresentado os menores níveis gerais de mortalidade infantil, sinaliza a existência de condições de desigualdades extremas e exclusão, com impactos diretos sobre a sobrevivência das crianças indígenas; e, finalmente, o terceiro, a Região Nordeste, detentora dos mais elevados níveis de mortalidade infantil para a população em geral, alberga, também, os maiores níveis de mortalidade infantil para os indígenas.

Cabe mencionar que a precisão das estimativas indiretas da mortalidade infantil dependerá em grande medida do cumprimento dos pressupostos implícitos nas técnicas empregadas, dentro dos quais se destaca a ausência de erros na declaração da idade das mães, do número de filhos tidos nascidos vivos e do número de filhos sobreviventes até a data do Censo Demográfico 2000. Não se descarta a possibilidade de que os níveis de mortalidade infantil obtidos a partir do Censo Demográfico 2000 para os indígenas estejam subestimados em algum grau para algumas regiões do País, em particular para a Região Norte.

Informações obtidas a partir de outras bases de dados são úteis na contextualização e interpretação dos resultados sobre mortalidade infantil, a partir do Censo Demográfico 2000. Segundo o Sistema de Informação de Atenção à Saúde Indígena - SIASI, gerenciado pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, do Ministério da Saúde, a mortalidade infantil indígena no Brasil em 2000 era de 74,6 por mil (GARNELO; MACEDO; BRANDÃO, 2003)¹⁵. Esse elevado nível de mortalidade infantil é interpretado como evidenciando condição de saúde infantil precária, na qual predominam elevados níveis de morbidade (ou seja, adoecimento) e mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias (incluindo diarreias e infecções respiratórias) e desnutrição (GARNELO; MACEDO; BRANDÃO, 2003; SANTOS; COIMBRA JUNIOR, 2003).

Os dados do SIASI referem-se à população indígena residente em terras indígenas, guardando, portanto, maior comparabilidade com os resultados para os indígenas com a situação do domicílio rural específica. A comparação entre esses

¹⁵ Para uma discussão sobre a qualidade dos dados do SIASI, consultar, também, Santos e Coimbra Junior (2003).

resultados sugere que a mortalidade infantil para os indígenas calculada a partir do Censo Demográfico 2000 (particularmente aquela referente ao rural específico), que foi de 45,9 por mil, pode estar subestimada. Da mesma forma, os dados do SIASI poderiam estar refletindo certo grau de superestimação.

Ainda que possa haver dificuldades metodológicas associadas ao cálculo da mortalidade infantil dos indígenas, a análise dos resultados do Censo Demográfico 2000 aponta que os valores para este segmento chegam a ser mais elevados que os observados para segmentos reconhecidamente desfavorecidos da sociedade brasileira, como as crianças de cor ou raça parda e preta¹⁶. A partir do Censo Demográfico torna-se possível, no âmbito do Brasil como um todo, realizar análises comparativas da mortalidade infantil dos indígenas com o restante da população brasileira, dando visibilidade a padrões de desigualdade étnico-racial em saúde ainda muito pouco conhecidos no País, mas sem dúvida de alta relevância sociodemográfica e política.

Trabalho e rendimento

De início é importante frisar que, tal como outras variáveis abordadas nesta publicação, a análise referente a trabalho e rendimento para os indígenas precisa ser realizada com redobrada cautela. Para segmentos sociais culturalmente diferenciados, como os povos indígenas, os padrões de trabalho e rendimento podem assumir configurações distintas daquelas verificadas em contextos mais próximos à média nacional, que em geral são usados como referência para fins de comparação. Se é plausível argumentar que para os indígenas residentes em situação do domicílio urbana as análises quanto a trabalho e rendimento guardam proximidade com outros segmentos da sociedade brasileira, para os indígenas em áreas rurais as formas de captação de informação acerca dessas categorias empregadas pelo censo demográfico podem não ser adequadas para caracterizar o processo produtivo dos povos indígenas.

Os indivíduos autodeclarados indígenas que constituem população economicamente ativa - PEA, de acordo aos critérios censitários¹⁷, formam um universo de 306,5 mil indivíduos. A taxa de atividade, obtida é de 53%, com uma maior participação por sexo da ordem de 1,6 homens para cada mulher. Estes indicadores são muito similares à média do País.

Quando se considera a situação do domicílio, nota-se maior diversificação. A taxa de atividade é maior na área urbana do que na área rural, sendo menor ainda no rural específico. Nestes últimos, a participação feminina é, proporcionalmente, mais baixa. Para cada dois homens economicamente ativos, há apenas uma mulher. Novamente, este perfil por sexos é muito semelhante ao que se encontra para a média do País (TENDÊNCIAS..., 2004).

¹⁶ Análises a partir dos dados dos sistemas nacionais de informação (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC) apontam para um padrão semelhante de desigualdade na mortalidade infantil segundo cor/raça. Ver Cardoso, Santos e Coimbra Junior (2005).

¹⁷ Pessoas de 10 anos ou mais de idade que procuram trabalho e as que têm trabalho.

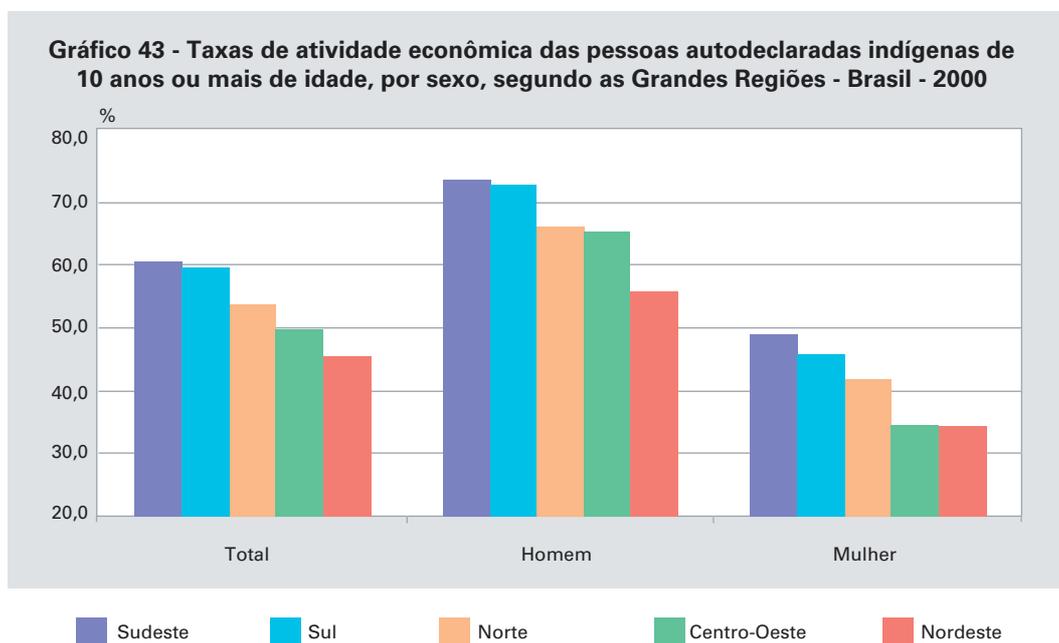
Tabela 30 - Taxas de atividade econômica das pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo a situação do domicílio - Brasil - 2000

Situação do domicílio	Taxas de atividade econômica das pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade			
	Total	Sexo		Diferencial por sexo
		Homens	Mulheres	
Total	53,5	66,0	41,3	1,6
Urbana	59,4	71,6	48,5	1,5
Rural	45,2	58,8	30,1	2,0
Rural específico	43,5	56,6	29,0	1,9
Brasil (1)	56,6	69,6	44,1	1,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(1) Todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

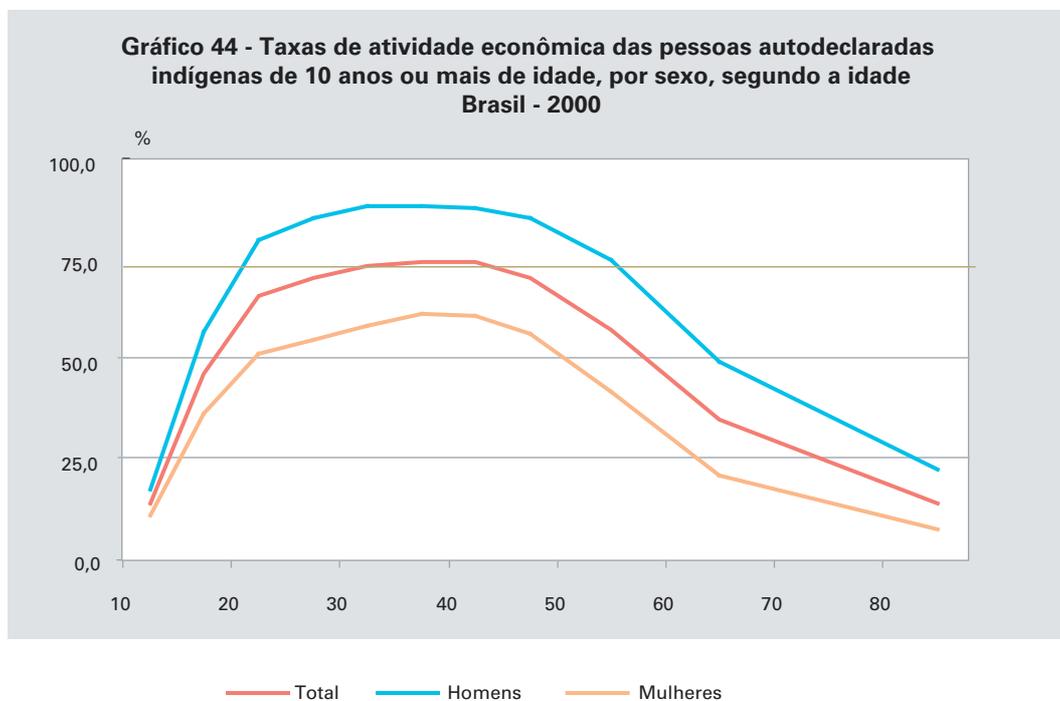
As taxas globais de atividade econômica apresentadas para as Grandes Regiões foram ordenadas da maior para a menor, correspondendo a maior participação para as Regiões Sudeste e Sul, com taxas globais para os homens acima de 70%. A Região Norte apresenta a menor participação, com uma taxa masculina próxima de 50%. Esta mesma hierarquia se mantém para as mulheres. Todavia, chamam a atenção os valores bastante baixos para as mulheres das Regiões Norte e Centro-Oeste, próximos de 30%.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

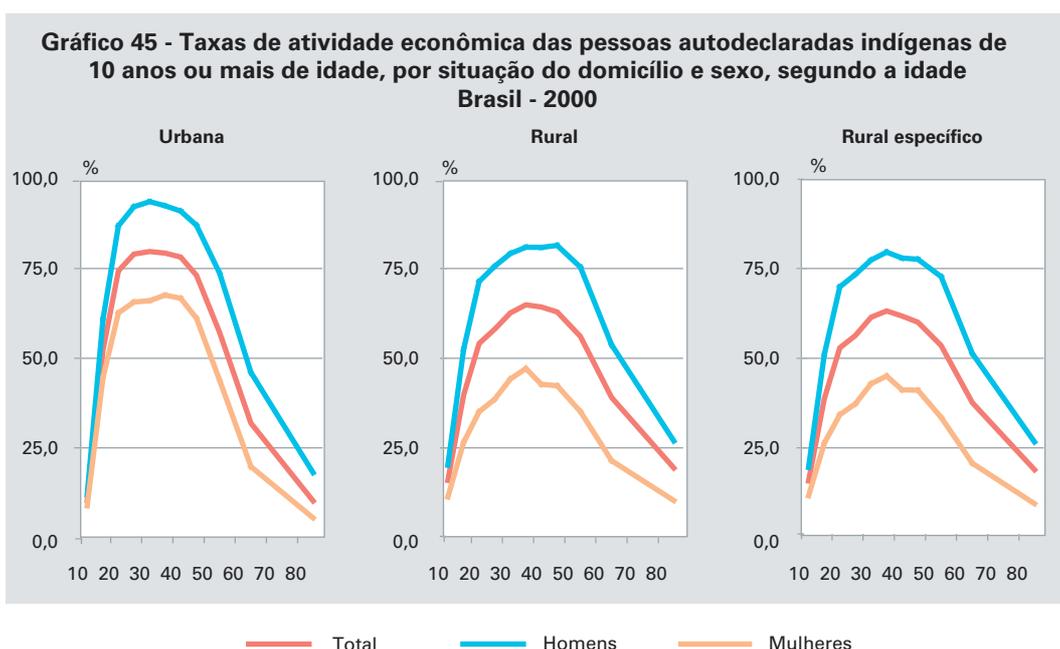
Com relação ao comportamento por idade, observa-se que as maiores taxas de participação na atividade econômica se dão a partir das idades de 20 a 24 anos, para homens e mulheres. O ponto modal, ou seja, o de maior frequência, com taxa de atividade próxima de 90%, situa-se nas idades de 35 a 40 anos e corresponde aos homens. Entre as mulheres, embora com valores menores, a curva é ligeiramente

inclinada para a direita, se assemelhando, de certa forma, a um comportamento comum em populações modernas. Nestas, atribui-se a maior participação no mercado de trabalho das mulheres relativamente mais velhas ao crescimento dos filhos, o que as liberaria das tarefas domésticas e propiciaria condições de participar da economia.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Quando se considera a situação do domicílio, tal como no caso da taxa global, as maiores taxas correspondem às áreas urbanas. Entre as idades de 25 a 50 anos, a taxa de atividade situa-se próxima de 90%.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

As taxas mostram-se menores na área rural, e são sensivelmente menores para as mulheres, particularmente aquelas que se encontram no rural específico. Esta disparidade pode não representar adequadamente a atividade econômica da população indígena, pois se sabe que proporção importante (72%) desta população se dedica às atividades agrícolas, de caça e de pesca. É de esperar que, dentre essas atividades, grande parte se oriente ao próprio consumo, tal como se registra para as áreas rurais do total do País (TENDÊNCIAS..., 2004). A dificuldade para captar a PEA rural, explicaria, em alguma medida, a baixa taxa encontrada também entre as mulheres da Região Norte. Assim, se bem é certo que o censo oferece indicadores que permitem delinear o perfil econômico dos indígenas, mecanismos específicos e mais adequados tornam-se necessários para seu melhor conhecimento.

As limitações anteriormente apresentadas estão presentes também ao se considerar a variável rendimentos. Isso porque, com o predomínio da atividade agrícola, e principalmente de subsistência, os rendimentos monetários nem sempre se constituem na melhor forma de aferir a remuneração das atividades econômicas, o que explica o perfil obtido para os indígenas quando se considera esta característica.

Em geral, há uma elevada proporção de indígenas que se declara sem rendimentos. Na média, eles constituem a metade do total dos maiores de 10 anos de idade. Há relativamente ampla variação entre as regiões, o que por sua vez está associado ao grau de urbanização dos indígenas. Com efeito, corresponde ao Sudeste, região que possui a maior proporção de indígenas morando nas cidades, a menor proporção de indivíduos que se declara sem rendimentos. Mesmo assim, chama atenção que nesta região o valor é bastante alto (37%) se comparado com a média nacional que é de 8% (TENDÊNCIAS...,2004).

A grande massa populacional que se declara sem rendimentos fica mais evidenciada ao se considerar as diferentes situações de domicílio. A proporção de indígena que não declara rendimentos é menor nas áreas urbanas, e supera os 70% no denominado

Tabela 31 - Proporção de pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento em salários mínimos - Brasil - 2000

Situação do domicílio e classes de rendimentos em salários mínimos (1)	Proporção de pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total						
Sem rendimento (2)	50,7	68,9	49,4	37,0	40,5	53,1
Até ½ salário mínimo	54,4	71,8	55,4	39,2	45,0	56,1
Até 1 salário mínimo	70,7	85,1	75,4	53,8	62,3	74,0
Urbana						
Sem rendimento (2)	38,6	48,1	43,1	34,8	33,7	36,7
Até ½ salário mínimo	41,8	51,0	48,0	36,8	36,4	40,9
Até 1 salário mínimo	58,4	67,6	67,6	51,1	52,4	59,0
Rural						
Sem rendimento (2)	67,8	75,9	61,8	54,7	54,6	65,6
Até ½ salário mínimo	72,3	78,9	70,0	58,9	62,8	67,9
Até 1 salário mínimo	88,2	91,1	90,5	76,1	82,8	85,6
Rural específico						
Sem rendimento (2)	71,5	76,9	67,0	66,7	58,9	66,8
Até ½ salário mínimo	75,4	79,8	74,4	68,6	68,1	68,8
Até 1 salário mínimo	90,1	91,7	93,2	82,6	86,5	86,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00. (2) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

rural específico. Neste caso, na Região Norte, três de cada quatro indígenas maiores de 10 anos de idade, declara não ter rendimentos monetários.

Quando se inclui o contingente que declara não ter rendimentos entre aqueles que recebem menos de um salário mínimo mensal, observa-se que a grande maioria da população indígena sobrevive com um salário mínimo mensal ou menos. A proporção daqueles sem rendimento seria de 70,7%, situando-se em torno de 90% no rural específico.

Assim, embora os dados indiquem rendimentos excessivamente baixos para os indígenas, há de se ter cautela na interpretação dos resultados, pois o grande segmento que se declara sem rendimentos inclui, por sua vez, uma categoria da qual se desconhece o valor monetário de sua produtividade econômica.

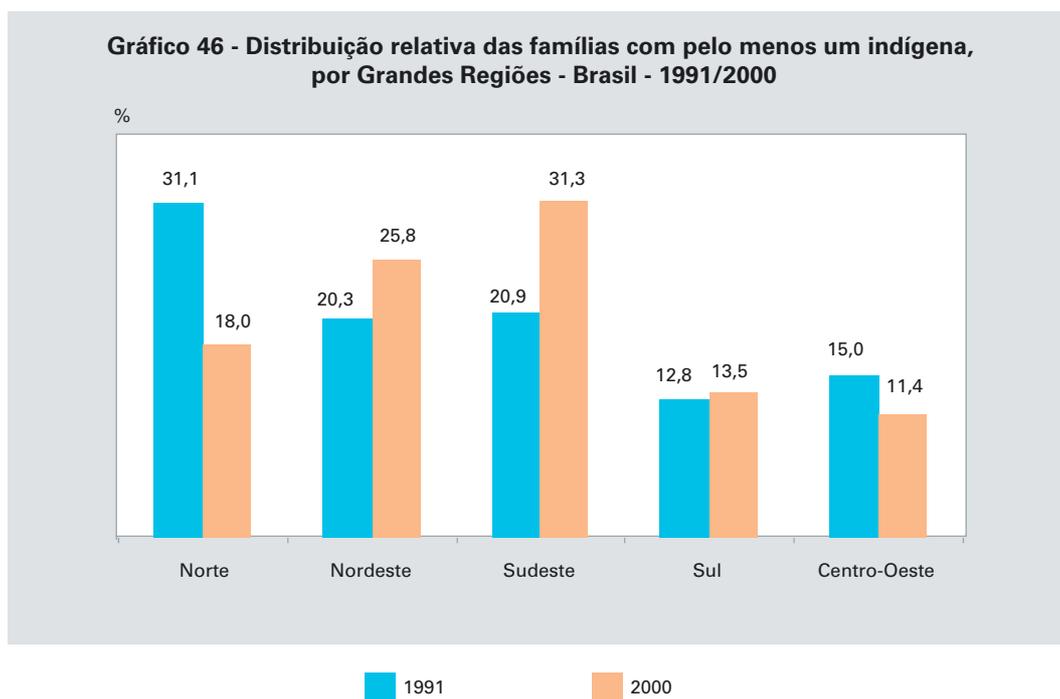
Famílias

As famílias sempre foram influenciadas por uma série de fatores econômicos, socioculturais e demográficos, caracterizando-se, em cada momento histórico, e nos diferentes contextos sociais, por peculiaridades próprias suscetíveis a constantes modificações. Dentre os fatores que têm influenciado a formação familiar, podemos citar a organização econômica, os arranjos familiares, o comportamento da fecundidade, o processo de urbanização. A redução do número médio de pessoas por família é reflexo das mudanças ocorridas nas sociedades no último século, como a intensificação da migração para as áreas urbanas, a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, a melhoria dos níveis de escolaridade, o advento de novas tecnologias e procedimentos médicos, especialmente ligados à anticoncepção e contracepção, e os padrões de casamento, dentre outras.

Os modelos de família diferem segundo as culturas das sociedades. As sociedades tradicionais, como é o caso das populações indígenas, geralmente se organizam em famílias extensas definidas por famílias nucleares ampliadas pelo casamento dos filhos e a agregação de outros familiares, representando unidades autônomas de produção, consumo e trocas.

Nos Censos Demográficos 1991 e 2000, o conceito de família considerou as pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que moravam no mesmo domicílio; a pessoa sozinha que morava em domicílio particular e o conjunto de pessoas que moravam em domicílio particular, embora não estivessem ligadas por laços de parentesco e/ou dependência doméstica. Com base nas informações censitárias, o número de famílias moradoras em domicílios particulares com ao menos um morador autodeclarado indígena para o conjunto do País cresceu 347,7% entre os censos de 1991 e 2000. Isto estaria refletindo o aumento relacionado à maior autodeclaração de indígenas verificada no Censo Demográfico 2000 para o Brasil como um todo.

A distribuição das famílias com pelo menos um indígena nas Grandes Regiões brasileiras, no Censo Demográfico 2000, tem na Região Sudeste a maior proporção, que em 1991 pertencia à Região Norte.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

No tocante à situação de domicílio dessas famílias, para o conjunto do País, em 1991, a maioria residia nas áreas rurais (55,2%), ao passo que, em 2000, 72,7% residiam nas áreas urbanas. Tanto em 1991 quanto em 2000, as maiores proporções de famílias residentes em áreas urbanas estão localizadas nas Regiões Sudeste, Sul e Nordeste. Conforme esperado, nas Regiões Norte e Centro-Oeste encontram-se as maiores proporções de famílias com membros autodeclarados indígenas residentes nas áreas rurais, nos dois anos de censo. É também nessas duas últimas regiões que, em 2000, as proporções de famílias com essas características nas áreas rural e rural específicos são mais próximas.

Tabela 32 - Distribuição relativa das famílias com pelo menos uma pessoa autodeclarada indígena em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1991/2000

Grandes Regiões	Distribuição relativa das famílias com pelo menos uma pessoa autodeclarada indígena em domicílios particulares (%)						
	Total		Situação do domicílio				
			Urbana		Rural		
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	
Total						Rural específico	
Brasil	100,0	100,0	44,8	72,7	55,2	27,3	19,9
Norte	100,0	100,0	17,9	39,1	82,1	60,9	56,6
Nordeste	100,0	100,0	45,5	74,8	54,5	25,2	12,5
Sudeste	100,0	100,0	89,1	91,9	10,9	8,1	2,6
Sul	100,0	100,0	56,4	77,1	43,6	22,9	14,7
Centro-Oeste	100,0	100,0	28,3	63,3	71,7	36,7	31,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Quanto ao número de pessoas que compõem a família, a média nacional nos Censos Demográficos 1991 e 2000 era de 4,6 e 4,1 pessoas, respectivamente, com destaque para a Região Norte, onde se encontravam as maiores médias de pessoas por família. Entre os Censos Demográficos 1991 e 2000, há uma redução no tamanho médio dessas famílias para o conjunto do País e para todas as Grandes Regiões, tanto nas áreas urbanas quanto rurais. Nestas últimas, apenas na Região Norte há um ligeiro aumento do tamanho médio de famílias com essas características, e na Região Centro-Oeste, onde o tamanho se mantém em torno de 4,5 membros. De um modo geral, na situação de domicílio rural específico, para o ano de 2000, o tamanho médio dessas famílias é sempre maior do que o das famílias moradoras em outras situações de domicílios, até mesmo nas áreas rurais.

Tabela 33 - Número médio de pessoas nas famílias com pelo menos uma pessoa autodeclarada indígena em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1991/2000

Grandes Regiões	Número médio de pessoas nas famílias com pelo menos uma pessoa autodeclarada indígena em domicílios particulares						
	Total		Situação do domicílio				
			Urbana		Rural		
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	
Total						Rural específico	
Brasil	4,6	4,1	4,3	3,8	4,8	4,7	4,8
Norte	4,9	4,7	5,0	4,3	4,8	5,1	5,1
Nordeste	4,8	4,1	4,6	3,9	5,0	4,6	4,6
Sudeste	4,1	3,8	4,0	3,7	4,7	4,2	4,7
Sul	4,2	3,8	3,9	3,6	4,5	4,2	4,3
Centro-Oeste	4,5	4,0	4,5	3,8	4,6	4,5	4,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Na análise de algumas características dos responsáveis pelas unidades familiares, como sexo e escolaridade, verifica-se que houve um aumento da participação das mulheres responsáveis por esse tipo de família, entre 1991 e 2000, apontando para a mesma tendência observada para a população brasileira como um todo nas últimas décadas.

O grau de escolaridade dos responsáveis pelas famílias com ao menos um membro indígena, levando-se em consideração as informações de anos de estudo, permite observar uma significativa melhoria na escolaridade dos responsáveis no período considerado. Isto seria o reflexo da expressiva redução da proporção de responsáveis sem instrução, e do aumento nos demais níveis de instrução, com especial destaque para os responsáveis com escolaridade mais elevadas como 8 a 10 anos e 11 a 14 anos de estudo.

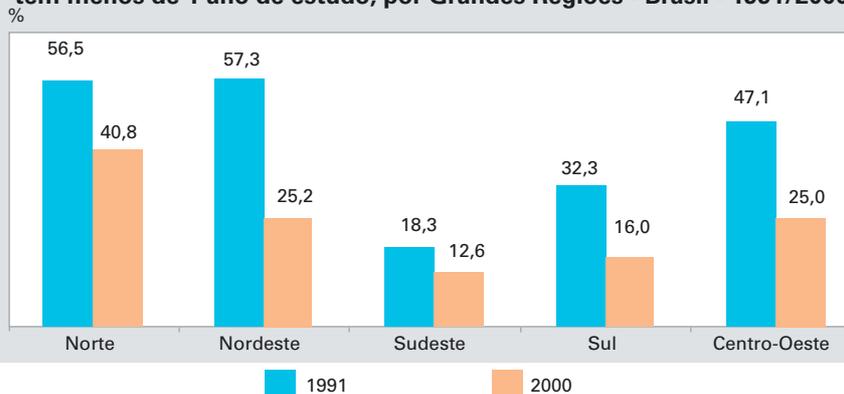
Tabela 34 - Indicadores de famílias com pelos menos um morador indígena nos domicílios particulares, por situação do domicílio - Brasil - 1991/2000

Indicadores	Total		Situação do domicílio				
	1991	2000	Urbana		Rural		
			1991	2000	1991	2000	
						Total	Rural específico
Número de famílias por sexo do responsável	98 581	341 812	44 206	248 473	54 374	93 340	67 845
Masculino	83 314	254 437	34 420	173 227	48 895	81 211	59 309
Feminino	15 266	87 375	9 787	75 246	5 480	12 129	8 536
Distribuição relativa do número de famílias por sexo do responsável (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Masculino	84,5	74,4	77,9	69,7	89,9	87,0	87,4
Feminino	15,5	25,6	22,1	30,3	10,1	13,0	12,6
Distribuição relativa das pessoas de 10 anos ou mais de idade responsáveis pela família, por grupos de anos de estudo (%)							
Sem instrução e menos de 1 ano	45,3	23,3	22,7	13,2	61,7	45,3	48,9
1 a 3 anos	20,8	20,9	19,9	18,2	21,5	26,6	25,2
4 a 7 anos	21,7	29,8	31,8	34,0	14,3	20,6	19,5
8 a 10 anos	5,7	11,7	10,9	15,4	1,8	3,6	3,1
11 a 14 anos	4,4	10,4	9,5	14,3	0,6	2,0	1,8
15 anos ou mais	2,2	2,7	5,2	3,8	0,0	0,1	0,2
Não determinados	0,0	1,3	0,0	1,1	0,0	1,7	1,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Em 2000, a Região Norte é a que apresenta a maior proporção de responsáveis pelo grupo familiar sem instrução (40,2%), e o Sudeste a menor participação deste segmento (12,6%). Por outro lado, esta região apresenta a maior proporção de responsáveis de famílias com os mais elevados graus de escolaridade (11 a 14 anos e 15 ou mais anos), 17,5%, enquanto a Região Norte contava com a menor participação destes segmentos de escolaridade (7,3%). A situação educacional dos responsáveis pela família na Região Sudeste se mantém com os melhores indicadores de escolaridade, e a Região Norte aparece com os mais precários indicadores, tanto em relação aos responsáveis sem instrução, quanto aos mais escolarizados.

Gráfico 47 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares com pelo menos um indígena como morador, cujo responsável pela família é sem instrução e tem menos de 1 ano de estudo, por Grandes Regiões - Brasil - 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Domicílios

O conhecimento da infra-estrutura básica instalada, principalmente a de saneamento básico, permite mensurar alguns aspectos da qualidade de vida da população em análise. Nos censos demográficos, estas características são levantadas através das informações dos domicílios particulares permanentes e, no caso da população indígena, através dos domicílios particulares permanentes com pelo menos um morador indígena. Segundo os resultados dos Censos Demográficos 1991 e 2000, o número de domicílios particulares permanentes com pelo menos um morador indígena passou de 91 161 para 323 481 no período considerado.

Para o País como um todo, a relação entre as pessoas moradoras nos domicílios particulares permanentes com pelo menos um indígena e o número de domicílios particulares permanentes revela um declínio de 12,5% na densidade domiciliar, passando de 5,1, em 1991, para 4,5, em 2000. De um modo geral, a tendência de declínio é uma característica de quase todas as regiões e poderia estar relacionada, entre outros fatores, à redução da fecundidade. Entretanto, a área rural da Região Norte apresenta crescimento na média de moradores entre 1991 e 2000.

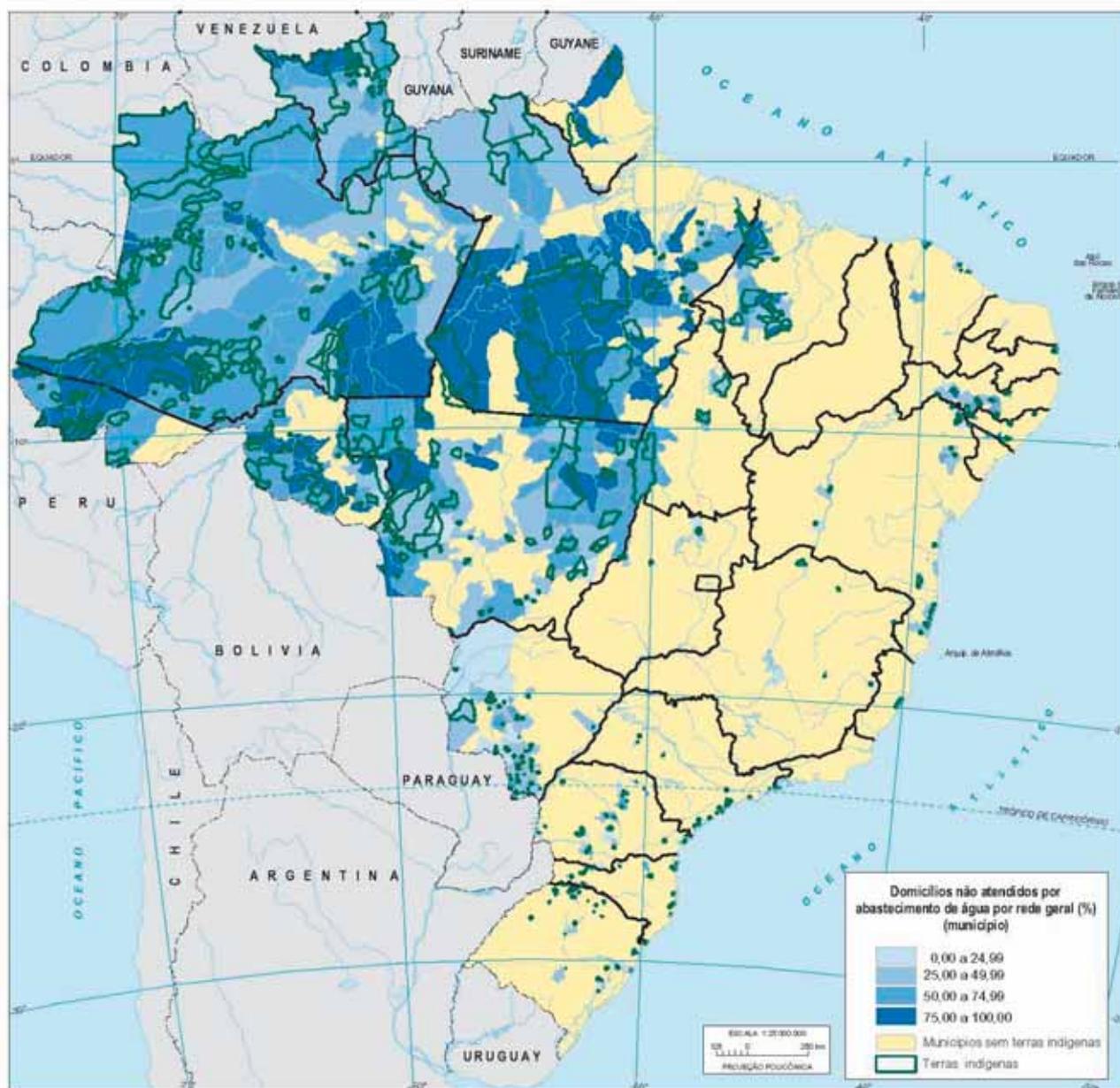
Tabela 35 - Número médio de pessoas nos domicílios com pelo menos uma pessoa autodeclarada indígena em domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1991/2000

Grandes Regiões	Número médio de pessoas nos domicílios com pelo menos uma pessoa autodeclarada indígena em domicílios particulares permanentes						
	Total		Situação do domicílio				
			Urbana		Rural		
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	
Total						Rural específico	
Brasil	5,1	4,5	4,8	4,2	5,4	5,2	5,4
Norte	5,5	5,4	5,9	5,0	5,4	5,8	5,8
Nordeste	5,3	4,6	5,2	4,4	5,5	5,0	5,1
Sudeste	4,5	4,1	4,4	4,0	5,0	4,5	5,1
Sul	4,6	4,1	4,3	4,0	5,1	4,6	4,9
Centro-Oeste	5,3	4,4	5,2	4,1	5,4	4,9	5,1

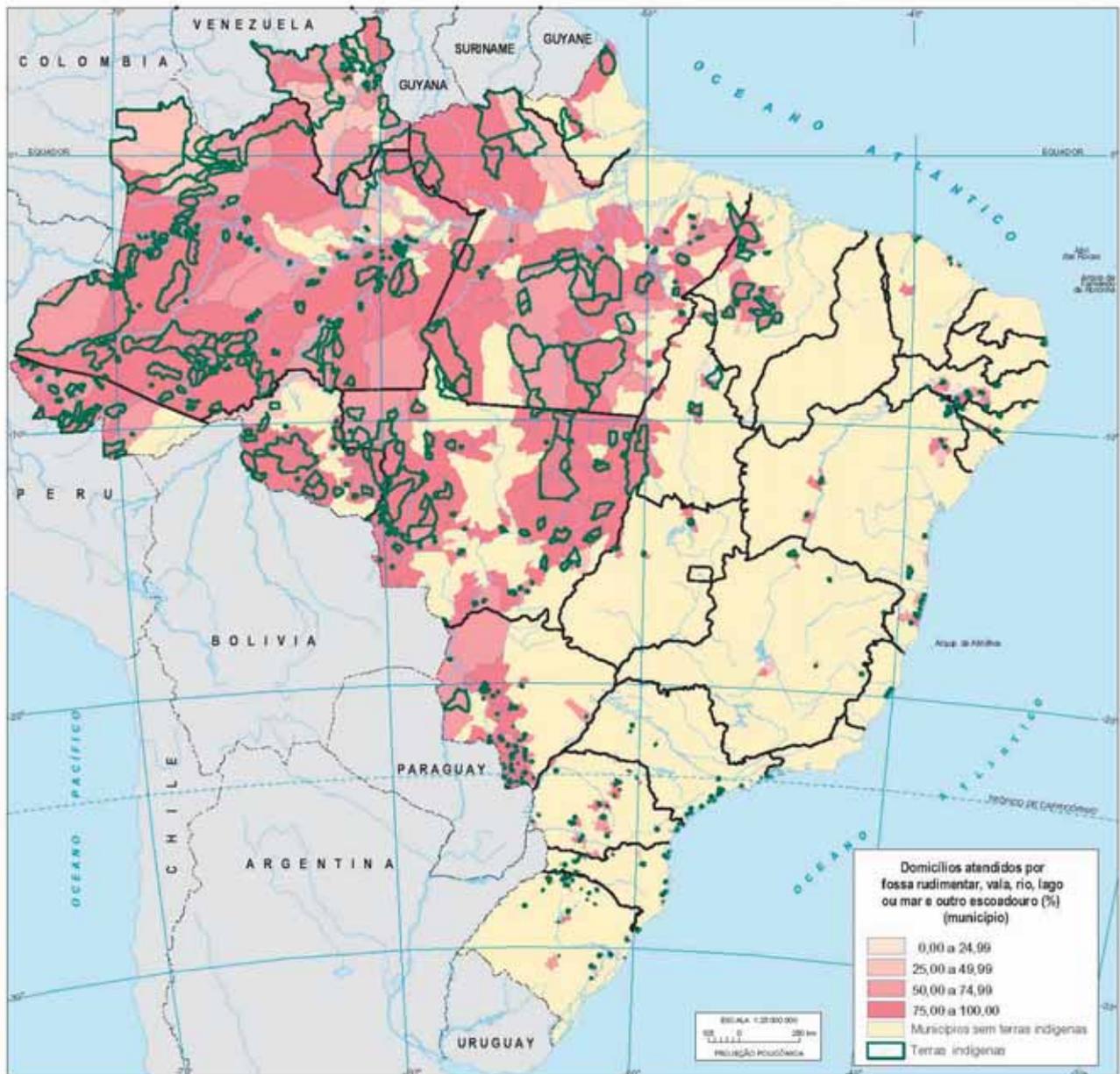
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Analisando as condições habitacionais dos domicílios que têm algum morador indígena, verifica-se que entre os Censos Demográficos 1991 e 2000 ocorreram melhorias tanto em relação ao abastecimento de água, quanto ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, especialmente para os autodeclarados indígenas residentes nas áreas urbanas, da mesma forma como vem acontecendo para a população brasileira como um todo. Quanto à área rural, os tipos de esgotamento sanitário, mais representativos são a fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar, uma vez que, mesmo para os municípios predominantemente rurais, onde a rede geral dificilmente será abrangente, a existência desses tipos de escoadouros sinaliza uma situação de precariedade absoluta em relação ao quesito esgotamento.

Mapa 10 - Domicílios não atendidos por rede geral de abastecimento de água dos municípios com terras indígenas - 2000

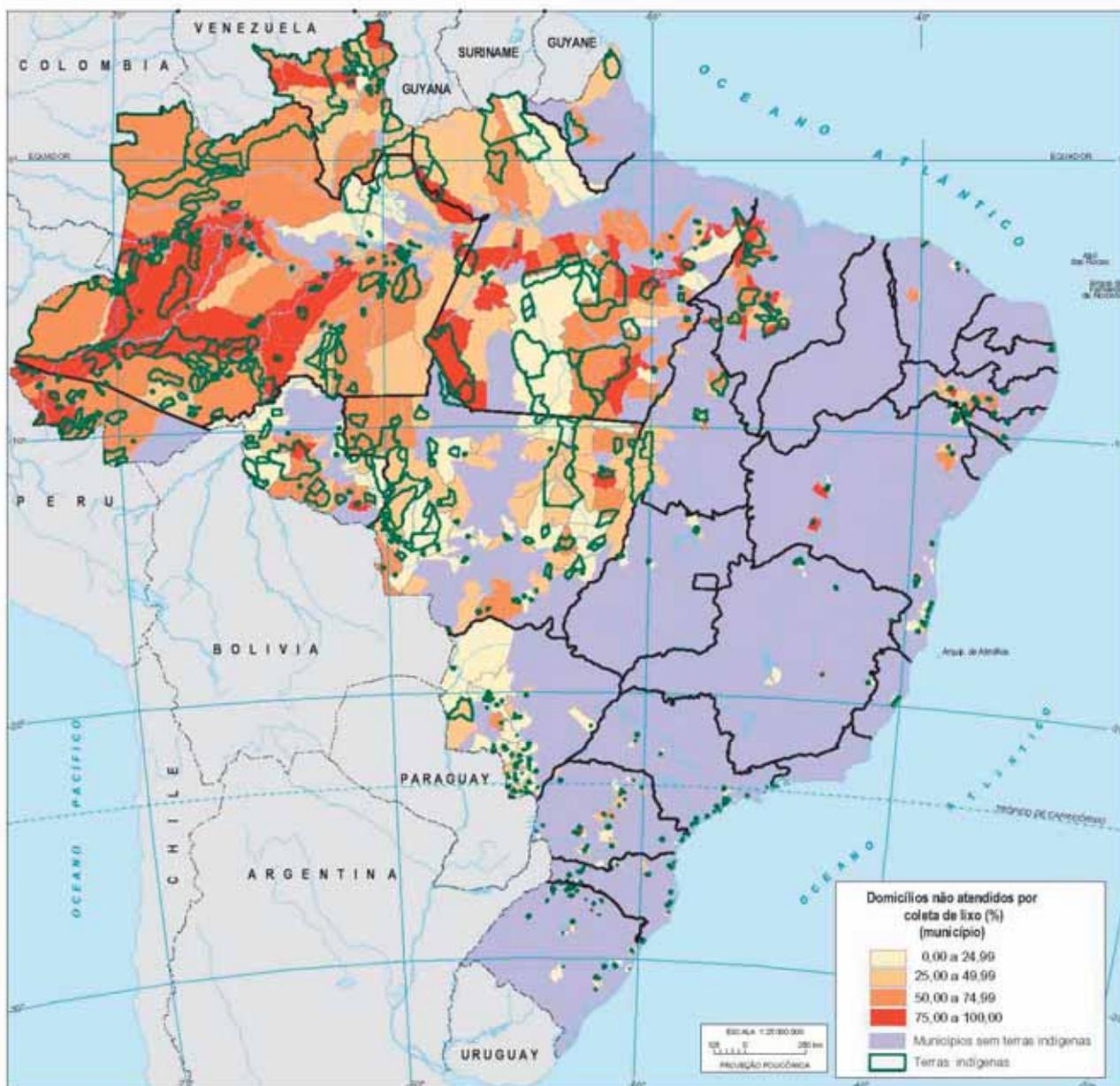


Mapa 11 - Domicílios atendidos por fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar e outro escoadouro dos municípios com terras indígenas - 2000



Fontes: IBGE, Censo Demográfico 2000; Fundação Nacional do Índio, Diretoria de Assuntos Fundiários.

Mapa 12 - Domicílios não atendidos por coleta de lixo dos municípios com terras indígenas - 2000



Quanto à densidade de moradores por cômodo, verifica-se que há uma tendência de aumento da proporção de domicílios com até um morador por cômodo, que se configura sobretudo nas áreas urbanas. Nas áreas rural e rural específico, há uma maior concentração de domicílios com mais de 2 moradores por cômodo, o que reflete, de certa maneira, a forma de convivência familiar das comunidades indígenas. Situação oposta foi observada para a sociedade envolvente, na qual a maior concentração de moradores por cômodo ocorre nas primeiras faixas (até 0,5 e mais de 0,5 a 1,0).

Tabela 36 - Indicadores de domicílios particulares permanentes com pelos menos um morador indígena, por situação do domicílio - Brasil - 1991/2000

Indicadores	Total		Situação do domicílio					
			Urbana		Rural			
	1991	2000	1991	2000	1991	2000		
					Total	Rural específico		
Domicílios particulares permanentes	91 161	323 481	42 753	240 378	48 408	83 103	58 921	
Distribuição relativa dos domicílios particulares permanentes, por existência de serviços básicos (%)								
Rede geral de abastecimento de água	42,0	69,5	83,4	87,2	5,5	18,1	16,3	
Rede de esgoto ou fossa séptica	27,8	51,9	56,2	67,4	2,6	7,3	4,0	
Com coleta de lixo	34,7	68,5	72,4	89,7	1,5	7,1	3,3	
Distribuição relativa dos domicílios particulares permanentes, por densidade de moradores por cômodo (%)								
Até 0,5	4,9	13,4	14,1	21,6	1,9	3,9	2,1	
Mais de 0,5 a 1,0	17,4	31,6	38,5	45,5	10,6	15,5	11,3	
Mais de 1,0 a 2,0	30,4	28,0	30,6	24,6	30,4	31,8	32,0	
Mais de 2,0	47,2	27,1	16,8	8,3	57,1	48,7	54,7	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Tabelas de resultados

Tabela 1.1 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil

(continua)

Situação do domicílio e grupos de idade	População residente						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Total	169 872 856	91 298 042	10 554 336	761 583	65 318 092	734 127	1 206 675
0 a 4 anos	16 386 239	8 838 602	730 494	41 156	6 529 764	81 244	164 978
5 a 9 anos	16 576 259	8 309 958	858 248	45 135	7 130 293	79 938	152 688
10 a 14 anos	17 353 683	8 502 246	988 148	55 813	7 592 768	78 257	136 451
15 a 19 anos	17 949 289	9 005 506	1 115 502	65 325	7 550 575	77 754	134 627
20 a 24 anos	16 142 935	8 353 725	1 053 946	60 144	6 490 887	67 739	116 494
25 a 29 anos	13 847 499	7 338 728	924 190	52 980	5 385 375	57 086	89 141
30 a 34 anos	13 029 101	7 065 666	859 707	52 083	4 921 496	52 670	77 480
35 a 39 anos	12 260 820	6 850 487	806 283	55 670	4 429 689	49 670	69 021
40 a 44 anos	10 547 259	5 968 659	719 965	53 896	3 703 127	42 106	59 507
45 a 49 anos	8 726 153	5 009 389	602 172	55 517	2 976 430	35 138	47 508
50 a 54 anos	7 053 133	4 078 368	493 472	52 467	2 360 832	27 994	40 001
55 a 59 anos	5 461 499	3 158 060	384 811	45 306	1 820 070	22 727	30 524
60 a 64 anos	4 611 961	2 694 095	328 373	40 860	1 502 453	19 441	26 738
65 a 69 anos	3 579 637	2 156 533	254 518	29 636	1 102 118	15 593	21 240
70 a 74 anos	2 774 530	1 732 313	187 771	22 619	804 127	10 765	16 934
75 a 79 anos	1 785 253	1 128 303	118 805	15 697	504 801	7 128	10 519
80 anos ou mais	1 787 607	1 107 406	127 932	17 279	513 287	8 878	12 825
Urbana	137 925 238	77 438 432	8 350 108	686 601	50 145 114	383 298	921 685
0 a 4 anos	12 749 346	7 285 926	536 265	34 799	4 752 308	21 992	118 056
5 a 9 anos	12 787 933	6 818 440	627 393	38 460	5 167 807	25 989	109 845
10 a 14 anos	13 509 943	7 008 760	737 817	48 634	5 583 116	32 771	98 845
15 a 19 anos	14 401 006	7 572 392	877 226	58 123	5 751 957	39 425	101 884
20 a 24 anos	13 358 020	7 191 648	857 867	54 320	5 123 894	37 838	92 452
25 a 29 anos	11 572 612	6 330 573	761 762	48 081	4 327 502	32 677	72 018
30 a 34 anos	10 910 735	6 093 009	710 637	47 539	3 964 038	32 673	62 839
35 a 39 anos	10 317 524	5 940 678	665 616	51 346	3 571 588	32 244	56 052
40 a 44 anos	8 908 411	5 197 159	596 106	50 070	2 987 533	29 214	48 328
45 a 49 anos	7 309 648	4 338 166	492 611	51 535	2 364 364	24 737	38 236
50 a 54 anos	5 824 743	3 495 877	395 663	48 471	1 833 464	19 829	31 439
55 a 59 anos	4 405 342	2 657 975	299 140	41 187	1 368 572	14 892	23 576
60 a 64 anos	3 725 707	2 266 901	256 847	36 717	1 132 546	12 227	20 468
65 a 69 anos	2 924 101	1 833 741	198 364	26 897	838 482	10 159	16 458
70 a 74 anos	2 285 447	1 484 082	146 830	20 622	613 757	6 973	13 183
75 a 79 anos	1 470 984	969 759	92 616	14 179	381 916	4 417	8 098
80 anos ou mais	1 463 735	953 347	97 347	15 623	382 271	5 240	9 907

Tabela 1.1 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil

(conclusão)

Situação do domicílio e grupos de idade	População residente						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Rural	31 947 618	13 859 610	2 204 229	74 982	15 172 978	350 829	284 990
0 a 4 anos	3 636 893	1 552 676	194 229	6 357	1 777 456	59 252	46 922
5 a 9 anos	3 788 326	1 491 517	230 855	6 676	1 962 486	53 949	42 843
10 a 14 anos	3 843 740	1 493 486	250 331	7 178	2 009 653	45 485	37 607
15 a 19 anos	3 548 282	1 433 114	238 276	7 202	1 798 619	38 328	32 743
20 a 24 anos	2 784 915	1 162 077	196 078	5 824	1 366 993	29 900	24 042
25 a 29 anos	2 274 887	1 008 155	162 428	4 899	1 057 874	24 409	17 123
30 a 34 anos	2 118 366	972 657	149 070	4 544	957 458	19 997	14 640
35 a 39 anos	1 943 297	909 809	140 667	4 324	858 101	17 426	12 969
40 a 44 anos	1 638 848	771 499	123 859	3 826	715 593	12 892	11 179
45 a 49 anos	1 416 505	671 223	109 561	3 982	612 066	10 401	9 272
50 a 54 anos	1 228 390	582 492	97 809	3 996	527 368	8 165	8 562
55 a 59 anos	1 056 156	500 086	85 670	4 120	451 498	7 835	6 947
60 a 64 anos	886 253	427 195	71 525	4 143	369 907	7 214	6 269
65 a 69 anos	655 536	322 791	56 154	2 739	263 636	5 434	4 782
70 a 74 anos	489 082	248 230	40 941	1 998	190 370	3 792	3 751
75 a 79 anos	314 269	158 544	26 189	1 517	122 885	2 712	2 422
80 anos ou mais	323 872	154 059	30 585	1 657	131 016	3 638	2 918
Rural específico	4 606 925	1 582 573	290 769	11 888	2 362 042	304 324	55 328
0 a 4 anos	623 492	212 814	26 302	1 365	316 855	55 449	10 707
5 a 9 anos	614 464	188 736	31 414	1 266	334 842	49 474	8 733
10 a 14 anos	569 891	174 384	32 063	1 387	314 500	40 151	7 406
15 a 19 anos	506 141	163 916	31 112	1 169	270 391	33 486	6 066
20 a 24 anos	411 448	138 019	26 426	1 092	215 126	26 151	4 633
25 a 29 anos	346 733	122 556	24 126	847	174 562	21 040	3 603
30 a 34 anos	308 826	114 451	21 075	814	152 894	16 756	2 836
35 a 39 anos	274 725	102 425	20 849	585	134 419	14 093	2 354
40 a 44 anos	224 619	86 238	17 522	605	108 380	9 916	1 959
45 a 49 anos	185 537	70 817	14 863	636	89 707	7 941	1 573
50 a 54 anos	150 239	57 246	12 953	507	71 954	6 097	1 482
55 a 59 anos	121 422	45 266	10 293	434	58 146	6 039	1 244
60 a 64 anos	97 493	37 477	7 637	468	45 478	5 609	824
65 a 69 anos	68 633	26 890	5 909	275	30 608	4 219	731
70 a 74 anos	46 875	19 009	3 931	133	20 457	2 777	567
75 a 79 anos	28 062	11 114	2 186	108	12 190	2 202	262
80 anos ou mais	28 328	11 217	2 108	198	11 532	2 925	348

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.2 - População residente autodeclarada indígena, por situação do domicílio, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil

Sexo e grupos de idade	População residente autodeclarada indígena			
	Total	Situação do domicílio		
		Urbana	Rural	Rural específico
Total	734 127	383 298	350 829	304 324
0 a 4 anos	81 244	21 992	59 252	55 449
5 a 9 anos	79 938	25 989	53 949	49 474
10 a 14 anos	78 257	32 771	45 485	40 151
15 a 19 anos	77 754	39 425	38 328	33 486
20 a 24 anos	67 739	37 838	29 900	26 151
25 a 29 anos	57 086	32 677	24 409	21 040
30 a 34 anos	52 670	32 673	19 997	16 756
35 a 39 anos	49 670	32 244	17 426	14 093
40 a 44 anos	42 106	29 214	12 892	9 916
45 a 49 anos	35 138	24 737	10 401	7 941
50 a 54 anos	27 994	19 829	8 165	6 097
55 a 59 anos	22 727	14 892	7 835	6 039
60 a 64 anos	19 441	12 227	7 214	5 609
65 a 69 anos	15 593	10 159	5 434	4 219
70 a 74 anos	10 765	6 973	3 792	2 777
75 a 79 anos	7 128	4 417	2 712	2 202
80 anos ou mais	8 878	5 240	3 638	2 925
Homens	365 312	183 177	182 135	157 279
0 a 4 anos	41 033	11 517	29 516	27 517
5 a 9 anos	41 118	13 471	27 647	25 150
10 a 14 anos	39 855	16 152	23 703	20 909
15 a 19 anos	38 211	18 709	19 502	16 845
20 a 24 anos	33 922	18 246	15 677	13 707
25 a 29 anos	29 268	16 410	12 858	11 098
30 a 34 anos	26 739	16 191	10 549	8 996
35 a 39 anos	24 326	15 178	9 149	7 410
40 a 44 anos	21 094	13 813	7 281	5 557
45 a 49 anos	16 915	11 439	5 476	4 130
50 a 54 anos	13 471	8 832	4 639	3 462
55 a 59 anos	10 360	6 674	3 686	2 730
60 a 64 anos	9 287	5 522	3 765	2 934
65 a 69 anos	7 945	4 811	3 134	2 489
70 a 74 anos	5 015	2 824	2 191	1 604
75 a 79 anos	3 075	1 635	1 440	1 181
80 anos ou mais	3 677	1 754	1 923	1 562
Mulheres	368 816	200 122	168 694	147 046
0 a 4 anos	40 211	10 475	29 736	27 931
5 a 9 anos	38 820	12 518	26 302	24 324
10 a 14 anos	38 402	16 619	21 783	19 242
15 a 19 anos	39 543	20 716	18 827	16 641
20 a 24 anos	33 816	19 593	14 224	12 444
25 a 29 anos	27 818	16 267	11 551	9 942
30 a 34 anos	25 931	16 483	9 448	7 760
35 a 39 anos	25 343	17 066	8 277	6 683
40 a 44 anos	21 012	15 401	5 611	4 359
45 a 49 anos	18 223	13 298	4 925	3 811
50 a 54 anos	14 523	10 997	3 526	2 635
55 a 59 anos	12 367	8 218	4 149	3 309
60 a 64 anos	10 155	6 706	3 449	2 675
65 a 69 anos	7 648	5 348	2 299	1 730
70 a 74 anos	5 750	4 149	1 601	1 174
75 a 79 anos	4 054	2 782	1 272	1 021
80 anos ou mais	5 201	3 486	1 715	1 364

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.3 - População residente autodeclarada indígena, por situação do domicílio, segundo o sexo e a religião - Brasil

Sexo e religião	População residente autodeclarada indígena			
	Total	Situação do domicílio		
		Urbana	Rural	Rural específico
Total	734 127	383 298	350 829	304 324
Católica apostólica romana	432 172	244 451	187 721	151 277
Evangélica de missão	45 644	18 755	26 889	25 884
Evangélica de origem pentecostal	87 668	54 657	33 011	28 564
Outros evangélicos	13 538	5 696	7 843	7 545
Espírita	6 033	5 790	243	93
Umbanda e Candomblé	4 008	3 498	510	397
Outras religiosidades	35 921	10 635	25 287	24 491
Sem religião	105 565	38 978	66 587	63 410
Sem declaração	3 578	838	2 740	2 665
Homens	365 312	183 177	182 135	157 279
Católica apostólica romana	216 617	117 462	99 155	79 446
Evangélica de missão	21 394	7 793	13 601	13 176
Evangélica de origem pentecostal	39 246	23 375	15 871	13 791
Outros evangélicos	6 552	2 411	4 141	3 959
Espírita	2 287	2 156	131	44
Umbanda e Candomblé	2 000	1 691	309	221
Outras religiosidades	17 395	4 502	12 893	12 440
Sem religião	58 231	23 366	34 865	33 054
Sem declaração	1 590	421	1 169	1 147
Mulheres	368 816	200 122	168 694	147 046
Católica apostólica romana	215 554	126 989	88 565	71 831
Evangélica de missão	24 250	10 962	13 287	12 708
Evangélica de origem pentecostal	48 422	31 282	17 140	14 773
Outros evangélicos	6 986	3 284	3 702	3 586
Espírita	3 746	3 634	112	48
Umbanda e Candomblé	2 008	1 808	200	176
Outras religiosidades	18 527	6 133	12 394	12 051
Sem religião	47 334	15 612	31 722	30 356
Sem declaração	1 988	417	1 571	1 517

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.4 - População residente autodeclarada indígena, por tipo de deficiência, segundo a situação do domicílio e sexo - Brasil

Situação do domicílio e sexo	População residente autodeclarada indígena				
	Total (1) (2)	Tipo de deficiência			
		Pelo menos uma das deficiências enumeradas	Deficiência mental permanente	Deficiência física	
Tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente	Falta de membro ou de parte dele (3)				
Total	734 127	125 255	13 244	4 948	2 529
Homens	365 312	58 028	6 978	2 701	1 750
Mulheres	368 816	67 227	6 267	2 247	779
Urbana	383 298	88 565	8 406	3 526	1 546
Homens	183 177	37 849	4 195	1 903	1 053
Mulheres	200 122	50 716	4 211	1 623	492
Rural	350 829	36 689	4 838	1 422	983
Homens	182 135	20 178	2 782	798	696
Mulheres	168 694	16 511	2 056	624	286
Rural específico	304 324	26 001	3 630	1 007	678
Homens	157 279	14 435	1 930	512	485
Mulheres	147 046	11 566	1 700	495	193

Situação do domicílio e sexo	População residente autodeclarada indígena			
	Deficiência física			
	Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar	Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir	Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas	Nenhuma destas deficiências (4)
Total	89 096	30 907	45 434	600 655
Homens	39 342	15 572	18 836	303 096
Mulheres	49 754	15 335	26 597	297 559
Urbana	62 725	21 025	33 329	291 236
Homens	25 282	10 011	12 529	143 567
Mulheres	37 443	11 014	20 801	147 668
Rural	26 371	9 882	12 104	309 419
Homens	14 060	5 561	6 308	159 528
Mulheres	12 311	4 321	5 796	149 891
Rural específico	18 388	7 467	8 425	274 100
Homens	9 982	4 173	4 363	140 693
Mulheres	8 406	3 294	4 061	133 407

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(1) As pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez. (2) Inclusive as pessoas sem declaração destas deficiências. (3) Falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar. (4) Inclusive a população sem qualquer tipo de deficiência.

Tabela 1.5 - População residente autodeclarada indígena, por tipo de deficiência, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil

(continua)

Situação do domicílio e grupos de idade	População residente autodeclarada indígena								
	Total (1) (2)	Tipo de deficiência							
		Pelo menos uma das deficiências enumeradas	Deficiência mental permanente	Deficiência física		Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar	Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir	Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas	Nenhuma destas deficiências (4)
				Tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente	Falta de membro ou de parte dele (3)				
Total	734 127	125 255	13 244	4 948	2 529	89 096	30 907	45 434	600 655
0 a 4 anos	81 244	1 805	391	106	54	347	268	1 042	78 126
5 a 9 anos	79 938	2 862	657	157	78	1 462	765	532	75 928
10 a 14 anos	78 257	4 745	840	174	142	2 960	1 071	753	72 387
15 a 19 anos	77 754	5 655	827	170	136	3 693	1 110	913	71 161
20 a 24 anos	67 739	6 607	869	299	201	4 227	1 203	1 300	60 354
25 a 29 anos	57 086	6 449	940	199	124	4 116	1 327	1 248	50 058
30 a 39 anos	102 340	16 038	1 866	508	434	10 560	3 336	4 538	85 377
40 a 49 anos	77 244	24 151	1 660	565	385	19 067	4 558	7 464	52 453
50 a 59 anos	50 721	22 188	1 794	805	416	17 482	5 100	8 731	28 142
60 a 69 anos	35 034	17 472	1 589	882	315	12 695	4 675	8 385	17 369
70 a 79 anos	17 894	10 953	1 096	675	149	7 868	4 186	6 476	6 813
80 anos ou mais	8 878	6 329	715	407	95	4 619	3 310	4 051	2 488
Urbana	383 298	88 565	8 406	3 526	1 546	62 725	21 025	33 329	291 236
0 a 4 anos	21 992	684	152	36	11	151	121	383	21 024
5 a 9 anos	25 989	1 564	260	92	7	974	393	252	24 119
10 a 14 anos	32 771	3 123	431	113	19	2 205	682	391	29 112
15 a 19 anos	39 425	4 031	524	100	62	2 742	764	571	35 020
20 a 24 anos	37 838	4 716	480	139	137	3 232	813	810	32 685
25 a 29 anos	32 677	4 873	644	137	63	3 209	1 020	894	27 535
30 a 39 anos	64 917	11 874	1 209	378	294	7 778	2 499	3 426	52 592
40 a 49 anos	53 951	18 140	1 184	469	283	14 085	3 500	5 815	35 404
50 a 59 anos	34 721	16 137	1 288	632	290	12 398	3 584	6 850	18 357
60 a 69 anos	22 386	11 967	1 083	670	198	8 140	3 011	6 292	10 300
70 a 79 anos	11 390	7 417	707	472	107	5 064	2 588	4 849	3 906
80 anos ou mais	5 240	4 038	445	289	76	2 748	2 049	2 798	1 183

Tabela 1.5 - População residente autodeclarada indígena, por tipo de deficiência, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil

(conclusão)

Situação do domicílio e grupos de idade	População residente autodeclarada indígena								
	Total (1) (2)	Pelo menos uma das deficiências enumeradas	Deficiência mental permanente	Deficiência física		Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar	Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir	Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas	Nenhuma destas deficiências (4)
				Tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente	Falta de membro ou de parte dele (3)				
Rural	350 829	36 689	4 838	1 422	983	26 371	9 882	12 104	309 419
0 a 4 anos	59 252	1 121	239	70	44	195	146	659	57 102
5 a 9 anos	53 949	1 298	397	66	71	487	372	280	51 810
10 a 14 anos	45 485	1 622	409	61	124	755	389	363	43 275
15 a 19 anos	38 328	1 624	303	70	75	950	345	341	36 140
20 a 24 anos	29 900	1 891	389	160	63	995	389	490	27 670
25 a 29 anos	24 409	1 577	296	62	61	908	308	354	22 523
30 a 39 anos	37 422	4 164	657	130	140	2 782	837	1 113	32 785
40 a 49 anos	23 293	6 011	477	97	102	4 983	1 058	1 650	17 049
50 a 59 anos	16 000	6 051	505	173	127	5 084	1 516	1 881	9 785
60 a 69 anos	12 648	5 504	506	213	116	4 555	1 664	2 094	7 069
70 a 79 anos	6 504	3 536	389	203	42	2 804	1 598	1 627	2 907
80 anos ou mais	3 638	2 290	270	118	19	1 872	1 261	1 253	1 305
Rural específico	304 324	26 001	3 630	1 007	678	18 388	7 467	8 425	274 100
0 a 4 anos	55 449	1 021	218	63	40	164	120	621	53 458
5 a 9 anos	49 474	1 109	364	66	57	404	324	257	47 593
10 a 14 anos	40 151	1 224	345	42	104	541	328	271	38 417
15 a 19 anos	33 486	1 222	244	57	40	659	281	254	31 735
20 a 24 anos	26 151	1 435	290	113	44	720	305	400	24 416
25 a 29 anos	21 040	1 172	253	45	46	674	251	256	19 592
30 a 39 anos	30 849	2 799	456	71	105	1 921	597	769	27 653
40 a 49 anos	17 857	4 022	322	72	67	3 266	807	1 059	13 650
50 a 59 anos	12 136	3 907	339	120	75	3 271	1 028	1 156	8 080
60 a 69 anos	9 828	3 886	350	169	59	3 311	1 213	1 382	5 880
70 a 79 anos	4 980	2 494	251	121	33	2 009	1 258	1 114	2 430
80 anos ou mais	2 925	1 710	199	70	7	1 447	955	885	1 196

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(1) As pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez. (2) Inclusive as pessoas sem declaração destas deficiências.

(3) Falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar. (4) Inclusive a população sem qualquer tipo de deficiência

Tabela 1.6 - População residente autodeclarada indígena, por condição de alfabetização e sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil

(continua)

Situação do domicílio e grupos de idade	População residente autodeclarada indígena, por condição de alfabetização e sexo								
	Total			Homens			Mulheres		
	Total	Alfabetizadas	Não-alfabetizadas	Total	Alfabetizadas	Não-alfabetizadas	Total	Alfabetizadas	Não-alfabetizadas
Total	734 127	455 883	278 245	365 312	230 829	134 483	368 816	225 054	143 762
0 a 4 anos	81 244	-	81 244	41 033	-	41 033	40 211	-	40 211
5 a 9 anos	79 938	27 547	52 391	41 118	13 896	27 222	38 820	13 651	25 169
10 a 14 anos	78 257	62 734	15 523	39 855	31 220	8 634	38 402	31 513	6 888
15 a 19 anos	77 754	66 625	11 129	38 211	32 929	5 282	39 543	33 696	5 847
20 a 24 anos	67 739	56 209	11 530	33 922	28 486	5 437	33 816	27 723	6 093
25 a 29 anos	57 086	45 566	11 519	29 268	23 731	5 537	27 818	21 835	5 982
30 a 34 anos	52 670	41 132	11 538	26 739	21 456	5 283	25 931	19 676	6 255
35 a 39 anos	49 670	38 321	11 349	24 326	18 885	5 441	25 343	19 435	5 908
40 a 44 anos	42 106	32 576	9 530	21 094	16 599	4 495	21 012	15 977	5 035
45 a 49 anos	35 138	25 493	9 646	16 915	12 943	3 972	18 223	12 549	5 673
50 a 54 anos	27 994	18 672	9 322	13 471	9 512	3 958	14 523	9 159	5 364
55 a 59 anos	22 727	13 211	9 516	10 360	6 699	3 660	12 367	6 511	5 856
60 a 64 anos	19 441	10 304	9 137	9 287	5 436	3 851	10 155	4 868	5 286
65 anos ou mais	42 365	17 495	24 870	19 712	9 036	10 676	22 653	8 459	14 194
Urbana	383 298	305 886	77 412	183 177	148 197	34 979	200 122	157 689	42 433
0 a 4 anos	21 992	-	21 992	11 517	-	11 517	10 475	-	10 475
5 a 9 anos	25 989	13 928	12 061	13 471	7 048	6 423	12 518	6 880	5 638
10 a 14 anos	32 771	31 142	1 630	16 152	15 096	1 056	16 619	16 046	574
15 a 19 anos	39 425	38 167	1 258	18 709	17 951	758	20 716	20 216	501
20 a 24 anos	37 838	35 920	1 918	18 246	17 205	1 041	19 593	18 715	878
25 a 29 anos	32 677	30 770	1 907	16 410	15 403	1 007	16 267	15 367	900
30 a 34 anos	32 673	29 908	2 765	16 191	14 908	1 282	16 483	15 000	1 483
35 a 39 anos	32 244	29 203	3 041	15 178	13 769	1 409	17 066	15 434	1 632
40 a 44 anos	29 214	26 366	2 848	13 813	12 695	1 118	15 401	13 671	1 730
45 a 49 anos	24 737	20 872	3 865	11 439	10 108	1 331	13 298	10 764	2 534
50 a 54 anos	19 829	15 636	4 193	8 832	7 436	1 397	10 997	8 200	2 796
55 a 59 anos	14 892	10 844	4 048	6 674	5 294	1 379	8 218	5 550	2 668
60 a 64 anos	12 227	8 396	3 832	5 522	4 195	1 326	6 706	4 200	2 505
65 anos ou mais	26 789	14 734	12 054	11 024	7 089	3 935	15 765	7 646	8 119

Tabela 1.6 - População residente autodeclarada indígena, por condição de alfabetização e sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil

(conclusão)

Situação do domicílio e grupos de idade	População residente autodeclarada indígena, por condição de alfabetização e sexo								
	Total			Homens			Mulheres		
	Total	Alfabetizadas	Não-alfabetizadas	Total	Alfabetizadas	Não-alfabetizadas	Total	Alfabetizadas	Não-alfabetizadas
Rural	350 829	149 996	200 833	182 135	82 631	99 504	168 694	67 365	101 329
0 a 4 anos	59 252	-	59 252	29 516	-	29 516	29 736	-	29 736
5 a 9 anos	53 949	13 619	40 330	27 647	6 848	20 799	26 302	6 771	19 531
10 a 14 anos	45 485	31 592	13 893	23 703	16 124	7 579	21 783	15 468	6 315
15 a 19 anos	38 328	28 458	9 870	19 502	14 978	4 524	18 827	13 480	5 346
20 a 24 anos	29 900	20 289	9 611	15 677	11 281	4 396	14 224	9 008	5 215
25 a 29 anos	24 409	14 796	9 612	12 858	8 328	4 530	11 551	6 468	5 083
30 a 34 anos	19 997	11 223	8 773	10 549	6 548	4 001	9 448	4 676	4 772
35 a 39 anos	17 426	9 118	8 308	9 149	5 117	4 032	8 277	4 001	4 276
40 a 44 anos	12 892	6 210	6 682	7 281	3 904	3 377	5 611	2 306	3 305
45 a 49 anos	10 401	4 620	5 781	5 476	2 835	2 641	4 925	1 785	3 139
50 a 54 anos	8 165	3 036	5 129	4 639	2 077	2 562	3 526	959	2 567
55 a 59 anos	7 835	2 367	5 468	3 686	1 405	2 281	4 149	962	3 187
60 a 64 anos	7 214	1 908	5 306	3 765	1 240	2 525	3 449	668	2 781
65 anos ou mais	15 576	2 760	12 816	8 688	1 947	6 741	6 888	813	6 075
Rural específico	304 324	121 046	183 279	157 279	67 263	90 015	147 046	53 782	93 264
0 a 4 anos	55 449	-	55 449	27 517	-	27 517	27 931	-	27 931
5 a 9 anos	49 474	11 936	37 538	25 150	6 008	19 142	24 324	5 928	18 396
10 a 14 anos	40 151	26 902	13 249	20 909	13 749	7 160	19 242	13 153	6 089
15 a 19 anos	33 486	24 083	9 403	16 845	12 648	4 197	16 641	11 436	5 206
20 a 24 anos	26 151	17 083	9 068	13 707	9 649	4 058	12 444	7 434	5 009
25 a 29 anos	21 040	12 054	8 986	11 098	6 929	4 168	9 942	5 124	4 818
30 a 34 anos	16 756	8 793	7 963	8 996	5 445	3 550	7 760	3 348	4 412
35 a 39 anos	14 093	6 679	7 414	7 410	3 898	3 512	6 683	2 781	3 902
40 a 44 anos	9 916	4 287	5 629	5 557	2 776	2 780	4 359	1 510	2 849
45 a 49 anos	7 941	2 984	4 958	4 130	1 932	2 198	3 811	1 051	2 760
50 a 54 anos	6 097	1 951	4 146	3 462	1 421	2 041	2 635	530	2 104
55 a 59 anos	6 039	1 551	4 488	2 730	877	1 853	3 309	674	2 635
60 a 64 anos	5 609	1 099	4 509	2 934	734	2 200	2 675	365	2 309
65 anos ou mais	12 125	1 644	10 481	6 835	1 198	5 638	5 289	446	4 843

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.7 - Pessoas autodeclaradas indígenas de 5 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil

(continua)

Situação do domicílio e grupos de idade	Pessoas autodeclaradas indígenas de 5 anos ou mais de idade							
	Total							
	Total	Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de 1 ano		1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não-determinados	
Total	652 883	207 964	148 514	169 207	65 615	46 766	7 939	6 879
5 e 6 anos	33 447	33 073	350	-	-	-	-	24
7 a 9 anos	46 491	30 691	15 672	84	-	-	-	44
10 a 14 anos	78 257	18 422	34 167	24 187	713	-	-	768
15 a 19 anos	77 754	11 591	16 211	30 348	16 052	2 490	-	1 062
15 anos	15 552	2 226	3 879	7 387	1 909	-	-	152
16 e 17 anos	31 695	4 705	6 731	12 579	6 953	251	-	475
18 e 19 anos	30 506	4 660	5 601	10 382	7 190	2 238	-	435
20 a 24 anos	67 739	11 291	12 423	21 504	12 175	9 105	389	852
25 a 29 anos	57 086	11 060	10 362	17 621	8 480	8 060	822	680
30 a 39 anos	102 340	21 623	19 362	30 882	13 542	13 274	2 309	1 347
40 a 49 anos	77 244	18 087	15 763	22 580	8 627	8 955	2 455	777
50 a 59 anos	50 721	17 872	12 186	11 848	3 765	3 227	1 252	570
60 anos ou mais	61 806	34 253	12 018	10 153	2 260	1 655	712	755
Urbana	361 306	59 097	71 421	119 155	57 105	43 112	7 757	3 659
5 e 6 anos	10 778	10 662	110	-	-	-	-	7
7 a 9 anos	15 210	6 677	8 458	67	-	-	-	9
10 a 14 anos	32 771	1 928	12 927	17 187	491	-	-	239
15 a 19 anos	39 425	1 357	4 214	17 210	13 814	2 268	-	562
15 anos	7 515	253	962	4 548	1 667	-	-	86
16 e 17 anos	15 477	591	1 645	6 827	5 986	198	-	230
18 e 19 anos	16 434	513	1 607	5 835	6 161	2 071	-	246
20 a 24 anos	37 838	1 620	4 174	12 896	10 043	8 278	380	447
25 a 29 anos	32 677	1 670	3 857	11 613	7 177	7 201	785	374
30 a 39 anos	64 917	5 128	9 754	22 862	12 071	12 168	2 257	677
40 a 49 anos	53 951	6 086	10 080	18 517	7 914	8 490	2 409	455
50 a 59 anos	34 721	7 720	8 756	10 083	3 468	3 096	1 223	375
60 anos ou mais	39 016	16 250	9 091	8 722	2 126	1 610	703	514
Rural	291 577	148 866	77 092	50 051	8 510	3 654	183	3 220
5 e 6 anos	22 669	22 411	241	-	-	-	-	17
7 a 9 anos	31 280	24 015	7 213	17	-	-	-	35
10 a 14 anos	45 485	16 494	21 240	7 000	222	-	-	529
15 a 19 anos	38 328	10 234	11 997	13 138	2 238	221	-	500
15 anos	8 037	1 973	2 917	2 839	242	-	-	66
16 e 17 anos	16 219	4 115	5 086	5 752	967	54	-	245
18 e 19 anos	14 073	4 146	3 994	4 547	1 029	168	-	189
20 a 24 anos	29 900	9 671	8 249	8 609	2 132	826	9	404
25 a 29 anos	24 409	9 390	6 505	6 008	1 303	859	37	306
30 a 39 anos	37 422	16 495	9 608	8 020	1 471	1 106	52	670
40 a 49 anos	23 293	12 001	5 683	4 063	713	466	46	322
50 a 59 anos	16 000	10 152	3 430	1 766	297	131	29	195
60 anos ou mais	22 790	18 004	2 927	1 431	133	45	9	241
Rural específico	248 876	135 427	63 948	38 606	5 889	2 407	60	2 539
5 e 6 anos	20 927	20 678	232	-	-	-	-	17
7 a 9 anos	28 547	22 316	6 195	6	-	-	-	30
10 a 14 anos	40 151	15 761	18 337	5 443	123	-	-	487
15 a 19 anos	33 486	9 884	10 786	10 757	1 534	85	-	440
15 anos	6 988	1 894	2 535	2 319	178	-	-	62
16 e 17 anos	14 226	3 988	4 603	4 698	705	23	-	209
18 e 19 anos	12 272	4 002	3 648	3 740	651	62	-	169
20 a 24 anos	26 151	9 284	7 285	7 027	1 584	604	9	358
25 a 29 anos	21 040	8 808	5 628	4 749	967	618	18	252
30 a 39 anos	30 849	15 067	7 630	5 951	977	691	18	516
40 a 49 anos	17 857	10 374	3 884	2 657	454	274	15	198
50 a 59 anos	12 136	8 336	2 175	1 246	166	99	-	114
60 anos ou mais	17 733	14 919	1 795	771	84	36	-	128

Tabela 1.7 - Pessoas autodeclaradas indígenas de 5 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil

(continuação)

Situação do domicílio e grupos de idade	Pessoas autodeclaradas indígenas de 5 anos ou mais de idade							
	Homens							
	Total	Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de 1 ano		1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não-determinados	
Total	324 278	100 312	76 746	86 280	31 577	22 010	3 878	3 476
5 e 6 anos	16 974	16 818	146	-	-	-	-	11
7 a 9 anos	24 144	16 493	7 611	24	-	-	-	15
10 a 14 anos	39 855	9 982	18 436	10 767	237	-	-	432
15 a 19 anos	38 211	5 445	8 512	15 828	6 944	1 030	-	453
15 anos	7 575	958	2 125	3 723	703	-	-	66
16 e 17 anos	15 657	2 343	3 425	6 638	2 957	97	-	198
18 e 19 anos	14 979	2 144	2 962	5 467	3 284	933	-	188
20 a 24 anos	33 922	5 328	6 485	11 436	6 062	3 966	124	522
25 a 29 anos	29 268	5 368	5 703	9 475	4 239	3 755	373	355
30 a 39 anos	51 066	10 046	10 082	16 050	6 854	6 434	993	606
40 a 49 anos	38 010	8 307	7 880	11 581	4 231	4 340	1 241	429
50 a 59 anos	23 830	7 376	6 023	6 025	1 774	1 608	735	291
60 anos ou mais	28 999	15 147	5 868	5 095	1 236	878	412	363
Urbana	171 659	26 015	34 951	58 425	26 837	20 022	3 754	1 654
5 e 6 anos	5 557	5 509	41	-	-	-	-	7
7 a 9 anos	7 914	3 720	4 179	15	-	-	-	-
10 a 14 anos	16 152	1 080	7 187	7 661	117	-	-	107
15 a 19 anos	18 709	713	2 269	8 721	5 851	925	-	230
15 anos	3 623	138	606	2 217	635	-	-	27
16 e 17 anos	7 332	320	854	3 494	2 491	71	-	101
18 e 19 anos	7 754	255	809	3 010	2 725	854	-	102
20 a 24 anos	18 246	843	2 025	6 628	4 818	3 522	115	295
25 a 29 anos	16 410	845	2 156	6 047	3 533	3 305	341	181
30 a 39 anos	31 368	2 312	4 676	11 395	5 918	5 844	983	241
40 a 49 anos	25 252	2 447	4 449	9 016	3 862	4 066	1 202	211
50 a 59 anos	15 506	2 694	3 949	4 840	1 634	1 529	711	149
60 anos ou mais	16 545	5 853	4 020	4 100	1 103	833	402	234
Rural	152 619	74 297	41 794	27 855	4 739	1 988	124	1 822
5 e 6 anos	11 417	11 309	105	-	-	-	-	4
7 a 9 anos	16 229	12 773	3 432	9	-	-	-	15
10 a 14 anos	23 703	8 903	11 249	3 106	120	-	-	325
15 a 19 anos	19 502	4 732	6 243	7 107	1 092	105	-	223
15 anos	3 952	820	1 519	1 506	68	-	-	40
16 e 17 anos	8 326	2 023	2 571	3 144	465	25	-	97
18 e 19 anos	7 225	1 890	2 153	2 457	559	79	-	87
20 a 24 anos	15 677	4 486	4 459	4 807	1 243	445	9	227
25 a 29 anos	12 858	4 523	3 547	3 427	705	450	32	174
30 a 39 anos	19 697	7 734	5 406	4 654	937	591	10	365
40 a 49 anos	12 757	5 861	3 431	2 565	369	274	39	219
50 a 59 anos	8 325	4 682	2 074	1 184	139	79	24	142
60 anos ou mais	12 453	9 294	1 848	995	133	45	9	128
Rural específico	129 761	66 830	34 653	21 844	3 531	1 455	43	1 407
5 e 6 anos	10 457	10 356	96	-	-	-	-	4
7 a 9 anos	14 693	11 695	2 983	-	-	-	-	15
10 a 14 anos	20 909	8 406	9 602	2 544	65	-	-	293
15 a 19 anos	16 845	4 482	5 522	5 821	795	42	-	183
15 anos	3 387	762	1 322	1 205	58	-	-	40
16 e 17 anos	7 225	1 920	2 303	2 566	348	16	-	71
18 e 19 anos	6 232	1 799	1 897	2 049	389	26	-	72
20 a 24 anos	13 707	4 212	3 935	3 994	995	355	9	206
25 a 29 anos	11 098	4 148	3 116	2 754	561	364	12	142
30 a 39 anos	16 405	6 962	4 466	3 577	685	435	6	275
40 a 49 anos	9 686	4 909	2 412	1 788	257	160	15	145
50 a 59 anos	6 192	3 770	1 373	825	88	62	-	74
60 anos ou mais	9 769	7 890	1 147	541	84	36	-	70

Tabela 1.7 - Pessoas autodeclaradas indígenas de 5 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil

(conclusão)

Situação do domicílio e grupos de idade	Pessoas autodeclaradas indígenas de 5 anos ou mais de idade							
	Mulheres							
	Total	Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de 1 ano		1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não-determinados	
Total	328 605	107 652	71 768	82 927	34 038	24 756	4 062	3 403
5 e 6 anos	16 473	16 255	205	-	-	-	-	13
7 a 9 anos	22 347	14 198	8 061	60	-	-	-	28
10 a 14 anos	38 402	8 439	15 730	13 420	476	-	-	336
15 a 19 anos	39 543	6 146	7 699	14 520	9 108	1 460	-	609
15 anos	7 977	1 267	1 754	3 664	1 206	-	-	86
16 e 17 anos	16 038	2 363	3 306	5 941	3 997	155	-	277
18 e 19 anos	15 527	2 515	2 639	4 915	3 906	1 305	-	247
20 a 24 anos	33 816	5 963	5 938	10 069	6 113	5 138	265	330
25 a 29 anos	27 818	5 692	4 658	8 146	4 241	4 305	450	325
30 a 39 anos	51 274	11 576	9 281	14 832	6 688	6 840	1 316	741
40 a 49 anos	39 234	9 780	7 883	10 998	4 396	4 616	1 214	348
50 a 59 anos	26 890	10 496	6 163	5 824	1 992	1 620	517	280
60 anos ou mais	32 807	19 106	6 150	5 058	1 024	777	300	392
Urbana	189 647	33 082	36 470	60 730	30 267	23 089	4 002	2 005
5 e 6 anos	5 221	5 153	69	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	7 296	2 957	4 280	51	-	-	-	9
10 a 14 anos	16 619	848	5 739	9 526	374	-	-	132
15 a 19 anos	20 716	644	1 946	8 489	7 963	1 343	-	332
15 anos	3 892	114	356	2 331	1 032	-	-	59
16 e 17 anos	8 145	271	791	3 333	3 495	126	-	129
18 e 19 anos	8 679	259	799	2 825	3 436	1 217	-	145
20 a 24 anos	19 593	777	2 149	6 267	5 225	4 757	265	153
25 a 29 anos	16 267	825	1 701	5 565	3 643	3 896	444	193
30 a 39 anos	33 549	2 816	5 078	11 467	6 153	6 325	1 274	436
40 a 49 anos	28 699	3 640	5 631	9 501	4 052	4 424	1 207	245
50 a 59 anos	19 215	5 026	4 807	5 242	1 834	1 567	512	227
60 anos ou mais	22 471	10 397	5 071	4 622	1 024	777	300	280
Rural	138 958	74 570	35 298	22 197	3 771	1 666	59	1 397
5 e 6 anos	11 251	11 103	136	-	-	-	-	13
7 a 9 anos	15 051	11 241	3 781	9	-	-	-	20
10 a 14 anos	21 783	7 591	9 991	3 894	102	-	-	204
15 a 19 anos	18 827	5 502	5 754	6 031	1 146	117	-	277
15 anos	4 085	1 153	1 398	1 333	174	-	-	27
16 e 17 anos	7 893	2 092	2 515	2 608	502	28	-	148
18 e 19 anos	6 848	2 257	1 840	2 091	470	88	-	102
20 a 24 anos	14 224	5 186	3 790	3 801	888	382	-	177
25 a 29 anos	11 551	4 867	2 958	2 581	598	409	6	133
30 a 39 anos	17 725	8 760	4 202	3 366	535	515	42	305
40 a 49 anos	10 536	6 140	2 252	1 498	344	192	7	103
50 a 59 anos	7 675	5 470	1 356	582	158	52	5	53
60 anos ou mais	10 336	8 709	1 079	436	-	-	-	112
Rural específico	119 115	68 597	29 295	16 762	2 358	952	17	1 133
5 e 6 anos	10 471	10 322	136	-	-	-	-	13
7 a 9 anos	13 854	10 621	3 212	6	-	-	-	14
10 a 14 anos	19 242	7 355	8 736	2 900	58	-	-	194
15 a 19 anos	16 641	5 402	5 264	4 937	739	42	-	257
15 anos	3 601	1 132	1 213	1 114	120	-	-	22
16 e 17 anos	7 001	2 068	2 300	2 132	358	6	-	138
18 e 19 anos	6 040	2 202	1 751	1 691	262	36	-	97
20 a 24 anos	12 444	5 071	3 349	3 033	589	249	-	153
25 a 29 anos	9 942	4 660	2 512	1 995	406	254	6	110
30 a 39 anos	14 444	8 105	3 165	2 374	292	256	11	241
40 a 49 anos	8 171	5 465	1 473	869	197	114	-	53
50 a 59 anos	5 943	4 566	801	421	78	37	-	40
60 anos ou mais	7 964	7 030	648	229	-	-	-	57

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.8 - Pessoas autodeclaradas indígenas que freqüentavam creche ou escola, por sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil

Situação do domicílio e grupos de idade	Pessoas autodeclaradas indígenas que freqüentavam creche ou escola, por sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Total	196 116	98 862	97 255
0 a 3 anos	2 518	1 343	1 175
4 anos	3 302	1 596	1 706
5 e 6 anos	14 585	7 487	7 098
7 a 9 anos	33 676	17 164	16 513
10 a 14 anos	64 299	32 674	31 625
15 a 19 anos	43 070	22 196	20 875
15 a 17 anos	29 949	15 254	14 695
18 e 19 anos	13 121	6 941	6 180
20 a 24 anos	15 066	8 137	6 929
25 a 29 anos	6 223	2 971	3 252
30 a 39 anos	7 453	2 911	4 542
40 a 49 anos	3 516	1 566	1 950
50 anos ou mais	2 408	817	1 591
Urbana	106 295	51 121	55 173
0 a 3 anos	1 765	976	788
4 anos	2 052	1 005	1 047
5 e 6 anos	7 620	3 938	3 682
7 a 9 anos	14 106	7 262	6 844
10 a 14 anos	30 855	15 262	15 593
15 a 19 anos	26 086	12 694	13 392
15 a 17 anos	17 496	8 505	8 991
18 e 19 anos	8 590	4 189	4 401
20 a 24 anos	9 727	4 772	4 955
25 a 29 anos	4 206	1 796	2 411
30 a 39 anos	5 492	1 914	3 578
40 a 49 anos	2 639	1 003	1 636
50 anos ou mais	1 747	499	1 248
Rural	89 822	47 740	42 081
0 a 3 anos	753	366	387
4 anos	1 250	591	659
5 e 6 anos	6 965	3 549	3 416
7 a 9 anos	19 570	9 902	9 668
10 a 14 anos	33 443	17 412	16 032
15 a 19 anos	16 984	9 501	7 483
15 a 17 anos	12 453	6 749	5 704
18 e 19 anos	4 531	2 752	1 779
20 a 24 anos	5 339	3 366	1 973
25 a 29 anos	2 017	1 175	842
30 a 39 anos	1 960	996	964
40 a 49 anos	877	563	314
50 anos ou mais	661	318	343
Rural específico	76 923	41 008	35 915
0 a 3 anos	587	299	287
4 anos	1 028	520	508
5 e 6 anos	5 986	3 054	2 933
7 a 9 anos	17 207	8 638	8 569
10 a 14 anos	28 678	14 916	13 762
15 a 19 anos	14 355	8 043	6 312
15 a 17 anos	10 494	5 638	4 857
18 e 19 anos	3 860	2 405	1 455
20 a 24 anos	4 671	2 976	1 695
25 a 29 anos	1 735	1 039	696
30 a 39 anos	1 579	854	725
40 a 49 anos	625	431	194
50 anos ou mais	472	237	235

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.9 - População residente autodeclarada indígena, por sexo e situação do domicílio, segundo o lugar de nascimento - Brasil

Lugar de nascimento	População residente autodeclarada indígena					
	Total	Sexo		Situação do domicílio		
		Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Rural específico
Brasil	734 127	365 312	368 816	383 298	350 829	304 324
Norte	213 637	109 100	104 537	48 294	165 343	161 126
Rondônia	8 091	4 415	3 677	2 551	5 540	5 130
Acre	8 261	4 130	4 131	1 355	6 906	6 801
Amazonas	115 227	59 229	55 998	20 641	94 585	94 106
Roraima	27 308	13 791	13 517	5 447	21 861	21 859
Pará	39 810	20 104	19 706	14 168	25 642	23 397
Amapá	4 904	2 506	2 398	1 169	3 735	3 628
Tocantins	10 036	4 925	5 111	2 963	7 074	6 206
Nordeste	207 716	100 612	107 104	140 894	66 823	43 878
Maranhão	32 866	15 915	16 951	12 895	19 971	15 527
Piauí	6 306	2 956	3 351	5 252	1 054	90
Ceará	17 032	8 705	8 327	12 767	4 265	1 103
Rio Grande do Norte	4 638	2 334	2 304	4 181	457	86
Paraíba	14 617	7 291	7 326	9 808	4 808	3 835
Pernambuco	40 685	19 097	21 587	29 322	11 363	9 646
Alagoas	12 523	6 040	6 483	7 479	5 044	4 400
Sergipe	7 656	3 879	3 777	6 141	1 515	198
Bahia	71 393	34 396	36 997	53 048	18 346	8 993
Sudeste	127 778	62 397	65 381	107 983	19 795	9 857
Minas Gerais	55 501	25 961	29 540	43 851	11 650	5 659
Espírito Santo	11 593	5 721	5 872	8 568	3 025	1 822
Rio de Janeiro	24 258	12 503	11 756	22 911	1 348	484
São Paulo	36 426	18 212	18 214	32 654	3 773	1 893
Sul	84 627	42 865	41 763	51 563	33 064	26 751
Paraná	31 434	15 805	15 629	19 709	11 725	8 864
Santa Catarina	13 693	6 823	6 871	7 614	6 079	4 923
Rio Grande do Sul	39 500	20 237	19 263	24 240	15 260	12 963
Centro-Oeste	95 810	47 683	48 127	30 846	64 964	62 052
Mato Grosso do Sul	54 429	27 180	27 249	12 559	41 871	40 982
Mato Grosso	27 654	13 983	13 671	6 197	21 457	20 909
Goiás	10 422	4 977	5 445	8 938	1 484	155
Distrito Federal	3 305	1 542	1 763	3 152	153	6
Brasil sem especificação	80	11	69	52	27	4
País estrangeiro	4 479	2 644	1 835	3 667	812	655

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.10 - População residente autodeclarada indígena, por lugar de nascimento, segundo as Grandes Regiões - Brasil

Grandes Regiões	População residente autodeclarada indígena							
	Lugar de nascimento							
	Total	Grandes Regiões						Brasil sem especificação
Norte		Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste			
Brasil	734 127	213 637	207 716	127 778	84 627	95 810	80	4 479
Norte	213 443	205 374	4 093	1 138	735	1 019	23	1 061
Nordeste	170 389	1 515	165 439	2 603	230	384	9	208
Sudeste	161 189	4 123	29 804	118 626	3 729	2 938	24	1 944
Sul	84 747	469	1 589	2 511	78 848	567	-	764
Centro-Oeste	104 360	2 155	6 791	2 901	1 085	90 902	24	501

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.11 - Pessoas autodeclaradas indígenas de 5 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo as Grandes Regiões de residência em 31 de julho de 1995 - Brasil

Grandes Regiões de residência em 31 de julho de 1995	Pessoas autodeclaradas indígenas de 5 anos ou mais de idade					
	Total	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Brasil	652 883	179 157	155 159	152 623	76 413	89 532
Norte	180 116	177 794	509	946	222	646
Nordeste	158 158	533	152 887	3 673	121	945
Sudeste	148 696	180	1 254	145 992	648	623
Sul	75 777	101	88	600	74 895	93
Centro-Oeste	88 666	248	289	791	313	87 025
Brasil sem especificação	279	9	55	124	38	52
País estrangeiro	1 190	292	77	496	176	148

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.12 - Pessoas não-naturais da Unidade da Federação, por tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões - Brasil

Situação do domicílio e Grandes Regiões	Pessoas não-naturais da Unidade da Federação											
	Total	Tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação										
		Menos de 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos ou mais
Total	108 041	3 198	4 636	4 163	3 805	4 423	3 049	3 455	2 949	3 431	2 362	72 571
Norte	11 430	302	658	497	340	577	353	402	398	372	285	7 245
Nordeste	14 525	537	731	546	549	684	367	404	454	403	465	9 386
Sudeste	55 433	1 236	1 793	2 067	1 956	2 252	1 384	1 658	1 462	1 570	1 053	39 000
Sul	11 059	490	636	427	276	274	330	319	312	399	189	7 406
Centro-Oeste	15 595	632	817	626	683	637	615	672	322	688	370	9 534
Urbana	96 035	2 803	3 988	3 663	3 398	3 888	2 680	3 017	2 666	2 977	2 046	64 908
Norte	8 342	276	463	345	233	427	277	340	278	267	230	5 206
Nordeste	12 477	481	633	515	514	553	332	298	410	300	411	8 029
Sudeste	52 333	1 158	1 639	1 920	1 801	2 100	1 242	1 525	1 365	1 422	973	37 188
Sul	9 207	329	520	318	253	229	260	263	295	346	141	6 253
Centro-Oeste	13 674	559	734	564	597	580	569	590	317	642	291	8 231
Rural	12 007	395	648	500	406	535	369	438	283	454	316	7 663
Norte	3 087	26	195	152	108	149	76	61	121	105	55	2 039
Nordeste	2 048	56	98	30	35	131	36	106	44	102	53	1 356
Sudeste	3 100	78	155	147	155	152	142	134	97	148	80	1 812
Sul	1 851	161	117	109	23	46	70	56	16	53	48	1 153
Centro-Oeste	1 920	74	83	61	86	57	46	82	5	45	79	1 303
Rural específico	5 986	260	313	314	258	391	183	204	180	165	195	3 523
Norte	1 792	8	110	147	87	109	49	28	93	49	44	1 069
Nordeste	867	24	34	15	35	120	8	48	21	27	35	501
Sudeste	1 322	42	38	54	80	104	77	71	54	57	42	703
Sul	1 012	128	94	81	13	32	43	27	12	33	45	504
Centro-Oeste	993	59	37	18	43	25	6	31	0	0	29	746

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.13 - População residente autodeclarada indígena, por deslocamento para trabalho ou estudo, segundo a situação do domicílio e o sexo - Brasil

Situação do domicílio e sexo	População residente autodeclarada indígena					
	Total (1)	Deslocamento para trabalho ou estudo				
		Trabalhavam ou estudavam no município de residência	Não trabalhavam nem estudavam	Trabalhavam ou estudavam em outro município da Unidade da Federação	Trabalhavam ou estudavam em outra Unidade da Federação	Trabalhavam ou estudavam em País estrangeiro
Total	734 127	408 180	302 965	20 703	1 973	203
Homens	365 312	232 820	117 189	13 628	1 491	142
Mulheres	368 816	175 361	185 775	7 075	482	61
Urbana	383 298	227 718	137 705	16 203	1 467	142
Homens	183 177	124 018	47 607	10 375	1 071	81
Mulheres	200 122	103 700	90 098	5 828	395	61
Rural	350 829	180 462	165 259	4 500	507	61
Homens	182 135	108 802	69 582	3 254	420	61
Mulheres	168 694	71 660	95 677	1 247	87	-
Rural específico	304 324	152 226	148 207	3 429	365	61
Homens	157 279	90 980	63 288	2 628	306	61
Mulheres	147 046	61 246	84 920	802	59	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(1) Inclusive Brasil sem especificação.

Tabela 1.14 - Pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por estado conjugal e sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil

(continua)

Situação do domicílio e grupos de idade	Pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por estado conjugal e sexo											
	Total			Estado conjugal								
				Casado (a)			Separado (a) não judicialmente			Desquitado (a) ou separado (a) judicialmente		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	539 991	270 873	269 118	300 141	151 898	148 244	11 646	4 295	7 352	6 371	2 101	4 269
10 a 14 anos	78 071	39 791	38 279	1 549	164	1 385	54	19	35	9	9	-
15 a 19 anos	75 333	37 467	37 866	16 016	4 182	11 834	230	49	181	100	35	65
20 a 24 anos	62 972	31 900	31 072	34 359	14 552	19 807	571	215	357	192	78	113
25 a 29 anos	52 729	27 472	25 257	40 317	20 065	20 252	907	411	496	401	112	289
30 a 34 anos	49 071	25 139	23 932	40 280	20 526	19 754	1 109	475	634	673	188	485
35 a 39 anos	46 035	22 821	23 214	38 778	19 694	19 085	1 349	406	942	739	180	559
40 a 44 anos	39 303	19 932	19 371	32 910	17 580	15 330	1 409	445	965	814	300	514
45 a 49 anos	32 849	16 147	16 702	26 043	14 167	11 876	1 624	532	1 092	996	275	721
50 a 54 anos	26 102	12 944	13 158	20 334	11 356	8 978	1 183	401	782	741	239	502
55 a 59 anos	21 080	9 912	11 167	15 651	8 311	7 340	983	400	583	596	273	323
60 a 64 anos	17 943	8 834	9 109	12 583	7 344	5 238	697	271	425	459	148	311
65 a 69 anos	14 558	7 615	6 943	9 512	6 067	3 444	666	302	365	369	133	236
70 a 74 anos	9 899	4 747	5 152	5 601	3 692	1 908	504	260	244	119	22	97
75 a 79 anos	7 744	3 476	4 268	3 852	2 595	1 256	187	73	114	95	47	48
80 anos ou mais	6 302	2 675	3 627	2 357	1 601	756	173	36	137	67	61	6
Urbana	312 905	150 410	162 495	171 967	87 527	84 439	9 226	3 137	6 089	5 471	1 648	3 822
10 a 14 anos	32 688	16 113	16 575	236	31	205	15	7	8	9	9	-
15 a 19 anos	38 130	18 324	19 807	5 622	1 128	4 495	109	16	94	20	-	20
20 a 24 anos	34 737	16 915	17 822	16 707	6 560	10 147	382	160	222	140	48	92
25 a 29 anos	29 450	15 050	14 400	21 214	10 353	10 861	650	279	371	246	64	183
30 a 34 anos	30 083	15 076	15 007	23 562	11 935	11 626	892	352	540	620	157	463
35 a 39 anos	29 626	14 186	15 440	23 844	11 981	11 862	1 164	321	843	679	152	527
40 a 44 anos	27 139	13 061	14 079	21 887	11 378	10 509	1 194	360	834	711	229	482
45 a 49 anos	23 021	10 979	12 042	17 406	9 548	7 858	1 393	437	956	925	250	675
50 a 54 anos	18 265	8 493	9 772	13 460	7 347	6 112	1 005	299	706	683	220	463
55 a 59 anos	13 800	6 403	7 398	9 535	5 306	4 229	818	330	489	509	221	288
60 a 64 anos	11 281	5 323	5 958	7 098	4 339	2 759	549	198	352	375	85	290
65 a 69 anos	9 502	4 646	4 856	5 492	3 640	1 852	525	203	322	304	103	201
70 a 74 anos	6 515	2 686	3 828	3 172	2 043	1 130	304	122	182	119	22	97
75 a 79 anos	4 713	1 772	2 941	1 720	1 232	489	123	39	83	81	45	37
80 anos ou mais	3 954	1 384	2 570	1 011	706	305	103	15	88	49	43	6
Rural	227 086	120 462	106 624	128 175	64 370	63 804	2 420	1 158	1 262	900	453	447
10 a 14 anos	45 383	23 678	21 705	1 312	133	1 180	40	13	27	-	-	-
15 a 19 anos	37 203	19 144	18 059	10 394	3 054	7 340	121	33	88	79	35	44
20 a 24 anos	28 235	14 985	13 250	17 652	7 992	9 661	190	55	135	52	30	21
25 a 29 anos	23 279	12 422	10 857	19 103	9 712	9 391	257	132	125	154	48	107
30 a 34 anos	18 988	10 063	8 925	16 718	8 591	8 127	218	124	94	53	31	22
35 a 39 anos	16 409	8 635	7 774	14 934	7 712	7 222	185	85	99	60	28	32
40 a 44 anos	12 164	6 872	5 292	11 023	6 202	4 821	215	85	131	104	71	33
45 a 49 anos	9 829	5 168	4 661	8 637	4 620	4 018	231	96	135	71	25	46
50 a 54 anos	7 837	4 450	3 386	6 874	4 008	2 866	178	103	75	58	19	40
55 a 59 anos	7 279	3 510	3 770	6 116	3 005	3 111	165	71	94	87	52	35
60 a 64 anos	6 661	3 511	3 151	5 485	3 005	2 479	147	73	74	84	63	20
65 a 69 anos	5 056	2 969	2 087	4 020	2 428	1 593	142	99	43	65	30	35
70 a 74 anos	3 384	2 060	1 324	2 428	1 650	779	200	138	62	-	-	-
75 a 79 anos	3 031	1 704	1 327	2 131	1 364	767	64	33	31	14	3	12
80 anos ou mais	2 348	1 291	1 057	1 346	895	451	70	20	50	18	18	-
Rural específico	190 610	100 998	89 613	107 497	53 765	53 732	1 596	707	889	579	274	306
10 a 14 anos	40 048	20 885	19 164	1 259	133	1 126	32	5	27	-	-	-
15 a 19 anos	32 427	16 534	15 893	9 643	2 883	6 760	92	23	69	79	35	44
20 a 24 anos	24 643	13 087	11 556	15 935	7 427	8 508	131	25	106	48	30	18
25 a 29 anos	20 078	10 734	9 344	16 684	8 532	8 152	205	101	104	103	21	82
30 a 34 anos	15 933	8 603	7 329	14 064	7 389	6 675	190	113	78	36	19	17
35 a 39 anos	13 304	7 022	6 282	12 166	6 278	5 888	94	39	55	39	28	11
40 a 44 anos	9 335	5 252	4 083	8 646	4 847	3 799	138	38	100	47	21	26
45 a 49 anos	7 503	3 926	3 577	6 690	3 561	3 129	122	47	76	33	17	15
50 a 54 anos	5 861	3 341	2 520	5 231	3 023	2 208	116	58	58	28	5	23
55 a 59 anos	5 579	2 595	2 984	4 774	2 224	2 550	91	46	45	53	31	21
60 a 64 anos	5 197	2 734	2 463	4 338	2 365	1 973	116	51	65	53	38	15
65 a 69 anos	3 907	2 344	1 563	3 203	1 948	1 255	103	60	43	33	7	26
70 a 74 anos	2 477	1 498	979	1 883	1 221	663	87	70	17	-	-	-
75 a 79 anos	2 454	1 410	1 044	1 774	1 143	631	47	30	17	9	3	6
80 anos ou mais	1 863	1 032	831	1 207	791	416	33	5	29	18	18	-

Tabela 1.14 - Pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por estado conjugal e sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil

Situação do domicílio e grupos de idade	(conclusão)								
	Pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por estado conjugal e sexo								
	Estado conjugal								
	Divorciado (a)			Viúvo (a)			Solteiro (a)		
Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
Total	5 551	1 682	3 870	24 518	4 638	19 880	191 764	106 260	85 504
10 a 14 anos	5	5	-	19	-	19	76 435	39 594	36 841
15 a 19 anos	9	-	9	61	15	46	58 917	33 187	25 730
20 a 24 anos	95	21	74	125	34	90	27 630	17 000	10 630
25 a 29 anos	257	57	201	130	24	106	10 717	6 804	3 912
30 a 34 anos	581	185	397	387	74	314	6 040	3 691	2 349
35 a 39 anos	872	318	553	577	36	541	3 721	2 187	1 534
40 a 44 anos	847	235	612	981	136	845	2 341	1 236	1 105
45 a 49 anos	808	176	633	1 768	194	1 574	1 609	802	808
50 a 54 anos	714	210	504	2 100	317	1 783	1 030	421	609
55 a 59 anos	442	158	284	2 546	429	2 118	861	342	519
60 a 64 anos	359	89	270	3 083	621	2 461	763	360	403
65 a 69 anos	198	82	116	3 251	737	2 514	561	294	268
70 a 74 anos	159	84	75	3 095	594	2 501	422	95	327
75 a 79 anos	128	31	97	3 109	587	2 522	374	143	231
80 anos ou mais	77	32	45	3 286	840	2 445	342	104	238
Urbana	5 148	1 520	3 628	18 963	2 801	16 162	102 131	53 777	48 353
10 a 14 anos	-	-	-	-	-	-	32 427	16 066	16 361
15 a 19 anos	-	-	-	8	-	8	32 371	17 180	15 190
20 a 24 anos	52	12	39	33	10	23	17 424	10 124	7 299
25 a 29 anos	243	57	186	73	-	73	7 023	4 297	2 726
30 a 34 anos	536	175	362	261	24	237	4 212	2 433	1 779
35 a 39 anos	834	288	546	434	11	422	2 672	1 432	1 240
40 a 44 anos	791	224	568	804	77	727	1 752	792	960
45 a 49 anos	755	147	608	1 399	128	1 271	1 143	469	674
50 a 54 anos	689	198	491	1 628	137	1 491	801	293	508
55 a 59 anos	372	132	240	1 918	221	1 697	648	193	455
60 a 64 anos	354	84	270	2 366	399	1 967	539	219	321
65 a 69 anos	198	82	116	2 641	494	2 147	342	124	218
70 a 74 anos	148	84	64	2 450	367	2 083	322	48	274
75 a 79 anos	118	21	97	2 450	362	2 088	221	73	148
80 anos ou mais	58	17	42	2 499	569	1 929	234	33	200
Rural	404	162	242	5 554	1 837	3 718	89 633	52 483	37 151
10 a 14 anos	5	5	-	19	-	19	44 008	23 528	20 480
15 a 19 anos	9	-	9	53	15	39	26 546	16 007	10 540
20 a 24 anos	44	9	35	92	24	67	10 206	6 876	3 331
25 a 29 anos	15	-	15	57	24	33	3 694	2 507	1 187
30 a 34 anos	45	10	35	126	49	77	1 828	1 259	570
35 a 39 anos	38	31	7	143	24	119	1 049	755	294
40 a 44 anos	55	11	45	178	60	118	588	444	145
45 a 49 anos	54	29	25	369	66	303	466	332	134
50 a 54 anos	25	12	13	472	180	291	230	128	101
55 a 59 anos	70	26	44	629	207	421	214	149	64
60 a 64 anos	6	6	-	717	222	495	223	141	82
65 a 69 anos	-	-	-	610	243	367	219	170	49
70 a 74 anos	11	-	11	645	226	419	100	47	53
75 a 79 anos	10	10	-	659	225	434	152	69	83
80 anos ou mais	18	15	3	787	271	516	109	71	38
Rural específico	255	112	142	4 057	1 449	2 608	76 627	44 691	31 936
10 a 14 anos	5	5	-	2	-	2	38 752	20 743	18 009
15 a 19 anos	9	-	9	53	15	39	22 551	13 579	8 972
20 a 24 anos	12	2	10	86	24	62	8 431	5 579	2 852
25 a 29 anos	15	-	15	51	24	27	3 020	2 056	964
30 a 34 anos	35	10	25	115	49	66	1 492	1 023	469
35 a 39 anos	18	18	-	122	24	98	865	634	230
40 a 44 anos	5	5	-	143	49	94	356	293	64
45 a 49 anos	39	14	25	294	66	228	326	222	104
50 a 54 anos	25	12	13	317	146	172	143	98	46
55 a 59 anos	57	26	31	459	161	298	146	108	38
60 a 64 anos	6	6	-	502	163	339	183	112	71
65 a 69 anos	-	-	-	423	203	220	145	125	19
70 a 74 anos	11	-	11	447	183	263	49	24	25
75 a 79 anos	10	10	-	524	172	352	90	53	37
80 anos ou mais	9	6	3	517	169	348	80	43	36

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: Exclui os solteiros que já viveram em união.

Tabela 1.15 - Mulheres de 10 anos ou mais de idade, total, que tiveram filhos, que tiveram filhos nascidos vivos no período de referência de 12 meses anteriores ao censo, filhos tidos, filhos tidos nascidos vivos e nascidos mortos e filhos vivos em 31 de julho de 2000, segundo a cor ou raça e os grupos de idade das mulheres - Brasil

(continua)

Cor ou raça e grupos de idade das mulheres	Mulheres de 10 anos ou mais de idade			Filhos tidos			Filhos vivos em 31 de julho de 2000
	Total	Tiveram filhos	Tiveram filhos nascidos vivos no período de referência de 12 meses anteriores ao censo	Total	Nascidos vivos	Nascidos mortos	
Total	70 058 774	43 101 122	3 233 804	156 870 391	148 702 573	8 167 818	133 184 069
10 a 14 anos	8 569 844	37 282	23 134	46 809	40 269	6 540	37 726
15 a 19 anos	8 921 295	1 340 551	634 306	1 730 170	1 661 469	68 700	1 605 750
20 a 24 anos	8 094 476	3 857 716	1 005 482	6 645 247	6 407 202	238 045	6 189 361
25 a 29 anos	7 033 192	4 891 982	752 773	10 570 511	10 181 111	389 400	9 814 384
30 a 34 anos	6 664 517	5 473 965	476 336	14 153 715	13 598 982	554 733	13 018 832
35 a 39 anos	6 304 778	5 522 490	248 741	16 509 645	15 823 453	686 192	14 999 722
40 a 44 anos	5 434 109	4 883 099	75 172	16 879 063	16 070 235	808 828	14 986 236
45 a 49 anos	4 510 458	4 078 704	12 061	16 144 674	15 288 056	856 618	13 993 453
50 anos ou mais	14 526 105	13 015 333	5 799	74 190 557	69 631 796	4 558 762	58 538 605
Branca	38 911 306	24 157 470	1 565 649	79 945 819	76 208 993	3 736 825	69 623 645
10 a 14 anos	4 259 282	14 410	8 955	17 943	15 435	2 508	14 502
15 a 19 anos	4 599 216	592 890	278 310	731 634	705 877	25 757	686 353
20 a 24 anos	4 325 191	1 852 629	468 780	2 921 826	2 831 361	90 465	2 753 899
25 a 29 anos	3 833 905	2 536 713	383 716	4 946 444	4 788 932	157 512	4 656 559
30 a 34 anos	3 701 194	2 981 430	255 144	6 884 430	6 653 907	230 522	6 445 536
35 a 39 anos	3 596 718	3 118 119	128 786	8 203 139	7 914 070	289 069	7 622 405
40 a 44 anos	3 142 608	2 806 894	35 094	8 399 547	8 052 693	346 854	7 665 355
45 a 49 anos	2 644 862	2 379 814	4 740	8 058 290	7 686 487	371 803	7 205 181
50 anos ou mais	8 808 330	7 874 571	2 124	39 782 566	37 560 231	2 222 335	32 573 855
Preta	4 323 993	2 729 876	223 020	11 268 288	10 542 727	725 563	9 188 801
10 a 14 anos	463 860	2 638	1 646	3 404	3 115	289	2 828
15 a 19 anos	517 405	91 328	42 507	123 240	117 877	5 364	113 505
20 a 24 anos	487 320	252 568	68 038	478 923	457 377	21 546	439 115
25 a 29 anos	430 933	303 397	49 817	740 578	706 609	33 969	674 708
30 a 34 anos	405 580	325 842	32 521	965 125	916 527	48 598	867 302
35 a 39 anos	390 411	333 957	19 560	1 156 099	1 093 871	62 228	1 021 698
40 a 44 anos	347 486	305 894	6 977	1 242 368	1 166 247	76 122	1 064 609
45 a 49 anos	294 973	260 963	1 289	1 198 741	1 119 450	79 291	1 002 875
50 anos ou mais	986 025	853 289	665	5 359 810	4 961 654	398 156	4 002 161

Tabela 1.15 - Mulheres de 10 anos ou mais de idade, total, que tiveram filhos, que tiveram filhos nascidos vivos no período de referência de 12 meses anteriores ao censo, filhos tidos, filhos tidos nascidos vivos e nascidos mortos e filhos vivos em 31 de julho de 2000, segundo a cor ou raça e os grupos de idade das mulheres - Brasil

(conclusão)

Cor ou raça e grupos de idade das mulheres	Mulheres de 10 anos ou mais de idade			Filhos tidos			Filhos vivos em 31 de julho de 2000
	Total	Tiveram filhos	Tiveram filhos nascidos vivos no período de referência de 12 meses anteriores ao censo	Total	Nascidos vivos	Nascidos mortos	
Amarela	346 291	205 788	9 064	660 496	634 831	25 665	597 494
10 a 14 anos	27 644	75	48	85	85	-	75
15 a 19 anos	33 677	3 048	1 564	3 969	3 702	266	3 577
20 a 24 anos	30 796	7 555	1 855	12 360	11 734	626	11 476
25 a 29 anos	27 871	11 830	2 046	22 966	22 245	720	21 728
30 a 34 anos	26 879	16 914	1 934	36 063	34 863	1 201	33 905
35 a 39 anos	28 797	21 401	1 272	52 266	50 275	1 991	48 524
40 a 44 anos	27 551	21 756	277	56 672	54 756	1 916	52 919
45 a 49 anos	27 972	22 782	56	64 105	61 826	2 279	59 451
50 anos ou mais	115 104	100 427	12	412 010	395 345	16 666	365 839
Parda	25 736 904	15 562 717	1 393 501	63 173 751	59 607 058	3 566 692	52 263 868
10 a 14 anos	3 715 183	18 622	11 812	23 440	20 427	3 013	19 303
15 a 19 anos	3 667 484	632 212	302 442	841 847	806 265	35 582	775 668
20 a 24 anos	3 160 640	1 696 884	453 779	3 137 719	3 016 871	120 848	2 898 607
25 a 29 anos	2 667 916	1 987 980	308 138	4 728 063	4 536 653	191 410	4 340 442
30 a 34 anos	2 466 515	2 097 133	181 120	6 102 446	5 835 451	266 995	5 522 312
35 a 39 anos	2 228 206	1 996 311	95 914	6 907 415	6 584 329	323 086	6 137 694
40 a 44 anos	1 864 303	1 702 511	31 797	6 993 683	6 621 427	372 255	6 041 683
45 a 49 anos	1 498 965	1 375 968	5 718	6 640 249	6 248 783	391 466	5 570 921
50 anos ou mais	4 467 692	4 055 096	2 781	27 798 889	25 936 852	1 862 037	20 957 238
Indígena	289 786	193 386	20 682	854 700	801 560	53 142	709 860
10 a 14 anos	38 402	581	342	730	669	61	624
15 a 19 anos	39 543	10 874	4 819	16 141	15 422	720	14 747
20 a 24 anos	33 816	20 922	5 681	45 438	43 610	1 828	41 758
25 a 29 anos	27 818	22 768	4 427	65 116	62 541	2 575	59 872
30 a 34 anos	25 931	22 988	2 679	83 025	79 639	3 385	75 679
35 a 39 anos	25 343	23 424	1 869	94 815	89 909	4 906	84 325
40 a 44 anos	21 012	19 482	566	86 533	80 759	5 774	74 794
45 a 49 anos	18 223	17 102	183	86 760	81 198	5 563	73 342
50 anos ou mais	59 698	55 245	116	376 142	347 813	28 330	284 719
Sem declaração	450 494	251 884	21 887	967 338	907 406	59 933	800 402
10 a 14 anos	65 472	955	331	1 206	538	669	395
15 a 19 anos	63 971	10 199	4 664	13 339	12 327	1 011	11 900
20 a 24 anos	56 713	27 159	7 349	48 980	46 249	2 731	44 507
25 a 29 anos	44 749	29 294	4 628	67 345	64 131	3 214	61 075
30 a 34 anos	38 417	29 658	2 938	82 626	78 594	4 031	74 097
35 a 39 anos	35 302	29 278	1 340	95 911	90 999	4 912	85 076
40 a 44 anos	31 150	26 562	462	100 260	94 353	5 907	86 877
45 a 49 anos	25 463	22 074	75	96 529	90 312	6 217	81 682
50 anos ou mais	89 257	76 705	100	461 142	429 903	31 241	354 793

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.16 - Mulheres autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, total, que tiveram filhos nascidos vivos no período de referência de 12 meses anteriores ao censo, filhos tidos, filhos tidos nascidos vivos e nascidos mortos e filhos vivos em 31 de julho de 2000, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade das mulheres - Brasil

Situação do domicílio e grupos de idade das mulheres autodeclaradas indígenas	Mulheres autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade		Filhos tidos			Filhos vivos em 31 de julho de 2000
	Total	Tiveram filhos nascidos vivos no período de referência de 12 meses anteriores ao censo	Total	Nascidos vivos	Nascidos mortos	
Total	289 785	20 683	854 699	801 558	53 141	709 861
10 a 14 anos	38 402	342	730	669	61	624
15 a 19 anos	39 543	4 819	16 141	15 422	720	14 747
20 a 24 anos	33 816	5 681	45 438	43 610	1 828	41 758
25 a 29 anos	27 818	4 427	65 116	62 541	2 575	59 872
30 a 34 anos	25 931	2 679	83 025	79 639	3 385	75 679
35 a 39 anos	25 343	1 869	94 815	89 909	4 906	84 325
40 a 44 anos	21 012	566	86 533	80 759	5 774	74 794
45 a 49 anos	18 223	183	86 760	81 198	5 563	73 342
50 anos ou mais	59 697	116	376 141	347 812	28 329	284 720
Urbana	177 129	8 571	517 305	481 333	35 972	421 647
10 a 14 anos	16 619	117	163	151	13	132
15 a 19 anos	20 716	1 974	5 813	5 485	328	5 252
20 a 24 anos	19 593	2 443	19 648	18 699	949	17 970
25 a 29 anos	16 267	2 051	29 901	28 388	1 513	27 305
30 a 34 anos	16 483	1 044	42 513	40 551	1 962	38 652
35 a 39 anos	17 066	638	51 737	48 704	3 032	45 875
40 a 44 anos	15 401	234	55 679	51 709	3 970	47 885
45 a 49 anos	13 298	55	56 344	52 260	4 084	47 371
50 anos ou mais	41 686	16	255 506	235 386	20 121	191 206
Rural	112 656	12 112	337 394	320 226	17 169	288 214
10 a 14 anos	21 783	225	567	518	49	491
15 a 19 anos	18 827	2 845	10 328	9 937	391	9 495
20 a 24 anos	14 224	3 238	25 790	24 911	879	23 788
25 a 29 anos	11 551	2 376	35 215	34 152	1 062	32 568
30 a 34 anos	9 448	1 636	40 511	39 088	1 423	37 028
35 a 39 anos	8 277	1 232	43 078	41 205	1 873	38 451
40 a 44 anos	5 611	332	30 854	29 050	1 804	26 909
45 a 49 anos	4 925	128	30 417	28 938	1 479	25 971
50 anos ou mais	18 012	100	120 635	112 427	8 208	93 514
Rural específico	94 790	10 928	274 579	261 892	12 687	237 682
10 a 14 anos	19 242	208	531	483	49	456
15 a 19 anos	16 641	2 587	9 644	9 267	377	8 859
20 a 24 anos	12 444	2 929	23 239	22 441	797	21 490
25 a 29 anos	9 942	2 112	31 557	30 616	940	29 157
30 a 34 anos	7 760	1 497	34 769	33 651	1 118	31 931
35 a 39 anos	6 683	1 082	35 530	34 310	1 220	32 222
40 a 44 anos	4 359	295	24 804	23 472	1 333	21 744
45 a 49 anos	3 811	123	23 761	22 627	1 134	20 238
50 anos ou mais	13 908	95	90 745	85 026	5 719	71 585

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.17 - Pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência e sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil

Situação do domicílio e grupos de idade	Pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade								
	Total	Homens	Mulheres	Condição de atividade na semana de referência e sexo					
				Economicamente ativas			Não-economicamente ativas		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	572 945	283 160	289 785	306 489	186 790	119 699	266 456	96 370	170 086
10 a 14 anos	78 257	39 855	38 402	10 645	6 705	3 939	67 612	33 149	34 463
15 a 19 anos	77 754	38 211	39 543	35 838	21 614	14 224	41 916	16 597	25 319
15 anos	15 552	7 575	7 977	4 885	2 909	1 976	10 667	4 665	6 001
16 e 17 anos	31 695	15 657	16 038	13 750	8 302	5 448	17 946	7 355	10 590
18 e 19 anos	30 506	14 979	15 527	17 203	10 403	6 800	13 303	4 576	8 727
20 a 24 anos	67 739	33 922	33 816	44 293	27 039	17 254	23 446	6 884	16 562
25 a 29 anos	57 086	29 268	27 818	39 986	24 850	15 136	17 100	4 418	12 682
30 a 34 anos	52 670	26 739	25 931	38 564	23 506	15 058	14 106	3 233	10 873
35 a 39 anos	49 670	24 326	25 343	36 860	21 434	15 426	12 810	2 892	9 918
40 a 44 anos	42 106	21 094	21 012	31 120	18 453	12 667	10 986	2 641	8 345
45 a 49 anos	35 138	16 915	16 223	24 629	14 415	10 215	10 509	2 501	8 008
50 a 59 anos	50 721	23 830	26 890	28 813	17 696	11 117	21 908	6 135	15 774
60 a 69 anos	35 034	17 232	17 802	12 076	8 460	3 615	22 958	8 771	14 187
70 anos ou mais	26 772	11 767	15 005	3 666	2 618	1 048	23 106	9 149	13 957
Urbana	335 317	158 188	177 129	199 129	113 290	85 839	136 189	44 898	91 290
10 a 14 anos	32 771	16 152	16 619	3 401	1 927	1 474	29 370	14 225	15 145
15 a 19 anos	39 425	18 709	20 716	20 599	11 372	9 226	18 827	7 337	11 490
15 anos	7 515	3 623	3 892	2 290	1 246	1 044	5 225	2 377	2 848
16 e 17 anos	15 477	7 332	8 145	7 580	4 223	3 357	7 896	3 108	4 788
18 e 19 anos	16 434	7 754	8 679	10 728	5 903	4 825	5 705	1 851	3 854
20 a 24 anos	37 838	18 246	19 593	28 117	15 851	12 266	9 721	2 395	7 327
25 a 29 anos	32 677	16 410	16 267	25 812	15 131	10 682	6 865	1 279	5 586
30 a 34 anos	32 673	16 191	16 483	26 042	15 157	10 885	6 632	1 033	5 598
35 a 39 anos	32 244	15 178	17 066	25 561	14 033	11 527	6 683	1 144	5 539
40 a 44 anos	29 214	13 813	15 401	22 835	12 565	10 270	6 379	1 248	5 130
45 a 49 anos	24 737	11 439	13 298	18 086	9 956	8 130	6 651	1 483	5 168
50 a 59 anos	34 721	15 506	19 215	19 841	11 420	8 421	14 879	4 086	10 794
60 a 69 anos	22 386	10 332	12 054	7 139	4 754	2 384	15 248	5 578	9 670
70 anos ou mais	16 630	6 213	10 416	1 696	1 123	573	14 934	5 090	9 843
Rural	237 628	124 972	112 656	107 360	73 500	33 860	130 268	51 472	78 796
10 a 14 anos	45 485	23 703	21 783	7 243	4 778	2 465	38 242	18 924	19 318
15 a 19 anos	38 328	19 502	18 827	15 239	10 242	4 998	23 089	9 260	13 829
15 anos	8 037	3 952	4 085	2 595	1 663	932	5 442	2 288	3 154
16 e 17 anos	16 219	8 326	7 893	6 169	4 078	2 091	10 049	4 247	5 802
18 e 19 anos	14 073	7 225	6 848	6 475	4 500	1 975	7 598	2 725	4 873
20 a 24 anos	29 900	15 677	14 224	16 176	11 187	4 988	13 725	4 489	9 235
25 a 29 anos	24 409	12 858	11 551	14 173	9 719	4 454	10 235	3 139	7 096
30 a 34 anos	19 997	10 549	9 448	12 522	8 349	4 173	7 475	2 200	5 274
35 a 39 anos	17 426	9 149	8 277	11 300	7 401	3 899	6 126	1 748	4 379
40 a 44 anos	12 892	7 281	5 611	8 285	5 888	2 396	4 607	1 393	3 214
45 a 49 anos	10 401	5 476	4 925	6 544	4 459	2 085	3 858	1 017	2 840
50 a 59 anos	16 000	8 325	7 675	8 971	6 276	2 695	7 029	2 049	4 980
60 a 69 anos	12 648	6 899	5 748	4 937	3 706	1 231	7 710	3 193	4 517
70 anos ou mais	10 142	5 554	4 588	1 970	1 495	475	8 172	4 059	4 113
Rural específico	199 402	104 612	94 790	86 767	59 234	27 533	112 635	45 378	67 257
10 a 14 anos	40 151	20 909	19 242	6 332	4 092	2 241	33 819	16 817	17 001
15 a 19 anos	33 486	16 845	16 641	12 987	8 602	4 385	20 499	8 243	12 256
15 anos	6 988	3 387	3 601	2 252	1 426	826	4 736	1 961	2 775
16 e 17 anos	14 226	7 225	7 001	5 208	3 391	1 817	9 017	3 834	5 184
18 e 19 anos	12 272	6 232	6 040	5 527	3 784	1 742	6 746	2 448	4 298
20 a 24 anos	26 151	13 707	12 444	13 836	9 575	4 261	12 315	4 132	8 183
25 a 29 anos	21 040	11 098	9 942	11 842	8 137	3 705	9 197	2 961	6 236
30 a 34 anos	16 756	8 996	7 760	10 290	6 960	3 330	6 466	2 035	4 431
35 a 39 anos	14 093	7 410	6 683	8 903	5 893	3 010	5 191	1 517	3 674
40 a 44 anos	9 916	5 557	4 359	6 124	4 329	1 794	3 792	1 227	2 565
45 a 49 anos	7 941	4 130	3 811	4 768	3 202	1 566	3 173	927	2 246
50 a 59 anos	12 136	6 192	5 943	6 496	4 504	1 992	5 639	1 688	3 951
60 a 69 anos	9 828	5 423	4 405	3 695	2 781	913	6 133	2 641	3 492
70 anos ou mais	7 905	4 346	3 559	1 494	1 158	336	6 411	3 188	3 223

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.18 - Pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência e sexo, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento nominal mensal - Brasil

Situação do domicílio e classes de rendimento nominal mensal (salário mínimo) (1)	Pessoas autodeclaradas indígenas de 10 anos ou mais de idade								
	Total	Homens	Mulheres	Condição de atividade na semana de referência e sexo					
				Economicamente ativas			Não-economicamente ativas		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	572 945	283 160	289 785	306 489	186 790	119 699	266 456	96 370	170 086
Até 1/2	21 370	11 203	10 167	17 961	9 932	8 029	3 409	1 271	2 138
Mais de 1/2 a 1	93 470	44 917	48 552	52 999	30 455	22 544	40 470	14 462	26 008
Mais de 1 a 2	71 679	42 927	28 751	63 949	40 068	23 881	7 730	2 859	4 870
Mais de 2 a 3	32 012	20 691	11 321	28 545	19 160	9 385	3 468	1 531	1 936
Mais de 3 a 5	29 929	20 440	9 489	26 382	18 603	7 779	3 547	1 837	1 710
Mais de 5 a 10	23 056	16 574	6 482	19 783	14 686	5 098	3 272	1 888	1 384
Mais de 10 a 15	5 268	3 513	1 755	4 545	3 194	1 352	722	319	403
Mais de 15 a 20	2 554	1 745	809	2 150	1 521	629	404	224	180
Mais de 20 a 30	1 543	1 063	480	1 361	966	395	183	97	85
Mais de 30	1 565	1 220	345	1 389	1 112	276	176	108	68
Sem rendimento (2)	290 500	118 866	171 634	87 425	47 093	40 331	203 075	71 772	131 303
Urbana	335 317	158 188	177 129	199 129	113 290	85 839	136 189	44 898	91 290
Até 1/2	10 769	4 428	6 341	8 381	3 567	4 814	2 388	861	1 528
Mais de 1/2 a 1	55 656	22 018	33 637	31 443	14 402	17 041	24 213	7 617	16 596
Mais de 1 a 2	53 544	28 780	24 763	46 973	26 457	20 516	6 571	2 323	4 248
Mais de 2 a 3	27 676	17 157	10 519	24 404	15 719	8 685	3 272	1 437	1 834
Mais de 3 a 5	26 720	17 835	8 885	23 394	16 097	7 296	3 326	1 737	1 588
Mais de 5 a 10	21 187	15 028	6 160	18 017	13 183	4 834	3 170	1 844	1 326
Mais de 10 a 15	4 997	3 268	1 729	4 292	2 966	1 326	705	302	403
Mais de 15 a 20	2 448	1 662	786	2 068	1 447	622	380	215	164
Mais de 20 a 30	1 524	1 044	480	1 341	947	395	183	97	85
Mais de 30	1 481	1 136	345	1 305	1 029	276	176	108	68
Sem rendimento (2)	129 316	45 832	83 484	37 510	17 476	20 034	91 806	28 356	63 450
Rural	237 628	124 972	112 656	107 360	73 500	33 860	130 268	51 472	78 796
Até 1/2	10 601	6 775	3 826	9 580	6 365	3 216	1 021	410	610
Mais de 1/2 a 1	37 814	22 899	14 915	21 556	16 053	5 503	16 258	6 846	9 412
Mais de 1 a 2	18 135	14 147	3 988	16 976	13 611	3 366	1 159	536	622
Mais de 2 a 3	4 336	3 535	802	4 140	3 441	700	196	94	102
Mais de 3 a 5	3 209	2 605	604	2 988	2 506	482	221	100	122
Mais de 5 a 10	1 869	1 546	322	1 766	1 502	264	103	44	59
Mais de 10 a 15	271	245	26	254	228	26	17	17	-
Mais de 15 a 20	106	84	23	81	74	7	25	9	16
Mais de 20 a 30	19	19	-	19	19	-	-	-	-
Mais de 30	84	84	-	84	84	-	-	-	-
Sem rendimento (2)	161 184	73 034	88 150	49 915	29 618	20 297	111 269	43 416	67 853
Rural específico	199 402	104 612	94 790	86 767	59 234	27 533	112 635	45 378	67 257
Até 1/2	7 800	5 167	2 632	7 229	4 915	2 314	571	252	319
Mais de 1/2 a 1	29 352	17 924	11 428	16 553	12 405	4 148	12 799	5 519	7 280
Mais de 1 a 2	13 277	10 591	2 686	12 570	10 231	2 339	708	361	347
Mais de 2 a 3	2 834	2 411	423	2 759	2 383	376	75	28	47
Mais de 3 a 5	2 104	1 689	416	1 958	1 635	322	146	53	93
Mais de 5 a 10	1 260	1 037	223	1 214	1 019	195	46	18	28
Mais de 10 a 15	174	164	10	165	155	10	9	9	-
Mais de 15 a 20	35	20	16	20	20	-	16	-	16
Mais de 20 a 30	6	6	-	6	6	-	-	-	-
Mais de 30	45	45	-	45	45	-	-	-	-
Sem rendimento (2)	142 515	65 558	76 958	44 249	26 420	17 829	98 266	39 137	59 129

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00. (2) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

Tabela 1.19 - Famílias e pessoas residentes em domicílios particulares com pelo menos um indígena como morador, por situação do domicílio, com distinção dos indígenas, segundo o sexo da pessoa responsável pela família e o número de componentes da família - Brasil

Sexo da pessoa responsável pela família, situação do domicílio e número de componentes da família	Famílias residentes em domicílios particulares				Pessoas residentes em domicílios particulares			
	Total	Situação do domicílio			Total	Situação do domicílio		
		Urbana	Rural	Rural específico		Urbana	Rural	Rural específico
Total	341 812	248 473	93 340	67 845	1 386 592	949 259	437 333	327 307
Sexo da pessoa responsável pela família								
Homens	254 437	173 227	81 211	59 309	1 085 426	691 899	393 526	296 198
Mulheres	87 375	75 246	12 129	8 536	301 167	257 360	43 807	31 110
Situação do domicílio e número de componentes da família								
1 pessoa	17 868	14 338	3 529	2 211	17 868	14 338	3 529	2 211
2 pessoas	57 948	44 677	13 271	9 201	115 896	89 355	26 541	18 402
3 pessoas	73 333	57 424	15 909	11 168	219 999	172 272	47 727	33 590
4 pessoas	73 823	56 866	16 957	11 738	295 292	227 462	67 830	46 880
5 pessoas	51 180	38 032	13 148	9 393	255 900	190 162	65 739	46 953
6 pessoas	31 853	19 621	12 232	9 493	191 115	117 723	73 392	57 026
7 a 10 pessoas	33 478	16 843	16 636	13 311	262 850	130 104	132 746	106 410
11 pessoas ou mais	2 330	672	1 658	1 329	27 673	7 842	19 830	15 836
Pessoas residentes indígenas em domicílios particulares								
Sexo da pessoa responsável pela família, situação do domicílio e número de componentes da família	Total	Situação do domicílio						
		Urbana	Rural	Rural específico				
Total	718 309	380 876	337 433	291 171				
Sexo da pessoa responsável pela família								
Homens	570 612	266 822	303 790	263 697				
Mulheres	147 697	114 055	33 642	27 473				
Situação do domicílio e número de componentes da família								
1 pessoa	17 868	14 338	3 529	2 211				
2 pessoas	74 507	52 737	21 770	16 738				
3 pessoas	114 373	77 855	36 518	30 052				
4 pessoas	137 303	87 900	49 404	40 266				
5 pessoas	112 822	65 047	47 775	40 701				
6 pessoas	96 116	38 662	57 454	51 290				
7 a 10 pessoas	147 490	41 953	105 538	96 038				
11 pessoas ou mais	17 830	2 384	15 446	13 874				

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.20 - Pessoas residentes em domicílios particulares com pelo menos um indígena como morador, com distinção dos indígenas, por situação do domicílio, segundo a relação de parentesco com a pessoa responsável pela família e algumas características das pessoas responsáveis pelas famílias - Brasil

Relação de parentesco com a pessoa responsável pela família, e algumas características das pessoas responsáveis pelas famílias	Pessoas residentes em domicílios particulares				Pessoas residentes indígenas em domicílios particulares			
	Total	Situação do domicílio			Total	Situação do domicílio		
		Urbana	Rural	Rural específico		Urbana	Rural	Rural específico
Total	1 386 592	949 259	437 333	327 307	718 309	380 876	337 433	291 171
Relação de parentesco com a pessoa responsável pela família								
Pessoa responsável	341 812	248 473	93 340	67 845	219 395	143 166	76 230	61 655
Cônjuge, companheira	251 405	174 158	77 247	56 763	143 374	82 443	60 931	51 027
Filho, enteado	675 923	437 237	238 686	182 119	303 881	123 813	180 068	160 785
Pai, mãe, sogro	13 250	10 625	2 624	1 744	7 707	5 702	2 005	1 566
Neto, bisneto	45 055	32 743	12 311	8 769	15 720	7 453	8 267	7 381
Irmão, irmã	14 495	11 558	2 938	2 293	7 592	5 242	2 350	2 031
Outro parente	29 366	21 575	7 791	6 193	13 482	7 501	5 981	5 452
Agregado	9 640	7 708	1 932	1 364	4 427	3 082	1 345	1 103
Pensionista	1 832	1 683	149	72	691	626	65	33
Empregado doméstico	3 741	3 432	309	139	2 022	1 837	185	131
Parente do empregado	73	67	6	6	18	12	6	6
Grupos de idade da pessoa responsável								
10 a 14 anos	1 699	552	1 148	1 010	1 331	37 322	16 687	953
15 a 19 anos	20 982	9 915	11 068	10 198	15 421	25 107	19 950	9 639
20 a 24 anos	88 521	53 305	35 217	31 087	55 717	56 131	59 444	28 903
25 a 29 anos	142 061	88 703	53 357	43 927	81 599	29 281	36 628	39 534
30 a 39 anos	372 153	251 531	120 622	93 144	194 476	75 005	81 602	83 979
40 a 49 anos	346 764	252 484	94 280	64 842	164 208	71 808	55 438	56 052
50 a 59 anos	214 676	155 732	58 945	38 501	100 638	44 854	31 071	32 246
60 a 69 anos	127 051	88 878	38 173	27 573	64 962	26 296	22 437	24 434
70 a 79 anos	54 359	36 944	17 415	11 889	28 790	10 755	9 690	10 723
80 anos e mais	18 325	11 216	7 110	5 135	11 167	4 318	4 485	4 706
Classes de anos de estudo da pessoa responsável								
Sem instrução e menos de 1 ano	323 674	125 427	198 247	159 975	217 269	53 730	163 539	146 345
1 a 3 anos	289 358	172 894	116 465	82 512	155 362	69 508	85 854	72 189
4 a 7 anos	412 906	322 917	89 990	63 792	194 095	128 334	65 761	55 215
8 a 10 anos	161 799	146 117	15 682	10 074	68 630	57 718	10 912	8 438
11 a 14 anos	144 270	135 326	8 944	5 906	59 347	53 564	5 783	4 735
15 anos ou mais	37 027	36 376	651	512	13 971	13 694	277	381
Não determinados	17 558	10 203	7 355	4 536	9 634	4 327	5 307	3 868
Classes de rendimento, em salários mínimos, do rendimento total (1) (2)								
Sem rendimento (3)	179 363	50 758	128 605	117 496	139 610	24 910	114 700	109 958
Até 0,25	11 604	4 042	7 563	5 631	8 073	2 011	6 061	5 175
Mais de 0,25 a 0,5	28 929	11 748	17 181	12 341	18 956	5 488	13 468	11 149
Mais de 0,5 a 0,75	37 187	14 216	22 971	17 519	24 709	6 711	17 998	15 167
Mais de 0,75 a 1	120 558	62 565	57 993	44 038	77 609	30 643	46 966	40 308
Mais de 1 a 1,25	31 694	16 470	15 224	11 140	18 542	6 935	11 607	9 931
Mais de 1,25 a 1,5	58 374	34 395	23 979	17 313	32 544	14 689	17 855	15 022
Mais de 1,5 a 2	146 413	92 087	54 326	38 839	80 405	39 611	40 794	33 905
Mais de 2 a 3	169 846	126 193	43 653	27 338	81 684	51 781	29 903	23 326
Mais de 3 a 5	225 209	188 552	36 657	20 921	96 290	74 065	22 225	16 325
Mais de 5 a 10	227 331	205 729	21 603	11 061	87 566	75 763	11 804	8 239
Mais de 10 a 15	69 808	65 177	4 631	2 460	25 489	22 798	2 691	1 941
Mais de 15 a 20	30 716	29 510	1 205	632	10 551	9 888	663	432
Mais de 20 a 30	25 014	24 007	1 007	319	8 258	7 852	407	217
Mais de 30	24 545	23 808	737	259	8 022	7 731	291	75

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00. (2) Excluído o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era: pensionista, empregado (a) doméstico (a) ou parente do (a) empregado (a) doméstico (a). (3) Inclusive os domicílios cujos moradores recebiam somente em benefícios.

Tabela 1.21 - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes com pelo menos um indígena como morador, com distinção dos indígenas, por situação do domicílio, segundo número de cômodos e dormitórios - Brasil

Número de cômodos e dormitórios	Domicílios particulares permanentes				Moradores em domicílios particulares permanentes				Moradores indígenas em domicílios particulares permanentes			
	Total	Situação do domicílio			Total	Situação do domicílio			Total	Situação do domicílio		
		Urbana	Rural	Rural específico		Urbana	Rural	Rural específico		Urbana	Rural	Rural específico
Total	323 481	240 378	83 103	58 921	1 445 705	1 014 051	431 653	320 062	704 628	377 753	326 875	282 031
Número de cômodos												
1 cômodo	16 445	5 015	11 431	11 049	76 117	18 503	57 614	56 251	63 858	9 084	54 774	53 885
2 cômodos	31 964	14 567	17 397	16 123	140 593	52 823	87 770	83 018	104 674	24 628	80 045	77 747
3 cômodos	42 049	27 068	14 981	12 133	181 528	101 410	80 119	67 673	108 819	43 371	65 448	60 283
4 cômodos	54 929	40 517	14 412	9 498	237 051	161 241	75 810	53 344	116 438	62 778	53 660	44 297
5 cômodos	66 557	56 061	10 496	4 873	285 940	232 139	53 801	28 192	119 168	86 827	32 341	22 198
6 cômodos	47 638	40 515	7 123	2 902	217 931	180 705	37 226	16 891	85 228	64 523	20 705	13 214
7 cômodos	27 656	24 075	3 581	1 186	129 357	110 596	18 761	7 211	47 193	37 540	9 653	5 093
8 cômodos	16 295	14 353	1 942	636	76 991	66 360	10 631	4 056	27 411	21 841	5 569	3 146
9 cômodos	8 454	7 558	896	257	41 036	35 890	5 146	1 818	13 713	11 374	2 339	1 118
10 cômodos ou mais	11 493	10 649	844	266	59 161	54 384	4 777	1 608	18 127	15 786	2 341	1 050
Número de dormitórios	323 481	240 378	83 103	58 921	1 445 705	1 014 051	431 653	320 062	704 628	377 753	326 875	282 031
1 dormitório	110 251	73 100	37 151	31 098	380 314	216 632	163 682	146 122	247 283	102 040	145 243	135 943
2 dormitórios	132 190	102 345	29 845	19 247	590 402	431 148	159 254	111 183	275 326	161 204	114 122	94 760
3 dormitórios	64 880	52 318	12 562	6 711	359 587	278 941	80 646	47 047	141 121	90 567	50 554	38 484
4 dormitórios	13 155	10 338	2 817	1 505	89 302	67 977	21 325	12 257	32 737	19 709	13 027	9 992
5 dormitórios	2 224	1 698	526	257	18 175	13 668	4 507	2 348	5 779	3 141	2 638	1 918
6 dormitórios ou mais	781	580	201	104	7 925	5 685	2 240	1 104	2 383	1 092	1 291	934

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.22 - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes com pelo menos um indígena como morador, com distinção dos indígenas, por situação do domicílio, segundo algumas características dos domicílios - Brasil

Características dos domicílios	Domicílios particulares permanentes com pelo menos um indígena				Moradores em domicílios particulares permanentes com pelo menos um indígena				Moradores indígenas em domicílios particulares permanentes com pelo menos um indígena			
	Total	Situação do domicílio			Total	Situação do domicílio			Total	Situação do domicílio		
		Urbana	Rural	Rural específico		Urbana	Rural	Rural específico		Urbana	Rural	Rural específico
Total	323 481	240 378	83 103	58 921	1 445 705	1 014 051	431 653	320 062	704 628	377 753	326 875	282 031
Condição de ocupação do domicílio												
Próprio	240 180	175 045	65 135	48 543	1 113 880	766 713	347 167	269 016	548 348	279 127	269 221	238 214
Já quitado	219 373	155 058	64 316	48 208	1 027 193	683 992	343 201	267 395	516 913	249 179	267 735	237 626
Em aquisição	20 807	19 988	819	336	86 687	82 721	3 966	1 621	31 435	29 948	1 487	588
Alugado	43 552	42 699	853	187	161 549	158 068	3 481	637	63 688	62 272	1 416	349
Cedido	31 218	18 833	12 385	6 104	128 796	73 019	55 777	28 668	64 132	29 781	34 350	23 091
Outra condição	8 531	3 801	4 730	4 088	41 479	16 251	25 228	21 741	28 460	6 573	21 888	20 378
Forma de abastecimento de água												
Rede geral	224 683	209 629	15 054	9 595	953 838	878 509	75 329	50 296	376 286	323 931	52 355	43 327
Canalizada em pelo menos um cômodo	199 926	192 113	7 813	3 913	834 090	797 324	36 767	19 334	312 326	291 278	21 048	14 811
Canalizada só na propriedade ou terreno	24 757	17 516	7 241	5 682	119 748	81 186	38 562	30 962	63 960	32 653	31 307	28 516
Poço ou nascente	27 568	14 971	12 597	4 867	120 711	64 585	56 126	23 448	54 962	23 645	31 317	18 553
Canalizada em pelo menos um cômodo	21 703	12 810	8 893	2 554	92 632	54 220	38 412	11 579	37 537	19 400	18 137	7 795
Canalizada só na propriedade ou terreno	5 865	2 161	3 704	2 312	28 078	10 364	17 714	11 869	17 425	4 245	13 181	10 758
Outra	5 406	3 051	2 355	1 683	24 933	12 464	12 469	9 480	14 267	4 624	9 643	8 631
Canalizada em pelo menos um cômodo	3 374	2 332	1 042	587	14 218	9 248	4 969	2 962	6 625	3 490	3 134	2 451
Canalizada só na propriedade ou terreno	2 032	719	1 312	1 095	10 715	3 215	7 499	6 518	7 642	1 134	6 509	6 180
Não-canalizada	65 824	12 727	53 097	42 777	346 223	58 494	287 730	236 839	259 113	25 553	233 560	211 521
Existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário												
Tinha banheiro ou sanitário	276 775	232 086	44 689	28 600	1 205 874	975 961	229 914	157 908	520 882	359 778	161 104	133 717
Rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica	167 958	161 931	6 027	2 381	691 898	665 669	26 229	10 748	251 478	239 141	12 337	6 263
Outro escoadouro	108 817	70 155	38 662	26 219	513 977	310 292	203 685	147 160	269 404	120 637	148 768	127 453
Não tinha banheiro ou sanitário	46 706	8 291	38 414	30 321	239 830	38 090	201 740	162 154	183 746	17 975	165 771	148 315
Número de banheiros												
Nenhum banheiro	93 967	30 425	63 542	50 921	481 626	139 622	342 004	280 196	337 398	59 230	278 169	252 104
1 banheiro	185 522	167 526	17 996	7 460	767 862	685 611	82 251	37 019	302 195	256 727	45 468	28 262
2 banheiros	33 750	32 549	1 201	407	148 621	143 018	5 604	2 113	50 355	47 788	2 567	1 328
3 banheiros	7 615	7 296	319	134	34 189	32 555	1 634	734	10 886	10 294	592	336
4 banheiros	1 581	1 560	21	-	8 102	8 042	60	-	2 294	2 267	27	-
5 banheiros ou mais	1 046	1 022	23	-	5 304	5 204	100	280 196	1 499	1 448	51	252 104
Existência de:												
Coleta de lixo	221 560	215 637	5 924	1 941	924 620	899 053	25 568	8 401	340 675	330 327	10 348	4 223
Iluminação elétrica	275 848	236 642	39 206	22 270	1 194 824	997 335	197 489	122 137	500 702	369 008	131 694	102 574
Linha telefônica instalada	92 134	90 358	1 776	738	386 450	378 066	8 384	3 699	133 559	130 020	3 539	1 954
Forno de microondas	35 670	34 467	1 203	569	146 133	140 663	5 470	2 725	50 402	47 897	2 504	1 383
Geladeira ou freezer	228 270	207 641	20 629	8 614	978 928	879 414	99 514	45 943	371 770	317 956	53 815	33 705
Máquina de lavar roupa	74 051	70 659	3 392	1 332	315 708	300 274	15 434	6 551	108 855	101 343	7 512	4 172
Aparelho de ar-condicionado	16 568	16 156	412	211	66 622	64 925	1 698	937	22 760	21 855	905	630
Rádio	256 940	209 080	47 860	28 510	1 130 198	883 945	246 253	156 954	490 148	323 699	166 449	130 984
Televisão	242 965	217 038	25 927	11 994	1 051 455	923 702	127 753	63 960	411 717	337 791	73 926	49 276
Videocassete	83 406	80 606	2 800	1 223	353 207	340 370	12 837	5 939	123 374	117 333	6 040	3 534
Microcomputador	19 540	18 410	1 130	281	77 739	74 825	2 914	1 509	27 286	25 631	1 655	1 087
Automóvel para uso particular	64 623	59 688	4 935	1 632	273 675	250 902	22 773	8 078	96 589	85 918	10 671	5 423

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.23 - Moradores em domicílios particulares permanentes total e indígenas, por situação do domicílio, segundo a densidade de moradores por cômodo - Brasil

Densidade de moradores por cômodo	Situação do domicílio			
	Total	Urbana	Rural	
			Total	Específico
Moradores em domicílios particulares permanentes	1 445 705	1 014 051	431 653	320 062
Até 0,5	185 785	165 721	20 065	7 446
Mais de 0,5 a 1,0	561 785	473 958	87 827	41 350
Mais de 1,0 a 2,0	433 064	288 740	144 323	104 346
Mais de 2,0	265 070	85 632	179 438	166 921
Moradores indígenas em domicílios particulares permanentes	704 628	377 753	326 875	282 031
Até 0,5	94 308	81 420	12 889	5 796
Mais de 0,5 a 1,0	222 543	171 843	50 700	31 893
Mais de 1,0 a 2,0	197 169	93 091	104 078	90 113
Mais de 2,0	190 608	31 400	159 208	154 229

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.24 - Moradores em domicílios particulares permanentes total e indígenas, por situação do domicílio, segundo a densidade de moradores por dormitório - Brasil

Densidade de moradores por dormitório	Situação do domicílio			
	Total	Urbana	Rural	
			Total	Específico
Moradores em domicílios particulares permanentes	1 445 705	1 014 051	431 653	320 062
Até 1,0	81 670	69 514	12 156	5 747
Mais de 1,0 a 2,0	546 665	449 675	96 989	51 447
Mais de 2,0 a 3,0	388 357	276 274	112 083	77 210
Mais de 3,0	429 013	218 587	210 425	185 658
Moradores indígenas em domicílios particulares permanentes	704 628	377 753	326 875	282 031
Até 1,0	52 069	42 938	9 131	4 975
Mais de 1,0 a 2,0	229 999	169 619	60 379	41 881
Mais de 2,0 a 3,0	170 475	92 280	78 195	65 921
Mais de 3,0	252 085	72 916	179 170	169 254

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.25 - Domicílios particulares permanentes com pelo menos um indígena como morador, por situação do domicílio, segundo classes de rendimento nominal mensal domiciliar - Brasil

Classes de rendimento nominal mensal domiciliar (salário mínimo) (1) (2)	Domicílios particulares permanentes com pelo menos um indígena como morador			
	Situação do domicílio			
	Total	Urbana	Rural	
			Total	Específico
Total	323 481	240 378	83 103	58 921
Até 1	44 400	24 104	20 297	14 328
Mais de 1 a 2	54 537	35 948	18 588	12 528
Mais de 2 a 3	40 586	31 807	8 778	5 312
Mais de 3 a 5	54 975	47 298	7 678	4 247
Mais de 5 a 10	57 206	52 597	4 610	2 408
Mais de 10 a 20	26 185	25 030	1 155	540
Mais de 20	12 870	12 479	391	140
Sem rendimento (3)	32 722	11 116	21 606	19 419

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00. (2) Exclusive o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era: pensionista, empregado (a) doméstico (a) ou parente do (a) empregado (a) doméstico (a). (3) Inclusive os domicílios cujos moradores recebiam somente em benefícios.

Tabela 1.26 - População residente autodeclarada indígena, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - Brasil

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente autodeclarada indígena											
	Total			Situação do domicílio e sexo								
	Total	Homens	Mulheres	Urbana			Rural			Rural específico		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	734 127	365 312	368 816	383 298	183 177	200 122	350 829	182 135	168 694	304 324	157 279	147 046
Norte	213 443	109 861	103 582	46 304	22 373	23 931	167 140	87 488	79 652	162 056	84 752	77 303
Rondônia	10 683	5 709	4 973	4 223	2 170	2 053	6 460	3 539	2 921	5 379	2 935	2 444
Acre	8 009	3 999	4 010	1 098	528	569	6 911	3 471	3 440	6 764	3 397	3 367
Amazonas	113 391	58 731	54 660	18 783	9 293	9 490	94 608	49 438	45 170	94 189	49 186	45 003
Roraima	28 128	14 220	13 908	5 797	2 587	3 210	22 331	11 632	10 698	22 331	11 632	10 698
Pará	37 681	19 402	18 279	11 718	5 475	6 243	25 962	13 927	12 035	23 605	12 712	10 893
Amapá	4 972	2 539	2 432	1 258	647	610	3 714	1 892	1 822	3 632	1 844	1 788
Tocantins	10 581	5 261	5 320	3 428	1 672	1 755	7 153	3 588	3 565	6 156	3 045	3 110
Nordeste	170 389	83 145	87 243	105 728	49 711	56 016	64 661	33 434	31 227	42 838	21 757	21 081
Maranhão	27 571	13 667	13 904	8 036	3 790	4 246	19 535	9 877	9 658	15 217	7 570	7 646
Piauí	2 664	1 254	1 410	1 799	794	1 005	864	460	404	-	-	-
Ceará	12 198	6 115	6 083	8 303	3 976	4 327	3 895	2 139	1 756	945	502	443
Rio Grande do Norte	3 168	1 453	1 715	2 853	1 309	1 544	315	144	171	-	-	-
Paraíba	10 088	5 024	5 064	5 384	2 564	2 820	4 704	2 460	2 244	3 824	2 002	1 822
Pernambuco	34 669	16 530	18 139	23 553	11 097	12 456	11 117	5 434	5 683	9 753	4 737	5 016
Alagoas	9 074	4 363	4 712	4 202	1 904	2 298	4 873	2 459	2 414	4 346	2 227	2 119
Sergipe	6 717	3 356	3 361	5 322	2 562	2 760	1 395	794	601	125	64	61
Bahia	64 240	31 383	32 857	46 276	21 715	24 560	17 964	9 668	8 297	8 629	4 656	3 973
Sudeste	161 189	77 763	83 426	140 644	67 190	73 455	20 544	10 573	9 971	10 471	5 288	5 184
Minas Gerais	48 720	23 510	25 210	37 760	17 788	19 972	10 960	5 722	5 238	5 556	2 816	2 740
Espírito Santo	12 746	6 023	6 723	9 601	4 496	5 105	3 145	1 527	1 618	1 859	943	915
Rio de Janeiro	35 934	17 571	18 363	34 441	16 824	17 617	1 493	747	746	522	259	263
São Paulo	63 789	30 659	33 130	58 842	28 082	30 760	4 946	2 577	2 369	2 535	1 270	1 265
Sul	84 747	42 796	41 951	52 247	26 161	26 086	32 500	16 635	15 864	26 402	13 201	13 201
Paraná	31 488	15 549	15 938	20 135	9 685	10 450	11 352	5 864	5 488	8 516	4 293	4 223
Santa Catarina	14 542	7 529	7 013	8 149	4 239	3 911	6 392	3 290	3 102	5 216	2 598	2 618
Rio Grande do Sul	38 718	19 718	19 000	23 963	12 237	11 726	14 755	7 481	7 274	12 671	6 311	6 360
Centro-Oeste	104 360	51 746	52 614	38 375	17 741	20 633	65 985	34 005	31 980	62 557	32 281	30 277
Mato Grosso do Sul	53 900	27 124	26 776	11 672	5 440	6 232	42 227	21 683	20 544	41 256	21 188	20 068
Mato Grosso	29 196	15 031	14 165	7 348	3 681	3 667	21 848	11 350	10 497	21 244	11 058	10 186
Goiás	14 110	6 685	7 426	12 474	5 834	6 640	1 636	850	786	57	34	23
Distrito Federal	7 154	2 907	4 247	6 880	2 786	4 095	274	121	153	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 1.27 - População residente autodeclarada indígena, por grupos de idade e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - Brasil

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente autodeclarada indígena, por grupos de idade e situação do domicílio							
	Total				0 a 14 anos			
	Total	Urbana	Rural		Total	Urbana	Rural	
			Total	Específico			Total	Específico
Brasil	734 127	383 298	350 829	304 324	239 439	80 752	158 686	145 073
Norte	213 443	46 304	167 140	162 056	94 065	14 115	79 950	78 282
Rondônia	10 683	4 223	6 460	5 379	3 833	1 204	2 629	2 382
Acre	8 009	1 098	6 911	6 764	3 665	316	3 349	3 310
Amazonas	113 391	18 783	94 608	94 189	51 558	5 799	45 759	45 605
Roraima	28 128	5 797	22 331	22 331	13 345	2 184	11 161	11 161
Pará	37 681	11 718	25 962	23 605	14 993	3 177	11 815	10 929
Amapá	4 972	1 258	3 714	3 632	2 327	433	1 894	1 854
Tocantins	10 581	3 428	7 153	6 156	4 344	1 002	3 342	3 040
Nordeste	170 389	105 728	64 661	42 838	50 990	24 312	26 678	19 555
Maranhão	27 571	8 036	19 535	15 217	11 545	2 021	9 524	7 930
Piauí	2 664	1 799	864	-	620	301	319	-
Ceará	12 198	8 303	3 895	945	3 482	2 133	1 350	398
Rio Grande do Norte	3 168	2 853	315	-	747	691	55	-
Paraíba	10 088	5 384	4 704	3 824	3 175	1 288	1 887	1 635
Pernambuco	34 669	23 553	11 117	9 753	10 446	6 118	4 328	3 880
Alagoas	9 074	4 202	4 873	4 346	2 848	848	1 999	1 853
Sergipe	6 717	5 322	1 395	125	1 720	1 270	450	61
Bahia	64 240	46 276	17 964	8 629	16 407	9 641	6 766	3 796
Sudeste	161 189	140 644	20 544	10 471	31 931	24 523	7 408	4 877
Minas Gerais	48 720	37 760	10 960	5 556	11 244	6 906	4 339	2 800
Espírito Santo	12 746	9 601	3 145	1 859	2 689	1 430	1 259	969
Rio de Janeiro	35 934	34 441	1 493	522	6 385	5 891	494	283
São Paulo	63 789	58 842	4 946	2 535	11 613	10 296	1 317	824
Sul	84 747	52 247	32 500	26 402	23 174	9 311	13 863	12 526
Paraná	31 488	20 135	11 352	8 516	7 666	3 244	4 422	3 786
Santa Catarina	14 542	8 149	6 392	5 216	4 369	1 718	2 651	2 392
Rio Grande do Sul	38 718	23 963	14 755	12 671	11 139	4 349	6 790	6 348
Centro-Oeste	104 360	38 375	65 985	62 557	39 279	8 492	30 787	29 833
Mato Grosso do Sul	53 900	11 672	42 227	41 256	23 118	3 225	19 893	19 609
Mato Grosso	29 196	7 348	21 848	21 244	12 157	1 781	10 376	10 210
Goiás	14 110	12 474	1 636	57	2 710	2 279	431	14
Distrito Federal	7 154	6 880	274	-	1 294	1 206	88	-

Tabela 1.27 - População residente autodeclarada indígena, por grupos de idade e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - Brasil

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente autodeclarada indígena, por grupos de idade e situação do domicílio							
	15 a 64 anos				65 anos ou mais			
	Total	Urbana	Rural		Total	Urbana	Rural	
			Total	Específico			Total	Específico
Brasil	452 324	275 757	176 567	147 127	42 365	26 789	15 576	12 125
Norte	112 207	30 081	82 126	78 932	7 171	2 108	5 063	4 841
Rondônia	6 456	2 876	3 580	2 805	393	143	251	192
Acre	4 083	735	3 348	3 253	261	47	214	201
Amazonas	58 060	12 041	46 019	45 761	3 774	943	2 830	2 823
Roraima	13 950	3 375	10 574	10 574	833	238	595	595
Pará	21 526	8 031	13 496	12 097	1 162	511	651	579
Amapá	2 492	757	1 734	1 692	153	67	85	85
Tocantins	5 641	2 266	3 375	2 749	596	160	436	366
Nordeste	108 445	74 376	34 069	21 086	10 954	7 040	3 914	2 197
Maranhão	14 574	5 515	9 059	6 613	1 452	500	952	673
Piauí	1 853	1 363	490	-	191	135	56	-
Ceará	7 987	5 705	2 282	533	728	466	263	14
Rio Grande do Norte	2 290	2 078	212	-	132	84	48	-
Paraíba	6 208	3 700	2 508	1 992	705	396	309	196
Pernambuco	22 032	15 942	6 089	5 255	2 192	1 492	700	618
Alagoas	5 611	2 991	2 620	2 291	615	362	254	202
Sergipe	4 554	3 688	866	64	442	363	79	
Bahia	43 336	33 393	9 943	4 339	4 497	3 242	1 255	494
Sudeste	117 071	105 050	12 021	5 218	12 186	11 071	1 115	377
Minas Gerais	33 730	27 633	6 098	2 583	3 745	3 222	524	173
Espírito Santo	9 096	7 366	1 730	855	962	805	157	34
Rio de Janeiro	26 360	25 471	889	222	3 189	3 078	110	17
São Paulo	47 885	44 580	3 305	1 558	4 291	3 966	324	153
Sul	55 353	38 599	16 754	12 581	6 219	4 337	1 882	1 296
Paraná	21 531	15 256	6 275	4 297	2 290	1 634	656	432
Santa Catarina	9 434	6 031	3 403	2 565	739	400	338	259
Rio Grande do Sul	24 388	17 311	7 077	5 718	3 191	2 302	888	605
Centro-Oeste	59 247	27 651	31 596	29 310	5 834	2 232	3 601	3 414
Mato Grosso do Sul	27 727	7 659	20 067	19 420	3 055	788	2 267	2 227
Mato Grosso	15 386	5 120	10 266	9 856	1 653	448	1 206	1 178
Goiás	10 573	9 482	1 091	35	828	713	114	8
Distrito Federal	5 562	5 390	172	-	298	284	14	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Referências

ALBUQUERQUE, F. R. P. de C.; SENNA, J. R. X. *Tábuas de mortalidade por sexo e grupos de idade: grandes regiões e unidades da federação: 1980, 1991 e 2000*. Rio de Janeiro, IBGE: 2005. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 20). 161 p.

ARAÚJO, T. C. N. S. A classificação de “cor” nas pesquisas do IBGE: notas para uma discussão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 63, p. 14-16, 1987.

AZEVEDO, M. Censos demográficos e “os índios”: dificuldades para reconhecer e contar. In: RICARDO, C. A. (Org.). *Povos indígenas no Brasil 1996/2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. 832 p. p. 79-83.

_____. Demografia dos povos indígenas do Alto Rio Negro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, n. 11, p. 235-244, 1994.

BARUZZI, R. G.; PAGLIARO, H.; SILVA, R. de S.; SCHIVARTCHE, V.; MEZIAN, H. Os índios Panará: a busca pela sobrevivência. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 9., 1994, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1994. v. 2. p. 2.

BRASS, W. Note on Brass method of fertility estimation. In: BRASS, W. et al. *The demography of tropical Africa*. Princeton: Princeton University, Office of Population Research, 1973.

CARDOSO, A. M., SANTOS, R. V.; COIMBRA JUNIOR, C. E. A. Mortalidade infantil segundo raça/cor no Brasil: o que dizem os sistemas nacionais de informação? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, Escola Nacional de Saúde Pública, v. 21, n. 5, p. 1602-1608, 2005.

- CENSO demográfico 1991: manual do recenseador – CD-1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- CENSO demográfico 2000: manual do recenseador – CD-1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Nupcialidade e fecundidade: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 217 p. Acompanha 1 CD-ROM.
- COIMBRA JUNIOR, C. E. A.; FLOWERS, N. M.; SALZANO, F. M.; SANTOS, R. V. *The Xavante in transition: health, ecology and bioanthropology in Central Brazil*. Michigan: University of Michigan, 2002. 344 p.
- CUNHA, M. C. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP, 1992. 611 p.
- EARLY, J. D.; PETERS, J. F. *The population dynamics of the Macujá Yanomama*. New York: Academic Press, 1990.
- FAUSTO, C. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000. 94 p. (Descobrindo o Brasil).
- FÍGOLI, L. H. G. Migração indígena a Manaus. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 3., 1982, Vitória. *Anais...* São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1982. p. 397-398.
- FLOWERS, N. M. Crise e recuperação demográfica: os Xavante de Pimentel Barbosa, Mato Grosso. In: SANTOS, R. V.; COIMBRA JUNIOR, C. E. A (Org.). *Saúde e povos indígenas*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1994. 251 p. p. 213-242.
- FRIAS L. A. de M.; CARVALHO, J. A. M. de. Fecundidade nas regiões brasileiras a partir de 1903: uma tentativa de reconstrução do passado através das gerações. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 9., 1994, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1994. v. 2. p. 23-46.
- FRIKEL, P.; CORTEZ, R. *Elementos demográficos do Alto Paru de Oeste, Tumucumaque Brasileiro: índios Ewarhoyána, Kaxúyana e Tiriyo*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1972. n. 19. 103 p.
- GARNELO, L.; MACEDO, G.; BRANDÃO, L. C. *Os povos indígenas e a construção das políticas de saúde no Brasil*. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2003. 120 p.
- GOMES, M. P. *O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002. 631 p.
- JUNQUEIRA, C. Alguns dados sobre a população Cinta Larga. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 4., 1984, Águas de São Pedro. *Anais...* São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1984. v. 3. p. 1585-1587.
- KENNEDY, D. P.; PERZ, S. G. Who are Brazil's indígenas? contributions of census data analysis to anthropological demography of indigenous populations. *Human Organization*, Washington, D.C.: Society for Applied Anthropology, v. 59, n. 3, p. 311-324, 2000.
- MAIA, S. F.; ALBUQUERQUE, R. O.; PAGLIARO, H.; RODRIGUES, D.; BARUZZI, R. G. A recuperação populacional dos Txicão (Ikpeng), Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso,

Brasil. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14., 2004, Caxambu. *Anais ...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_421.pdf>. Acesso em: out. 2005.

METODOLOGIA do censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Série relatórios metodológicos, v. 25). 574 p. Acompanha 1 CD-ROM.

McSWEENEY, K.; ARPS, S. A "demographic turnaround": the rapid growth of indigenous populations in lowland Latin America. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, Pa., US: Latin American Studies Association, n. 40, p. 3-29, 2005.

OLIVEIRA, J. P. de. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. 269 p.

_____. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, n. 3, p. 60-83, 1997.

PAGLIARO, H. *A revolução demográfica dos povos indígenas no Brasil: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso (1970-1999)*. 2002. Tese (Doutorado)-Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. _____. In: PAGLIARO, H; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Org.). *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005. 192 p. (Saúde dos povos indígenas). p. 79-102.

PAGLIARO, H; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Org.). Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: _____. *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005. 192 p. (Saúde dos povos indígenas).

PAGLIARO, H. et al. Health indicators and demographic behaviors of the Waurá (Aruak Indians) from 1970 to 1999: Central Brazil. In: International General Population Conference, 24., 2001, Salvador. *Proceedings...* Salvador: International Union of Scientific Studies of Population, 2001. p. 42-57.

PAGLIARO, H.; MENDAÑA, L. G. S.; RODRIGUES, D.; BARUZZI, R. G. Comportamento demográfico dos índios Kamaiurá, Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso, Brasil (1970-1999). In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14., 2004, Caxambu. *Anais ...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_161.pdf>. Acesso em: out. 2005.

_____. Comportamento demográfico dos índios Waurá no final do século XX. In: General Population Conference, 24., 2001, Salvador. *Proceedings...* Salvador: International Union of Scientific Studies of Population, 2001. p. 1583-1594.

PENNA, T. C. de F. Por que demografia indígena brasileira. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 4., 1984, Águas de São Pedro. *Anais...* São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1984. v. 3. p.1571-1583.

PEREIRA, N. O. M. *Coleta de informações nos censos nacionais: uma reflexão para o censo de 2010*. Trabalho apresentado no II Seminário de Demografia e Saúde dos

Povos Indígenas. Quarenta anos do Programa de Saúde da UNIFESP/EPM no Parque Indígena do Xingu, São Paulo, 2005.

_____. *La experiencia brasileña en la investigación de los grupos étnicos y poblaciones afrodecendientes en las encuestas en viviendas - Brasil - 1872/2000*. Trabalho apresentado no II Encuentro Internacional Todos Contamos: los Censos y la Inclusión Social, Lima, Peru, 2002.

_____. Perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se autodeclararam indígenas nos censos demográficos – 1991-2000. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14., 2004, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_556.pdf> Acesso em: out. 2005.

PEREIRA, N. O. M.; AZEVEDO, M. M. *Os povos indígenas e os censos do IBGE: uma experiência brasileira*. Trabalho apresentado no I Congresso Internacional da Associação Latinoamericana de População, Caxambu, 2004.

PEREIRA, N. O. M.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. Perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se autodeclararam indígenas no Brasil. In: PAGLIARO, H; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Org.). *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005. 192 p. (Saúde dos povos indígenas).

PROJEÇÃO da população do Brasil por sexo e idade para o período 1980-2050 - revisão 2004: metodologia e resultados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/metodologia.pdf>. Acesso em: out. 2005.

RICARDO, C. A. Os índios e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. In: SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. B. 3. ed. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: Global; Brasília: MEC/MARI/Unesco, 2000.

RICARDO, C. A. (Org.). *Povos indígenas no Brasil 1991/1995*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. 871 p.

_____. *Povos indígenas no Brasil 1996/2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. 832 p.

ROOSEVELT, A. (Org.). *Amazonian Indians from prehistory to the present*. Tucson: University of Arizona, 1994. 420 p.

SALZANO, F. M., 1982. Fertilidade, mortalidade, migração e miscigenação em 14 Tribos indígenas da América do Sul In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 3., 1982, Vitória. *Anais...* São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1982. p. 1565-1570.

SANTOS, R. V.; COIMBRA JUNIOR, C. E. A. Cenários e tendências da saúde e da epidemiologia dos povos indígenas no Brasil. In: COIMBRA JUNIOR, C. E. A.; SANTOS, R. V. ESCOBAR, A. L. (Org.). *Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2003. 260 p. p.13-47.

SILVA, M. F. A demografia e os povos indígenas no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, n. 11, p. 261-264, 1994.

SOUZA, L. G.; SANTOS, R. V. Perfil demográfico da população indígena Xavante de Sangradouro – Volta Grande, Mato Grosso (1993-1997), Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, v. 17, p. 355-366, 2001.

TENDÊNCIAS demográficas: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 155 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 13). Acompanha 1 CD-ROM.

VIDAL, L. Demografia dos grupos étnicos minoritários: índios. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 3., 1982, Vitória. Anais... São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1982. p. 405-407.

WONG, L. R. *A dinâmica demográfica dos índios no interior do Estado de São Paulo*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1986. Relatório de pesquisa realizado com o auspício do Programa de Bolsas de Pesquisa da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Mimeo.

_____. Resumo das discussões sobre o tema "Etnia e População". In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 4., 1984, Águas de São Pedro. *Anais...* São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1984. v. 3. p.1561-1563.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica

Juarez de Castro Oliveira

Gerência de Análises Estruturais e Espaciais da População

Nilza de Oliveira Martins Pereira

Coordenação técnica e planejamento geral da publicação

Nilza de Oliveira Martins Pereira

Geração das informações e elaboração de indicadores

Cláudia Bahia Araújo

Jorge da Silva

Mário Fernandes Filho

Elaboração de textos e análises

Adma Hamam de Figueiredo (IBGE, Coordenação de Geografia)

Carlos E. A. Coimbra Junior (Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz - ENSP/FIOCRUZ)

Carmen Junqueira (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP)

Heloisa Pagliaro (Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina - UNIFESP/EPM)

Jorge Kleber Teixeira da Silva (IBGE, Coordenação de Geografia)

José Antônio Sena do Nascimento (IBGE, Coordenação de Geografia)

Laura Wong (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais - CEDEPLAR/UFMG)

Maria Elizabeth Brea (Fundação Nacional do Índio - FUNAI)

Maria Graciela González de Morell (Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina - UNIFESP/EPM)

Marília Brasil (Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane, Fundação Oswaldo Cruz - CPqL&MD/FIOCRUZ; Universidade Federal do Amazonas - UFAM)

Marta Maria Azevedo (Instituto Socioambiental - ISA; Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP)

Nilza de Oliveira Martins Pereira (IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais)

Pery Teixeira (Universidade Federal do Amazonas - UFAM)

Ricardo Ventura Santos (Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz - ENSP/FIOCRUZ; Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

Revisão técnica dos textos

Cláudia Bahia de Araujo

Juarez de Castro Oliveira

Luiz Antônio Pinto Oliveira

Nilza de Oliveira Martins Pereira

Ricardo Ventura Santos (Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz - ENSP/FIOCRUZ; Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

Apoio computacional

Paulo Roberto Voss Gen Rudolphi

Marcos Ribeiro de Mattos

Colaboradores

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Metodologia e Qualidade

Ari Nascimento Silva

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia

Maria Luiza Castello Branco

Adma Hamam de Figueiredo

Jorge Kleber Teixeira Silva

José Antônio Sena do Nascimento

Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais

Rosa Luzia Saisse Brum

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Beth Fontoura

Carmen Heloisa Pessoa Costa

Katia Vaz Cavalcanti

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos

Cristina R. C. de Carvalho

José Luiz Nicola

Katia Domingos Vieira
Maria de Lourdes Amorim
Sueli Alves de Amorim

Diagramação textual

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Tratamento dos mapas

Evilmerodac Domingos da Silva

Produção de multimídia

Márcia do Rosário Brauns
Marisa Sigolo Mendonça
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Roberto Cavararo

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

José Augusto dos Santos

Gerência de Documentação

Normalização bibliográfica e de glossário

Ana Raquel Gomes da Silva
Aparecida Tereza Rodrigues Regueira
Diva de Assis Moreira
Solange de Oliveira Santos

Elaboração de quartas-capas

Ana Raquel Gomes da Silva
Bruno Klein

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte